

MARCHIORI QUADRADO DE QUEVEDO

DO GESTO DE REPARAR A(À) GESTÃO DOS SENTIDOS

Um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de Concentração: Linguística Aplicada

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst-Pereira

Pelotas, RS

2012

MARCHIORI QUADRADO DE QUEVEDO

DO GESTO DE REPARAR A(À) GESTÃO DOS SENTIDOS

Um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso

Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Solange Mittmann - UFRGS

Prof. Dr. Vilson Leffa – UCPel

Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst-Pereira - UCPel - Orientadora

Pelotas, 30 de março de 2012

AGRADECIMENTOS

Familiares

À minha mãe, pelo amor e pela luta, sempre incondicionais;
à minha mulher, pela relação que nunca cessa de se (re)construir;
ao Pietro, pelo presente maior que recebi: a paternidade.

Acadêmicos e profissionais

À professora Aracy, pela paciência na orientação, pela percuciência da reflexão e pelo presente da teoria;

à professora Carmen, pelo exemplo, pelo cuidado e pela confiança;

ao professor Leffa e à professora Solange, pelas arguições, com cujo teor muito aprendi;

aos professores e funcionários do PPGL – UCPel, pelo exemplo de que é possível, sim, aliar seriedade, competência e acolhimento na Academia;

aos colegas da área de Comunicação & Expressão do IFSul/CaVG, pela compreensão e pelo companheirismo;

à Capes, pela bolsa concedida.

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.
José Saramago

Não há senão versões.
Eni Orlandi

RESUMO

O presente trabalho visa a empreender, no âmbito da Análise de Discurso, um exercício de interpretação da imagem, aqui entendida no entrelaçamento da materialidade visual, das formações imaginárias e do trabalho discursivo de leitura. Para tal, mobiliza os princípios e procedimentos utilizados pela teoria na análise da materialidade linguística. O estudo divide-se em sete capítulos: cinco destinados à produção de uma leitura do quadro epistemológico e dois, à discussão de um procedimento interpretativo. Propõe-se a análise da imagem como um gesto de “reparar” – cujo duplo escopo reside em ver o não ver interior ao próprio ver (aforismo althusseriano) e em restaurar o processo discursivo –, realizado a partir de dois exames aqui denominados como de superfície e de superposição.

Palavras-chave: discurso, imagem, leitura.

ABSTRACT

This work aims to implement, in the area of the Discourse Analysis, an image interpretation exercise which is understood in the entanglement of the visual materiality, imaginary formations and the discursive task of reading. In order to achieve this aim, this work shall mobilize the principles and procedures used by the theory in the analysis of linguistic materiality. The study is divided in seven chapters: five chapters are about the reading production regarding the epistemological area and two about the discussion of an interpretative procedure. This work proposes to analyze the image as a gesture of repair in which the double scope is about no-see inside one's view (Althusser's aphorism) and to restore the discursive process –, made from two exams which are called surface and superposition.

Keywords: discourse,image,reading

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise de Discurso

CP - Condições de produção

DCI – Discurso de Comunicação Institucional

FD - Formação discursiva

FI – Formação ideológica

FV – Formação visual

OE – Imagem-OE (Imagem objeto empírico)

SD – Sequência/Secção discursiva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	32
Figura 2.....	47
Figura 3.....	48
Figura 4.....	48
Figura 5.....	50
Figura 6.....	50
Figura 7.....	119
Figura 8.....	133
Figura 9.....	134
Figura 10.....	135
Figura 11.....	137
Figura 12.....	139
Figura 13.....	142
Figura 14.....	144
Figura 15.....	150
Figura 16.....	151
Figura 17.....	152
Figura 18.....	153
Figura 19.....	155
Figura 20.....	156
Figura 21.....	158
Figura 22.....	160
Figura 23.....	160
Figura 24.....	162
Figura 25.....	163

Figura 26.....	164
Figura 27.....	165
Figura 28.....	166
Figura 29.....	168
Figura 30.....	169
Figura 31.....	171
Figura 32.....	176
Figura 33.....	180
Figura 34.....	183
Figura 35.....	188
Figura 36.....	190
Figura 37.....	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	63
Quadro 2	65

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
2 A PRODUÇÃO DO SUJEITO – A IDEOLOGIA E O INCONSCIENTE NA PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO	18
2.1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO – IDEOLOGIA.....	19
2.1.1 Das Formações Ideológicas às Formações Discursivas – o processo da interpelação	22
2.1.2 A condição da interpelação – o esquecimento	25
2.1.3 Forma-sujeito e modos de subjetivação.....	26
2.2 O SUJEITO ATRAVESSADO PELO INCONSCIENTE	30
2.3 OS SENTIDOS.....	39
2.3.1 O sentido, que desliza – metáfora e ideologia	39
2.3.2 A incompletude, o político e o silêncio.....	41
2.3.3 O sentido, que desliza – metáfora e inconsciente	45
3 A PRODUÇÃO DO DISCURSO – ESTRUTURA E ACONTECIMENTO NA PRODUÇÃO DOS SENTIDOS	53
3.1 CONSTITUIÇÃO, FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO DISCURSO	58
3.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO	59
3.3 O LUGAR DISCURSIVO.....	61
3.4 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS.....	64
3.5 MEMÓRIA DISCURSIVA	66
3.6 PARÁFRASE E POLISSEMIA – EFEITOS DE REPETIÇÃO E MOVIMENTOS DA MEMÓRIA.....	68
3.7 TIPOLOGIA E FUNCIONAMENTO DO DISCURSO.....	71
3.8 INTERDISCURSO	72
4 A PRODUÇÃO DO TEXTO.....	74
4.1 DO INTER- AO INTRADISCURSO	74
4.2 O EFEITO DE PRÉ-CONSTRUÍDO	76
4.3 O EFEITO DE SUSTENTAÇÃO.....	81
4.4 A TEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO	82
4.5 A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO – O EFEITO-TEXTO	84
4.6 CONDIÇÕES ENUNCIATIVAS DE PRODUÇÃO	87

4.6.1 A incontornável heterogeneidade do dizer – marcas do discurso na formulação	88
5 A PRODUÇÃO DA LEITURA – SOB A GESTÃO DOS SENTIDOS.....	92
5.1 A INJUNÇÃO A TEXTUALIZAR E A LER	92
5.2 O TRABALHO (SOCIAL, DISCURSIVO) DE LEITURA	93
5.3 INTERPRETAR O INTERPRETAR: O REPARO DO PROCESSO DISCURSIVO.....	96
6 A PRODUÇÃO DA IMAGEM	100
6.1 RECORTE DE UM CONCEITO DE IMAGEM.....	100
6.2 A IMAGEM: EFEITO-TEXTO – CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE DO VISUAL	113
6.3 A SINTAXE IMPOSSÍVEL? – A “FRASE” VISUAL SÓ PODE SER AFIRMATIVA? NUNCA NEGATIVA OU INTERROGATIVA?	117
7 A PRODUÇÃO DE UM DISPOSITIVO – ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO DE UM DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO PARA A LEITURA DA IMAGEM	121
7.1 PROLEGÔMENOS PROCEDIMENTAIS	121
7.1.1 Dispositivos de interpretação – todo dispositivo é ideológico	123
7.1.2 Procedimentos de análise e constituição do corpus discursivo.....	124
7.1.2.1 Nossa superfície.....	124
7.1.2.2 Nosso objeto.....	125
7.1.2.3 Nosso processo.....	126
7.1.3 Contra a literalidade – <i>ultima ratio</i>	129
7.2 PROLEGÔMENOS CONCEITUAIS – IMAGEM QUA SIGNIFICANTE E METODOLOGIA DE DESCRIÇÃO DA FORMULAÇÃO VISUAL	132
7.2.1 Aplicação da noção de SD e de enunciado visual	139
7.2.2 Paráfrase e polissemia – tensão dos sentidos e deslocamento.....	141
7.2.3 Intertextualidade e memória	149
7.2.4 Gestão de leitura e de sentidos – algumas estratégias discursivas de (in)visibilidade.....	157
7.2.5 Efeito de pré-construído e de sustentação	165
7.2.6 Do estranhamento ao pré-construído – pista da falha ideológica? ..	170
7.2.7 O pré-construído e o <i>echapéé</i> do sentido	175
7.2.8 Da falta, do excesso e do estranhamento ao calado da imagem	182
7.2.9 A discussão teórico-procedimental sob efeito de fechamento – fixação da discussão.....	192

7.2.10 Fixação do procedimento heurístico	200
8 A PRODUÇÃO DE UMA ANÁLISE	204
8.1 EXAME DA SUPERFÍCIE MATERIAL	205
8.2 EXAME DE SUPERPOSIÇÃO – CONSIDERAÇÕES.....	226
8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA ANÁLISE – EFEITO DE FECHAMENTO	232
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
REFERÊNCIAS.....	247

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Comumente se diz que vivemos em uma sociedade imagética. Vez por outra, ouvimos declarações ousadas, como a de que a imagem já substituiu a palavra escrita; declarações provocadoras de uma boa discussão, como a de que ela significa muito mais intensamente do que o verbal (o apregoador discurso de senso comum “uma imagem vale mais que mil palavras”); declarações conservadoras, como a de que a humanidade sempre se valeu das imagens (hoje apenas se daria mais atenção a elas); ou até mesmo apropriações de discursos críticos, como a análise de que a leitura do visual, por ser mais rápida, serve mais a essa sociedade da urgência, em que vivemos.

Dado o devido peso a esses entendimentos, resta sob o efeito de evidência a ideia de que a imagem é inerente ao ser humano. Ela constitui o liame que nos lega a cultura e os gestos de interpretação dos homens que viviam em tempos imemoriais e, mesmo após o advento da escrita, preservou-se como uma das materialidades dos sentidos, como um dos sítios de concretude do simbólico. Segundo Ramos, “As pinturas rupestres e demais soluções plásticas encontradas em diversos sítios arqueológicos fazem-nos indagar qual teria sido o sentido dessas manifestações, se teria fins mágico-propiciatórios, fins puramente estéticos ou fins de registro” (2012).

O autor ainda questiona se a “imagem como elemento de linguagem, como ato sêmico, como signo dotado de intencionalidade, com capacidade evocatória de objetos, pessoas e eventos” era já um instrumento de conquista ou manutenção do poder (2012). Embora dele discordemos, porque situados em outro sítio teórico, quanto à afirmação de que seria a imagem um “signo dotado de intencionalidade”, corroboramos suas indagações, porque elas aludem ao caráter sócio-histórico da imagem, à sua condição, apontada por Pêcheux, de “operador de memória social” (1999, p.51).

Como já recordamos, vivemos em uma sociedade imagética, mas será de fato *predominantemente* imagética? O discurso sobre a imagem produz o efeito de sua ubiquidade, o que leva a algumas afirmações, a nosso ver apressadas, de que viveríamos sob a regência da imagem, pois ela substituiria com maior celeridade e eficiência a palavra escrita. Cabe aqui uma provocação à discussão.

A provocação reside no fato de que os saberes ou dizeres que “atestam” sua onipresença obliteram o fato de que a imagem tem circulação restrita nos discursos de tipo autoritário (conforme tipologia de Orlandi, 1999). Não parece um paradoxo a imagem, cuja precisão técnica é tão aguçada pela tecnologia hodierna, não frequentar práticas discursivas ou textuais às quais prestaria “indefectível” serviço? Pensamos aqui nas descrições de imóveis em escrituras públicas ou nas de técnicas/equipamentos em textos de lei. Restritas ao verbal, tais descrições exigem queirosiana inspiração do autor e, do leitor, uma espécie de leitura paciente e imaginativa.

Seria isso o vestígio de uma memória de uma sociedade letrada, em que ainda reverbera o *scripta manent*? Ou, malgrado a imagem nos seja vendida em sua “transparência” – como bem provocou Pêcheux, “o olho é ainda mais crível que o ouvido” (1999, p. 24)–, o gesto de lê-la não é assim tão prosaico, como se quer fazer parecer? E estamos falando aqui, a um mesmo tempo, tanto do ler que busca evidências e literalidades na imagem quanto do ler consciente de que se lê de uma dada posição-sujeito, a partir da qual o efeito-texto que tem diante de si significa.

Sobre suas condições de legibilidade, reina um paradoxo, parece-nos. Vivemos em uma sociedade plena de imagens, mas que tem dificuldades de lê-las. Seja porque a escola subestima a necessidade de fazê-lo; seja porque (e até porque) à imagem é imputada essa “evidência de sentidos” (quicá maior do que a atribuída à escrita), uma transparência “sínica” supostamente baseada em sua finalidade de registro, ilustração, documentação.

Oras, se o discurso comum estabiliza o sentido de que a imagem (*exempli gratia*, uma foto) é mero recurso de adorno ou ilustração, posição ancilar ao verbal, é de crer-se lídimo sustentar-se nele o preterimento da leitura do visual em nossas escolas. Implícita e sub-repticiamente, tal escolha responde à pergunta: para que ensinar o que todo mundo sabe? Nega-se, dessarte, a leitura da imagem tanto no nível da descrição quanto no da interpretação. No máximo, temos um esgar de “tradução” do visual para o verbal (e essa “tradução”, por mais completa, jamais dará conta do Real da imagem, frise-se) que não se furta de descer na estação da obviedade. À guisa de uma tautologia, desce com ela a interpretação, desconhecendo como os elementos da textualidade visual significam.

Malgrado não tenhamos por escopo deste trabalho discutir uma pedagogia da leitura da imagem, não nos furtaremos de atravessá-la, uma vez que

partiremos, explicitamente ou não, de algumas perguntas, a saber: como lemos a imagem na perspectiva da AD? De que configuração do dispositivo teórico-analítico partimos para fazê-lo? Uma vez que essa nossa discussão produzirá gestos de interpretação do texto visual ao longo do trabalho – e tal gesto dependerá do linguístico, do verbal para ser materializado –, uma segunda rodada de perguntas acena-nos com desdobramentos necessários e interessantes.

Não desenvolvemos esta ideia, mas nunca é demais retomar as palavras do mestre genebrino em sua defesa de que a língua seria um sistema semiológico “*par excellence*”, porque é o único capaz de traduzir todos os outros e de traduzir a si mesma, produzindo metalinguagem.

Que relação mantêm entre si a formulação visual e a verbal nos textos sincréticos? E como essa relação se dá quando o verbal é apostado à imagem, como no caso das legendas de fotos? Partindo-se do pressuposto de que eles produzam o engessamento das múltiplas possibilidades de interpretação, a partir de um controle sobre as derivas do sentido, de que modo isso se dá? Retroagindo, perguntamos: esse fenômeno não se dá também no texto exclusivamente visual? De que sorte?

Para empreender o a que nos dispomos, ousamos um gesto de interpretação da teoria que, longe de pretender-se modelar, forneceu algumas bases sobre as quais sustentamos nossa concepção de imagem em AD, estratégias de textualização e gestão dos sentidos. Nesse exercício teórico-analítico, o que inicialmente nos incomodava (os múltiplos referentes do termo “imagem”) se nos revelou particularmente produtivo: no entendimento da imagem como a produção de uma leitura por um sujeito (histórico), pareceu-nos menos ambíguos e mais materialmente imbricados a imagem-objeto empírico, a imagem (leitura) e a imagem *qua* representação do Imaginário.

Dessarte, o **objetivo geral** desta dissertação consiste em: refletir sobre um exercício de aplicação dos pressupostos teóricos da AD ao texto visual. Há já alguns trabalhos acadêmicos nesse sentido (tal linha é ainda incipiente, ao que sabemos), dos quais colheremos as especificidades de seu gesto de interpretação e as soluções teóricas apresentadas. Consoante o que levantamos previamente dentre as dissertações e teses, na análise de textos verbo-visuais, há mais trabalhos de análise de discurso agenciando corpos teóricos outros para responder às questões da imagem, do que propriamente trabalhando (n)os limites da teoria.

Obviamente, respeitamos a primeira via, mas nos sentimos identificados com a opção de atermo-nos à AD e seus pressupostos¹.

Partimos de uma hipótese: a AD tem massa epistemológica suficiente para tratar a imagem sem recorrer a conceitos e procedimentos de outros campos teóricos. A partir dela, formulamos as seguintes **questões norteadoras**: (i) o que é imagem na perspectiva da AD?; (ii) como o discurso se textualiza como imagem?; (iii) como os sentidos são administrados no efeito-texto imagem?; e (iv) os conceitos da AD são operacionalizáveis e produtores para a leitura/análise da imagem?

Como **objetivos específicos**, traçamos respectivamente a cada questão norteadora: (i) definir o conceito e a extração da imagem *qua* formulação de enunciado no âmbito da AD; (ii) discutir a produção do efeito-texto imagem; (iii) reparar² o processo discursivo que preside a materialização do discurso quando sua formulação é visual; e (iv) discutir a epistemologia da AD a partir do exercício de ler imagens.

Para atender a esses objetivos, organizamos esta dissertação da seguinte forma. Nos cinco primeiros capítulos, produziremos um gesto de interpretação da teoria, revisando os conceitos referentes ao sujeito, ao discurso, ao sentido, à leitura e à imagem. No sexto e no sétimo, buscamos aprofundar a concepção de imagem e gestão de sentidos na imagem, assim como buscamos aplicar à leitura do visual os conceitos da AD, finalizando com a produção de uma análise. Na conclusão, pretendemos elencar os pontos frágeis de nossa proposta, ensejando futuras discussões sobre o tema.

¹ Não cogitamos aqui cotejar diferentes teorias, a fim de procurar a que supostamente melhor sustentaria o gesto de interpretação da imagem. Não. Partimos do pressuposto de que as diferentes teorias para a leitura da imagem são corpos cuja epistemologia, a partir da importação de outros lugares teóricos e da resignificação de alguns conceitos iniciais da AD pècheuxtiana, produza respostas consistentes e coerentes. Ademais, evocá-las aqui para fazer “contrapontos” à nossa perspectiva soa-nos como uma irresponsabilidade, uma vez que não temos tempo nem espaço para uma leitura para além do caricatural da teoria de Barthes, Semiologia de Greimas, Semiótica de Pierce, de Eco, Gramática do Design Visual de Kress e outras. Se julgamos absurdo que levem o Pêcheux conveniente (o da 1ª fase) para outras plagas – e leiam de forma momesca o conceito de assujeitamento –, o mínimo que podemos fazer é respeitar os outros campos teóricos.

² Inspirados por Saramago, adotaremos “reparar” para referir-nos ao gesto de interpretação. Preferimos que “reparar” fosse aqui entendido na acepção pècheuxtiana do “interpretar” do analista de discurso. A ambiguidade linguística de “reparar” é-nos produtiva, pois dá conta de duas instâncias do processo analítico: “reparar” como “ver” a partir da teoria e não como “ver” a partir de uma ideologia, recalcada/denegada pelo sujeito pragmático e “reparar” como “restaurar” o processo discursivo que preside a textualização da materialidade. Mais tarde, desenvolveremos a ideia de que “reparar” é, aqui, também o “ver o (não) ver”.

2 A PRODUÇÃO DO SUJEITO – A IDEOLOGIA E O INCONSCIENTE NA PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO

No modelo teórico de Pêcheux, constituído a partir de uma base estruturalista, o discurso acaba propiciando um retorno da questão do sujeito, preterido³ no Curso de Linguística Geral, de Saussure, e seus desdobramentos. Essa retomada não se dá senão afetando a noção de sujeito transcendental, pois não o concebe como um ponto fora do sistema; de sujeito cartesiano, pois não o vê como princípio de si mesmo; e de sujeito positivista, pois não comunga do ideal asséptico de ciência nele inscrito. Esse sujeito dotado de intencionalidade, polo de irradiação do sentido e comunicante (a partir de uma representação unívoca da linguagem) é afetado radicalmente no constructo teórico pêcheuxtiano⁴.

Devemos recordar aqui que o projeto de Pêcheux era um projeto de intervenção política, baseado em uma visão “portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitia um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (GADET 1997, p. 08). Para o filósofo, “um trabalho do significante no registro político ressurgia (sob novas formas), visando a uma nova maneira de perceber a política” (PÊCHEUX, 1982, p. 44). Nesse sentido, derrocar um sujeito como centro fazia-se basilar, ainda mais na primeira fase da teoria: a chamada AAD69.

Para entendermos o que é esse sujeito que não produz a si mesmo tal como o Barão de Münchhausen⁵, precisamos discorrer sobre a apropriação, por parte de Pêcheux, da visão althusseriana de ideologia e da lacaniana de inconsciente.

³ Ousamos tal termo em virtude de Saussure ter elegido o sistema linguístico como objeto de sua ciência.

⁴ Já vimos “pecheuxtiano”, “pecheutiano” e até “pechetiano”. Preferimos o efeito de memória que “pêcheuxtiano” produz.

⁵ Referência de Pêcheux ao protagonista de “As aventuras do Barão de Münchhausen”, coletânea de histórias fantásticas. Em uma delas, o barão escapou de afogar-se em um charco, alçando-se pelos cabelos.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO – IDEOLOGIA

Se considerarmos que as forças produtivas são os meios de produção que conjugados à mão de obra concorrem para modificar a natureza e produzir bens materiais que satisfaçam necessidades sociais, temos um entendimento da perspectiva materialista, para a qual o trabalho é uma “ação transformadora”. A base econômica de uma sociedade advém desse conjunto de relações estabelecidas entre os homens para produzir sua vida em sociedade. Para Chauí, que segue uma concepção marxista ortodoxa, é justamente a ideologia o instrumento para a manutenção dessa configuração social, produzindo um efeito de consenso, unanimidade para as ideias de determinado grupo, no caso as ideias da classe dominante. A ideologia intervém para dissimular as contradições entre as forças de produção e elidir a “consciência” de como se dão de fato as relações sociais.

Nessa perspectiva, o real da História é radicalmente contraditório, porque (re)produz o confronto das forças produtivas materiais com as relações de produção. Esse real, no entanto, precisa ser estruturado para dar funcionamento à sociedade. Nesse ínterim, o conceito althusseriano de formação social revela sua importância para, categorizando a sociedade em grupos, melhor perceber o jogo de forças. Para Althusser, “formação social”:

É um conceito científico enquanto faz parte de um sistema teórico de conceitos, completamente estranho ao sistema de noções ideológicas ao qual se refere a noção idealista de “sociedade” [Assim,] uma formação social designa toda “sociedade concreta” historicamente existente, e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí. (1999, p. 42)

Esse modo de produção a que Althusser se refere abarca as relações de produção entre as classes de uma sociedade, o edifício social a que se referia Marx. Pêcheux (1995) preocupava-se com o estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação dessas relações de produção porque justamente via nelas a determinação dos discursos, dos sentidos e do conceito de sujeito que ali surgia. No entanto, embora as condições ideológicas “naturalizem” a relação de forças, o filósofo não preteriu a infraestrutura econômica como sítio no qual se condicionava “em última instância” tal jogo, tampouco afirmou um caráter uno à luta

de classes: ela funciona por sua contradição constitutiva; pelo embate entre as formações ideológicas que advêm das classes.

Sobre ideologia, Althusser assim se posiciona: “tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam da mesma forma imutável em toda a história” (2001, p. 84).

A essa Ideologia em geral (com “I” maiúsculo), Althusser contraporá as ideologias particulares (com “i” minúsculo), que representam as diversas práticas e domínios da atividade humana e se confrontam nas sociedades. São elas que transformam “os indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER, 2001, p.96), levando-os a reconhecer o seu lugar social, no processo cunhado pelo filósofo como “sujeição”. A sujeição garante tanto que o sujeito se reconheça como tal quanto se sujeite a um ente absoluto, como Deus, a Pátria ou o Capital.

Esse processo envolve um conjunto de representações e de práticas sociais realizadas no interior de aparelhos (instituições concretas ou imateriais). Consoante o autor, uma ideologia não é conteúdo do que uma pessoa pensa, mas uma existência material que define o que e como ela pensa. Isso porque o conceito de ideologia, em Althusser, está intrinsecamente relacionado ao de sujeito, o que pode ser aferido a partir de suas formulações teóricas “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. Não deixando de considerar, é claro, a decorrência de tal raciocínio: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (2001, p. 93).

Sendo a resultante de uma espécie de princípio concertador de saberes atinentes a uma dada ideologia particular, a formação ideológica é um constructo teórico que Pêcheux e Fuchs mobilizam

para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito uma com as outras. (1997, p.166)

São nos AIEs (aparelhos ideológicos de estado) – instituições da superestrutura que visam a garantir o funcionamento da sociedade a partir dos

saberes, representações e valores tidos como consensuais e estruturantes – que as formações ideológicas se realizam, suportando as relações sociais; em outras palavras: as relações de produção. A manutenção da estrutura social depende da preservação do *status quo*, o que, para Althusser (2001), implica uma condição *sine qua non*, qual seja:

toda formação social para existir, ao mesmo tempo em que produz, e para poder produzir, deve reproduzir as condições de sua produção. Ela deve, portanto, reproduzir: 1) as forças produtivas [e] 2) as relações de produção existente. (p.54.)

Em outras palavras, os AIEs são a condição necessária para o estabelecimento de uma dada ordem hegemônica. Quando Pêcheux (1995) traz esse conceito althusseriano para sua teoria, não o faz sem quatro observações: reafirma a não realização da Ideologia nos AIEs; não atribui a cada classe a “sua” ideologia; explicita que um AIE não é a expressão de uma ideologia dominante, mas o sítio de sua realização (justamente por isso ela é dominante); e não configura os AIEs como instrumentos “puros” da classe dominante.

Pêcheux parece-nos deixar claro que entende o AIE como um lugar institucional, social, em que o viés de maior força no jogo de relações sociais se realiza. E lá se realiza por ser de maior força e não o contrário (ter maior força por lá se realizar). Ao destacar a não perenidade da saturação desse lugar por dada força social, Pêcheux aponta para a possibilidade de mudança, embora obviamente haja uma tendência à estabilização ou reprodução.

Por esse motivo, Pêcheux utilizou o binômio reprodução/transformação para referir-se às relações e situou no sujeito histórico o sítio dessa dupla realização/possibilidade. Uma das estratégias da luta política desse sujeito é vislumbrar (e vir a fazê-lo) a ocupação dos AIEs, subvertendo a ordem oficial e produzindo o efeito de “naturalidade” ou “evidência”, pelo funcionamento ideológico do sentido, a uma outra ordem das coisas⁶.

Estabelecemos o que tratamos aqui por ideologia, recorrendo a Orlandi (1993, p. 31), para quem “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia”.

⁶ Surpreende-nos que Pêcheux, embora tenha referido a possibilidade da transformação pelo sujeito, ainda seja lido de forma tão reducionista em outras plagas teóricas: como se o sujeito fosse incapaz da mudança.

Refutando o legado marxista da ideologia como ocultação, como percebemos em Chauí (1981), Orlandi afirma que a ideologia é “função da relação necessária entre a linguagem e o mundo” (1993, p.31) e o papel do analista de discurso é “procurar entender o modo como os textos produzem sentidos”. Para tanto, é necessário perceber a ideologia como um “processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária, e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado”. (ORLANDI, 2007, p.96).

2.1.1 Das Formações Ideológicas às Formações Discursivas – o processo da interpelação

É quando estão as formações ideológicas materializadas no discurso, ou seja inscritas na ordem do simbólico, que elas produzem seus efeitos e se dá o processo de assujeitamento. Para isso, elas precisam regionalizar-se e inscrever-se no significante, o que se dá via as formações discursivas. No entender de Haroche, Henry e Pêcheux, as “formações ideológicas [...] comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas” (1971, p.102).

Por sua vez, as formações discursivas

determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida onde elas determinam a significação que tomam essas palavras: [...] as palavras mudam de sentido conforme as posições ocupadas por aqueles que as empregam; se pode precisar agora: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva à uma outra” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102-103).

Courtine (2009) ressignificou o conceito de “formação discursiva” em AD – trazido por Pêcheux de Foucault –, ao avançar teoricamente, preterindo a concepção de que a formação seria “uma máquina estrutural fechada”. Ainda para o autor, a FD é radicalmente contraditória e tem fronteiras instáveis, as quais não

representam exatamente um divisor de águas entre o que lhe é próprio (interior) e o que lhe é estranho (exterior).

Para ele, o princípio concertador, agrupador de saberes de uma FD é “uma unidade dividida”, esquina onde se encontram o mesmo e o diferente, ou seja, uma unidade que comporta a diferença. Dessa concepção de FD que a resgatou do limbo epistemológico em que se encontrava, resulta a sustentação teórica que dá conta da complexidade dos sujeitos, dos sentidos, dos discursos, propiciando sítios teóricos para analisar a emergência de “restos” do sistema: a falha, o lapso, o equívoco.

O ponto de passagem de uma Formação Ideológica para uma Formação Discursiva, e o ponto em que elas afinal se diferenciam, parecem-nos bem explicados por Pêcheux e Fuchs (1997), quando apontam o que segue:

O ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva. Ou melhor, no próprio interior do discursivo ela provoca uma defasagem entre uma e outra formação discursiva, a primeira servindo de algum modo de matéria-prima representacional para a segunda, como se a discursividade desta "matéria-prima" se esvanecesse aos olhos do sujeito falante. Trata-se do que caracterizamos como o esquecimento nº1, inevitavelmente inerente à prática subjetiva ligada à linguagem. (p. 168)

É quando a ideologia se materializa no simbólico, inscrevendo o sujeito na história, que se dá o assujeitamento ou interpelação. O sujeito faz-se sujeito no interior da Formação Discursiva, com a qual se identifica. Esse efeito-sujeito do discurso, para ser interpretado pelo analista, deve ser analisado (no nosso caso, “reparado”) a partir da materialidade, exatamente “onde ela o atravessa na língua” (FUCHS; PÊCHEUX, 1997, p.174).

Esse processo de interpelação, que produz o sujeito, é nas palavras de Pêcheux e Fuchs:

a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta e, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de

produção (ou naquela categoria, camada ou fração da classe ligada a uma delas). (1997, p.165-166)

É desse modo que, em AD, concebemos como se fornecem

as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material* do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p. 160 – grifos do autor)

Esse “caráter material do sentido” alude à forma material, que, para Orlandi, é “o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história”. (1996, p. 171). No trabalho conceitual do materialismo, no “deslizamento de Hegel a Marx, [temos] a matéria como a substância susceptível de receber uma forma”. A forma material da língua é, pois, distinta da forma empírica (a língua que usamos) e da forma abstrata (o todo ou os elementos de um constructo teórico para explicar a língua: o fonema, e.g.) (ORLANDI, 2007b). Para tanto, é necessário relacionar ao fato de que, no momento em que dizemos

que inconsciente e ideologia são noções solidárias, estamos afirmando essa relação necessária sem, no entanto, reduzir a ideologia ao inconsciente. Isso implica em compreender a língua como sistema, mas não como sistema abstrato: a língua como ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido. E implica também em considerar o sujeito discursivo enquanto sujeito histórico. (ORLANDI, 1996, p.154)

Se, para Pêcheux (1995), “o sistema da língua é, de fato, o mesmo” para agentes sociais antípodas, é lícito concluir que a “indiferença” do sistema à luta de classes caracteriza o que o autor chamou “*autonomia relativa ao sistema linguístico*” (p.91, grifo do autor). No entanto, é incorreto afirmar que os agentes suprarreferidos

tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum dos processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX, 1995, p. 91)

2.1.2 A condição da interpelação – o esquecimento

Assim como o indivíduo empírico não tem, em geral, consciência das condições que determinam relações de produção e de força a que está submetido, o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, que o torna efeito ideológico, apresenta-se-lhe dissimulado. Para sustentar de que modo isso se dá, Pêcheux (1995) apresenta o conceito de esquecimento, cujo estatuto duplo rege a relação do sujeito com o discurso.

O esquecimento nº1 é da ordem do ideológico e do inconsciente, da ordem do discurso, ordem na qual as ordens anteriores estão materialmente ligadas. É a obliteração da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito. Ainda que os processos discursivos sejam de origem exterior ao sujeito (do contrário, cairia por terra a tese da interpelação ideológica), esses realizam-se no sujeito. Em outras palavras, a teoria postula que o sujeito não pode se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina, ou mesmo exterior à própria ordem da história ou da língua, isto é: do discurso. É pelo funcionamento do esquecimento nº1 que o sujeito pensa ser a origem do que diz, como se os sentidos dele partissem, agindo de forma automática (PÊCHEUX, 1995, p. 173).

Pêcheux chama esquecimento nº2 ao “esquecimento”

pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (1995, p.173, grifo do autor)

Este esquecimento, atinente à ordem dos enunciados, produz a ilusão do sujeito de controlar o seu dizer e “cobrir exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua 'liberdade' de sujeito-falante" (p. 175, grifo do autor).

Embora ausente do referencial das primeiras discussões em AD, a psicanálise é finalmente convocada no cotejo da oposição entre os dois tipos de esquecimento e da oposição entre

a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu (outro com o minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo Outro com O maiúsculo (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 177).

Sendo o sujeito afetado por esses dois tipos de esquecimento, no seu discurso irão se diferenciar uma base linguística (representando o esquecimento nº 2) e um processo discursivo (representando o esquecimento nº 1). É por meio da base linguística e do processo discursivo que se pode chegar à formação discursiva do sujeito, a qual "dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito 'ao todo complexo com dominante' das formações discursivas" (PÊCHEUX, 1995, p. 162, grifo do autor).

A interpelação produzirá uma forma-sujeito e, segundo Pêcheux (1995), três diferentes modalidades discursivas de subjetivação. É o que discutiremos no tópico a seguir.

2.1.3 Forma-sujeito e modos de subjetivação

Já comentamos que, para a AD, o sujeito do discurso **não** é (i) um ser empírico; (ii) autônomo: dono e fonte de sentidos que seriam transparentes; ou (iii) inafetável pela determinação ideológica e inconsciente, que o constitui sem que ele – sujeito – possa impedir ou mesmo tenha ciência desse processo. Ao referir-se a "os processos de 'imposição/dissimulação' que constituem o sujeito, 'situando-o' (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa 'situação' (esse assujeitamento)", Pêcheux (1995, p. 167) evoca a ilusão subjetiva, que produz uma aparência de autonomia, no mesmo compasso em que elide o assujeitamento constitutivo e significativo, ainda que não total.

Esse sujeito ignorante de sua condição apresenta dupla identificação. Pêcheux, com isso, alude à

distinção entre as duas figuras articuladas do sujeito ideológico: [a da] identificação-unificação do sujeito consigo mesmo (o "eu vejo o que eu vejo" da garantia empírica), de um lado, e [a] da identificação do sujeito com o universal [...], que fornece a "garantia especulativa" ("cada um sabe que..."). (1995, p. 132, grifos do autor)

Cada Formação Discursiva é composta de saberes ao mesmo tempo diversos e identificáveis entre si, sob determinada(s) regularidade(s). Esse núcleo comum da FD tem uma **forma-sujeito**, que corresponde a uma espécie de sujeito prototípico da FD, representando o sujeito do saber de uma determinada formação discursiva, coligindo os saberes que lhe são comuns. Temos representada a forma-sujeito, quando "o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui" (PÊCHEUX, 1995, p. 167).

Pêcheux afirma que, na forma-sujeito, coexistem, sem distinção, interpelação, identificação e produção de sentido, portanto é nela que se “realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira” (1995, p. 266, grifo nosso). Correlato a isso, o autor adere ao fato de que não existe prática discursiva sem sujeito ou de que qualquer sujeito

é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas 'condutas' e por suas 'palavras') em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito responsável”(1995, p. 214).

A “responsabilização” do sujeito não pode ser entendida como o processo de individualização do sujeito de direito de nossa formação social (processo paralelo ao de assujeitamento), aludido por Orlandi (1999). Deve ser entendido como o processo de identificação do sujeito, a partir do qual toma “livremente” como seus os saberes de uma dada formação discursiva. Pêcheux (1995) afirma que

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina [...] essa interpelação supõe um desdobramento, constitutivo de sujeito do discurso, de forma que um dos termos representa o “locutor”, ou aquele a que se habituou chamar o “sujeito da enunciação”, na medida em que lhe é “atribuído o encargo pelos conteúdos colocados” [...] e o outro termo representa “o chamado sujeito universal”. (p. 214) [grifos do autor].

Esse desdobramento entre o “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal” apresenta diferentes modalidades. A primeira modalidade de desdobramento dá-se por uma “superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito

realiza seu assujeitamento sob a forma do 'livremente consentido'." (PÊCHEUX, 1997, p.215). Essa modalidade, mais evidente porque realizada no interior da formação discursiva, caracteriza o discurso do "bom sujeito". Ou seja, o sujeito estabelece relação parafrástica com os saberes da FD dominante, com ela identificando-se. O efeito dessa forma-sujeito mascara "o objeto [do] esquecimento nº1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº2" (1995, p. 177).

Em contrapartida, na segunda modalidade, ainda dentro da formação discursiva, temos o "mau sujeito", que é

[...] o sujeito da enunciação que "se volta" contra o sujeito universal por meio de uma "tomada de posição", que consiste [...] em uma separação (distanciamento...) com respeito ao que o "sujeito universal" lhe "dá a pensar": luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (PÊCHEUX, 1997, p.215, grifo do autor).

Nessa tomada de posição, o sujeito atende ao chamado pêcheuxtiano de "ousar se rebelar", produzindo um esmaecimento na relação de dominância da FD e se contraidentificando com a rede de temas, fórmulas e saberes daquele sítio discursivo, vindo a dessaturar a sua forma-sujeito. Seguramente, o sujeito não cai em uma espécie de limbo discursivo: imediatamente se filia a um outro lugar discursivo.

A relação entre, de um lado, a (segunda modalidade de) subjetivação e, de outro, o imaginário e a produção de evidências parece-nos bem observada por Beck e Scherer, os quais apontam pensar Althusser na:

ideologia como uma representação imaginária, não das condições reais de existência, mas de suas relações com as condições reais de existência. Para Althusser, a ideologia não é, no entanto, uma simples ilusão daquelas relações, mas uma ilusão/alusão. Na abordagem de Pêcheux, as formações ideológicas e as formações discursivas (imbricadas com as primeiras) são produtoras de evidências. Evidências que, ao serem questionadas pelos maus sujeitos da segunda modalidade, aludem a algo de verdadeiro no cerne mesmo da representação imaginária das relações/lutas de classe. (2008, p. 173-174)

Pêcheux e Fuchs (1997) concebem a terceira modalidade dentro do seu projeto de intervenção política, com vistas à ascensão ao poder do operariado a partir de um dispositivo teórico que sustentasse a prática de ruptura. Nessa

modalidade, há uma “uma tomada de posição não subjetiva”, que, ao desidentificar o sujeito, lhe permite escapar às evidências da ideologia dominante, às causas que, em última análise, o determinam e determinam a reprodução das condições de produção. Para o autor, “o funcionamento dessa ‘terceira modalidade’ constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) da *forma-sujeito* e não sua pura e simples anulação” a partir da “*identificação com as organizações políticas de ‘tipo novo’*”, a partir “do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas”. (PÊCHEUX, 1995, p. 217-218, grifos do autor).

Se a forma-sujeito é, digamos, prototípica de uma FD e as FDs determinam dadas posições no complexo de formações ideológicas (ORLANDI, 2007), também o sujeito de um discurso ocupa posições no interior da FD, conforme com os saberes dali se relacione. Cada uma dessas posições-sujeito “não é uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social” (FERREIRA, 2001). Indursky alude à por vezes tensa relação entre saberes no interior de uma FD, quando estes,

até então [ali] interditados [...], são apropriados e incorporados ao seu saber, provocando reordenamento/modificação/estranhamento muito intensos nos seus dizeres e nos seus sentidos [.Nesse momento], podemos estar presenciando a instauração de uma nova posição-sujeito que vai se relacionar de modo tenso com as diferentes posições-sujeito em que se desdobra a forma-sujeito daquela FD, sobretudo, com a posição-sujeito dominante, sem, entretanto, com ela romper... (2002, CD-Rom.).

Entendemos aqui a forma-sujeito como o princípio organizador/concertador de saberes de uma FD, representando-lhe “prototipicamente” o núcleo duro. No entanto, ambas (a FD e a forma-sujeito) são constantemente reconfiguradas pelos investimentos dos sujeitos que, a partir de suas posições, saturam aquele lugar discursivo. Longe então de representar uma máquina estrutural fechada ou a “matriz discursiva” (noção com que se a considerava na AAD69), a formação discursiva é reconhecida por Pêcheux (1977)⁷ como espaço marcado pela heterogeneidade e contradição. Dessarte, a FD passa a ser instância do mesmo – repetição de saberes – e do diferente – incursão da

⁷ Remontémons de Foucault a Spinoza *apud* MALDIDIER, 2003.

exterioridade –, em um incessante movimento de fronteiras. A forma-sujeito, por ser princípio formal dessa rede de saberes, move-se junto com eles.

2.2 O SUJEITO ATRAVESSADO PELO INCONSCIENTE

Materialmente ligado às determinações ideológicas, também o inconsciente determina a constituição desse nó subjetivo. Para Pêcheux, é “a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ [...] que faz com que todo sujeito ‘funcione’, isto é, tome posição, ‘em total consciência e em total liberdade’, tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como autor de seus atos” (1995, p. 171, grifos do autor). É partir dessas condições que a tomada de posição acima referida “resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito”, similar à identificação do sujeito consigo mesmo, com seus outros (seus “semelhantes”) e com o próprio Sujeito. Esse processo, sob a condição do esquecimento, situa a tomada de posição *qua* “efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo” e não como ato original ou criado no “sujeito falante” (p. 172, grifos do autor).

Durante o trajeto teórico da AD, foi notória a paulatina, mas progressiva, sensibilidade do projeto pêcheuxtiano às contribuições da psicanálise. No inverno político francês, quando o filósofo afastava-se do Partido Comunista Francês, os estudos de Lacan aguçavam-lhe uma nova visada política e teórica (BECK; SCHERER, 2008). Para os autores:

Pode-se ponderar que não é apenas pela crítica da pedagogia da ruptura e pelo questionamento da concepção de exterioridade radical da teoria que Pêcheux distancia-se da prática política do partido comunista. É pela sua aproximação ao sujeito cindido da psicanálise, sujeito do inconsciente que não se deixa assujeitar inteiramente pela Ideologia. A partir do anexo, Pêcheux embasa seu conceito de resistência na psicanálise de Lacan. Esse sujeito se mostra avesso a qualquer disciplinamento pedagógico rígido que aspire à formação de revolucionários profissionais incapazes de cometer erros ou equívocos. (p.179)

Se o precursor da AD aproximou-se dos conceitos psicanalíticos em dado momento, não é correto pensar que o germe dessa aproximação não se tenha feito presente já em Althusser. Embora tenha constituído o solo teórico para o advento da AD com visada ideológica, a Althusser não era insólita a aproximação com a

psicanálise, muito menos a consideração do inconsciente, pois, para o autor, foi após Freud

que começamos a suspeitar do que quer dizer o escutar e, portanto, o falar (e o calar); e que o “quer-dizer” do falar e do escutar revela, sob a inocência do falar e do escutar, a profundidade de uma fala inteiramente diversa, a fala do inconsciente (ALTHUSSER, 1979, p. 14).

Na Análise de Discurso que hoje praticamos, temos a consideração da dupla estrutura ideologia-inconsciente funcionando no sujeito, não por acaso. Se Marx, via Althusser, contribui com o primeiro conceito, é a Freud, via Lacan, que devemos o segundo; ambas as teorias concorrendo para o suporte teórico de um novo conceito de sujeito nos estudos linguísticos da época. A conjunção dessas duas forças teóricas de grande magnitude derrocaram o sujeito cartesiano indivisível e autocentrado, o sujeito idealista origem e dono de si, o sujeito positivista mensurável e previsível, o sujeito moderno “racional”.

Tal empresa teórica sobre a qual se fundou a AD instituiu um duplo baque, porque de um lado questionou os conceitos de “(livre) arbítrio” e “consciência” e, por outro, buscou outros constructos conceituais, seja no materialismo – convocado a explicar a dominação do homem por outro homem com a noção de “ideologia” –, seja na psicanálise – que instituiu outra “ferida narcísica” à medida que deslocava do “sujeito consciente” para “o inconsciente do sujeito” o objeto teórico. No caso particular da psicanálise, o conceito de inconsciente – se propiciava uma base teórica para explicar os lapsos/atos falhos, as pulsões, os complexos, o instinto, o desejo – instituía justamente a falta.

Em outros termos, às “evidências” empíricas do idealismo, a AD contrapôs conceitos alusivos a forças materiais que, malgrado determinem o sujeito, o fazem à sua revelia, sob a condição de invisibilidade e intangibilidade. Não é de estranhar que até hoje tais direções teóricas firam as necessidades pragmáticas de um mundo “semanticamente normal” que o sujeito empírico tem e tão pouco apelo ofereçam àqueles que “dizem/veem” o que pensam dizer/ver e que “sabem o que sabem”. Nada mais perturbador do que uma teoria que questione os indivíduos empíricos garantidores de si mesmos.

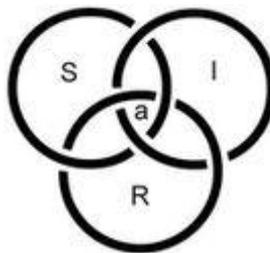
O funcionamento psíquico humano divide-se, para Freud, em três “tópicas”: o ego, que seria o princípio organizador do que entendemos por

“consciência”; o superego, organizador das interdições ou das proibições morais; e o id, que reúne os impulsos libidinais. Se podemos relacionar o ego ao sistema consciente e o superego, ao pré-consciente (sítio mais afetado ao discurso do Outro), devemos considerar o inconsciente como aquilo que responde ao “princípio do prazer”, o resto onde se encontram guardados, mas produzindo seus efeitos no duplo sistema consciente, os restos não simbolizados pelo sujeito.

A partir das tópicas freudianas, Lacan desenvolve o seu sistema de registros, também recorrendo a uma tríade: Real/Simbólico/Imaginário (RSI), cuja ordem foi posteriormente alterada para Simbólico/Imaginário/Real (SIR), prenunciando uma guinada rumo a uma maior importância do sujeito, que, além de ser constituído na linguagem e efeito dela, por ela (Simbólico) tenta aceder aos outros registros.

No entanto, a inter-relação que Lacan faz dos três registros ganha a forma de um nó borromeano (figura 1) – em cujo centro reside justamente uma falta –, o que implica a impossibilidade de se considerar um dos elos à parte dos demais.

Figura 1



Nó borromeano, de Lacan⁸.

Para sustentar essa perspectiva sobre o sujeito, Lacan postula a estruturação do inconsciente como linguagem, cuja gramática o psicanalista deve saber ler. Assim sendo, é o significante, e não o significado, que é elencado o meio de aceder ao sujeito; mais precisamente: a relação mantida, no discurso, por um significante com outro (representando aquele o sujeito para este).

Esse processo de significação, em virtude da preponderância do significante em relação ao significado, pode ser considerado mais aberto, até porque é nessa relação (e não previamente) que uma palavra é dotada de sentido, podendo

⁸ Disponível em: <<http://lacan.orgfree.com/lacan/noborromeano.jpg>> Acesso em: 13 jan. 2012.

significar de modo diverso consoante a cadeia significante a que se relacione. O próprio sujeito é visto como um acontecimento simbólico, um efeito de linguagem, inscrito na ordem significante, um efeito do Outro, que Lacan (ŽIŽEK, 2010) distingue do outro: enquanto o primeiro é o lugar da letra, da palavra, indicando o que deseja o inconsciente, o segundo é ou o semelhante ou o objeto a partir do qual o sujeito experimenta a dimensão de sua alteridade.

Sendo constituído na relação com a alteridade, o sujeito tem a clivagem e a heterogeneidade em sua estrutura psíquica. O espaço entre a ilusão autorreferencial e a identificação com o significante é um espaço virtualmente ocupado por um objeto perdido e indefinível do desejo, constituindo o sujeito no espaço dessa falta e dessa incompletude.

Esse objeto do desejo é, dessarte, da ordem do sujeito, que, inscrito na ordem do simbólico, submete-se ao significante, que o representando ou representando X para outro significante, institui a falta de X e com ela o desejo (de X). E porque deseja, o sujeito constitui-se na consistência radical da falta (a fragmentação) e na sua transitividade (a alteridade).

Concebendo o objeto desse desejo como uma estrutura dupla, Žižek aponta o que distingue uma da outra:

Temos de distinguir aqui entre o objeto a como a causa de desejo e o objeto de desejo [grifos nossos]: enquanto [sic] o objeto de desejo é simplesmente o objeto desejado, a causa de desejo é o traço em razão do qual desejamos o objeto, algum detalhe ou tique de que em geral somos inconscientes, e que por vezes até percebemos incorretamente como um obstáculo apesar do qual desejamos o objeto (ŽIŽEK, 2010, p. 84-85).

A partir de Žižek (2010), interpretamos que o objeto a do desejo, condição última do Real do inconsciente, projeta-se na efemeridade do objeto de desejo e inscreve o sujeito nessa busca que, por melancólica, retroalimentará o resto. De todo modo, o desejo de um sujeito é sempre desejo do Outro, e o sujeito apenas pode ter ciência do seu desejo através do que o Outro/outro lhe revela, constituindo o sujeito como sujeito de linguagem.

Nessa linha de raciocínio, Lacan não atribui apenas ao sujeito a condição de “efeito de linguagem”, mas também o que conhecemos por “realidade”, que para ele funciona de forma semelhante à da ficção. Aliás, Lacan postula que a própria

condição de existência do sujeito seja uma ficção, visto que presa às tramas do significante, da dimensão simbólica. O eu é uma ficção.

Assim como temos a ilusão de sermos “quem somos” – ilusão subjetiva –, temos a ilusão de que a representação que fazemos do que vivemos é a “realidade” *de per si*. Para Orlandi (1998), a realidade existe ao sujeito como “um sistema de evidências e de significações experimentadas”. Ainda para a autora, é o “jogo” entre como os discursos são constituídos e como são formulados (textualizados) que justamente produz esse efeito de exterioridade, esse “sentido-lá”. No entender da autora,

esse jogo torna possível a relação entre o real e a realidade, sendo o real função das determinações históricas das condições materiais do discurso e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso, em um processo de significação pelos dois esquecimentos: o que produz no sujeito a impressão de estar na origem do sentido e o que produz a impressão da realidade do pensamento (coincidência entre pensamento/ linguagem/ mundo).(p.73)

Sendo a posição-sujeito que (re)produz a realidade (ou, mais precisamente, *o efeito de*), correlata está a impressão do sujeito de realidade do pensamento – justamente porque efeito de exterioridade –, à que Orlandi (1999) chama de ilusão referencial. Segundo a autora, tal “impressão”

nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação natural entre palavra e coisa. (p.35)

Žižek (2002), aludindo ao investimento que os sujeitos fazem nessa construção, aponta que o que tomamos por

“realidade social” é, em última instância, um constructo ético, sustenta-se num certo **como se** (agimos como se acreditássemos na onipotência da burocracia, como se o Presidente encarnasse a Vontade do Povo, como se o Partido expressasse o interesse objetivo da classe trabalhadora, etc.). (p. 318, grifo nosso)

Essa ilusão faz que pensemos que nos referimos à coisa em si, quando na verdade construímos uma relação mediada pela linguagem com o mundo. Orlandi (1999) afirma não ser escopo do discurso construir a representação de uma realidade, todavia é o discurso que garante, pelo funcionamento ideológico dos sentidos, a (re)produção/transformação de uma certa representação. O que chamamos de evidência – do sentido, da “coisa em si” ou do sujeito – deriva disso.

A partir de Žižek (2010), interpretamos que, para Lacan, a “realidade” surge na confluência do Simbólico com o Imaginário, como uma construção fantasística a partir da qual o sujeito se depara com o Real impensável, inominável, irrepresentável, ou seja fora da possibilidade de simbolização. A condição do Real é a dessa impossibilidade em uma relação (sexual), ao passo que a condição da realidade é a de uma projeção – a fantasia dessa relação (sexual) –, que o Real-iza a partir de um recorte, superpondo-o ao Real a partir de um dado ponto imprevisto de tangibilidade.

O Real é *non-sens* porque precisamente é todo o sentido, sendo assim precede e não se oferece ao gesto de interpretação que o filiaria, inscrevendo-o em um corpo de sentidos (no Imaginário, cadeia significante na qual o sentido in-siste) ou na contradição/heterogeneidade radical do sentido (no Simbólico). Em psicanálise, o real é o trauma, o inassimilável pelo aparelho psíquico e, dessarte, condenado à repetição: porque o Simbólico não consegue submetê-lo à metáfora e assim deslocá-lo e porque o Imaginário não consegue produzir-lhe interpretação e assim fixá-lo.

Retornando à questão do real, conceito trazido por Lacan e citado no excerto último de Orlandi (1998) – e sobre o qual Pêcheux (1995) afirma que está situado em um ponto de impossibilidade (apenas nos “deparamos” com ele) –, temos que ele dá conta do intangível, do que resiste à simbolização. Não obstante o seu difícil tratamento analítico, o real, no entender de Grigoletto, guia a atenção do analista para o furo na estrutura, para o não sentido na língua e para a contradição constitutiva da história. Esses “lugares de encontro com o real”, por sua vez,

quebram a ilusão de unidade, comunicação transparente e sentido ininterrupto. Como procurar compreender, na análise, os efeitos desse encontro com o real? Como atentar para o real – da língua, da história, do discurso –, é uma das perguntas que Pêcheux se faz [...] (2009)

Como vemos, nas palavras da autora, há um real da língua, um da história, um do discurso. O princípio do real configura um resto, “previsto” no sistema mas que guarda o inassistematizável. O real da língua, por sua vez, guarda o fora do sistema, aquilo que pertence à ordem, não à organização da língua. Orlandi afirma que esse real da língua

não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não idêntico que aí se manifesta pressupõe a *lalíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *lalíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço [Esse equívoco produz o fenômeno de] que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos (1999, p. 55).

É a essa ordem ou *lalíngua* que está relacionado o registro do simbólico, que, embora tenha materialidades (verbal e não verbal, e.g.), alude a “símbolos muito especificamente organizados na linguagem, que, por conseguinte, funcionam a partir desse equivalente do significante e do significado: a estrutura mesma da linguagem” e que antecedem o sentido “desdobrando como que adiante dele sua dimensão” (LACAN, 2012). Por sua vez, o real do sujeito, para Ferreira, aludiria ao inconsciente ou àquilo que radicalmente constitui o sujeito. Dessarte, o

que o move seria o desejo, a busca da completude, a tentativa incessante de fechar os furos em nossa estrutura psíquica. Esse inconsciente é o mesmo que aparece na língua quando nela tropeçamos, ao cometermos lapsos, atos falhos ou produzirmos chistes. O inconsciente, como diz Lacan, está constituído pela linguagem. (2003)

Porque não é instância criadora da linguagem – é antes um efeito, o que lhe implica submeter-se à convocação para (re)conhecer-se na cadeia significante – o sujeito é um “acontecimento simbólico”. Disso decorre que sua clivagem se manifesta no simbólico *qua* um alijamento (a cadeia remete a si mesma antes de estender ao sujeito a tessitura material dos sentidos) e *qua* um descentramento, efeito de um gesto de interpretação (ele é falado antes de falar).

O Imaginário, por sua vez, estrutura a ilusão narcísica subjetiva e as projeções fantásticas, gerando e gerindo um “teatro da consciência” que, pela imposição/dissimulação (PÊCHEUX, 1995), produz e evidencia/oblitera (autor)representações. No entanto, a falta instituída pelo inconsciente, a metáfora constitutiva da língua e a falha do funcionamento ideológico dos sentidos propicia o “encontro com o Real” na materialidade do equívoco, no *echapéé* da emergência do desejo.

Para tratar o que entendemos aqui por “imaginário”, recorreremos às palavras de Orlandi:

Acabamos de dizer que não existe relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta mas funciona como se fosse, por causa do imaginário. Ou, como diz Sercovich (1977), a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade. Daí seu efeito de evidência, a sua ilusão referencial. Por outro lado, a transformação do signo em imagem resulta justamente da perda do seu significado, do seu apagamento enquanto unidade cultural ou histórica que produz sua “transparência”. Dito de outra forma, se se tira a história, a palavra vira imagem pura. Essa relação com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas (1994, p.57).

Embora concordemos com Orlandi sobre haver uma dimensão imaginária no discurso, é mister que procedamos a um ajuste pontual. Entendemos o imaginário aqui como o sítio – “pré-discursivo”, para usar um termo de Pêcheux, (1995) – onde se produzem representações, que, mesmo que não sejam discursivizadas, afetam materialmente as condições de existência e práticas sociais dos indivíduos.

Essas representações, quando abandonam as antessalas do discurso e nesse se materializam, ingressam na ordem simbólica – sob a tomada de um sujeito, que a partir de dada posição a formula (verbal, visual ou verbo-visualmente) – e funcionam ora não apenas afetando as condições de existência, mas também produzindo sentidos. Tais sentidos são autossustentados nos efeitos de evidência que decorrem deles mesmos em um trabalho de leitura que mobiliza uma dada memória, produzindo um dado recorte que sustentará um dado gesto de interpretação.

Esses sentidos afetam e determinam as relações e práticas sociais, os processos e as práticas discursivas, gerando a retroalimentação do Imaginário. O

Imaginário, acedido pelo gesto materializador do sujeito, suporta a produção de formações imaginárias, que funcionam sob a condição dupla da ilusão – subjetiva, a partir de fórmulas como: eu sou x, tu és y; e referencial: o objeto a é b, o nome x conceitua y, n é a causa de z – e do esquecimento.

A fim de uma estabilidade referencial, de um “mundo semanticamente normal” (PÊCHEUX,1995) e como condição da tomada da palavra (ou da imagem), esquecemos – ou “precisamos” esquecer – que o que pensamos ser ou o que pensamos que X seja é tão somente uma projeção fantasística⁹, uma leitura do que somos/seja. Esse recorte do Imaginário funciona na ordem discursiva, sob determinados efeitos, mormente os de realidade, evidência, literalidade, unidade, não contradição e completude¹⁰.

Seguindo o raciocínio de que não temos acesso ao Real (o que temos é um, como diz Orlandi, 1999, efeito de “realidade” construído na/pela linguagem), aventuramo-nos a asseverar o que segue. Se em determinado momento se formou/construiu o imaginário do brasileiro como “cordial”, “preguiçoso” e “alegre”, vários textos foram produzidos atestando essa construção discursiva, gerando-lhe efeitos de evidência (à semelhança de crer em X para depois buscar razões para crer)¹¹, de completude (estratégia que consiste em simular ser o discurso X todo o conjunto de possibilidades de dizer sobre Y) e, quiçá, de unidade/repetição (estratégia que consiste em simular a unanimidade nos discursos sobre as representações de X). O fato de existir um contraponto – textos originados em lugares discursivos diferentes que lhe proponham o confronto – que não o derroque parece-nos afirmar que há, subjacente à construção e reprodução do imaginário, uma injunção à determinada leitura (a qual pretendemos abordar mais especificamente no capítulo 5).

⁹ Que corresponde ou não, parcial ou totalmente, ao que consensualmente se pensa que somos/seja.

¹⁰ Aqui, efeitos de sentido produzidos pelo efeito-texto. Em outras plagas teóricas, encontram-se também reunidos; desta feita, sob o nome de “critérios de textualidade”.

¹¹ Fórmula material postulada à semelhança da alegoria usada por Žižek (2010) de um indivíduo que cumpre o ritual religioso como condição para depois, automaticamente, passar a crer em Deus.

Por fim, Ornellas parece-nos produzir uma sinopse dos três registros, ao afirmar:

O real é o elo que não se pode simbolizar, porque escapa [ao passo que o] simbólico é o registro da fala, é o que se pode ser nomeado, mesmo que não possa dizer tudo. Enquanto isso, o imaginário é especular, é fantasmático, tem a ver com a imagem. (2008, p.82)

2.3 OS SENTIDOS

2.3.1 O sentido, que desliza¹² – metáfora e ideologia

Para falar do sentido, vamos antes retomar a noção de interdiscurso, a partir de Orlandi (2002), para quem o interdiscurso ou memória discursiva:

sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. (p. 52).

Essa sustentação do dizer pela memória retoma o que discutimos sobre ser o lugar de dizer constitutivo do dito. O sentido do que dizemos, ou melhor, os efeitos de, não podem senão evocar esse interdiscurso. Nas palavras do mestre maior da AD, o que se entende por “sentido” de uma sequência só ganha sua forma

na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que implica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos). É este fato de toda sequência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja ‘dotada de sentido’ que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente... (PÉCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169).

¹² Poucas vezes, uma vírgula é tão imprescindível quanto essa, sob pena de aplicar um caráter restritivo à função adjetiva e, de sorte, contrariar um pressuposto básico da AD: é próprio do sentido o deslize, a metáfora.

Se é na FD que se dá o processo de interpelação e nela que o sujeito estabelece sua modalidade discursiva de subjetivação, um enunciado ou uma palavra significa consoante esteja filiado a uma FD ou a outra, que lhe dá a forma material. Como diz Pêcheux (1995), o efeito de sentido não preexiste à formação discursiva em que ele se constitui.

Nesse tecido de evidências com que o funcionamento ideológico nos “brinda”, o sentido parece-nos “colado” às palavras, único e transparente. No entanto, por depender da FD, ele é incompleto, assim como o sujeito, que depende da exterioridade nele refletida para constituir-se, para ex-sistir. O sujeito pragmático denega o sujeito desejante do inconsciente em virtude de (ou apesar de) justamente também “desejar”. No entanto, preso à tautologia de um processo que lhe é dissimulado, o sujeito pragmático deseja a confirmação das certezas das suas... evidências: unidade, completude etc.

Esse desejo construído de unidade/completude projeta-se no imaginário do sujeito – o imaginário de si (sentimento de identidade) e o imaginário do sentido – , produzindo um recorte, que funciona sob a condição de atender a esse desejo a partir de uma fórmula que age à espécie de um princípio reunidor: eu sou x + eu sinto y + eu faço z + eu penso n . O que se lhe oblitera é justamente o fato de os argumentos dessa fórmula concertarem um gesto de interpretação sempre-já sobrecondicionado(r): o sujeito está preso às tramas do sentido que ele “toma” como seu e único/verdadeiro, e essa inescapabilidade ainda mais reforça essa “evidência”.

Essa univocidade do sentido, cara a lugares teóricos outros, simplesmente não se coaduna com a noção de sujeito da AD. Se para nós o sujeito é cindido, heterogêneo, não se sustenta trabalharmos postulando que o sentido não o seria. No avanço da discussão, podemos pressupor que o sujeito se constitui não só a partir das condições de produção do discurso, mas também das condições de produção da sua leitura¹³, visto que o gesto de interpretação é operado tanto pelo sujeito responsável pela produção de linguagem quanto pelo sujeito interlocutor, situado em outra posição e quiçá em um outro lugar.

Quanto a isso, Pêcheux (1990, p.53) observa que os enunciados são descritíveis linguisticamente como “uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação; os sentidos sempre podem ser outros”. Para bem

¹³ O que pretendemos explorar com mais profundidade no capítulo 5.

antes dessa impressão de literalidade, o que temos é justamente o contrário: o processo metafórico da constituição dos sentidos, que determina esse inevitável deslizar. E esse deslizamento implica a (e/ou é implicado pela) incompletude do sentido.

2.3.2 A incompletude, o político e o silêncio

Podemos relacionar a metáfora à incompletude da linguagem, a essa possibilidade de a língua significar tudo (ao seu caráter de “não toda”, como dizia Pêcheux), mas não qualquer coisa, aleatoriamente. Orlandi (2007) aponta a "palavra em falta" quando trata a incompletude da linguagem. Para a autora, todo (o) dizer não é suficiente em si mesmo: a sua totalidade realizar-se-á apenas no silêncio. O silêncio, comumente visto como “vazio” de significação, passa a ser visto como plenitude de sentidos, tornando-se opimo observatório ao analista, pois tal

dimensão nos leva a apreciar a *errância* dos sentidos (a sua migração), a vontade do “um” (da unidade, do sentido fixo), o lugar do *non sense*, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não apreensível), não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento. [grifos nossos] (p.12).

Lugar do excesso de sentidos (e não da falta), o silêncio inscreve-se sócio-historicamente, filiando-se a sentidos, que lhe dão corporeidade material, ainda que não concreta. No entanto, a autora alerta que não trata aqui do silêncio empírico ou do silêncio “místico”, mas sim “daquele que tem sua materialidade definida pela relação estabelecida entre dizer e não dizer”. O silêncio, porque significa, é político. Em Orlandi (2008), encontramos uma relação inicial entre os conceitos de político e silêncio, redefinidos pela autora no âmbito da AD:

Nessa forma de reflexão, também o político adquire sua especificidade. É, então, enquanto relações de poder simbolizadas, e que dividem os sentidos, que nos interessa o político investido na significação. Nesta, finalmente, é que podemos observar a articulação entre o que é dito e o que é silenciado [grifo nosso] (2008)¹⁴

O silêncio tem um importante estatuto em AD em virtude de que, para analisarmos o dito (a formulação de um discurso), necessariamente precisamos restaurar o processo discursivo. Nesse processo, não prescindimos de restaurar o que já foi dito e esquecido e também o que não foi dito mas significa no que é dito. Esse não dizer que provoca efeitos de sentido no dizer evoca conceitos por nós aqui já referidos, tais como o interdiscurso, a formação discursiva e imaginária, o funcionamento ideológico.

Para Orlandi (1999), para analisarmos o não dizer, temos que partir do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo, para então delimitarmos as margens do não dito que contornam o dito significativamente, pois no dizer existe sempre um não dizer necessário, o dizer está sempre imerso em sua incompletude. Assim, Orlandi (2002, p. 13) define o silêncio como uma “respiração”, um “fôlego” da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Como ser, significante, que produz e interpreta (o que produz), o sujeito possui

[...] um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando. (ORLANDI, 2007, p.69)

Prosseguindo em seu raciocínio, a autora discrimina entre silêncio fundador e silenciamento (política do silêncio). Para ela, o silêncio fundador, também chamado de “fundante” é onde principia toda significação, pois

¹⁴ Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=38&id=456>> Acesso em: 14 nov. 2011.

é a própria condição de produção de sentido. [...] não é o vazio, ou o sem sentido; ao contrário, ele é o indicio de uma instância significativa [...] silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante. O silêncio de que falamos é o que se instala no limiar do sentido. [...] ele é o que há entre as palavras, entre as notas de música, entre as linhas, entre os astros, entre os seres.[...] (ORLANDI, 2007, p.68)

Dessarte, podemos perceber a importância do silêncio como definidor de fronteiras, como pausa mobilizada pelo gesto de interpretação para definir um conceito, um pensamento, uma prática. O silêncio dado pela pausa entre as palavras de um sintagma qualquer (“ele disse por que eu estava em outro lugar?” por oposição a “ele disse porque eu estava em outro lugar?¹⁵”) agencia um trabalho de leitura e não outro, assim como o espaço concreto vazio entre dois objetos significa por distingui-los.

Esse espaço concreto ou abstrato (no caso de conceitos) onde X passa a deixar de ser X é o silêncio. Nesses termos, o silêncio pode ser entendido como a exterioridade de X, que significa não exclusivamente pelo que ela é, mas pelo como ela afeta materialmente a interioridade de X, ao produzir o gesto que o recorta, diferenciando-o, identificando-o, conceituando-o na oposição entre X e não X. Se o intradiscurso é o simulacro material do interdiscurso (FERREIRA, 2001), o silêncio produz no interior de algo o simulacro de seu exterior. E é pela relação paradigmática que o silêncio impõe à palavra/imagem/conceito que poderíamos dizer inclusive que o silêncio é condição do funcionamento metafórico do sentido: X precisa ser X (e se distanciar de Y ou Z) para que possa vir a ser Y ou Z.

Por conseguinte, o silêncio não é vazio, nem “[...] mero complemento de linguagem. Ele tem significância própria”. O silêncio fundador tem “[...] caráter necessário e próprio [...]”, sendo “[...] garantia do movimento de sentidos.” (Orlandi, 2007, p.13). Já o silenciamento, ou política do silêncio,

¹⁵ Entendemos que a primeira possa ser “traduzida” por: “ele disse por qual motivo eu estava em outro lugar?”, um questionamento se ele justificou minha ausência. Já a segunda poderia ser por: “ele disse [X] em virtude da minha presença aqui”, a minha ausência como causa de ele ter dito X.

[...] se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, [...] produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz [...] a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. [Assim,] se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar um trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos [...] determinando conseqüentemente os limites do dizer.(ORLANDI, 2007, p.73-74)

A política do silêncio apresenta-se-nos dividida em:

silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não dizer: se digo “sem medo” não digo “com coragem”) e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. (...) na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc.

Pontuando as fronteiras entre os dois tipos de silêncio, temos, conforme Orlandi (2007, p.75):

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.

Em outras palavras, a política do silêncio, ou silenciamento, define-se pela ausência que instaura e pela incompletude que a causa: não é possível dizer tudo. Enquanto o silêncio constitutivo é o não dito excluído necessariamente para que o dizer seja possível (fazendo parte dos processos de produção de sentido e presidindo qualquer produção de linguagem), o local interdita o dizer, sendo a censura a mais visível das suas formas. Tanto um quanto o outro disciplinam o dizer, domesticando¹⁶ a deriva de sentidos, por apontar para uma ou outra direção de leitura.

Por fim, Orlandi ainda aduz que há uma margem dos não ditos os quais podem (e devem) ser considerados pelo analista, na exata medida d’ “o não dito relevante para aquela situação significativa” (2007, p.83). Ao contrário do que poderia prever o senso comum, por esse não dito também passam as relações de

¹⁶ Ou ao menos tentando...

sentido que são relações de poder, urdidas no contraditório. Relações que significam justamente por haverem sido materializadas como silêncio.

O ato de dizer, e conseqüentemente de propor sentidos, implica também o silêncio, como vimos. O que é dito está em relação paradigmática a outras possibilidades de dizer (e inclusive não dizer) e, a partir desse silêncio constitutivo, também significa, pois está em lugar de algo. A tomada da palavra é sempre uma assunção de uma posição em uma relação de poder. O excesso do dizer (ERNST-PEREIRA, 2009), cremos poder entender como a hipertrofia desse recurso: investimento de significação que se paga para buscar congelar derivas de sentido indesejáveis e imprevistas.

Tanto a ausência – que imerge o enunciado no carrossel de sentidos possíveis e interditados – quanto o excesso de dizer – que alude à sobreposição da palavra sobre o silêncio ou sobre outras palavras – são faces do silêncio, exigindo diferentes disciplinamentos de leitura, na tentativa de frear a indômita deriva dos sentidos.

2.3.3 O sentido, que desliza – metáfora e inconsciente

Lacan ressignificou, na teoria psicanalítica, os conceitos de transferência e deslocamento de Freud, respectivamente metáfora e metonímia. Em Lacan, traduzido por Pêcheux (1995), temos as construções: “uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora” e “a metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*” (p.262). Por sua vez, incorporando o primeiro conceito à teoria discursiva, Pêcheux desenvolve-o destarte:

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora) (...) passam a se confrontar (1995, p. 263).

Ao afirmar que “esse relacionamento, essa superposição e essa transferência” tecem relações entre si, produzindo “confronto”, Pêcheux relaciona o sentido à metáfora, alçando-a a uma condição capital dentro da teoria. O confronto surge da incisão do novo no mesmo, cujo efeito é o de uma “agitação na rede

sentidos”. Pêcheux, no entanto, reserva um lugar ainda mais especial a ela na teoria:

De fato, o sentido existe *exclusivamente* nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. (1995, p. 263, grifo nosso)

O advérbio “exclusivamente” dá conta da importância da metáfora como constitutiva única do sentido, uma vez que, se os sentidos são semoventes, o sítio em que se o registra e o mecanismo que rege tal processo viram peças fundamentais ao dispositivo analítico. A metáfora é determinada pelo interdiscurso, “isto é, por uma região do interdiscurso” – que nunca age de forma global, obedecendo uma “lei de não conexidade” –, e é justamente esse caráter local e determinado do que cai no inconsciente, enquanto lugar do Outro, que possibilita o advento da metáfora, uma vez que, se operasse com o todo, a metáfora não teria elemento de “troca”. Em reciprocidade, é o funcionamento metafórico da língua a condição desse deslizamento de sentidos.

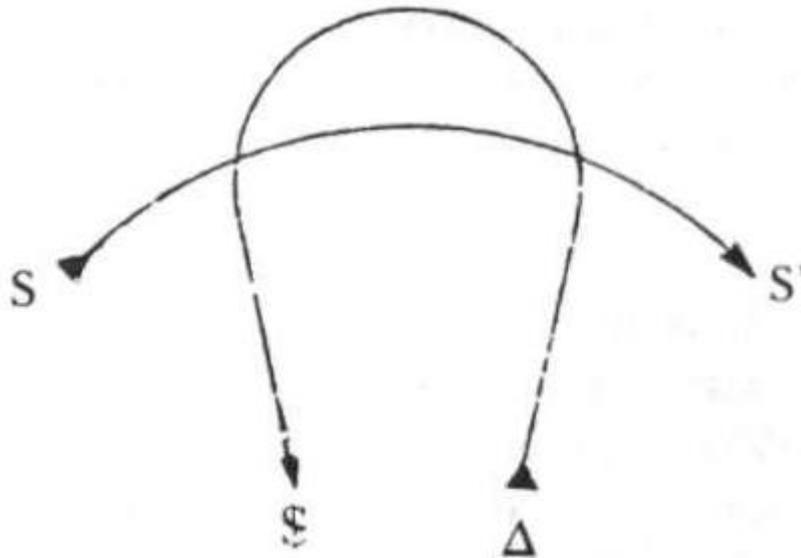
À noção de signo linguístico de Saussure (apresentado em seu Curso de Linguística Geral) – que previa, no numerador da notação, o significado e, no denominador, o significante –, Lacan operará uma inversão (DOR, 2000). No entanto, Lacan introduziria ainda uma modificação conceitual importante:

ya no se trata de adherir a la idea de un "corte" que uniría el significante al significado al mismo tiempo que los determina a ambos, sino de introducir esa delimitación con respecto a un concepto original que él llama *puntada*: La experiencia psicoanalítica que nos muestra que la relación entre el significante, y el significado es, como lo dice Lacan, "siempre fluida y a punto de deshacerse" genera directamente esa innovación. Además, el fundamento mismo de la experiencia psicótica, donde aparentemente falta ese tipo de anudamiento, consolida la delimitación lacaniana a través de la *puntada*. (p.56-57)

O ponto de basta, ou “puntada”, sem o qual a significação deslizaria indefinidamente, justamente demarca o limite dessa movimentação, possibilitando que um elemento da cadeia significante se associe a outro, produzindo um efeito de

sentido da sequência. Tal ponto pode ser representado a partir do seguinte grafo lacaniano:

Figura 2



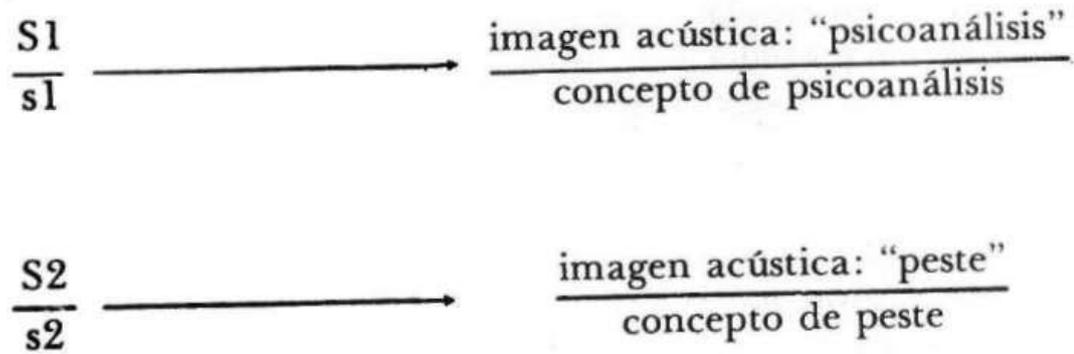
Grafo laciano. Fonte: (DOR, 2000, p. 50)

O vetor que interliga Δ ao sujeito barrado engancha na cadeia significante (que lhe é anterior, porque a linguagem preexiste à tomada da palavra pelo sujeito) em dois pontos, todavia convém notarmos o sentido contrário do vetor em relação ao da cadeia. O ponto de basta detém o deslizamento significativo *a posteriori*; isso porque durante a tomada da palavra é a partir do elemento à direita (ou do último elemento da sequência) que se fixa o sentido (DOR, 2000). Nos termos em que trabalhamos aqui, dada a condição linear do enunciado verbal, é no elemento último ou à direita que se realiza por fim o trabalho discursivo proposto pelo sujeito produtor de linguagem.

Se o movimento revela-se o contrário no sentido, Lacan recorrerá às categorias de metáfora e metonímia para explicar o deslizamento de sentidos, nas direções paradigmática e sintagmática, a partir do ponto de basta. Para tanto, recorda o gracejo de Freud, quando chegou aos Estados Unidos após ter sido convidado para falar sobre psicanálise: “eles não sabem que viemos trazer a peste”.

A tomada de “peste” por “psicanálise” pode começar a ser ‘visualizada’ a partir desta representação gráfica de Dor (2000):

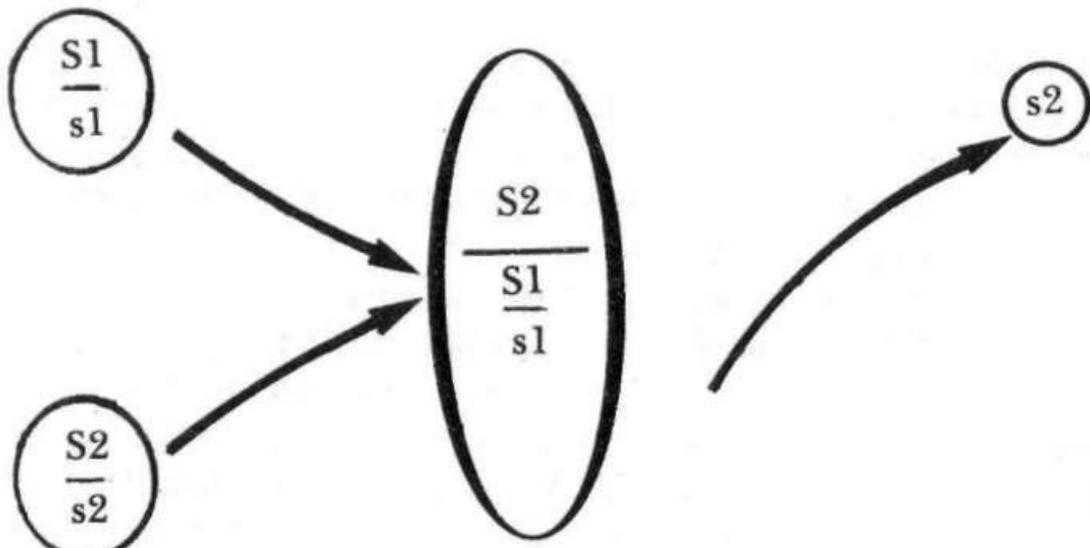
Figura 3



Representação prévia à metáfora. Fonte: Dor (2000, p. 55)

A representação dos dois significantes, prévios ao ato de enunciação, será modificada a seguir para dar conta do processo que instaurou o deslizamento do sentido a partir do funcionamento metafórico:

Figura 4



O funcionamento metafórico. Fonte: Dor (2000, p.55)

A produção de um novo s1 sobre s1, processo posterior a s2, inscreve a sequência no ponto de basta, administrando¹⁷ a interpretação a ser feita pela posição leitor, orientando-o quanto a como interpretar “peste”. A metáfora, que encontra correspondência com a metáfora da retórica, realiza um processo de condensação do sentido, uma vez que importa para um segundo significante o “conceito”, isto é, a memória discursiva do primeiro, submetendo-a a um novo trabalho de leitura.

Embora Pêcheux não trate o fenômeno de visada mormente psicanalítica, é nítido que podemos encontrar uma relação bastante próxima entre as duas massas teóricas:

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e línguas ‘artificiais’, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua natural; em outros termos, um sistema natural não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si só sua metalíngua. (1997, p.96)

Dor (2000) expõe três conclusões acerca do funcionamento metafórico.

São elas:

- 1) El proceso metafórico produce sentido en la medida en que se apoya en la autonomía del significante con respecto al significado. Allí encontramos la explicación de la siguiente fórmula de Lacan: "La metáfora tiene lugar precisamente allí donde el sentido se produce en el no sentido."
- 2) La metáfora, en el principio mismo de su construcción, da testimonio del carácter primordial del significante dado que quien gobierna la red de los significados es la cadena de los significantes.
- 3) El carácter primordial del significante se ejerce no sólo con respecto al significado, sino también con respecto al sujeto a quien predetermina sin que el sujeto lo sepa.(p.59)

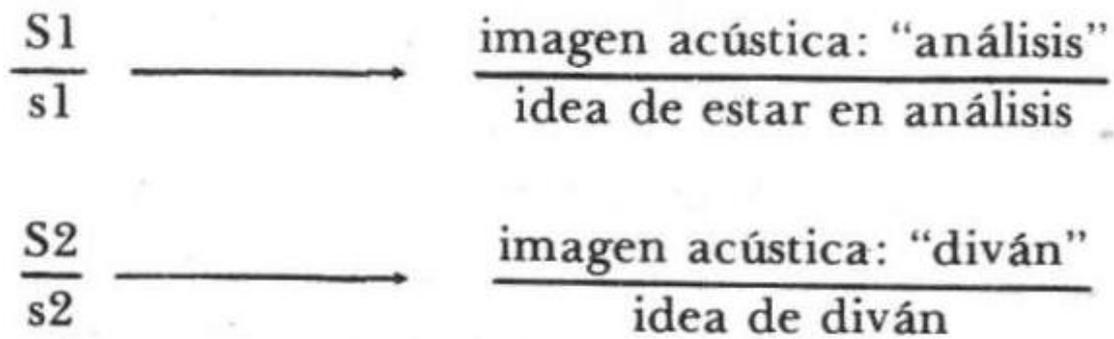
Dentre os processos de significação, há os que não preveem uma relação de condensação, mas sim de transferência de uma propriedade, uma designação ou uma memória de um termo a outro termo sem que haja substituição de um pelo

¹⁷ Obviamente que estamos falando aqui de uma administração pelo inconsciente. A propósito, essa nossa formulação é “administradamente” ambígua.

outro. No mecanismo metonímico, ora referido, há um processo de contiguidade: há administração¹⁸ de uma deriva de sentido.

Dor (2000) usa como exemplo uma expressão em voga à época: “ter um divã” por “fazer análise (psicanalítica)”. O seu raciocínio teórico principia pela representação dos dois significantes:

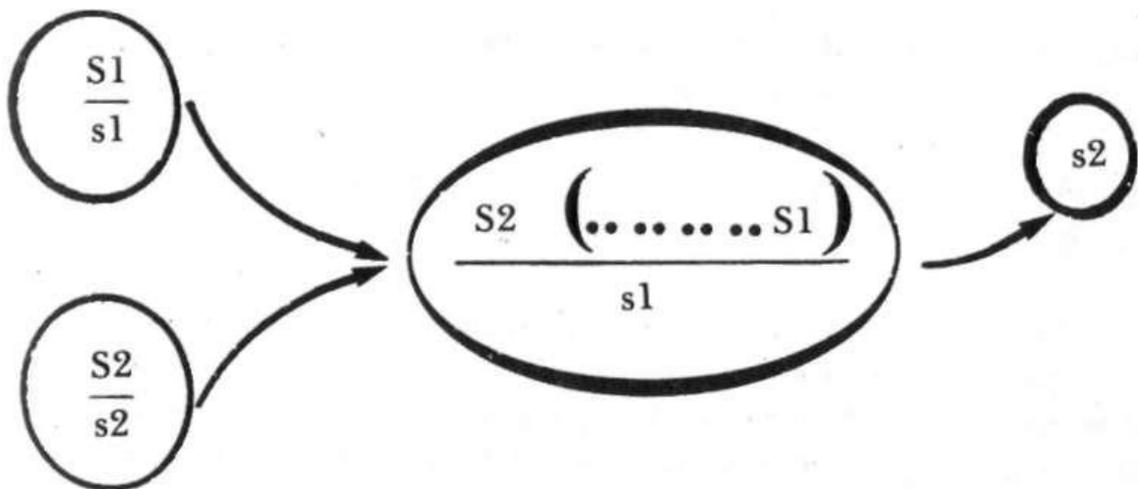
Figura 5



Representação prévia à metonímia. Fonte: DOR (2000, p.59)

A essa representação, o autor adiciona a do processo metonímico:

Figura 6



Representação da metonímia. Fonte: Dor (2000, p.60)

¹⁸ Obviamente que estamos falando aqui de uma administração pelo inconsciente. A propósito, essa formulação é “administradamente” ambígua (2).

No caso desenvolvido neste trabalho, postula-se que um processo metonímico X esteja de alguma forma previsto no trabalho discursivo de leitura de um dado significativo e que o processo de gestão de sentidos (inscrito na FD ou no campo discursivo da sequência) possibilite a ativação dessa memória pelo trabalho discursivo no domínio da atualização. Um eventual confronto de posições entre os sujeitos que ocupam as funções locutor e interlocutor pode mobilizar, na enunciação, duas memórias diferentes, produzindo leituras diferentes, inscrevendo o processo metonímico na deriva imprevista do sentido.

A linguagem mover-se-ia pela tensão, sem exclusão, entre os dois processos: o metafórico, sítio das operações de condensação e substituição, e o metonímico, sítio das relações de contiguidade. De acordo com Vinhas (2009), temos que, na acepção psicanalítica lacaniana,

esses dois conceitos são basilares, pois Lacan se alicerçou neles para que engendrassem o dinamismo do inconsciente. [...] A metáfora foi representada pela condensação, pois trata da substituição de um termo por outro, ao passo que a metonímia teve equivalência com o deslocamento, por tratar-se da combinação de um elemento com outro (p. 59)

Se são próprios da língua o funcionamento metafórico e o decorrente deslizamento de sentidos, a seguir discutiremos como o processo discursivo (constituição, formulação e circulação de um discurso) os rege na incisão do acontecimento na estrutura.

Convém reafirmar a importância dessa visada psicanalítica sobre o sujeito e o sentido. Tomá-los sob a condição de contraditórios e dispersos, cindidos e atravessados pelo inconsciente, é repará-los de uma posição teórica discursiva, que, para Coracini, “encontra na psicanálise seu ponto de apoio, voltada, sobretudo, para a constituição do sujeito do inconsciente que, imerso no discurso – que sempre provém do Outro –, é mais falado do que fala” (2003, p.15). A observação a seguir parece-nos precisa quanto à condição subjetiva à luz dessa visada teórica.

É habitando a contradição entre uma injunção (histórica) à coerência, clareza, regularidade, concisão (etc.) e a surpresa causada pelo equívoco [, que constitui] “uma fratura no ritual e na ortopedia dessa semântica das certezas sobre a realidade”, que os sujeitos, sofrendo diferentemente os efeitos de linguagem decorrentes dos processos significantes, se singularizam (MARIANI, 1998b, p. 93).

A condição de sermos mais falados do que falarmos na tomada da palavra (ou “mais vistos que vemos na tomada da imagem”) e a condição de os sentidos nos precederem (apenas se realizando em nós) (res)significam, seguramente de forma *sui generis* nos estudos linguísticos, nossa relação com a linguagem. E considerar teórico-metodologicamente o Real – do sujeito, da língua, da história –, o Simbólico e o Imaginário é condição *sine qua non* para a execução do projeto pècheuxtiano, que convocou a “tríplice entente”, operando em suas bordas¹⁹, nos “entremeios” da AD, para dar conta da incomportabilidade do seu objeto: o discurso.

¹⁹ Preterindo de proteger-se, declarando-se linguista, historiador, filósofo... (Pêcheux, 1995)

3 A PRODUÇÃO DO DISCURSO – ESTRUTURA E ACONTECIMENTO NA PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Retomando nossa prévia discussão, o constructo teórico do discurso é o ponto nodal da confluência entre uma teoria materialista do sentido, uma teoria da enunciação/linguística e uma teoria psicanalítica. Resultando de uma inscrição do ideológico no simbólico e de um sujeito afetado pelo inconsciente, o discurso é um efeito de sentido entre dois sujeitos (PÊCHEUX, 1995), gerado pela linguagem em funcionamento, em curso. No entanto, para circunscrever o sítio teórico no qual nos situamos e para precisar o que queremos dizer²⁰ quando trazemos determinado conceito, consideramos necessário abordar algumas questões. A primeira delas é o conceito de “Real”/“real”, apresentado neste introito pelas palavras de Pêcheux:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim”. (O real é o impossível... que seja de outro modo). Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra. (2002, p. 29)

Essa consideração teórica do real guarda estreita relação com o Real lacaniano, que, nas palavras de Correia (2005), alude àquilo que:

ainda não foi simbolizado, resta a ser simbolizado ou resiste à simbolização. Se pensarmos o real como tudo que ainda não foi simbolizado, a linguagem sem dúvida nunca transforma completamente o real, nunca suga tudo do real para dentro da ordem simbólica; fica sempre um resto (p. 100).

Recorrendo à tríade lacaniana dos registros, nosso escopo aqui é deslocá-los do sítio teórico psicanalítico para tratá-los na Análise de Discurso. Para tanto, partimos do Princípio de que há o Real em AD, isto é, uma zona que é plena de toda a significação (*non-sens* para Pêcheux) e que, apesar de nos ser inacessível, é-nos conjecturável porque funciona produzindo sentidos e afetando nossas condições materiais de existência. Esse princípio do Real é aplicado

²⁰ No exato e parco limite dessa malfadada empresa...

principalmente a três ordens. A ordem em que os exporemos é meramente demonstrativa.

A primeira dessas ordens é a da História, aqui concebida não como domínio disciplinar, nem como sequência cronológica de fatos, mas como “historicidade”. Esse conceito trazido por Orlandi (1999) refere-se ao efeito de uma memória discursiva que, mesmo sendo lacunar e não cronológica, evidencia/oblitera sentidos situando-os temporalmente.

Enquanto o Real da história é omni-histórico, atemporal, o fato é uma operação interpretativa que corta esse Real, instaurando efeitos de evidência, de completude e também de temporalidade. Entendemos por História aqui, dessarte, a produção de discursos (a serem reunidos em um mesmo campo disciplinar²¹) a partir de fatos. Fatos esses que “reclamam sentidos”, nas palavras de Henry (1997), e que são sempre-já produto de um gesto de interpretação e, por isso, constitutivamente ideológicos, conforme podemos perceber no desdobramento teórico de Orlandi (2004):

A ligação entre o que faz de um homem um ser simbólico e o homem como ser histórico está na interpretação. Se, de um lado, os fatos reclamam sentidos e, por outro o homem está condenado a significar, é esta relação entre as duas necessidades, a dos fatos e a do homem, em relação ao significar, que constitui o cerne do gesto de interpretação, e sua eficácia ideológica (p.95)

A segunda ordem é a da Língua, concebida aqui para além da base linguística, para além do sistema saussuriano. A língua que tratamos neste momento é da ordem do significante, do equívoco, insuportável na base linguística, porque alude a um Real da língua, esse ponto de impossibilidade de simbolizar e, por isso mesmo, pleno de toda a significação. Mais especificamente anterior ao gesto de interpretação que o fará remeter-se a um recorte específico de significação²².

Aqui, temos o divórcio derradeiro com concepções alhures de língua como signo. A língua apresenta-se-nos como significante, na lacaniana acepção (“o significante é o que representa o sujeito para outro significante”). Enquanto Real, ela

²¹ Se nos é permitida a explicação tautológica, ei-la: o discurso histórico. No entanto, ela pode deixar de ser tautológica se a contrapusermos a “o discurso, histórico”.

²² A assunção desse ponto implica o afastamento peremptório da concepção de literalidade.

não nos é acessível, mas essa ordem se nos instaura²³ como organização – e aí sim temos um conceito de língua mais próximo ao senso comum: base linguística, sistema saussuriano, forma linguística.

A terceira é a ordem do Sujeito, o inconsciente, sítio que preexiste às demais duas tópicas freudianas e que irrompe no “sujeito-falante” (construído no e pelo simbólico) de forma imprevista e à sua revelia. Usamos a terminologia “sujeito-falante”, de Pêcheux, para guardarmos certa distância aqui do sujeito histórico, embora nesse sujeito estejam materialmente ligados o inconsciente e a ideologia. Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, precisa essa relação, quando afirma que

a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente (1995, p. 301).

Afetando esse Real, temos o primeiro dos três registros lacanianos: o Simbólico. O Simbólico afetará o Real da história produzindo o sentido; o Real da Língua, produzindo o sistema semio(linguístico); e o Real do Inconsciente, produzindo o sujeito (e aqui cremos poder retomar o sujeito como acontecimento simbólico). Como esse Simbólico vem imerso de uma cultura, de um contexto sócio-histórico, de um conjunto de representações e práticas que o precede ao mesmo tempo em que dele deriva, temos a ideologia. Entendemos ideologia aqui no sentido discursivo (não a que inverte ou que oculta): mecanismo estabilizador de sentidos, de (re)produção de valores, de naturalização de representações. O sentido, a língua e o sujeito não podem, pois, não ser ideológicos. A ideologia na esteira do Simbólico os precede e constitui.

No entanto, o processo de “intervenção” no Real pelo Simbólico não dá conta do todo – inapreensível. Por não haver superposição perfeitamente coincidente entre os dois registros, acaba sempre produzido um sítio intervalar; hiância esta que produzirá um resto. Esse resto emergirá nessa superposição – que produz o real –, produzindo efeitos de sentido adversos urdidos no Real. Esse resto responderá pela falha, pela falta, pela possibilidade de ruptura. Esse resto produzirá fissuras na arquitetura do real.

²³ Retificamos: parece instaurar-se-nos, uma vez que partimos da consideração de que nós é que nos instauramos na língua.

Como terceiro registro, temos o Imaginário, onde são construídas representações de partições desse Real. Assim, se no Simbólico temos fatos e sujeitos, *exempli gratia*, no Imaginário temos um trabalho de leitura sobre esses fatos ou sujeitos, no âmbito tanto do sujeito histórico quanto do eu, que os particularizam, identificam dentre um corpo de fatos ou sujeitos possíveis. Tomemos o caso de um dado fato histórico.

O fato X em si, sem nome e indiscernível de todos os outros, é *non-sens*, pleno de todo sentido, pois é da ordem do Real. No entanto, ao distingui-lo de outros (é um fato particular – distingue-se do todo – e é o fato X e não o Y ou o Z), já estamos no nível do Simbólico. Isso porque, por esse gesto de interpretação, produzimos o fato. Estamos operando uma incisão no Real, linearizando-a em uma sequência temporal (quando de facto começou X?), designando-o (a que filiação de sentido o termo “designação de X” responde?) e a materializando no verbal e/ou no não verbal (a própria materialidade do texto escrito ou da foto significará diferente). O fato tem já uma dimensão ideológica ao ser discernido do todo e dos outros, atualizada em um jogo de sentidos complexo, administrado em seu gesto de leitura.

O Imaginário, por sua vez, estabelecerá uma relação de mão dupla entre o seu conjunto de representações e esse fato. O imaginário, por ser um dos sítios de funcionamento da dupla estrutura ideologia/inconsciente, seguramente apresenta tensões e contrapontos entre as diversas representações sobre algo, não sendo de modo algum considerado aqui um bloco homogêneo, no entanto é quando trazido ao simbólico que tal(tais) relação(ões) se estabelece(m) a partir da atribuição de sentidos.

Queremos reiterar que a divisão S/R/I, quanto a um fato qualquer, é meramente para fins de exposição, uma vez que ocorrem imbricadas e concomitantes. O ponto que nos interessa de fato tanger aqui é a postulação desse Real como constructo teórico necessário para explicar determinados fenômenos semânticos observados, como a incoerência, o mal entendido, o lapso, a possibilidade de várias interpretações, o funcionamento metafórico do significante.

Se a partir do corte no Real – incisão que constrói discursivamente a realidade –, temos esse resto “incômodo”, temos também como resultado desse corte efeitos de sentido disciplinadores da interpretação e que atendem os nossos pragmáticos anseios de um mundo “semanticamente normalizado” (e aqui “norma” tem uma das tantas produtivas e felizes ambiguidades pècheuxtianas).

Esse efeito de realidade, evidência (corte no Real da história), efeito de organização e estabilização da língua (corte no Real da língua) e efeito de subjetividade (corte no Real do inconsciente) são construções discursivas que operamos a partir de nossas ilusões subjetiva e referencial e de sua contrapartida: esquecimentos nº 1 e 2.

No entanto, essa sorte de efeitos, malgrado a sua força injuntiva – porque baseada na extensão imemorial do trabalho de leitura, porque corroborada pelo sujeito de nossa formação social predominante e porque elaborada como condição dos (e resposta aos) anseios do sujeito pragmático – ainda está à mercê de uma deriva interpretativa, derivada de sua inserção no Simbólico. Ao mesmo tempo em que esses efeitos se “naturalizam” pelo funcionamento ideológico do discurso (tanto mais eficiente quanto mais velador dessa engenharia), são sítios de ruptura. Encontramos a resposta para esse paradoxo em Pêcheux, que vê nessa superposição de zonas do Real um

fenômeno bem mais maciço e sistemático para que possamos aí ver uma simples impostura construída na sua totalidade por algum Príncipe mistificador: tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente [...] (2002, p.32)

Para fins de estabilização conceitual em nosso trabalho, optaremos pela distinção entre “Real”, tomado como registro lacaniano da região do impossível, e “real”, tomado como construção discursiva fundada em um gesto de interpretação (submetido ou não a um forte efeito de sentido de evidência). Na primeira acepção, temos o que não descobrimos, mas o com que nos deparamos. Na última acepção, tomamos a realidade nossa de cada dia, enquanto sujeitos pragmáticos ou “simples particulares” (PÊCHEUX, 2002), e até mesmo o real disciplinar, isto é o arcabouço teórico-metodológico de determinado domínio do saber.

Nesse ínterim, pensamos na distinta relação que um matemático, e.g., pode estabelecer com sua disciplina. Pode ater-se ao já-lá, ao real da matemática, estabelecido, mas pode também forçar os limites teóricos, trabalhar no eixo polissêmico, encontrar um ponto de tangibilidade com o Real. Conforme nos ensina Pêcheux, temos que “o domínio das matemáticas e o das ciências da

natureza lidam com o real²⁴ na medida em que se pode dizer de um matemático ou de um físico que ele encontrou a solução de uma questão até então não resolvida” (2002, p.30)

Indubitavelmente, não foi a AD que fundou a concepção de “realidade” como constructo humano. A concepção de que o mundo natural é apenas acessível pela língua é visitante benquisto em vários sítios teóricos²⁵. O objeto da AD é que essa construção está além do linguístico: é uma construção discursiva. E para retomarmos tal discussão nas páginas ulteriores, mister se faz que discutamos um pouco mais sobre o que é o “discurso” e como se realiza o seu processo.

3.1 CONSTITUIÇÃO, FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO DISCURSO

Para Orlandi (2005), a compreensão do processo discursivo envolve analisar três instâncias de sua produção: a constituição, a formulação e a circulação. A constituição, grosso modo, dá-se a partir do interdiscurso, nela intervindo o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Isto é: nela intervêm "a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação" (ORLANDI, 1998, p.39). Para nos situarmos nesse quadro, começemos pelas condições de produção do discurso que aludem à sua constituição. Ou melhor dizendo com as palavras de Orlandi (2005):

Os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; e
3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições. (p.9)

Malgrado a didática separação, cumpre observarmos a intrínseca inter-relação dessas três instâncias. O discurso constitui-se de um interdiscurso, de uma

²⁴ Obviamente, em Pêcheux, não há a distinção maiúscula/minúscula que usamos aqui. E obviamente também não pretendemos nenhuma espécie de “avanço” na teoria pêcheuxtiana com essa distinção notacional.

²⁵ Para dar uma ideia do quão, basta lembrarmos a célebre frase wittgensteiniana: “Os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo”.

memória, realiza-se no nível da formulação (textualizando-se) e circula; os três “momentos” sob, indefectivelmente, dadas condições sócio-históricas. Essa relação entre constituição e formulação (na qual o discurso será realizado na materialidade do simbólico, sendo “dito” na enunciação) parece-nos bem explicada por Orlandi (1999) em:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (p. 33)

Essa relação aqui apresentada como dupla pode ser considerada ainda tripla, se considerarmos que

os ‘meios’ não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc). (ORLANDI, 2005, p.11-12).

Se a circulação e a formulação serão tratadas posteriormente neste trabalho, subvertamos a “ordem” para trazer um breve comentário acerca da circulação. A circulação concerne a quais trajetórias sociais percorre o discurso e a sob que condições isso se dá. Assim como a constituição e a formulação, também a circulação concorre para formar o caráter material do sentido, pois “os dizeres são como se mostram” (ORLANDI, 2005, p.12).

3.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Antes de chegarmos propriamente às condições, cumpre-nos retomar a discussão sobre o processo discursivo. Em Pêcheux (1997), encontramos que qualquer processo discursivo inscreve-se numa relação ideológica de classes. Ideológica, porque é sempre uma representação, um gesto de interpretação que deriva da posição-sujeito. O “conjunto de mecanismos formais que produzem um

discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” é, consoante Pêcheux, o processo de produção do discurso, para cuja análise importam:

- o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais) [...]
- o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e esse processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão. (1997, p.74-75) [grifos do autor]

É da relação, pois, entre forças sociais que emerge o discurso, e a ela deve parte de suas “circunstâncias”, termo que Pêcheux a *posteriori* substituiu pela expressão “condições de produção”, conjunto de elementos que são constitutivos do discurso. Assim, o discurso tem, em sua interioridade, a exterioridade refletida, seja como contexto sócio-histórico (história aqui como história e como historicidade), seja como formações imaginárias (conceito que abordaremos a seguir). Isso nos autoriza a leitura de que o funcionamento do discurso não é exclusivamente lingüístico, nem existe isoladamente, alijado do que lhe é exterior.

As condições de produção de um discurso, por sua vez, referem-se tanto à sua inscrição na história (contexto amplo) quanto às circunstâncias da enunciação (contexto imediato), de sorte podemos falar em condições sócio-históricas e condições enunciativas de produção, embora ressaltando a inter-relação entre elas, mormente as últimas como atualização das primeiras. Para delinear mais sinopticamente, recorreremos a Indursky, para quem as condições de produção determinam e realizam uma dada relação entre os sujeitos e uma memória, incorporando ao peso de uma releitura a noção posta alhures de “situação”. Ainda para a autora, as condições de produção de um discurso

remetem a ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social’. As relações de força entre esses lugares sociais encontram-se representadas no discurso por uma série de ‘formações imaginárias que designam o lugar, que o destinador e o destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, construindo deste modo o imaginário social’. (1997, p.28)

Aludindo a que o discurso não é produzido pelo sujeito como “fonte de conhecimento, mas como efeito dessa rede de relações imaginárias” (p.28), a autora tange um dos conceitos capitais desenvolvidos por Pêcheux, o das Formações Imaginárias, todavia antes que a elas cheguemos, convém discutirmos antes um outro conceito: o de lugar.

3.3 O LUGAR DISCURSIVO

A relação supradita envolve a constituição de “lugares”. Antes de procedermos à discussão do conceito, observemos o que desenvolve Pêcheux acerca de um dado discurso de um deputado na câmara. Tal prática discursiva, para o autor, seria

parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (PÊCHEUX, 1997, p. 76-7 [grifo nosso]).

Ainda na mesma obra, Pêcheux manifesta que os efeitos de sentido que esse discurso produz estão em relação direta com o lugar do qual ele é produzido/enunciado (1997). Uma declaração como “a situação atual de nosso país exige cuidados especiais” seguramente não significa de forma igual quando enunciada a partir do lugar do político, do professor, do operário, do padre. Sem esclarecimentos adicionais, o sujeito colocado em B produz diferentes leituras do que seriam esses “cuidados”. Pensamos encontrar, para tais afirmações, sustentação em Orlandi, quando a autora afirma que

podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis, etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (1999, pp. 39-40.)

Esse lugar social, que constitui um lugar discursivo para materializar um sentido, seguramente é instituído ideologicamente e é uma representação do Imaginário. No entanto, como já referimos anteriormente, não há exata homogeneidade na extensão desse lugar (ou seríamos obrigados a supor que todos os operários sejam suporte exatamente de um mesmo discurso), o que implica a consideração de que nem todos os sujeitos enunciadorees ocupem a mesma posição em uma FD.

Dessarte, aqui calha adir ao conceito de forma-sujeito (o sujeito plenamente identificado com a FD em que se inscreve, já tratado aqui) o conceito de posição-sujeito. A posição-sujeito dá conta do fato de que os sujeitos enunciadorees ocupam diferentes sítios ao longo da FD, estando dessa sorte expostos a diferentes elementos da exterioridade. Um padre pode ocupar diferentes posições na FD católica: da *opus dei* à teologia da libertação, passando pela apostólica romana, e, em cada uma dessas posições, diferentes discursos outros vindos do interdiscurso (diferentes FDs) incidirão.

Dorneles (2005) parece-nos apresentar uma produtiva sinopse sobre as diferenças entre lugar discursivo e posição-sujeito:

Quadro 1

LUGAR DISCURSIVO - LD	POSIÇÃO-SUJEITO - PS
Espaço virtual com possibilidade de ser ocupado;	Posição preenchida no ato da constituição;
Espaço de reunificação do disperso;	Espaço de dispersão do sujeito;
Espaço heterogêneo, constituído no conjunto de discursos circulantes na Formação Social;	Espaço homogêneo, constituído sob dominância de uma FD;
Identificação entre lugar e seu ocupante não é condição necessária para a ocupação se efetuar;	Identificação com a Forma-sujeito como condição necessária de existência;
Estabilidade maior, lugares estratificados;	Estabilidade menor, pode vir a ser de pouca duração;
Visibilidade no mundo factual;	Acessibilidade só pelos dispositivos teórico e analítico;
Instituído pela Circulação dos discursos;	Emergência na constituição e formulação do discurso;
Pré-construído;	Atualidade;
Efeito discursivo.	Efeito discursivo.

Tornando ao exemplo pêcheuxiano do discurso da câmara, podemos, de acordo com nosso objeto discursivo, traçar ou reconhecer diferentes lugares discursivos, consoante importem a nosso trabalho de interpretação, assim como diversas posições-sujeito. No discurso de um deputado, que ocupa um lugar social e discursivo (ambos visíveis no mundo factual), podem irromper saberes de posições-sujeito diversas (não visíveis): conservadora, revolucionária, “fisiologista” etc.

Assim como o lugar de onde se diz é constitutivo desse dizer (basta observarmos a “erosão” de relações que se produz entre as bancadas ruralista e ecológica na definição de um sintagma como “desenvolvimento agrário”), é também constitutivo desse dizer um mecanismo (inconsciente) que Pêcheux cunhou como *antecipação*. A antecipação do que vão pensar acerca do que diz implica

que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o espera. Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso, já que o ouvinte, ou o auditório, pode bloquear o discurso ou, ao contrário, apoiá-lo por meio de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não verbais. (PÊCHEUX, 1997, p. 78)

Essa antecipação baseia-se em um jogo de imagens, representações que temos de nós mesmos, do nosso interlocutor e do de que estamos falando. Ou, como bem melhor diz Pêcheux (1997, p.83), “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias”.

3.4 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

De acordo com Pêcheux (1997), essas representações funcionam a fim de designar o lugar tanto do sujeito colocado em A (que poderíamos, à revelia do refinamento pêcheuxtiano, chamar de “locutor”) quanto do sujeito colocado em B (“interlocutor”). É a partir desse jogo de imagens que cada sujeito faz do seu próprio lugar e do lugar do outro, que funciona o mecanismo de antecipação referido anteriormente.

As formações imaginárias são representadas assim por Pêcheux:

Quadro 2

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A I (A) A I (B) A I (R) A	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A “Ponto de vista” de A sobre R.	“Quem sou eu para lhe falar assim?” “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” “De que lhe falo assim?”
B I (B) B I (A) B I (R) B	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B “Ponto de vista” de B sobre R.	“Quem sou eu para que ele me fale assim?” “Quem é ele para que me fale assim?” “De que ele me fala assim?”

Nesse esquema adaptado²⁶ de Pêcheux (1997, p. 83-84), vemos que essas representações abarcam também o referente do discurso; referente na acepção de “objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física”. Essa observação parece-nos marcar distância do esquema comunicacional de Jakobson (que lhe serviu de base), pois este, além de referir o referente como a coisa em si, produz uma visão asséptica do sujeito: sem ideologia e sem inconsciente.

²⁶ Adaptado, porque este esquema é apresentado dividido em dois no texto de Pêcheux.

A distância, se nos é permitida a aparente digressão, entre o esquema precursor e o de Pêcheux parece-nos aumentar, quando o filósofo francês afirma que a língua “serve para comunicar e para não comunicar” (Pêcheux, 1997, p.21). No esquema de Jakobson, nem a possibilidade de B entender erroneamente A é considerada, porque, abstraindo os pontos de vista, se supõe que R lhes seja idêntico e que o código, transparente. Qualquer coisa fora disso é considerada “ruído” na comunicação.

A importância da noção de Formações Imaginárias reside no fato de que, para Pêcheux, são elas que realizam as antecipações, e estas definem a “estratégia do discurso”. Tal estratégia não se limita, por exemplo, à imagem que A faz de B – I A(B) – ou à de B sobre A – I B(A). Mas também à imagem que A faz da imagem que B faz de A: I A (I B (A)). Por outro viés de raciocínio, temos diferentes antecipações como a dominante em uma estratégia. É o que podemos observar na seguinte explicação:

no discurso terapêutico, tal como é concebido pela psiquiatria clássica, a imagem que o paciente faz de si mesmo que é o principal do discurso, ou seja, I B(B). Na relação pedagógica, a representação que os alunos fazem daquilo que o professor lhes designa é que domina o discurso, ou seja, I B(IA(R)), em sua relação com IA(R). Enfim, no discurso do diretor de prisão, tudo está condicionado pela imagem que os detentos formarão do representante do regulamento através de seu discurso, ou seja, I B(A) , pois se trate, para uns, de saber "até onde dá pra ir com ele" e, para o outro, de lhes tornar isto significativo. (PÊCHEUX, 1997, p.86)

3.5 MEMÓRIA DISCURSIVA

Em Pêcheux (2002, p. 56), a inter-relação questionada entre estrutura e acontecimento (encontro de uma atualidade e uma memória), provocação que deu o mote do título original em francês da obra, aponta para o fato de que "todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos" (mencionados acima), em virtude de que emerge de uma memória e se realiza em uma prática. Assim, um não funciona sem o outro²⁷, ou seja, a

²⁷ Talvez por esse motivo na tradução do título original se tenha trocado a interrogação pela afirmação, congelando o valor disjuntivo do “ou” e o relendo por “e” (como em “portadores de diploma de curso superior ou candidatos com mais de 23 anos têm direito a um processo seletivo especial”). No percurso trilhado pelo gesto de interpretação do tradutor, foi-se da provocação pêcheuxtiana a uma resposta.

materialidade do discurso e do sentido não prescindem da materialidade linguística tampouco da histórica.

Para Indursky (1998), a relação entre os dois conceitos do título da obra pêcheuxtiana é que, ao mobilizar a memória discursiva, a estrutura trabalha com aquilo que pode ser repetido (“repetível”) e que está inscrito em um tempo de larga duração. Já “o acontecimento discursivo trabalha com a ruptura do mesmo, com a instauração do novo [...]” (p.18). O tempo do acontecimento, em contraposição ao do repetível, é curto, porque logo é absorvido pela estrutura, logo é incorporado à memória. Nas palavras da autora, “instituída a ruptura com o dizer memorial, abre-se um novo domínio de memória, em torno do qual outros dizeres irão inscrever-se, participando também da estrutura” (INDURSKY, 1998, p.18).

Como consequência de o nosso objeto não ser o indivíduo empírico, não faria sentido nos referirmos à memória como uma memória pessoal, individual; alerta aliás presente em Pêcheux (1999). Rejeitando esse estatuto idiossincrático em AD, o autor a trata como “sentidos entrecruzados [...] da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador”, que formam “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (p.50).

Na AD, a memória trabalha pelo jogo da repetição (de discursos, saberes, textos ou sequências). Para Orlandi (1999, p. 54), esse jogo dá-se de três formas: a) repetição empírica (mnemônica), que ela cunha como “efeito papagaio”, pois apenas repete; b) repetição formal (técnica), que consiste em dizer com outras palavras o mesmo; e c) repetição histórica, que recebe esse nome porque “historiciza” o dizer e o sujeito – a partir do equívoco e da falha, ultrapassa o tecido de evidências posto pelo imaginário, irrompendo o diferente no mesmo, produzindo o acontecimento. É na última forma de repetição que se situa a polissemia, quando o dizer “repete” o saber da formação discursiva – porque não há como irromper do nada –, mas produz a ruptura, instaura novo sentido.

Radicalmente ligada ao estatuto do sujeito em AD e aos tipos de repetição, a memória jamais poderia apresentar, na teoria, “um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (Orlandi, 2005, p. 56). Ao contrário, o que há são “‘furos’, ‘buracos’ na memória, que são lugares, não em que o sentido se ‘cava’, mas, ao contrário, em que o sentido ‘falta por interdição’. Desaparece. Isso

acontece porque toda uma região de sentidos, uma formação discursiva, é apagada, silenciada, interdita (ORLANDI, 1999b, p. 65).

No seguinte excerto (PÊCHEUX, 1999), encontramos uma primeira relação da memória com a gestão de sentidos e o trabalho de leitura. A memória como repetição – e, enquanto repetição, produtora de efeitos de sentido como consequência de ser reprodutora de sentidos – suportaria o gesto de interpretação, pois

haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem a meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos). Mas, sempre segundo P. Achard, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento [...] (p.52)

A repetição, embora fora da AD lembre uma relação mimética entre um “original” e uma “cópia”, presentifica-se na teoria como movimento dos sentidos; essa condição advém da incompletude e se realiza no processo metafórico. Essas relações parecem-nos bem tecidas na seguinte afirmação de Orlandi (1999):

Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos, nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados (p.37)

3.6 PARÁFRASE E POLISSEMIA – EFEITOS DE REPETIÇÃO E MOVIMENTOS DA MEMÓRIA

Dado que o movimento é constitutivo da linguagem, não nos parece razoável supor que, nas relações parafrásticas, não haja movimento de sentidos, deslizamentos. Há, mas tal deriva é fortemente congelada pelas regularidades enunciativas da formação discursiva. Em outras palavras, há deslizamento de posições-sujeito, mas de alguma forma ainda reconhecidamente identificadas à

forma-sujeito. É quando há indícios de uma desidentificação, quando determinado saber não pode mais ser suportado na FD, aí sim temos a emergência de um novo sentido: temos a polissemia.

Para Orlandi, a linguagem funciona pela constitutiva “tensão entre processos parafrásticos [ligados à *produtividade*] e processos polissêmicos [ligados à *criatividade*]” (1999, p. 36, grifos nossos). Se nos primeiros há uma manutenção local de regras e saberes (do mesmo), há no segundo um trabalho de deslocamento dessas regras e saberes; condição para intervir o diferente. Fundamentalmente, o que temos é uma relação em moto-contínuo entre a possibilidade do mesmo e a do diferente de irromper na enunciação, situando o enunciado em um eixo parafrástico ou polissêmico, conforme a repetição do saber/dizer.

A paráfrase alude tanto a um procedimento de substituição – em um dado discurso, de um segmento por outro, do que advêm uma relação sinonímica entre os mesmos e um deslizamento de sentidos – quanto ao que Pêcheux (1997) considerou inicialmente como “matriz de sentido”, o estabelecimento de uma repetição de sequências, do que resultaria produção de sentido. Essa dupla referência é encontrada também em Orlandi (1999), que considera a paráfrase como um fato de linguagem e um procedimento heurístico. Ainda para a autora:

os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. (ORLANDI, 1999, p.36)

Pêcheux e Fuchs afirmam, sobre o resultado dessa produção, que

o 'sentido' de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela [sequência] possa ter vários sentidos). (1997, p. 169) [grifo dos autores, em aspas simples, e nosso, em itálico]

A observação sobre as “famílias parafrásticas” retoma, por “evocação lateral”, um postulado capital em AD: o de o sentido sempre poder ser outro, porque pode ser realizado em outra FD, mas não qualquer um, porque é em uma dada FD que ele é realizado (PÊCHEUX, 1997). Assim como derivam os sentidos, de acordo com as FDs em que se situem, convém lembrar que também as Formações Imaginárias, as imagens de si e do outro, derivam (menos nas relações de paráfrase, mais nas de polissemia). Se há a repetição do mesmo, sob outra formulação, sempre há um sentido que desliza no dizer.

Pêcheux (1995) conceituou a FD como um “espaço de reformulação-paráfrase”. Serrani (1997), além de perguntar-se sobre a diferença entre “reformulação” e “paráfrase” – para ela a primeira aludiria ao nível intradiscursivo, e a segunda, ao interdiscurso –, baseia-se nessa consideração de Pêcheux e na de paráfrase como procedimento heurístico (ORLANDI, 1999), para introduzir o conceito de ressonância de significação como condição para o estabelecimento de uma relação de paráfrase entre duas ou mais unidades linguísticas. Para Serrani, estamos diante de uma paráfrase

quando podemos estabelecer ante as unidades envolvidas uma ressonância – interdiscursiva – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua (1997, p. 47).

Na direção contrária, há polissemia, quando a repetição de dizeres se torna uma repetição histórica, isto é: quando o ponto de encontro entre o dizer e a memória permite a irrupção do novo, do que desloca a rede de saberes da qual adveio e à qual se reconstituirá, reconfigurando-a. Esse é o processo marcado pela *criatividade*, o processo polissêmico, que, nas palavras de Orlandi,

implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes. (1999, p.37)

3.7 TIPOLOGIA E FUNCIONAMENTO DO DISCURSO

Já discutimos que, em AD, concebemos a polissemia como algo intrínseco à língua. Com isso, refutamos a ideia de uma literalidade e de uma univocidade de sentido para determinada palavra ou enunciado. Essa/esse significa conforme as condições de produção do discurso: as condições sócio-históricas e as condições enunciativas, no jogo discursivo que põe o sistema linguístico em funcionamento. Claro fica que toda essa gama de possibilidades de construir significação não seria atendida por um pressuposto de transparência de sentido ou mesmo de intencionalidade por parte do sujeito. Aliás, pouco importa o que o sujeito teria querido dizer, mas o como significa (e o sentido é sempre outro, à deriva, polissêmico).

Orlandi (1996, p.15) propõe uma tipologia que prevê três tipos fundamentais de discurso. O primeiro tipo é o discurso lúdico, caracterizado por ser “aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal (enquanto objeto, enquanto coisa)”. Ainda para a autora, “os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o nonsense)” (p.15). Nessa relação triádica – locutor, interlocutor e o objeto do discurso (o referente) –, não há uma relação de predominância entre os interlocutores, assim como não há um controle da polissemia. O discurso lúdico possui grau acentuado de reversibilidade.

Já o segundo concerne ao discurso polêmico, o qual “mantém a presença do seu objeto”, sem que os participantes se exponham, embora tentem dominar o seu referente, “dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada (o exagero é a injúria)” (p.15). Nessa relação de disputa entre os interlocutores, tenta-se condicionar a reversibilidade.

No terceiro, temos o discurso autoritário, em que há uma relação entre os interlocutores que dissimula o que detém o poder. O referente é dominado nessa estratégia de subjugação do interlocutor. Esse assujeitamento a uma “verdade”

imposta pelo locutor implica a inexistência da reversibilidade, já que só a ele é dado o direito de fala, em uma polissemia contida que atesta a assimetria entre os dois sujeitos. No discurso autoritário,

o referente está ausente, oculto pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando)”. (ORLANDI, 1996, p.15)

Orlandi afirma que não se deve imputar a esse último uma característica opressiva ou repressiva, simplesmente pelo termo “autoritário”. O termo refere-se a um discurso de autoridade, em que se anula a possibilidade de interlocução (não há o que contestar) e que “tende à monossemia”. Assim, seriam “autoritários” tanto o discurso realizado na prolação de sentença de um juiz quanto o realizado no discurso didático expositivo.

No entanto, mais importante do que categorizar discursos – um mero recurso teórico para que o analista situe o seu procedimento heurístico – é perceber como eles “funcionam”. Orlandi parece corroborar tal visão ao afirmar:

As tipologias são elaboradas a partir de categorizações heterogêneas sobre o texto e são da ordem do discurso, ou seja, representam uma construção teórica. O conceito de funcionamento, entretanto, permite uma dinâmica, uma passagem entre conceitos, não os estagnando em uma relação unilateral: através da idéia de funcionamento [, temos que] texto e discurso se determinam mutuamente, são interdependentes. Dessa forma, é possível procurar no texto o que faz com que ele funcione, e é essa sua qualidade discursiva; paralelamente, é no texto, na sua materialidade específica (seus traços) que se constitui a discursividade. (ORLANDI, 1996, p. 230)

3.8 INTERDISCURSO

Tomado às vezes como sinônimo de memória, o interdiscurso é um dos conceitos capitais da Análise de Discurso. Orlandi apresenta-nos um bom resumo do que seja esse conceito, quando afirma:

O interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer. É ele que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas. (1996, p.18)

Essa relação quase sinonímica entre memória e interdiscurso é corroborada pela autora, quando diz que o interdiscurso é:

aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (1999, p.31)

No entanto, tomaremos duas passagens de Pêcheux para embasarmos nosso ponto de discrepância entre os dois conceitos. A primeira alude à proposta pêcheuxtiana:

propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (1995, p. 162)

A segunda, por sua vez, refere-se ao funcionamento da Ideologia em geral que “se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, do interdiscurso intrincado nesse complexo)” (p.62). Nesse excerto, notamos que a substituição de “interdiscurso” por “memória” parece produzir uma variação de sentido. Temos assim – ao menos, pensamos – que, se o interdiscurso funciona como memória (produzindo um efeito de sinonímia entre os conceitos em muitos casos), é justamente a memória um dos seus domínios (talvez o principal).

Discutir como o discurso se textualiza, se formula, é o propósito do capítulo a seguir.

4 A PRODUÇÃO DO TEXTO

4.1 DO INTER- AO INTRADISCURSO

Nesse capítulo, nosso objetivo é tratar como a Análise de Discurso teoriza o processo de formulação e de textualização, o efeito-texto, o processo enunciativo e a deriva de interpretação. Para tanto, retomemos, pois, a discussão sobre o que é o interdiscurso.

Na concepção de Orlandi (1999), é o já-dito que sustenta a possibilidade mesma de dizer. Isto é: o conjunto de tudo o que é dizível, conjunto esse que torna possível o dizer e que reside no fato de que algo fala, “*ça parle*” antes, em algum outro lugar (PÊCHEUX, 1995, p.162). Toda vez que falamos, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido antes, não na acepção de um estoque lexical de significados, mas de uma relação com a memória discursiva: o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos. Assim, a possibilidade da tomada da palavra reside na condição do acesso (in)consciente a esse dizível. Orlandi (1999) adverte que o interdiscurso, *qua* historicidade, determina dentre as condições de produção (exterioridade) o que é relevante para o discurso. Sobre esse jogo entre o exterior e o interior do discurso, Orlandi ainda acresce:

Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. (p. 33)

Para Courtine (2009), o interdiscurso, em um processo incessante de reconfiguração, organiza os saberes de uma FD a partir das posições ideológicas que ela representa em uma dada conjuntura. Para tanto, incorpora elementos da exterioridade do discurso que organizam a repetição e irrompem no enunciado, situando-o em uma dada memória. Ainda para o autor, o interdiscurso pode ser representado por um eixo vertical. Esse eixo “corta” o eixo horizontal – o da

formulação ou intradiscurso –, que representa a inscrição na língua (ou em outra materialidade, acrescentamos²⁸) daquilo que o sujeito histórico selecionou sob dadas condições, atualizando-o.

Promovendo esse encontro da materialidade da história com a da língua, o intradiscurso (formulação) é o ponto de confluência do simbólico com o político na textualização da memória, na sua corporalidade (ORLANDI, 2005). Nesse ínterim, Pêcheux (1995) – ao demonstrar que, pelo interdiscurso, o discurso do sujeito estabelece uma relação consigo mesmo (“o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois”) (p.166) – aponta que

o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal do ‘exterior’ [...] a forma-sujeito [...] tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro já-dito do intradiscurso. (p. 167)

No entanto, se o interdiscurso determina o intradiscurso, como se dá essa determinação? Se o interdiscurso é um eixo vertical que corta o eixo horizontal do intradiscurso, que ponto de intersecção é esse e quais seus efeitos? Para tanto, vamos recorrer à introdutora da AD no país. Ao referir que a ideologia, na perspectiva teórica da AD, não é “punctual” nem “segmentável”, mas sim se apresenta sob “uma forma de existência indelével, presente-ausente”, Orlandi (2005) afirma:

Não é um ponto do texto que “mostra” a ideologia. É a formulação que se coloca como uma cesura no *continuum* da discursividade e, ao fazê-lo, se compromete com uma versão (interpretação, formação discursiva, ideologia). (p.13)

A tomada da palavra é o ponto em que se recorta a discursividade, o ponto (0,0) dos eixos. Ele recorta a discursividade e, por isso, se compromete com uma dada interpretação – estabelecida em relação paradigmática com outras –, a partir da qual reconhece uma dada posição-sujeito e um dado sentido. Ao mesmo tempo, ele interrompe o silêncio fundante (pleno de sentido) e começa a tecer o fio

²⁸ Convictos, mas ainda assim sem desprezarmos algum risco.

do discurso, dispondo sintagmaticamente o dizer, linearizando uma dada atualização da memória dos sentidos (da história e da língua). Mas se o ponto de cesura inscreve o sentido na língua como o interdiscurso se realiza linguisticamente?

4.2 O EFEITO DE PRÉ-CONSTRUÍDO

Embora o conceito seja o resultado de um exercício teórico de Pêcheux sobre a obra de Frege, o termo “pré-construído” foi criado por Paul Henry. De todo modo, o pré-construído é aquilo “[...] que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.” (PÊCHEUX, 1997, p.99).

O pré-construído seria aquilo que, face ao fato de que o sentido não está na formulação, garante a ela a evidência do seu sentido, realizando linguisticamente a presença do interdiscurso, e ao sujeito-falante a sua evidência subjetiva, uma vez que “ancora” o já-dito da FD que o assujeita (p.156). De acordo com Pêcheux (1995),

o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (p. 164, grifos do autor)

Esse autorreconhecimento do sujeito, esse assujeitamento realiza-se sob a dupla forma do pré-construído e da articulação (que funciona como discurso-transverso). A primeira forma alude simultaneamente tanto aos “conteúdos de pensamento” – ou seja, àquilo que *deve* pensar o “sujeito universal” (suporte da identificação) – quanto àquilo que todo mundo pode ser e entender numa “situação” determinada, sob a forma das evidências do “contexto situacional” (PÊCHEUX, 1995, p.171, grifos do autor). A segunda corresponde a remissões, a saber: evocação intradiscursiva (“como dissemos”), retorno do Universal no sujeito (“como todo mundo sabe”) – o que todo mundo daquela FD ou situação sabe – e

universalidade implícita de toda situação “humana” (“como todo mundo pode ver”)²⁹ – aquilo que qualquer ser humano pode ver.

Em Malidier, encontramos que o pré-construído representou o “elo decisivo para que a teoria do discurso estivesse verdadeiramente concernida com os funcionamentos linguísticos”, pois o conceito “fornece a ancoragem linguística da tomada do interdiscurso” (2003, p.34). Pêcheux e Henry, a partir de uma leitura materialista aplicada às conclusões de Frege, encontram outras respostas para a interface entre sintaxe e semântica. Para tanto, operam um deslocamento teórico importante ao refletir sobre a noção de pressuposição de Ducrot e trazê-la à teoria sob outra concepção³⁰ (p.35). No entanto, embora uma perspectiva lógica e a dos dois autores (Frege e Ducrot), Henry pontua bem um dos aspectos em que se diferenciam:

Frege não procura, como o pretende abusivamente Ducrot, a lógica na linguagem, ele quer apenas definir um uso lógico da linguagem (lógico significando aqui adequado para o conhecimento e para a ciência). Ducrot, ao contrário, procura na linguagem uma lógica, que seria ao mesmo tempo uma semântica: o empreendimento pressupõe que uma tal lógica exista, o que não nos parece evidente. (1992, p.69-70).

Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux discute longamente o desenvolvimento da análise lógica de Frege quanto ao fenômeno da predicação em relativas restritivas e explicativas, combatendo a proposta de asepsia das linguagens naturais (“defectíveis” para Frege) baseada na exclusão do sujeito. Ao trazer o sujeito, Pêcheux relê a interface entre sintática e semântica não como um problema meramente lógico e/ou linguístico, mas discursivo. Para Malidier (2003):

A releitura de Frege faz também voltar a política. A questão de Frege sobre a denotação da expressão a “vontade do povo” faz parte dessas questões obsidianas que estimulam o pensamento de Michel Pêcheux. Uma questão que conjuga nele o amor à língua e à política. (p.47).

²⁹ Essa passagem parece remeter, para nós, ao que discutiremos sobre o ato de ver (na exata medida de que, mesmo biofisicamente, não vemos todos a mesma coisa). Isso levanta a seguinte questão: “como todo mundo pode ver” não é também o retorno do Universal no sujeito?

³⁰ Em outros termos, Pêcheux e Henry encharcaram a enxuta pressuposição ducrotiana com o balde da História.

Para Pêcheux (1995), uma característica fundamental do pré-construído é que ele evidencia a separação “entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a preexistência deste último [sob a forma de um já-lá], marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento” (1995, p. 102). Um desses dois domínios representa para o sujeito o “impensado do pensamento”. Para Malidier (2003, p.47), “o pré-construído pode articular ao mesmo tempo o efeito de anterioridade ou de distância [já-lá sempre já-aí] e o efeito de identificação ou de reconhecimento”. Quanto a esse último, o efeito de pré-construído consiste na “modalidade discursiva da **discrepância** pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já-sujeito’ ” [grifo nosso] (Pêcheux, 1995). Diz ainda o autor:

[...] essa discrepância (entre a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, e o sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos) funciona "por contradição", quer o sujeito, em toda a sua ignorância, se submeta a ela, quer, ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de "espírito" (1995, p. 156, grifos do autor).

Retomando a distinção entre objeto de pensamento e pensamento, podemos ver em Pêcheux (1995) a refutação da análise do sentido de uma frase como verificação de “condições de verdade”, pois o objeto de pensamento pode apontar tanto para um objeto existente quanto para um inexistente no “mundo real”. Nesse último caso, seja porque sabemos que ele existe, mas não podemos particulariza-lo por meio de uma designação ou nominalização (no máximo, podemos construir uma referência discursiva a partir de uma sentença: “a próxima espécie viva a ser descoberta na Terra”); seja porque somente admitimos sua existência como suporte para o desenvolvimento de um raciocínio (como na frase “O poder régio dos Estados Unidos absolveu o presidente do submundo digital”).

Admitida fosse a hipótese da “imperfeição” das línguas naturais, admitida forçosamente seria a conclusão de que o efeito de sentido nas duas situações supracitadas seria impossível (como nomear o que não existe?), “indevido” ou não válido³¹. A menos que, para além desses pressupostos, se admitisse igualmente uma sensibilidade da relação referencial ao domínio em que a palavra ou a

³¹ Em outras palavras: sem sentido; “ruído” de comunicação. Não é o que observamos, porém.

expressão se encontra³². Como se a expressão “o poder régio” da frase citada anteriormente reconhecesse não existir naquele país e se julgasse uma licença da “eficiência” da língua, sinalizando ao leitor como reconstruir o caminho que a liga a um “referente”.

Deslocada para o discurso lúdico (lembramos aqui o HQEH³³ – “homem que é homem”, de Verissimo), para o campo literário (e.g. o camoniano “amor é dor que desatina sem doer”), para o campo artístico (“*nada* é uma palavra esperando tradução”³⁴) ou mesmo para as tautologias que sustentam discursos preconceituosos (e.g. “Ela tinha um plano de economizar, mas ‘mulher é mulher’...”), a baixa *performance*³⁵ da hipótese de imperfeição na língua fica evidente, por precisar recorrer a explicações *ad hoc* que sustentem alguma especificidade dos exemplos pretendidos. Aqui, seguimos a orientação pècheuxtiana de que nada na poesia seria estranho à língua (1995), o que se traduz por todas as manifestações da língua apresentarem uma regularidade que foge a regiões insulares de sentido, nas quais ela funcione binariamente: ou com “perfeição” ou sem.

Parte substancial do que julgamos aqui o estatuto deficitário dessa tese, atribuímos a essa construção teórica do referente como algo (totalmente) exterior à língua. Em contraponto a essa concepção, parece-nos que, em AD, trabalha-se (mais) com a noção de “referência discursiva”, que, para Mariani, alude a questões tanto de

base linguística (os muitos e possíveis modos de se falar sobre) [quanto] históricas (em termos de fronteiras impostas para os processos de significação pelas nem sempre visíveis determinações sociais e jurídicas que, regulando as formas de dizer, impedem que se signifique qualquer coisa, de qualquer lugar, em qualquer tempo) (2004, p. 110).

No constructo teórico que resgata essa exterioridade e o próprio sujeito para a discussão do sentido, a hipótese do pré-construído interroga essa tentativa da lógica de livrar assepticamente a língua de suas “agruras”, principalmente de um

³² De algum modo, as palavras precisariam perceber quando adentrassem determinados domínios (o ficcional, por exemplo) para ativar ou desativar restrições de possibilidade de sentido. Ah, também precisariam viver em um mundo onde tais fronteiras fossem precisas...

³³ Crônica em que Verissimo satiriza estereótipos de masculinidade.

³⁴ Letra “Piano bar”, do grupo musical Engenheiros do Havai.

³⁵ Que se perdoe o gracejo da escolha do termo.

sujeito que teima em não ser dela apenas usuário³⁶. Com a famosa frase “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, temos um fenômeno interessante a partir do qual Pêcheux explica sua teoria. Enquanto o discurso do ateísmo militante nega, na 'proposição em seu todo', a existência de Jesus, fá-lo mediante a pressuposição de sua existência (1995). O paradoxo consiste em admitir a possibilidade de o objeto de pensamento existir para, no pensamento, refutá-la. O mestre então arremata:

Não deveríamos, ao invés disso [declarar a frase ateia supraexarada como absurda e desprovida de sentido], considerar que há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase? (p. 99).

A discrepância referencial entre o todo da proposição e o seu objeto (malgrado este sirva ao primeiro como pressuposto, não comungam ambos do valor de verdade) implica uma operação, no mínimo, estranha à retidão lógica de Frege. Nas tautologias, tal descompasso fica ainda mais exemplificado, senão qual o sentido, nos termos fregeanos, de se tomar a palavra no excerto supramencionado “mulher é mulher”? Ou melhor: qual efeito de sentido advém de enunciados supostamente “óbvios”³⁷? O que temos ali, pensamos, é o processo metafórico *par excellence*, funcionando em seu grau máximo na não coincidência da palavra com ela mesma, a partir da exata incisão de um pré-construído (o que a forma-sujeito de uma FD machista deve saber sobre a “mulher”).

³⁶ Nesse contexto, um sujeito com intenção só pode ser “licença poética” da teoria...

³⁷ O lógico e os Racionais MCs (grupo de rap brasileiro) – Uma sequência como “Homem é homem, mulher é mulher. Estuprador é diferente, né?”, trecho da letra de música “Diário de um detento”, que alude a uma prática específica bastante comum do relacionamento dos detentos nos presídios, realizaria várias “imperfeições”, em termos fregeanos: da organização social, da língua, da vida, do ser humano, das políticas de segurança pública e prisional...

4.3 O EFEITO DE SUSTENTAÇÃO

Além de o interdiscurso funcionar na formulação como efeito de pré-construído, funciona também como “efeito de sustentação”, responsável por realizar a “articulação entre as proposições constituintes”. Assim, os elementos do interdiscurso, mediante os dois efeitos, “constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p.163). Essa relação é explicitada na seguinte asserção do autor:

O interdiscurso enquanto discurso-transverso, por sua vez, atravessa e põe em conexão os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita.(p.167)

Assim, o efeito de sustentação tem um “caráter incidente: [...] constitui a evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base”, numa espécie de ‘retorno do saber no pensamento’. (p.110-111). Ele realiza a articulação, que “está em relação direta com o [...] discurso-transverso, uma vez que [...] a articulação (o efeito de incidência “explicativa” que a ele corresponde) provém da linearização [...] do discurso-transverso no [...] intradiscurso”, funcionando como um processo metonímico (p.166).

Na frase que utilizamos de exemplo sobre a mulher, a adição de uma expressão como “todos sabemos” (“Ela tinha planos de economizar, mas, *como todos sabemos*, ‘mulher é mulher’”) lineariza a evocação lateral de um pensamento (sobre o objeto de pensamento ancorado linguisticamente pelo pré-construído), realizando dessarte o que Pêcheux designou como “articulação” (1995).

Em outras palavras, tanto o efeito de sustentação quanto o efeito de pré-construído são as realizações do interdiscurso no intradiscurso. Enquanto o pré-construído advém do interdiscurso, “ancorando-se” no nível da formulação e fornecendo um objeto de pensamento (que, por óbvio, existe previamente, sob um trabalho de leitura que mobiliza uma dada memória discursiva), o efeito/processo de sustentação é a articulação do “construído” na enunciação, linearizando o

pensamento sob as condições da FD dominante. No caso em tela, obviamente um discurso machista.

4.4 A TEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO

Na vida quotidiana, o texto faz parte do imenso rol de “evidências” que sossegam os ânimos dos indivíduos empíricos. Ele é tomado como uma unidade, fechada, regida sob esses e outros determinados “critérios de textualidade”. No entanto, se nos propomos a analisá-lo do ponto de vista da sua dimensão discursiva, isto é, na sua relação com o discurso, convém termos alguns cuidados teóricos, a começar por sua definição. Para Orlandi, o texto:

é a unidade de análise. [...] No entanto, se vemos no texto a contrapartida do discurso – efeito de sentido entre locutores – o texto não será mais uma unidade fechada nela mesma. Ela vai abrir-se enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leitura que, ao meu ver, mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com “falhas”, com “defeitos”. (p. 64) O discurso se representa assim na sua materialidade linguístico-histórica por uma matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea. (2005, p. 114)

Tomá-lo na visada discursiva significa analisá-lo imergido em suas condições de produção, conforme aponta Indursky (2006):

[um texto] só pode ser pensado como um espaço discursivo heterogêneo e simbolicamente fechado pelo trabalho discursivo do sujeito-autor: ao costurar e organizar os recortes heterogêneos, dispersos e provenientes de diferentes cadeias discursivas, é produzida a textualização desses elementos, [textualização essa que] é responsável pelo efeito de apagamento das marcas de sua procedência, de sua exterioridade/heterogeneidade/dispersão. (p.71-72).

Essa “exterioridade/heterogeneidade/dispersão” remete à afirmação de Orlandi (1999) de que o discurso constitui-se uma dispersão de textos, ao passo que o texto é uma dispersão do sujeito. A autora ainda acrescenta que o texto se constitui de forma heterogênea, visto que o sujeito ocupa (marca) várias posições no texto; posições essas que correspondem a variadas formações discursivas. Em um

mesmo texto, podemos nos deparar com enunciados oriundos de discursos diversos e derivados de várias formações discursivas.

Se lembrarmos que, de acordo com Pêcheux, o sentido não é dado pelas palavras, mas sim pelas FDs a que remetem, a relação texto-sentidos torna-se especialmente *sui generis* e muito cara à AD, pois difere muito de outros lugares teóricos. Para precisar um pouco mais a que nos referimos, escolhemos esta citação de Gregolin (2001a):

Como alçapões, os textos capturam e transformam a infinitude dos sentidos em uma momentânea completude... Inserido na história e na memória, cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno voo (p. 10).

Como falantes, estamos condenados a nos inscrever em uma relação com os sentidos e os textos (assim como com a língua) que é muito anterior a nós e a que tentamos parcial e pontualmente aceder a partir de um gesto que produz nada mais do que um recorte na heterogeneidade e na dispersão. Um recorte que textualiza a repetição de saberes, sob a condição de sobredeterminação, instauremos ou não um ponto de ruptura, uma relação polissêmica com a memória.

Importa-nos aqui então é definir o texto em seu duplo estatuto: como objeto empírico (que passaremos a chamar de efeito-texto, em uma despreziosa domesticação da deriva de sentido) e como objeto teórico – no qual, o texto não começa nem termina ali. Na superposição dessas estruturas, o texto empírico é nosso objeto na exata medida de por ele chegarmos aos outros textos que o constituem, aos discursos onde se constituem seus sentidos. Orlandi aclara-nos essa relação entre discurso e texto:

O texto organiza (individualiza) a significação em um espaço material concreto. A organização do texto enquanto unidade é reflexo indireto da ordem do discurso, não sendo possível se passar diretamente de um para outro. É só a teoria que permite, a partir de indícios sobre a ordem do discurso, detectar a configuração da organização das unidades do texto que são significativas em relação a essa ordem. (1999, p. 66).

Dessarte, para que tenha circulação, o discurso precisa textualizar-se. Para tanto, ele representa-se “na sua materialidade linguístico-histórica por uma

matéria empírica, o texto, que lhe é heterogênea, O que está aí em discussão é a forma material, isto é, da projeção da discursividade no texto” (ORLANDI, 2005, p. 115). Assim, um texto

tem em suas margens muitos outros textos, as famílias parafrásticas, indicando tantas outras formulações – textualizações – possíveis no mesmo sítio de significação e que se organizam em diferentes espaços significantes. [...] Um texto é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis, movimento do dizer face ao silêncio tomado aqui como horizonte discursivo, o ‘a dizer’ e não o vazio (p.90).

Esses “muitos outros textos” pertencem à ordem do interdiscurso e constituem o texto, sob o princípio estruturante do esquecimento, diferentemente do “intertexto” – a relação entre um texto e outros textos. Além da diferença já exarada entre interdiscursividade e intertexto, convém termos atenção ao que se está entendendo aqui por “intertextualidade” (para a qual, o esquecimento não é estruturante como o é para o interdiscurso). Em Orlandi, temos a diferença entre “o funcionamento da intertextualidade – formulações que remetem a outras formulações” e “o efeito do interdiscurso, onde as formulações já não são percebidas como tal, em seus limites, pois estes não são mais representáveis” (ORLANDI, 2005, p. 214, nota 3). Concertadamente a isso, a intertextualidade, para Indursky (2001, p. 29-30), é “a retomada/releitura que um texto produz sobre outro texto”, para que aquele se aproprie deste com o intuito de transformá-lo ou assimilá-lo. A intertextualidade, ainda para a autora, “lança o texto a uma origem possível” (p.30).

4.5 A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO – O EFEITO-TEXTO

Esse texto que surge, como objeto empírico, efeito de apagamento de suas condições de produção, dentre elas a do sujeito, é conhecido por “efeito-texto”. Para Cazarin e Lassen (2008), o “efeito-texto pode ser entendido como a organização homogênea que o sujeito-autor consegue dar ao texto por meio do trabalho de textualização, ao usar, com um aparente “esquecimento”, elementos do interdiscurso” (p.64).

Assim, na perspectiva aqui assumida, se o discurso se dispersa em textos (reprodução de saberes que representam recortes de um discurso, na medida em

que são “dispersão de sujeitos”), o texto empírico é o efeito de um processo ulterior de textualização do discurso: a inscrição do discurso no simbólico e na materialidade da língua. O texto empírico é, em verdade, um efeito-texto, e entre essa organização textual e a “ordem do discurso” temos um

espaço difuso, de indecisões, de limites fluidos. A não sobreposição perfeita, o ajuste inevitável entre discurso e texto resulta na multiplicidade possível de sentidos, atestando mais uma vez a abertura do simbólico, deixando ver os pontos de subjetivação do indivíduo interpelado em sujeito. (ORLANDI, 2005, p. 113)

Assim como o discurso necessita de textualizar-se para circular, também o texto precisa organizar a dispersão de sujeitos que o constitui, a fim de atender ao sujeito pragmático. À semelhança da simulação de sentidos (os efeitos de sentido), a organização textual se constitui a partir de efeitos de textualidade. São eles que garantem a aparência do que no senso comum se entende por “texto”, a partir do efeito de literalidade e de transparência que produz a partir da base linguística. Vejamos sucintamente alguns.

Constituem-se do efeito de unidade (que gere o gesto de interpretação de que o texto tenha uma existência corporalizada e que seja, *e.g.*, um texto e não dois – provoca um gesto de reconhecimento: “isso é um texto”), do efeito de homogeneidade (que dissimula as posições-sujeito que o constituem e que direciona a leitura de que o texto tem um corpo), o efeito de completude (que reúne os efeitos de início e de fechamento, dissimulando a incisão do/no interdiscurso), efeito de coerência (que dissimula a heterogeneidade discursiva que o constitui), efeito de não contradição (que dissimula a contradição radical do sentido), efeito de evidência (que dissimula o estatuto político do sentido e que gere o gesto de interpretação), efeito de progressão (que simula uma linearidade na formulação de saberes). Gallo (1992) ainda relaciona a função-autor aos efeitos de textualidade:

A assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da função-autor consiste, em última análise, na assunção da “construção” de um “sentido” e de um “fecho” organizadores de todo texto. Esse “fecho”, apesar de ser um entre tantos outros possíveis produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse “fecho” torna-se “fim” por um efeito ideológico produzido pela “instituição” onde o texto se inscreve: o efeito que faz parecer “único” o que é “múltiplo”; “transparente” o que é “ambíguo” (p. 58, grifos da autora).

Orlandi (1993) afirma que, das instâncias de representação do sujeito no discurso/texto (autor, locutor, enunciador), a de autor é a mais afetada pela exterioridade. Essa afetação produzirá um fenômeno curioso ao senso comum: é justamente na função-autor onde se produz o maior apagamento do sujeito, pois é do autor que se cobra inclementemente representar-se como origem e fonte de seu discurso (ORLANDI, 2004) e enunciar sob o compromisso de reproduzir efeitos de textualidade.

O autor é, pois, o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido. Não basta 'falar' para ser autor; falando, ele é apenas falante. Não basta 'dizer' para ser autor; dizendo, ele é apenas locutor. Também não basta enunciar algo para ser autor. (ORLANDI, 1993, p. 79).

Embora trate o autor como “posição” e não como “função”, Tfouni (2001) vê o autor como uma estratégia do sujeito para “estruturar seu discurso (oral ou escrito) de acordo com um princípio organizador contraditório” (p.82). Para a autora ainda, “o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção dos sentidos, procurando 'amarrar' a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua”, procedimento necessário para que ele tente “controlar” a deriva e a dispersão dos sentidos (p.83).

Entretanto, se o efeito-texto atende aos anseios do mundo “semanticamente normal” e às expectativas dos “simples particulares” (PÊCHEUX, 1995), a superposição entre discurso e texto não é em pleno coincidente. Há sempre um real do discurso, inacessível, resistente ao simbólico. Há sempre uma decalagem entre o discurso – instância da ordem – e o texto, da organização (hiância essa reforçada pela decalagem entre o real da língua e a língua *qua* sistema). Esse intervalo instaurado no não recobrimento pleno dá margem às derivas da interpretação. Dessarte, o texto, para Orlandi,

vai se abrir enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras que, a meu ver, mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com 'falhas', com 'defeitos'. Isso mostra, por sua vez, a relação da língua com a história, que não é perfeitamente articulada, resultando de um jogo da língua sobre a própria língua, face a sua inscrição na história. É por [isso] que dizemos que o equívoco é constitutivo da discursividade, ou seja, o equívoco é a inscrição da falha da língua na história. (2005, p. 64)

4.6 CONDIÇÕES ENUNCIATIVAS DE PRODUÇÃO

Assim como os sentidos se constituem à revelia do sujeito, a tomada da palavra, esse ponto qualquer que produz um recorte na discursividade – atualizando-o na enunciação –, obedece determinadas regras. A partir do que tratamos quanto às condições sócio-históricas de produção, valer-nos-emos do conceito de interdiscurso, que nos parece a ponte para tratarmos as enunciativas. Assim recorreremos a Orlandi, para quem:

As circunstâncias imediatas [enunciativas] da enunciação já são determinadas por esta exterioridade e elas funcionam de forma desigual no discurso. A significância do contexto é delimitada pelo já-dito que con-forma o conjunto da situação que intervém no dizer. É só o que conta para o sentido "x" (efeito de pré-construído) que faz parte das condições de produção imediatas. Isto quer dizer que o trabalho do contexto não é nem direto nem automático, o que desloca a forma como a pragmática considera o texto. Este não é nem empírico, mas histórico, submetido pois às exigências da materialidade linguístico-discursiva e à relação do simbólico ao imaginário (1998, p. 76).

Como se vê, embora o contexto influa na materialização do sentido, também ele já é sobredeterminado pelo interdiscurso. Achard (1999) avança nessa discussão aludindo ao trabalho retroativo na memória, visto que ela “é sempre reconstruída na enunciação”. Em nosso trabalho, preferimos o termo “reconfigurada” ou “retroalimentada” por “reconstruída”. Ainda para o autor, em corroboração à afirmação supramencionada de Orlandi, a enunciação deveria ser tomada, não como advinda do locutor, mas na perspectiva de operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

A projeção do sujeito histórico no texto ou enunciação dá-se mediante posições-sujeito, que regionalizam saberes de uma FD. Essas posições, que são discursivas porque representam no discurso posições sociais/ideológicas, realizam-se na enunciação, sustentando o dizer de posições enunciativas (enunciadores/locutores³⁸). Com a finalidade de sermos mais claros quanto a que estaremos nos referindo no decorrer da análise, adotaremos a seguinte distinção: chamaremos à representação da forma-sujeito do texto: **sujeito enunciador ou**

³⁸ Pêcheux parece-nos usar um termo por outro indistintamente.

universal³⁹; aos sujeitos históricos que particularizam a FD dominante e respondem por posições e saberes que integram o primeiro: **posições-sujeito x** (em que x é saturado por, e.g., posição-leitor, posição-sujeito médico, posição-sujeito católico, posição-sujeito comunista, posição-sujeito n); e, finalmente, às posições alusivas a sujeitos empíricos representados no texto, quando houver (e.g. o cantor Zeca Pagodinho na peça publicitária analisada no próximo capítulo): **locutores**⁴⁰.

4.6.1 A incontornável heterogeneidade do dizer – marcas do discurso na formulação

A necessidade de representar várias perspectivas sócio-históricas, ideológicas presentifica o jogo de forças sociais que se debatem na arena do discurso/texto. Essa heterogeneidade discursiva do texto remete-nos a algumas das especificidades teóricas do sítio em que nos encontramos. Embora partissem de estudos de enunciação, tais especificidades da AD – em especial o sujeito disperso e a determinação histórica do discurso/sujeito/sentido – provocaram um diálogo tortuoso com outras teorias, em especial a de Benveniste, de quem o grupo de Pêcheux criticava especialmente o sujeito de perspectiva idealista.

Em Pêcheux e Fuchs (1997), encontramos um esboço de enunciação para o projeto da AD:

os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm como característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. (p. 175-176)

Nessa citação, encontramos pressupostos do edifício teórico da AD, como as condições de produção – no caso enunciativas, que trataremos logo a seguir – e

³⁹ Convém notar que anteriormente tratamos da função-autor, função cujo argumento é o sujeito de direito que responde pelo texto. No nosso entender, ela tem importância no sentido de que mobiliza uma memória sobre o que é um texto e como ele se organiza para circular socialmente; não para a enunciação, uma vez que a noção de locutor daria conta da representação do “autor” (indivíduo empírico) do texto, caso houvesse necessidade.

⁴⁰ Entenderemos locutor aqui como a coincidência da posição enunciativa com um sujeito empírico real (sujeito de direito que responde pela enunciação) ou ficcional (personagem).

os esquecimentos, que citamos no capítulo sobre o sujeito e evocaremos concisamente logo a seguir. Entretanto, foi alhures que uma concepção de enunciação foi desenvolvida em atenção a tais pressupostos, reconhecido pelo próprio Pêcheux (2002):

certas tendências recentes da linguística são bastante encorajadoras (...). Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: a equivocidade, a 'heterogeneidade constitutiva' (A expressão é de J. Authier).(p.50-51) [grifos do autor]

O trabalho teórico de Authier-Revuz (1990 e 1998) sobre o processo enunciativo, embora situado em um outro lugar teórico, comunga princípios da AD a que nos filiamos, razão pela qual convocamos a autora para o embasamento necessário. Para ela, como para a AD, o discurso é necessariamente heterogêneo, e o sujeito, cindido, des-centrado, embora na enunciação simule homogeneidade, pois

Sempre, sob nossas palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente”. (AUTHIER-REVUZ, 1990)

A linguista propõe, então, uma teoria que objetiva tratar essas “outras palavras”, ou seja, as formas materiais dessa heterogeneidade, partindo da premissa de que é “o fio do discurso” o sítio no qual um locutor único produz, real e materialmente, “um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, [que] inserem, em uma linearidade, o outro” (1998, p.2). Concebendo duas formas de fazer essa inserção do outro, a autora sustenta que a

heterogeneidade constitutiva do discurso e [a] heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição. (1990, p.32).

Nesse jogo com o Outro/outro, a heterogeneidade constitutiva é aquela estabelecida com o Outro lacaniano e com o interdiscurso. São dizeres que

incorporamos e reproduzimos como se fossem nossos, como se estivessem sempre-já-aí. Pelo esquecimento nº1 (o de que não somos origem do “nosso” discurso), as fronteiras são diluídas, reforçando essa “evidência subjetiva”. Para Gregolin (2001b), há um paralelo que pode ser estabelecido entre a heterogeneidade constitutiva e a interdiscursividade. É o que nos permite concluir o seguinte excerto da autora, para quem a ordem do discurso seria uma ordem do enunciável, logo é a essa ordem que o sujeito deve:

assujeitar-se para se constituir em sujeito de seu discurso. Por isso, o enunciável é exterior ao sujeito enunciator e o discurso só pode ser construído em um espaço de memória, no espaço de um interdiscurso, de uma série de formulações que marcam, cada uma, enunciações que se repetem, se parafraseiam, opõem-se entre si e se transformam. (p.72)

Já na heterogeneidade mostrada ou representada, o sujeito, pelo esquecimento nº2, tem a ilusão de estabelecer a fronteira com o exterior, a partir da delimitação de espaços para o outro (interlocutor) conforme a projeção de determinados efeitos de sentido (distância, não assunção do dito, suspeição etc.) relacionados ao discurso desses “outros” e marcados por meio de citações, negritos, aspas, itálicos etc., como “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26).

Aos exemplos citados no parágrafo anterior – que correspondem à heterogeneidade mostrada marcada (porque um recurso linguístico delimita o discurso) –, Authier-Revuz ainda adere a não marcada. Nessa, a negociação com a heterogeneidade constitutiva “joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser confirmado mas também onde pode se perder” (1990, p. 34). É o caso da ironia ou da imitação, por exemplo.

Ainda para a autora, a heterogeneidade mostrada é um modo de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva. Isso se dá na forma de uma denegação, uma vez que, supostamente demarcando um espaço ao interlocutor, se produz a sensação de unidade do dizer. Da mesma forma, em uma glosa, há uma sensibilidade a uma outra posição de leitura, com a qual se tenta dialogar como estratégia de controle do dizer.

Cumpramos destacar que os avanços teóricos propiciados pela remissão pècheuxiana ao trabalho de Authier-Revuz catalisaram uma preocupação desde sempre inerente aos conceitos da análise de discurso, conforme podemos depreender das palavras de Orlandi (1999), para quem a presença de um discurso outro no discurso surge em

função da relação de todo dizer com a ideologia (com a exterioridade, com o interdiscurso). O dizer, logo, nunca é só um. A noção de formação discursiva, tal como foi proposta por M. Pêcheux, a meu ver, nunca foi indiferente a isto. Ao contrário, é um modo de trabalhar essa multiplicidade e essa diferença inscrita na linguagem, uma vez que o múltiplo e o diferente se ordenam no discurso ao produzirem seus efeitos, E é dessa ordem que trata a análise do discurso (p.11).

5 A PRODUÇÃO DA LEITURA – SOB A GESTÃO DOS SENTIDOS

Neste capítulo, propomo-nos a comentar o estatuto do ler em nossa sociedade, bem como o de interpretar em AD.

5.1 A INJUNÇÃO A TEXTUALIZAR E A LER

Ao reformular o seu projeto de criar uma máquina que permitisse uma leitura não subjetiva, Pêcheux deu o tom do estatuto novo que passariam a ter tanto a leitura quanto a interpretação em AD. Observemos:

Há, de fato, uma analogia profunda entre o gesto de leitura e o gesto de descrição: toda leitura destrinça o texto, privilegia certos elementos para ocultar outros, reaproxima o que dispersou, dispersa o que estava unido. Nossa aposta é fazer dessas intervenções operacionalizadas de alguma forma ‘selvagem ou inconsciente’ na ‘leitura espontânea’, intervenções reguladas desmontando o objeto a ser lido segundo os próprios eixos que o estruturam. A análise do discurso não será mais uma prótese de leitura, mas uma provocação à leitura (PÊCHEUX, 1982, p. 278).

Essa “provocação” à leitura é algo bastante forte em uma formação social como a nossa, que exige uma sociedade letrada (ainda que não possamos nos julgar livres para “ler como quisermos”). O certo é que não podemos fugir à nossa sina ideológica e inconsciente de ler, de produzir sentido a partir de um gesto de interpretação. Assim, se, como seres significantes, não podemos não interpretar, a sociedade em que vivemos, por sua vez, nos exige ler e produzir textos com frequência cada vez maior. Lagazzi-Rodrigues desenvolve essa relação entre textualizar e ler, afirmando existir uma

demanda por textualização nos diferentes modos de formulação significativa. Os efeitos de fecho, de unidade, coesão e coerência se impõem no dia-a-dia, nos mais diversos modos de nos relacionarmos com as linguagens. Portanto, a relação simbólica do sujeito com nossa sociedade se faz sob a injunção de textualizar. No entanto, essa injunção se propõe como exigência da responsabilização do sujeito pelo texto, sem nomeá-lo como autor. (2006, p. 99)

Ainda para Lagazzi-Rodrigues, “estamos sob a injunção da textualização, mas⁴¹ negados como autores possíveis” (2006, p.99). Não pretendemos aqui desenvolver a questão da autoria, no entanto nos importa sobremaneira a alusão a mecanismos a partir dos quais é exercido o controle social sobre a prática da escrita, visto que é condição de escrita que o sujeito cumpra determinadas regras, mesmo quando lhe negam a condição de autor. O seu dizer tende a uma mera repetição formal, que não atinge a repetição histórica⁴².

Podemos relacionar essas regras de textualização, que nos dizem que não podemos textualizar de qualquer maneira, ao gesto de ler, às regras sociais de interpretação, que também nos dizem que não podemos interpretar de qualquer maneira. A relação parece-nos plausível, até porque produzir um texto é sempre-já um gesto de interpretação. Dessarte, assim como há injunções no textualizar, há também no interpretar.

Todavia, se o interpretar captura o sentido em sua deriva – exemplificado por Orlandi (2004, p.64): “Interpretar é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro” –, como ele poderia ser domesticado? Cremos encontrar a resposta em Pêcheux (1995), para o qual todo enunciado pode significar de forma outra, uma vez que seu sentido pode ser sempre outro, mas não qualquer um.

O sentido não pode ser qualquer um, porque um enunciado (ou um texto) sempre se filia ou responde a uma FD. Ademais, o sentido sempre pode ser produzido e recebido em lugares discursivos diferentes, o que faz com que não signifique da mesma forma para o locutor e para o interlocutor. De acordo com as condições de produção do discurso, essa hiância de significação pode estar (ou melhor: está) já prevista, fazendo parte do seu jogo de significação.

5.2 O TRABALHO (SOCIAL, DISCURSIVO) DE LEITURA

Pensamos já haver discutido a não univocidade do sentido, assim como sua não literalidade. No entanto, se o sentido pode ser sempre outro, mas não

⁴¹ Em nossa leitura, talvez relativizássemos o peso dessa conjunção, substituindo-a por “mesmo quando” ou “ainda que”. Provavelmente por nos aproximarmos da concepção de “autoria” em Orlandi (1993).

⁴² Expressão de Orlandi (1999).

qualquer um, mister se faz compreender que há um processo de disciplinamento da leitura, dirigindo-a para sustentar determinadas posições em nossa sociedade. Conforme já falamos, a polissemia deve ser contida, controlada, conforme o tipo de discurso penda para o autoritário. Ironicamente, o precursor da AD destaca que:

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de 'terapêutica da linguagem' que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. [...] uma expansão dos privilégios 'literários' da leitura interpretativa em amplos setores onde [...] a prática da 'leitura literal' se mostra perfeitamente insuficiente. (PÊCHEUX, 1982, p. 59-60)

Pêcheux constata a divisão entre “literatos” e “cientistas”, a partir das diferentes/contraditórias maneiras de ler o arquivo (entendido aqui no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’)” Ao filósofo, dessarte, resta claro que assistimos a uma nova divisão do trabalho de leitura, a uma incisiva e flagrante reorganização social do trabalho intelectual. As consequências desse rearranjo repercutirão diretamente sobre como nossa sociedade se relaciona com sua própria memória histórica (1982). Nessa linha de raciocínio, é corroborado por Maldidier (2003), para quem essa

'divisão social do trabalho da leitura' [...] opõe os 'ruídos' da leitura literal aos que gozam do privilégio da interpretação, de tal modo que os primeiros são condenados à 'letra' enquanto os segundos acedem ao sentido. Aí estão duas leituras, mas também duas culturas, tradicionalmente designadas como 'científicas' e 'literárias' (...) Para Michel Pêcheux, neste início dos anos 80, a dicotomia 'científico' vs 'literário' está precisamente em vias de se reorganizar, aprofundando-se... A informática pode representar a mais grave das ameaças... a menos que a utilizemos como uma arma para defender os espaços não fechados dos sentidos.(p.88)

Perpassa essa divisão a (re)estruturação das relações de força em nossa sociedade, que, se hoje é conjecturável que não se dê mais apenas em termos de classes, é ainda assim uma relação política, porque clivada, e contraditória, porque ideológica, entre quem tem acesso ao poder (ou a algum tipo de poder) e quem não tem. E por poder, poderíamos entender o político (senso comum), o econômico, o institucional. A divisão social do trabalho de leitura manifesta-se-nos, reiterando essa relação antípoda, porque a poucos é garantido:

o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”... (PÉCHEUX, 1982, p.58)

Em Orlandi, encontramos a relação do analista de discurso com a administração desse forte jogo de sentidos, Para a autora,

reconhecer que o jogo da palavra é fortemente administrado e explicitar a organicidade desse poder dizer não significa poder ‘dominá-lo’. Ao contrário, o que a Análise de Discurso mostra é a equivocidade desse poder, o fato de que ele está a cavalo sobre a língua e a história, entre a necessidade e o acaso, entre a certeza e o equívoco, entre a estabilidade e a movência, entre a vontade e a indiferença. Não há nem um agente onipotente na origem nem um poder institucional todo poderoso no fim. (1998, p. 17)

A gestão da leitura e dos sentidos funciona igualmente pela administração de uma memória. Em “O papel da Memória”, Pêcheux aponta para esse processo, quando afirma que, a fim de tratar daquilo que é memorizável, é necessário “entender o acontecimento inscrito no espaço da memória sob dupla forma-limite: (1) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever” – e aqui podemos perceber que administrar os sentidos também é permitir que um fato se historicize, ou seja, produza efeitos – e “(2) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido” (1999, p.50) – aqui, uma outra forma de administrar sentidos: absorver dessarte o acontecimento na memória ressignificá-lo⁴³, incidindo em sua materialidade: suas causas, seus efeitos, suas interpretações.

Assim como se administram sentidos gerindo a memória, administram-se sentidos tomando a palavra como estratégia discursiva para instaurar um ponto de censura e de cesura no *non-sens*, no silêncio que, evocando o interdiscurso, permite a fluidez menos dômica dos sentidos. Nas palavras de Orlandi (2007), “(...) se a linguagem é categorização do silêncio, isto é, ela produz a sedentarização dos sentidos, as palavras representam já uma disciplinação da significação “selvagem” do silêncio” (p. 56).

⁴³ Diríamos “assignifica-o”, se a tanto nos arvorássemos.

5.3 INTERPRETAR O INTERPRETAR: O REPARO DO PROCESSO DISCURSIVO

Em discussão anterior, comentou-se acerca da posição do analista de discurso frente ao regime dos sentidos. Isso propõe-nos o seguinte debate: o que é interpretar esses sentidos e em que medida há diferença entre o interpretar de outras teorias, o interpretar do senso comum e o interpretar da AD?

Começemos pela leitura, na perspectiva da AD, que, para Orlandi (2004), ultrapassa a “atribuição de sentidos” do senso comum. A leitura em AD busca pressupostos em duas teorias que refutam o idealismo do sujeito fonte e dono do dizer: a leitura de Freud por Lacan, que trouxe o estatuto do inconsciente, e a leitura de Marx por Althusser, que trouxe a ideologia. Em Mariani (2008), temos uma referência à leitura que Marx empreendeu sobre a análise econômica de Adam Smith; leitura esta cunhada por Althusser como sintomal:

A leitura sintomal [...] distancia-se das práticas de leitura então vigentes: distancia-se da leitura literal, que supõe uma espécie de inocência de um leitor desprovido de ideologia e apto a encontrar o conteúdo do texto, e distancia-se também de uma leitura hermenêutica, que supostamente encontraria nas entrelinhas o sentido oculto do texto.⁴⁴

Ainda segundo a autora (2008), é a “partir dessa restauração de um enunciado portador de vazios, e da formulação de sua questão a partir da resposta” que um discurso pode ser compreendido. É assim que se chega à cegueira de um discurso/teoria sobre o que vê. Mais precisamente a um equívoco, que Althusser situa no “não enxergar o que se vê; o equívoco refere-se não mais ao objeto, mas à própria vista. É um equívoco que diz respeito ao ver: o não ver é, pois, interior ao ver; é uma forma do ver, logo, [função da] relação necessária com o ver” (1979, p. 20).

O sujeito é um efeito de linguagem e, sendo e-feito dela e nela, inscreve-se na cadeia do significante. Logo, não há possibilidade de o sujeito não interpretar: não há como ele romper com a cadeia na qual é urdido (desde a alíngua, conceito lacaniano que se refere ao não todo da língua). Orlandi (1997) no-lo confirma, quando diz que essa relação com o simbólico é fundamentalmente

⁴⁴ Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/artigos_mariani.php> Acesso em: 13 jan. 2012.

uma relação com a interpretação. Ela está na base da própria constituição do sentido. Diante de qualquer objeto simbólico o sujeito é instado a interpretar, a dar sentido. E o faz determinado pela história, pela natureza do fato simbólico, pela língua. Aí está o princípio mesmo da ideologia: não há sentido sem interpretação, mas este processo de constituição de sentido (sua historicidade) não é transparente para o sujeito. Ao contrário, é através de um processo imaginário que o sentido se produz no sujeito na relação que interliga linguagem/pensamento/mundo (p. 26)

Esse imaginário em que inconscientemente nos situamos para dizer quem somos ou o que determinada coisa é, é produto do funcionamento ideológico dos sentidos, uma construção discursiva paradoxalmente antecipada pelo gesto de interpretação e dele antecipadora. É da ordem do discurso, mas também responde à ordem da língua. Instância dupla do desejo/falta e da equivocidade/falha. Dessarte, o sujeito é um acontecimento simbólico. “Se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 49).

Isso faz com que tenhamos a necessidade de retomar a noção de ideologia, para o que convocamos Orlandi:

a ideologia pode ser compreendida como a direção nos processos de significação, direção esta que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político. [...] a ideologia não é dissimulação, mas *interpretação* do sentido (em uma direção). Não se relaciona à *falta*, mas ao contrário, ao *excesso*: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência porque se assenta sobre o mesmo, o já- lá. [...] O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como a interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso. (1990, p. 36).

A ideologia é desde-já o que sustenta um gesto de interpretação, um processo de naturalização de sentidos, porque é o princípio mantenedor das relações de produção, de classe, de poder. Em sua objetividade material, ela tem caráter contraditório, uma vez que está intimamente relacionada às condições de (re)produção do trabalho e, por extensão, das forças de trabalho. Em Orlandi, encontramos a relação entre essa condição do funcionamento ideológico e o gesto de interpretação:

A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro, em que presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso. (ORLANDI, 2004, p. 68)

Não por outra razão que, embora o observatório da AD seja a língua ou a linguagem como sistema ou ordenação, é a compreensão do funcionamento do discurso o objeto de estudo da Análise de Discurso e para tanto mister se faz entender a exterioridade constitutiva no interior do dizer. Embora concordemos com que tal concepção produza resultados coerentes e producentes em plagas teóricas outras, para os fins preconizados na AD, a língua não pode ser aqui entendida como um tablado onde atuem variáveis, na condição de tristes figurantes⁴⁵.

Na língua vista da perspectiva da AD, materializam-se efeitos de sentidos, produzidos em um outro lugar, à revelia desse sujeito, que se esquece de não ser a fonte do dizer, mas que, na falha inevitavelmente autoinoculada da interpelação, vê seu devir de ruptura. Na língua da AD, irrompem o ser desejante e o discurso do seu inconsciente, à revelia também desse sujeito, que esquece não ser dono da própria morada, que exige da língua ordenação, ao passo que ela é ordem: ordem do não toda e da incompletude, semovente na metáfora lacaniana, deriva indômita dos sentidos.

O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história. Esta é uma característica importante da interpretação. Ele sempre se dá em algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política. (ORLANDI, 2004, p.18-19)

Essa direção, política⁴⁶, da leitura deriva da materialidade dessa prática, da sua realização sob uma dada inscrição ideológica. Seguramente, o caráter material não poderia resultar inafetado por esse jogo de sentidos. Orlandi ainda aduz que, sob essa perspectiva,

⁴⁵ Idade, gênero, classe social, etc.

⁴⁶ Para que não nos acusem de não amarmos a precisão da vírgula, atentamos a que seja “(...) direção, política (...)” e não “(...) direção política (...)”.

qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória). (2004, p.14)

Sempre interpretamos – (porque) somos injungidos a –, e sempre o fazemos de um lugar; quer tenhamos ciência dele ou não. A AD, pensamos, procura reconhecer, principal e inicialmente, o lugar de onde parte para interpretar. Isso significa restaurar o processo discursivo tanto da constituição daquele sentido quanto de sua leitura. Em outras palavras, nosso objetivo aqui é discutir não só a interpretação de como um sentido funciona, mas também interpretar a interpretação, discutir-lhe o estofa teórico, o procedimento e os resultados. Apenas assim produziremos o reparo, o gesto que se volta a “ver o não ver interior ao ver”. E é a esse exercício que nos propomos no capítulo intitulado “A produção de um dispositivo”.

6 A PRODUÇÃO DA IMAGEM

6.1 RECORTE DE UM CONCEITO DE IMAGEM

A palavra “imagem” aponta para uma multiplicidade de efeitos de sentido, mesmo em áreas que supõem literalidade nesse quesito, como o demonstra uma breve consulta à versão eletrônica do dicionário AULETE, que conceitua “imagem”, dentre outras acepções, como:

(i.ma.gem) sf.

1. Representação ou reprodução de um objeto ou de um ser por meio de desenho, pintura, escultura etc.
 2. Rel. Pequena estampa sobre assunto religioso; EFÍGIE
 3. Reprodução visual de seres, objetos, cenas etc. com o auxílio de aparatos técnicos: O filme mostra belas imagens de Recife
 4. Representação visual ou plástica de uma divindade, de um santo etc.: a imagem de Jesus
 5. Reprodução de pessoa ou objeto em uma superfície com capacidade refletora: a imagem no espelho
 6. Representação mental de pessoa, objeto ou acontecimento; RECORDAÇÃO: Durante anos fiquei com a imagem do acidente na cabeça
 7. Fig. Aquilo que simboliza alguma coisa: A cena era a imagem da miséria humana
 8. Fig. Parecência, semelhança: Fomos feitos à imagem de Deus
 9. Liter. Representação de algo por meio de alegoria, metáfora etc.: As imagens desse livro são muito batidas
 10. Publ. Conceito que uma pessoa, um produto, uma ideia etc. tem em relação ao seu público-alvo: A imagem do candidato melhorou após o debate
 11. Ópt. Reprodução de um objeto pela reunião dos raios luminosos emanados desse objeto depois de passarem por um sistema óptico
 12. Psic. Experiência de tipo sensorial que pode ser parcialmente invocada na ausência do estímulo externo apropriado.
 13. Psic. Qualquer representação mental de uma ideia, de uma abstração ou de um ser imaginário.
- [Pl.: -gens]
 [F.: Do lat. imago, ginis. Ideia de imagem: icon(i/o) (iconografia)]
 [...]⁴⁷

A etimologia da palavra da qual derivou “imagem” – “imago” (latim), correspondente a “eíkon”/“ícone” (grego) – alude, a grosso modo, à representação⁴⁸ visual/pictórica, à faculdade de imaginar/sonhar e ao produto da atividade de

⁴⁷ Disponível em:

<http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=imagem>
 Acesso em: 13 jan. 2012.

⁴⁸ Usamo-lo aqui conforme a acepção corrente.

imitar/copiar. Embora haja nuances entre elas, tais definições guardam entre si uma semelhança, uma vez que aludem ao simbólico, como lugar de substituição do que falta.

Nos termos da perspectiva discursiva aqui assumida, “imagem” pode significar tanto a materialidade visual da textualização de um discurso (como objeto concreto de trocas sociais ou como produto da faculdade da visão) quanto o resultado da produção de um recorte no imaginário acerca de X (ilusões subjetiva e referencial) – projeções (auto)identitárias ou referenciais que, sendo ou não simbolizadas, produzem efeitos materiais. O foco de nosso trabalho é o segundo conceito de “imagem”, ainda que perpassemos os demais (e questionemos o ‘modo de apresentação’ do segundo); precisamos dirimir essa ambiguidade. Para tanto, já estabeleceremos uma primeira distinção: chamaremos imagem objeto empírico (ou imagem-OE), quando nos quisermos referir ao objeto concreto e reservaremos “imagem” à “produção de um leitura”.

Inicialmente, a AD tinha um foco bem mais estrito que o atual. Preocupava-se com o discurso verbal (oral ou escrito) de cunho político. Entretanto, já no texto fundador de 1969, Pêcheux pressentia a necessidade de expandir esse foco (talvez não necessariamente no âmbito da AD), quando apontava a necessidade de uma teoria dos "movimentos diversos que tornam possíveis intervenções" em uma assembleia: assovios, aplausos, risos, murmurinhos, sob o nome de gestos.

Embora não propriamente desenvolvesse um método analítico para a imagem, esta não estava ausente das reflexões do grupo liderado por Pêcheux. Em uma mesa redonda realizada em Paris entre linguistas, filósofos e semioticistas, Davallon (1999) considerava a imagem um “operador de memória”, afirmando que esta “representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador)” (p.27). Aqui, guardamos distância teórica tanto ao fato de a imagem representar a “realidade” quanto a ela poder “conservar” a força das relações sociais e esperamos que, ao final deste trabalho, tal distância esteja devidamente fundamentada. No entanto, se o pensador via a imagem em tom utilitário: "antes de tudo [como] um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação” (p.30), já apontava, nas entrelinhas, para a imagem *qua* materialidade, e essa seria lida no futuro pelo sentido marxista, ou seja como plano discursivo, como inscrição no simbólico das condições de

(re)produção das relações sociais e de trabalho.

Pêcheux, na mesma conferência, conjectura se a imagem não seria um “operador de memória social” que comportaria em seu interior um “programa de leitura”, isto é, um percurso escrito discursivamente em outro lugar; o “acontecimento a ler”. Como muito bem apontado por Fonseca (2008), o termo mais de acordo com a perspectiva marxista, na visão de Mariani, seria “trabalho de leitura”, em virtude da concepção materialista de “trabalho” como “ação transformadora”. O próprio Pêcheux usara a expressão “trabalho social da leitura”, quando discutia a desigual distribuição da tarefa ou responsabilidade de ler/interpretar em uma dada formação social. Ademais, “programa de leitura” parece-nos evocar a primeira fase da AD: a AAD-69 e suas máquinas estruturais fechadas. Nesse sentido, “trabalho” é muito mais pertinente ao movimento de sentidos preconizado na teoria, às relações de reprodução/transformação que já pontuavam as discussões na AD da 2ª fase.

Ao desenvolver posteriormente a posição de Davallon, que fala da *passagem do visível ao nomeado qua* ritual de memória (*recitação de um mito*) detonado por imagens, Pêcheux aponta o estatuto da imagem na teoria:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (1999, p.55).

Monique Sicard (2000) parece-nos corroborar esse viés, sustentando que a interpretação da textualidade imagética não é unívoca, exigindo de cada sujeito um gesto de interpretação que atente para diferentes características da imagem: em sua origem, como reflexo da “realidade” sobre uma superfície refletora; mas também como o que parece (*mimesis*), como o que se vê (*phanein*), como o objeto de conhecimento que dá acesso à realidade (*eidos*), e ainda o que “forma” a visão, a ilusão (*phantasma*) que leva a crer na existência de uma realidade (p.26, grifos nossos).

Relacionamos a última passagem (“leva a crer na existência de uma realidade”) ao efeito de realidade que a imagem-OE instaura e que discutiremos, quando tratarmos a textualização da imagem. Isso porque, a exemplo do texto escrito, também a imagem se submete aos efeitos de fechamento, coerência,

adequação, unidade etc. Nesse sentido, aspectos técnicos da textualidade imagética (plano, cor, enquadramento, dentre outros) serão por nós tratados, quando convierem, como pistas para acedermos ao interdiscurso, através do que podemos restaurar o processo discursivo.

Entendendo como esses efeitos são realizados, formulados visualmente, seja através da formulação e.g. de conceitos como “mulher”, “homem” ou “Brasil”, seja através do que Souza chama de operadores imagéticos (cor, sombras, enquadramento, plano, etc.), acreditamos poder pensar em um dispositivo teórico-analítico capaz de suportar um gesto de interpretação que nem simplesmente adeque a fórceps a imagem ao verbal, nem recorra a outras epistemologias,

não entrando em pauta a materialidade significativa da imagem na sua dimensão discursiva. Ou seja, não se discutem nem os usos que vêm sendo feitos - como na mídia, por exemplo - da imagem, nem as possibilidades de interpretação da imagem social e historicamente determinadas. (SOUZA, 1998).

Aqui estamos interessados na imagem enquanto ordem e não ordenação, para usar outra distinção de Orlandi. Pontualmente, quanto à ordenação do texto visual, não vemos problemas em importarmos conceitos e procedimentos de outras plagas teóricas quando necessário. Pensamos que esse seja um procedimento análogo ao da análise do texto escrito. Afinal, não haveria sentido algum em a AD criar categorias próprias para competir com a fonologia, a morfologia ou mesmo com a descrição gramatical, tendo em relação a essas objeto tão diferente.

Ao tratar da imagem sob uma perspectiva discursiva, muitos trabalhos adotam os sintagmas “discurso imagético”, “discurso da imagem” ou “discurso visual”. Não utilizaremos tais designações, por as entendermos pouco precisas: um “discurso imagético” alude a um discurso sobre a imagem, a um discurso da imagem, a um discurso em imagem ou ainda a um discurso por imagem? Ademais, caberia de fato usarmos a expressão “discurso da imagem” quando correspondentes como “discurso da escrita” ou “discurso da oralidade” são pouco produtivos⁴⁹?

A exposição justifica-se por chamar à atenção o que segue. Parece-nos que o primeiro caso é o de que se trata neste trabalho, ao passo que o segundo

⁴⁹ Ressalvamos que há casos, sim, em que seja produtiva a expressão “discurso da imagem” por contraposição a “discurso da escrita”. Não é o nosso, porém.

permitiria conjecturar que o meio material tem o seu discurso – algo que rechaçamos: parece-nos ponto pacífico que, na teoria (aliás, é um dos pressupostos de que partimos), os sentidos são sensíveis à forma material; parece-nos contrário ao constructo teórico da AD advogar-lhes um “espírito”, uma intencionalidade.

Discurso *em* ou *por* imagem igualmente nos parece indevido por implicar que o discurso caiba ali, na formulação visual, e ali se esgote. Se partimos da conjectura de que a interpretação se instaura na superposição sempre insuficiente, não coincidente entre discurso e texto, é de prever-se a contradição retórica em que imergiríamos adotando o sintagma “discurso em/por imagem”⁵⁰.

Dessarte, procedamos a um ajuste mais fino. Reservaremos a palavra “discurso” para referir o tipo (lúdico, polêmico ou autoritário – conforme Orlandi, 1999) e o campo (político, publicitário, jurídico etc). Quando muito, o discurso próprio de um lugar ou agente social (discurso do professor, discurso do jornal X).

Souza (2001) propõe trabalhar-se a leitura da imagem, aproximando-a da perspectiva da AD, formulando o conceito de “policromia” (do qual falaremos mais adiante), em óbvia remissão à polifonia ducrotiana⁵¹. Refutando que a imagem seja analisada por oposição ao verbal – por isso rejeita o sintagma “discurso não verbal” – , a autora sustenta que o gesto de leitura é diferente: a leitura do verbal pede uma direcionalidade (da esquerda para a direita, na escrita, ou sequência temporal, na oral), ao passo que a leitura da imagem tem múltiplas direções, a depender do “olhar de cada ‘leitor’ ”. Ademais, a autora busca

entender como uma imagem não produz o visível; torna-se visível através do trabalho de interpretação e ao efeito de sentido que se institui entre a imagem e o olhar. Um olhar que trabalha diferente quando da leitura da imagem. O trabalho de interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos. E vai revelar de que forma a relação imagem/interpretação vem sendo “administrada” em várias instâncias. (SOUZA, 2001b)

Concordamos com a autora quando ela relaciona a interpretação da imagem ao contexto sócio-histórico, ao sujeito, ao cultural. Pretendemos adiante desenvolver o tema em outros termos, mas reiteramos já a importância do seu

⁵⁰ Aqui retomamos um procedimento argumentativo. Acaso, haveria aqui sentido em dizermos “discurso em/na escrita” ou “discurso pela escrita”?

⁵¹ DUCROT, 1987.

trabalho, visto que afronta a atribuição de uma natureza mimética ou evidencial à imagem pelo senso comum. Admitir tal cariz em AD seria abrir a “janela da imagem” para a literalidade que expulsamos pela “porta do texto escrito”.

No entanto, guardamos certa distância, quando a autora afirma que a imagem “não produz o visível; torna-se visível”. Mesmo que a autora tenha apensado a observação de que “leitura aqui está sendo utilizada no sentido de decodificação, e não no sentido de interpretação”, operamos nosso distanciamento em virtude de considerarmos que, se a autora está considerando a imagem como objeto empírico, não é nele que está a (in)visibilidade, mas sim nas condições de produção tanto do próprio objeto, no caso da autora, quanto da leitura, no nosso. O contrário – admitir que as (in)visibilidades, os sentidos, estão na superfície do objeto imagem – é tão somente, a nosso ver, trocar a materialidade da realização do esquecimento nº2, ou ilusão referencial, que pressupõe uma espécie de “imanência” do sentido. Tal como na interpretação do texto escrito ou oral, o sentido não está no texto visual, ansiando por um sujeito “decodificador”, o polo antípoda ao emissor da herança jakobsoniana

Em direção contrária ao que afirmara no parágrafo anterior, a autora aduziu que o “resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente [...] à linguagem verbal e não verbal” (SOUZA, 2001b). O excerto afirmado pela autora é-nos caro em virtude de trazer à discussão não somente a imagem que o sujeito supostamente vê, mas a que ele produz a partir do que vê. Essa relação particularmente interessante será central no desenvolvimento de nossas aplicações da AD à imagem.

Para tanto, voltamos a Pêcheux. O autor aplica à imagem postulados da teoria, vendo no texto imagético não a singela mimese da realidade, muito menos a fonte e repositório de sentidos. A leitura da formulação visual parece, para o filósofo, exigir a compreensão do não visível, do que está ausente, mas ali significa. É o que nos parece apontar, quando diz que a imagem

vem restabelecer ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição de legível em relação ao próprio legível. (PÉCHEUX, 1999, p.51-52).

Essa perspectiva de leitura, pensamos estar corroborada pelas seguintes palavras de Souza:

Do ponto de vista ideológico, a interpretação da forma material da imagem pode se dar a partir da ausência (silenciamento) de elementos próprios da imagem dando lugar aos apagamentos de natureza ideológica. Pode se dar também a partir do simbólico, da iconicidade. Ler uma imagem, portanto, é diferente de ler a palavra: a imagem significa, não fala, e vale enquanto imagem que é. Entender a imagem como discurso, por sua vez, é atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não proceder à descrição (ou segmentação) dos seus elementos visuais (2001, p. 74)

Tal afirmação exige-nos algumas reflexões pontuais. Por certo, concordamos que “ler” uma imagem é diferente de “ler” a palavra (e aqui estamos pressupondo que a autora tenha se referido a “ler” na acepção mais próxima a “decodificar”), mesmo porque é lícito postularmos aqui que a leitura da palavra seja algo mais recorrente e trabalhado em nossa sociedade letrada⁵². A questão que nos colocamos é: em que é diferente? Se, por outro lado, deslocarmos a questão para o desdobramento de um outro conceito de “leitura” (como produção e não como decodificação), a questão que nos parece emergir é fundamentalmente outra: é, de fato, diferente?

A segunda observação é nossa concordância com a afirmação de que a imagem “não fala”, embora por motivos diversos aos da analista (os quais lemos como sua refutação à presença de vozes no não verbal⁵³). Na posição que sustentamos aqui, a imagem como texto “não fala”, assim como o texto escrito também “não fala”. São um e outro apenas lugares de realização dos sentidos. Embora os sentidos sejam suscetíveis ao caráter material de que se revestem, são eles que “falam” antes e alhures. A sua suscetibilidade ao meio é sempre-já prevista

⁵² Embora, reafirmamos, exista um discurso de que estaríamos em uma “sociedade imagética”, na qual a palavra estaria condenada ao ocaso... Sem saída, concordamos com isso. Afinal, como poderíamos nos contrapor às copiosas evidências – este trabalho não é escrito, as escrituras de imóveis não fazem uma descrição verbal dos mesmos, a legislação é estabelecida por “videoleis” – dessa expressão tão pura do cerne duro da verdade? Em suma, como nos contrapormos a aquilo que vemos?

⁵³ O termo “vozes” é usado pela autora em remissão teórica a Bakhtin e Ducrot.

nas suas condições de produção, não se tratando de algo a ser “decidido” quando de sua formulação.

Assim como estranhamos a aceção de que a imagem “não fala” na oposição ao pré-construído de que o texto fala⁵⁴, nos causa espécie o excerto “do ponto de vista ideológico”. Isso porque consideramos impossível postular para o gesto de interpretação em AD outro mirante que não o ideológico, como se fora possível deslocar o olhar para fora da ideologia. Ao menos, é o que pretendemos sustentar no capítulo “A produção de um dispositivo”.

Quanto à descrição de que nos fala a autora, é mister que relativizemos, ou melhor, nos apropriemos do que ela diz, para o ressignificarmos aqui. Não proceder à descrição feriria uma cara questão metodológica à AD: ritmar concertadamente descrição e interpretação. Precisamos do sistema (semio)linguístico, da estrutura para, em contraponto à depuração do acontecimento, restaurar o processo discursivo. O que não podemos, isso sim, é estacionarmos na descrição ou nos perdermos nos labirintos do tecnicismo descritivo, na organização da textualidade imagética.

Precisamos atingir a ordem – não só a do discurso, mas a da imagem –, pois aí estão as regras que presidem as formas materiais, as possibilidades enunciativas da formulação. É nesse íterim que de-superficializar, de-sintagmatizar a formulação visual faz sentido. Um dos grandes desafios deste trabalho será o de perscrutar na imagem o equivalente ao conceito de ordem da língua na AD. Enquanto sítio simbólico, a imagem deve ser analisada como espaço de instabilidade, furo, falta, equívoco; enquanto sítio de materialização do discurso, como lugar da falha, como funcionamento ideológico na objetividade contraditória das forças sócio-históricas.

Nessa ordem de duplo estatuto, poderemos ver o que não é visto ali, mas que é o presente-ausente que ali significa e poderemos ver o não ver interiorizado em nosso ver. Quanto a esse primeiro ponto, que desenvolveremos aqui, cremos oportuno trazer novamente a discussão do silêncio⁵⁵, já aqui trazida de Orlandi, para aplicá-lo à imagem.

⁵⁴ Como é indolor pensar ter percebido a recidiva do fantasma idealista, quando seu ronronar macio se dá no sótão alheio...

⁵⁵ Souza (1998 e 2001) faz muito bem, consoante nosso ponto de vista, essa relação.

Conforme pensamos haver já desenvolvido, Orlandi desloca a noção de silêncio do “vazio”, preconizado pelo senso comum, para a plenitude do sentido que preexiste à enunciação. Estabelecendo uma relação com os pré-construídos – que também preexistem à enunciação –, um e outro são condições para que acedamos ao processo discursivo. Todavia, o silêncio traz uma dificuldade analítica adicional: ele não é “ancorado” como o é o pré-construído, não podendo ser recuperado pontualmente no dito/visto. A materialidade do silêncio é outra⁵⁶, assim como o é sua inscrição no simbólico, o que nos obriga a uma reflexão: ela se dá de forma igual ou diferente entre as duas formulações? Para tal, devemos recordar os tipos de silêncio, conforme Orlandi.

O silêncio divide-se em dois tipos: o silêncio fundador, que precede a tomada da palavra e que preenche a pausa entre uma palavra e outra, entre um objeto/conceito e outro, e a política do silêncio/silenciamento. Esse último divide-se em dois: o constitutivo (decorrente da impossibilidade de uma palavra significar tudo: sempre há um não dizer interior, constitutivo do dizer) e o local ou censura (que se refere à interdição do dizer). Aludindo a esse silêncio constitutivo, Orlandi sustenta:

O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras [e pelas imagens]. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo, de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas. (...) É preciso insistir que a matéria significante do silêncio é diferente da significância da linguagem (verbal e não verbal). Ao tornar visível a significação, a fala transforma a própria natureza da significação. Essa diferença de natureza pode ser melhor pensada se considerarmos a articulação entre gesto e silêncio, enquanto expressividade (2002, p. 34-36).

Relacionando o silêncio à imagem, Souza (1998) afirma que

o texto de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ironia. Marcas, porém, que não podem ser pensadas como vozes, porque analisar o não verbal pelas categorias de análise do verbal implicaria na redução de um ao outro. Nesse caso, por associação ao conceito de polifonia, formulamos o conceito de policromia (SOUZA, 1995) buscando analisar a imagem com mais pertinência.

Cabem aqui algumas observações acerca de como deslocaremos

⁵⁶ Postulamos que o “vazio”, que parece facilmente associável ao silêncio, concirna à sua fórmula material (nos termos que veremos nos capítulos ulteriores).

algumas opções metodológicas de Souza para o nosso trabalho. Em primeiro lugar, não utilizaremos a designação “textos de imagens” (senão quando, por oposição, “textos de palavras” faça-nos algum sentido); optaremos por “textualização em imagem” (quando nos referirmos ao processo) ou “formulação visual” (quando, à superfície em si).

Com base em Orlandi, preferi(re)mos tratar por “marcas” as inscrições enunciativas, deixando as linguístico-discursivas à palavra “pistas”. Suspeitamos que nos seja por vezes difícil discriminá-las, mas *a priori* nos parece produtora tal distinção. Tampouco usaremos “vozes” (malgrado termo até recorrente em AD), por dois motivos: (i) o termo evoca os estudos bakhtinianos (referencial que muito respeitamos, mas não adotamos aqui); e (ii) “vozes” parece-nos tranquilamente traduzível por ou “dizeres” ou “(posições-)sujeito”, termos com cuja utilização estamos aqui mais identificados.

A “pertinência” a que se refere Souza envolve, em adição à noção de silêncio, a de polifonia, trazida dos estudos ducrotianos, em seu constructo teórico que visa a dar conta da heterogeneidade discursiva materializada na imagem. Para tanto, a autora postula haver operadores discursivos internos ao imagético ou dele específicos. Reunindo-os, pois, no constructo por ela cunhado de “*policromia*”, a autora abarca os elementos que operam o dizer na imagem (em observância ao não dizer, aos implícitos e aos silêncios), sejam *e.g.* eles as sombras, as cores, os ângulos, os enquadramentos, os contrastes. Souza aduz:

O jogo de formas, cores, imagens, luz, sombra, etc nos remete, à semelhança das vozes no texto, a diferentes perspectivas instauradas pelo eu na e pela imagem, o que favorece não só a percepção dos movimentos no plano do sinestésico, bem como a apreensão de diferentes sentidos no plano discursivo-ideológico, quando se tem a possibilidade de se interpretar uma imagem através de outra. (1998)

Dois aspectos aqui nos parecem muito caros (explorando a dubiedade da palavra). Corroboramos o fato de haver na textualização da imagem “diferentes perspectivas” do eu. Adiríamos, inclusive, que isso resulta da própria textualização; afinal partimos de que o texto seja de fato uma dispersão de sujeitos. Pensamos que Souza refere tais perspectivas como os “enunciadores”, uma vez que para Ducrot, em quem ela se baseia, um enunciador é uma perspectiva da qual o locutor se nos

apresenta (ou da qual reconstruímos sua apresentação). Se há em Souza intencionalidade do eu nessa perspectivação (e perguntamos porque na Polifonia ducrotiana há), mais uma vez nos distanciamos da autora.

O segundo ponto é o que se refere à produção de outras imagens; decorrência teórica da postulação da autora da desnecessidade de traduzir o não verbal pelo verbal, como se a imagem fosse sempre uma falta, não só em relação ao Real, mas mesmo em relação ao verbal. Perspectiva interessante, com a qual estabelecemos relação de parcial concordância em virtude de a lermos como uma referência ao conceito de intericonicidade – o que implica a necessidade de o leitor situar a imagem em uma “genealogia visual” para interpretá-la –, mas entendemos que cada sujeito histórico produzirá uma leitura diferente da imagem, nos termos que mais adiante serão desenvolvidos.

No que tange à necessidade ou não de interpretarmos o não verbal mediante o verbal, poderíamos resgatar aqui a afirmação saussuriana da língua como sistema semiológico *par excellence* (ao menos, é o único tradutor semiológico), hesitando em definir a língua como parte da semiologia ou a semiologia como parte da linguística. Souza é bem clara ao propor a não “tradução” do não verbal pelo verbal. Para ela,

ao se entender o não verbal através do verbal, ocorre um reducionismo na própria conceituação de linguagem (verbal e não verbal), por ser esta pensada com relação ao signo linguístico [...]. Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar da imagem, dando lugar a um trabalho de segmentação da imagem. A palavra fala da imagem, a descreve e traduz, mas jamais revela a sua matéria visual. Por isso mesmo, uma "imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer". A palavra não pode ser a moeda de troca das imagens (DAVIDSON, 1984). É a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal. (1998)

Seguindo o seu raciocínio de se contrapor à leitura do não verbal pelo verbal (postura de que discordaremos aqui), Souza avança no gesto de interpretação, que para ela produzirá outras imagens.

Ao se interpretar a imagem pelo olhar – e não através da palavra – apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não verbal. (2001)

O que vai nos interessar aqui (e talvez o situemos como um desdobramento de nossa leitura de Souza) é a construção da imagem enquanto efeito-texto. Em outras palavras, a imagem *qua* textualidade de um discurso (no qual o próprio visível é também um efeito de sentido). Nessa linha de raciocínio, a imagem seria a produção de uma leitura por um sujeito histórico a partir da imagem objeto empírico – objeto visual.

A imagem, para nós, é a produção de uma leitura; um gesto de interpretação que, como tal, representa um ponto de recorte nos *continua* de sentidos, com cuja versão o sujeito se identifica. Versão essa que se lhe “naturaliza”, “evidencia”, apresenta como universal (por formular visualmente um saber daquela FD), a partir dos esquecimentos nº 1 e nº2.

Nesse ínterim, a nossa visão⁵⁷ aproxima-se à de Foucault, para quem:

Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. (FOUCAULT, 2002, p. 12)

Nesse sentido é que ressignificamos a leitura de uma imagem como a produção de outra imagem: por não termos acesso ao objeto empírico em si, mas sim à leitura que fazemos dele, nossa relação com a imagem “original” é a produção de uma imagem textualizada que, por sua vez, deriva da inscrição do Imaginário no Simbólico, isto é: de como formulamos ou materializamos uma dada representação do que “vemos”.

Disso decorre aceitarmos que diferentes sujeitos produzam diferentes leituras ou imagens a partir de um mesmo objeto empírico, uma mesma imagem-OE. Como ocorre com as leituras de textos escritos, as imagens advêm de posições-sujeito de leitura diversas, intrinsecamente relacionadas com as condições sócio-históricas e enunciativas de produção. A questão que se nos oferece à discussão (e que pretendemos mais adiante tratar) é se, na comparação entre um texto verbal e um visual, o processo metafórico dos sentidos ocorre de forma diferente em uma e outra materialidade. Em havendo, a gestão dos sentidos se revela(ria) mais profícua em qual?

⁵⁷ Embora bem-vindo, o trocadilho “insurgiu”-se-nos inesperadamente.

Pensamos aqui haver chegado ao ponto em que a tripartite acepção da imagem como “objeto empírico”, “representação visual” ou “representação mental” afinal se encontram reunidas, uma vez que estamos postulando que a imagem nos termos aqui desenvolvidos seja a operação discursiva de superposição entre a imagem-OE e a produção de uma leitura, que materializa uma imagem-representação do imaginário.

Assumido tal ponto teórico, pensamos nos haver distanciado da concepção de imagem como signo por três motivos. O motivo (i): a imagem não é visível ou significativa *de per si*, isto é: não teria sentido nela mesma (literal) nem “graus de iconicidade” – determinadas imagens funcionariam socialmente (re)produzindo efeitos de sentido estabilizados, ao passo que outras estariam menos administradas em seu sentido (dualidade que ocorre tal como com as palavras).

O motivo (ii): a imagem tem, indefectivelmente, caráter material; o que em outras palavras, nos sugere um paradoxo: justamente a imagem *de per si*, a imagem-OE⁵⁸, é que seria o constructo teórico de uma instância inacessível ao sujeito, um Real com que nos podemos “deparar”, mas ao qual não podemos aceder. Isso porque precisamos *hipotetizar* a existência de um suporte puro para a produção da interpretação em razão de que nosso acesso a ele sempre se dá justamente por um gesto de interpretação, uma mediação pelo simbólico.

Se concebemos determinado sentido como representação, isto é: como uma incisão do Real no Imaginário, e o gesto de interpretação como uma incisão do Imaginário no Simbólico – produzindo o discurso, desdobramos que a concretude dessa forma material é o estágio “final” de uma produção de leitura numa dada longa jornada no trajeto dos sentidos. Postulamos sua existência, mas não temos como observar a imagem em sua forma pura, preexistente ao sentido⁵⁹.

Em (iii), pensamos alocar mais severamente a discussão em condições outras⁶⁰ que não as das teorias que tratam da imagem. Na perspectiva deste trabalho, a imagem será vista não como signo, mas como significante, na acepção da máxima lacaniana: “o significante é o que representa o sujeito para outro significante”. Tal perspectiva se nos impõe em virtude tanto de julgarmos impossível decalcar a imagem do sujeito quanto de concebermos que a imagem não se nos dá

⁵⁸ Logo ela, que dá tanta “segurança” ao sujeito empírico!...

⁵⁹ Em outras e piores palavras, não temos como dar “sustos” no Real.

⁶⁰ Nem melhores, nem piores; freemos tanto quanto possível a metáfora inevitável: outras.

em forma pura e prévia⁶¹.

Nesse sentido, cabem algumas observações, a começar pelos conceitos de signo e significante. Se, em Saussure, o signo era significante adido ao significado, para nós tal distinção não é operacionalizável ou produtiva⁶². Embora o sentido seja preexistente ao Simbólico (pré-discursivo), ele só é materializado e acessível a nós justamente por esse registro. Por sua vez, o Simbólico dicotomiza-se em ordem (ordem da língua/linguagem) e em organização (sistema (semio)linguístico ou “forma pura” para Pêcheux). No entanto, recuperando o que já desenvolvemos, a categoria de forma pura é uma construção teórica, abstração para dar conta de um estágio anterior do sistema à sua forma material (na qual já se encontra inscrito o sócio-histórico).

Ao pressupormos a ligação visceral entre sujeito e imagem, a partir do caráter material dessa e da ordem Simbólica a que ela e o sujeito pertencem – convém recordarmos que o sujeito é um efeito de linguagem ou acontecimento simbólico –, a noção de significante parece-nos, para o que pretendemos, muito mais coerente e produtiva. Essa noção dá-nos a perspectiva teórica de trabalhar o sujeito submetido à ideologia e atravessado pelo inconsciente, ao mesmo tempo lugar da falta e da falha. O grande desafio que se nos apresenta e avulta é como percebermos isso no efeito-texto, na formulação visual.

6.2 A IMAGEM: EFEITO-TEXTO – CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE DO VISUAL

Assim como afirmamos que o discurso precisa textualizar-se para circular, a relação do sujeito com as imagens empíricas também precisa inscrever-se na materialidade, e essa condição, em se realizando, atende a prerrogativas exigidas para as práticas discursivas em nossa formação social, quais sejam as imposições reunidas alhures sob o rótulo de “critérios de textualidade”. Isso posto, convém observarmos o que Orlandi (2005) tem a nos acrescentar:

⁶¹ Nunca surpreendemos a imagem antes de seu “banho de História”. Nem a palavra, aliás.

⁶² O fato de não ser para nós “operacionalizável ou produtiva” não significa despreço ao legado saussuriano. Afinal, a Análise de Discurso não nasceu a partir das ciências médicas ou das engenharias...

O texto [...] organiza (individualiza) a significação em um espaço material concreto. A organização do texto enquanto unidade é reflexo indireto da ordem do discurso, não sendo possível se passar diretamente de um para outro. É só a teoria que permite, a partir de indícios sobre a ordem do discurso, detectar a configuração da organização das unidades do texto que são significativas em relação a essa ordem. Trata-se da relação do real do discurso com seu imaginário e que a textualidade representa. (p. 66)

A nossa tradição de sociedade letrada, que constrói um imaginário de como seja e de para que sirva um texto, e a nossa necessidade de certezas e de estabilidade – bases de um “mundo semanticamente normal” – materializam-se na prática discursiva da textualização. Essa materialização opera pelo funcionamento dos esquecimentos nº 1 e 2, dissimulando, no entanto, seus efeitos na superfície textual.

Assim temos um efeito de suspensão da dispersão dos sujeitos (a heterogeneidade incontornável é domesticada pelas negociações do eu com o outro), produzindo efeito de autoria (função-autor, efeito-autor), efeito-leitor, efeito de coerência, de unidade, de completude, de fechamento. Ao mesmo tempo, simulando ter controle do dizer, invoca-se o controle da dispersão de textos (“intertextualidade”) e produzem-se efeitos de evidência dos sentidos, de literalidade, de não contradição, de progressão textual, de adequação.

Nesse ponto, para fazer um cotejo e enriquecer o debate, trazemos à discussão um outro conceito, forjado na oficina de Courtine especificamente para o texto visual. A partir de sua observação de que “toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens” (*apud* MILANEZ, 2006, p 95), Courtine sinaliza a reverberação na imagem de outras imagens, um “eco”⁶³. Para dar conta dessa relação, ele vale-se do conceito de *intericonicidade*, com o qual objetivou:

⁶³ Termo usado por Courtine.

sublinhar ao mesmo tempo os caracteres discursivos da iconicidade, isto quer dizer que eu pensei que mais que um modelo de língua, era um modelo do discurso que precisa fazer referência à imagem. [...] Portanto, a intericonicidade supõe as relações das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma genealogia como o enunciado em uma rede de formulação, segundo Foucault. Mas isso supõe também levar em consideração todos os catálogos de memória da imagem do indivíduo. De todas as memórias. Podem até ser os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas e também aquelas imaginadas que encontramos no indivíduo. Eu tenho a **tendência** a dar a essa noção de intericonicidade no momento uma extensão maior do que dei nos cursos dos quais você participou, quando me servia mais de colocar as imagens umas com as outras, da mesma maneira que o discurso é atravessado pelo interdiscurso. Acrescentaria ainda uma dimensão suplementar, indo de um lado mais antropológico, para situar o indivíduo, o sujeito, não só como produtor, mas também como intérprete, e de certa maneira **como suporte das imagens dessa cultura**. (COURTINE, 2005 *apud* MILANEZ, 2006, p. 95-96).[grifos nossos]

Retomando o que foi discutido ao longo da revisão da literatura, sentimos ora a necessidade de estabelecermos a diferença entre os conceitos de intertextualidade, interdiscursividade e intericonicidade, buscando nos seus pontos de diferenciação sua pertinência. Entre os dois primeiros, Orlandi parece-nos ter demarcado com sucesso as fronteiras, ao apontar que a interdiscursividade, por apontar ao já-dito, ao ausente-presente que ali significa, é estruturante, constitutiva do dizer pelo seu esquecimento. A intertextualidade, não. É constitutiva pela sua evocação, pela contingência a outros textos que ali passam a significar por sua presença. Prossigamos, pois.

Se o propósito do conceito de intericonicidade é “salientar os caracteres discursivos da iconicidade” (iconicidade, ao que nos parece, entendida por Courtine como textualidade e não efeito de), o conceito parece remeter-nos em um primeiro momento à interdiscursividade, no entanto tal conclusão parece pouco aceitável, uma vez que não é a remissão ao já-dito ou ao pré-construído o que caracteriza a intericonicidade, mas sim o seu eminente caráter de materialidade visual.

Esse cariz de materialidade visual poderia levar-nos a cogitar a desnecessidade do conceito, uma vez que estaríamos nos referindo a texto, e intertextualidade é um conceito utilizado em AD. Em que residiria, pois, a intericonicidade? Ou, em termos mais cientes das limitações deste estudo: por que lermos, e como lermos, tal conceito aqui?

O termo “texto” significa de forma diversa, a depender do trabalho de leitura que é mobilizado: ora remete à unidade empírica, objeto cultural do

quotidiano; ora remete a uma unidade analítica, que se situa em determinado discurso e na qual se dispersam os sujeitos. Se mais rigorosos ainda, temos o texto como efeito-texto, projeção material da discursividade sob regras de textualidade de uma dada formação social.

A intertextualidade é um conceito que falharia, ou melhor: hesitaria em seu referente, ao tentar dar conta da multifacetação do conceito de “texto”. Até que ponto intericonicidade não claudicaria também nisso? Sua única operacionalidade, parece-nos, aponta para a especificidade do suporte textual (ainda que esse texto visual não seja atualizado, realizado, permanecendo em potência). Serve assim de hipônimo à intertextualidade (um tipo de) e de quase sinônimo à interdiscursividade (com a diferença de que remete a um já-dito explicitamente evocado, mas não ao ausente-presente).

Nesse sentido, vemos a irrupção na imagem de uma duplicidade dos efeitos de pré-construído e de sustentação, uma vez que postulamos ser dupla sua inscrição em uma “genealogia das imagens”: responderia intericonicamente à ordem da “língua” (ou talvez uma noção correlata de “ordem da imagem”) e interdiscursivamente à ordem do discurso (que situaria, sob o signo da evidência, uma dada posição de leitura).

Cabe, na esteira desse raciocínio, evocar a noção de “programa de leitura”, trazida em *O papel da memória*. Ao focar na imagem como produção cultural e na eficácia simbólica diferente que cada imagem pode ter, Davallon relaciona o conceito ao gesto de interpretação e programa de leitura. Vejamos o que diz:

Com efeito, aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue toda pronta. Esse estado de coisas abre, como aliás insistem em nos fazer observar, a uma liberdade de interpretação (o que quer dizer que o conteúdo “legível”, ou antes “dizível”, pode variar conforme as leituras); mas o que faz também – e não se poderia esquecer este ponto – com que a imagem comporte um programa de leitura: ela assinala um certo lugar ao espectador (ou melhor: ela regula uma série com a passagem de uma a outra posição de receptor no curso da recepção e ela pode “rentabilizar” por si mesma a competência semiótica e social desse espectador (1999, p. 28-29).

Se admitimos a interdiscursividade como a exterioridade da FD a que a imagem se filia e onde significa, e a intericonicidade como a memória plena em cuja sequência (ou “genealogia visual”) aquela imagem também se insere, forçoso é

admitir que o “programa”⁶⁴ de leitura é formado alhures, refletindo exterioridades que entre si e com a FD estabelecem relações de aliança, confronto e/ou subordinação.

6.3 A SINTAXE IMPOSSÍVEL? – A “FRASE” VISUAL SÓ PODE SER AFIRMATIVA? NUNCA NEGATIVA OU INTERROGATIVA?

Em O papel da memória, Pêcheux afirma que, malgrado a possibilidade de existir traços distintivos próprios à esfera do icônico, ninguém postulava até aquele momento haver “universais icônicos”. Na sequência do raciocínio, atribui a impensabilidade de uma sintaxe visual à inexistência da negação e da interrogação no interior da imagem.

Por certo, Pêcheux não é voz dissonante ao afirmar o caráter exclusivamente afirmativo da imagem. Entretanto, como evocamos o trabalho de Souza, que desloca para a imagem a Polifonia de Ducrot – entre cujos estudos de caso mais célebres está o da negação –, parece-nos interessante aqui discutir o problema.

Para o autor, a negação divide-se em negação descritiva (“Hoje não está chovendo”) e negação polifônica, que por sua vez se divide também em dois tipos: a metalinguística, que nega o pressuposto daquilo que foi afirmado anteriormente (“Ele não ‘parou’ de trabalhar, porque na verdade nunca chegou a trabalhar de fato”) e a polêmica, em que um enunciador⁶⁵ nega uma perspectiva prévia, instaurada por outro, “pressuposta” no dizer (“Ele não fuma” – enunciado que só tem sentido se adotarmos como crível a perspectiva de que ele poderia fumar; perspectiva negada no dizer).

Tomemos, pois, um enunciado como:

Ele não é contra a greve; ao contrário, apoia o movimento.

Em “ele não é contra a greve”, temos um Enunciador 1 (E1), que afirma: “ele é contra a greve”, e um E2, que nega E1. O locutor (ser responsável pela fala) concorda com E2. Ducrot analisa enunciados construídos com operadores como “ao contrário”, para mostrar a pertinência do seu raciocínio: não fosse a consideração teórica da perspectiva instaurada por E1, o que vem à direita do operador “ao

⁶⁴ Preferimos, por razões já expostas, “trabalho”.

⁶⁵ Na teoria de Ducrot, perspectiva, voz, presente na enunciação.

contrário” simplesmente não “faria sentido”, seria “contraditório”. Afinal “não ser contra a greve” não é o contrário de “apoiar o movimento”.

O dizer “ele não é contra a greve” só é possível de ser enunciado à medida que há a possibilidade, em um outra enunciação e/ou para um outro locutor, de um enunciado contrário: “ser contra a greve”. Um enunciado como “o homem não respira enxofre” comumente não faz sentido, uma vez que a possibilidade do seu contrário não é enunciável: ninguém cogitaria que o homem pudesse respirá-lo. No entanto, em um texto sobre consciência ambiental, tal enunciado pode provocar efeito de sentido, uma vez que seu estranho dizer nos leva a – como seres injungidos à interpretação – formular uma espécie de “contrário enunciável” e, assim, perceber ao que ele responde: no caso, ao descaso do homem com a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, com a respirabilidade do ar⁶⁶.

Fugindo, agora, mais um pouco às considerações de Ducrot e desconsiderando as diferenças que ele aponta entre os tipos de negação (do que não tiramos proveito neste trabalho posto que perspicazes), vamos tentar desenvolver a ideia de que o enunciado precisa, para provocar efeito de sentido e garantir a própria enunciabilidade, encaixar-se em um *continuum* (respondendo a outro discurso/enunciado) e pressupor então a enunciabilidade de seu contrário. Essa duas condições parecem-nos atendidas no raciocínio ducrotiano sobre a negação. Não o seriam também para o enunciado afirmativo?

Enunciados como “ele é ousado”, “ele joga futebol” ou “ele fuma” só têm sentido porque também o seu contrário é enunciável. Logo, assim como a negação pressupõe uma afirmação (negada pelo locutor), também a afirmação só se sustenta a partir da negação do que ela não é. Para além dessa obviedade, chamamos a atenção ao fato de que é o contrário enunciável a garantia de enunciabilidade.

Desse exercício, tiramos que o que enunciamos significa também já por ocupar o lugar, em um paradigma de enunciação, de um contrário enunciável, produzindo um efeito de sentido que, aliás, passa ao largo das condições ou valor de verdade de Frege. Obviamente, para além dessa saturação dicotômica, o que enunciamos também ocupa um lugar no paradigma de todas as possibilidades do dizer, também significando pelo que significa ou interdita.

⁶⁶ Não há como tratar a língua, senão em meio ao vórtice dos processos discursivos.

O objetivo desse exercício é encaminhar duas hipóteses: (i) se a negação pressupõe a afirmação contrária, também a afirmação pressupõe a negação antípoda; e (ii) se o texto visual é “afirmativo”, também no texto visual esse fenômeno linguageiro se repete. Desenvolvamos essas duas hipóteses. O quadro do mister Bean estilizado de Monalisa⁶⁷ (ou seria o contrário?) pode ser lido como uma afirmação da arte do nosso tempo, uma interrogação do que seja a arte ou uma negação dos valores artísticos do renascimento⁶⁸. O que fundamentalmente “decide” o cariz afirmativo, interrogativo ou interpretativo (na hipótese de ele ser de fato importante para o visual) é a posição-sujeito da qual se realiza o gesto de interpretação. Levantamos a hipótese de isso simplesmente não importar, ao evocarmos as imagens de um código: e.g. as placas de trânsito. É de fato relevante discriminar-se uma dentre as possíveis “interpretações” desta placa?

Figura 7



Proibido ultrapassar

Dentre as interpretações possíveis: (i) “é proibido ultrapassar”; (ii) “não ultrapasse”; e (iii) “estás querendo ultrapassar?”, temos a primeira fortemente disciplinada pelo aparelho institucional, mas não exclusiva. Parece-nos importar muito mais aqui, trazendo para os termos da AD, a tipologia autoritária desse discurso (que impede a reversibilidade) e a estratégia discursiva de antecipação da posição-leitor: como representante de um indivíduo empírico virtualmente interessado em ultrapassar. Se ele vai ser informado de que não deve ultrapassar, proibido de fazer a ultrapassagem ou esclarecido quanto a uma possível pergunta (“será que posso ultrapassar aqui?”) deriva mais da prática discursiva e do gesto de

⁶⁷ Disponível em: <<http://monalisasegreto.blogspot.com.br/2012/01/mona-e-seu-ursinho-do-mr-bean.html>> Acesso em: 23 de maio de 2012.

⁶⁸ Poderíamos postular que a paródia visual fosse uma espécie de negação metalinguística, se fosse o objetivo do trabalho.

interpretação (“traduzido” para o nível intradiscursivo) do que propriamente da materialidade visual da placa, ainda que possamos identificar aqui certa performatividade na cor vermelha.

Não havendo, pois, referência inequívoca ao caráter afirmativo, negativo ou interrogativo dos elementos para considerar a *-taxia* de sua disposição como sintaxe, e se postulando uma espécie de “concerto” dos elementos visuais, seria mesmo a sintaxe visual impossível?

Como finalização dessa discussão, o que estamos propondo aqui vai na direção de uma analogia da análise do discurso materializado verbal e visualmente, visto que elementos de organização textual são precipuamente pistas que nos permitem aceder ao processo discursivo, não o nosso objeto mais propriamente e significam por seu caráter material, isto é: pela análise dos efeitos de textualidade que ali são produzidos. Nesse sentido, analisar a “coerência” ou “unidade” da imagem tem sua razão, assim como no texto verbal, não porque realmente vejamos “coerência” ou “unidade”, mas porque há sentidos que são obliterados por esses efeitos. Sendo assim, discordamos pontualmente de algumas observações de Souza (2001):

O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita. Movimento totalmente inverso ao que ocorre com a linguagem verbal: quanto mais se segmenta a língua, menos ela significa. Daí, não fazer sentido, numa abordagem discursiva, pensar a imagem, circunscrita numa moldura, como um todo coerente. (p.65)

Em nossa concepção, o efeito-texto da imagem advém das inter-relações dos elementos constituintes e deles com o interdiscurso. Por seu caráter material, é a partir dessa superfície que reparamos o processo discursivo e entendemos o processo de textualização na materialidade imagética. No entanto, tão ou mais importante que as especificidades dessa materialidade, a imagem importa-nos como leitura, e, como tal, ela diz muito mais do sujeito e dos sentidos do que propriamente dela mesma.

7 A PRODUÇÃO DE UM DISPOSITIVO – ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO DE UM DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO PARA A LEITURA DA IMAGEM

7.1 PROLEGÔMENOS PROCEDIMENTAIS

A produção de um dispositivo (seja ele o dispositivo “naturalizado” pelo funcionamento ideológico dos sentidos, seja o teórico-analítico do pesquisador) advém da nossa condição de seres interpretantes, o que nos injunge a, diante de um objeto simbólico, significá-lo. Fazemo-lo, mesmo sem perceber, porque

[...] a interpretação se apaga como tal, na medida em que os sentidos são uns e não outros, dadas as condições de produção e, no entanto, eles nos aparecem como naturais. É isso que denominamos ideologia. Por isso, dissemos que há um dispositivo ideológico de interpretação em todo sujeito falante. [...] A ideologia, então, é o apagamento, para o sujeito, de seu movimento de interpretação. (ORLANDI, 2004, p. 89)

Embora o produto desse dispositivo nos pareça “natural” ou óbvio, ele funciona justamente porque dissimula suas causas materiais, historicizando-se pela relação que estabelece com elas. O falante comum interpreta, recorrendo sem saber a essa exterioridade, materializada no interdiscurso, conforme Orlandi (2005):

O dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação nas redes de sentidos - o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto porque a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós. (p. 28).

Se os resultados dos gestos de interpretação sustentados por dispositivos ideológicos são considerados (consciente ou inconscientemente) válidos ou satisfatórios para o sujeito falante em suas práticas discursivas, o mesmo não se pode dizer para o analista. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação – nem pode. Ela trabalha (em) seus limites, (n)os procedimentos que produzem dado sentido, como parte da compreensão dos processos de significação. Em AD, não se busca forjar ou encontrar uma “chave” de interpretação ou mesmo sentidos ocultos

nas palavras ou nos textos. Seu objeto, assim, não é um suposto sentido verdadeiro ou algo como “o” sentido do texto, tampouco o “conteúdo”, muito menos o “cerne duro da verdade”. O que a teoria preconiza é a construção de um método que atenda aos pressupostos teóricos e nele se baseiem os gestos de interpretação acerca do funcionamento dos sentidos (ORLANDI, 1999).

A fim de construir um dispositivo de interpretação, uma escuta discursiva, Orlandi (2005) estabelece a necessidade de dois dispositivos: o teórico e o analítico. O primeiro alude à sustentação do método analítico e ao alcance teórico da disciplina; já o segundo, a uma montagem, construção, do analista a partir do corpus, recortando e individualizando o quadro teórico. Esse dispositivo visa a ultrapassar a opacidade do significante e perceber o funcionamento ideológico do sentido, não ser plenamente envolvido por ele, na simulação do seu apagamento. Para tanto, a definição do problema a ser analisado é de basilar importância, conforme nos mostra Orlandi (1999):

Face ao dispositivo teórico de interpretação, há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise do Discurso. O que é de sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise. (p. 27)

Assim, cabe à AD construir procedimentos os quais exponham o olhar-leitor ao que chamamos níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (PÊCHEUX, 1995).

O analista, para lograr êxito em sua empresa, deve restaurar o processo discursivo, construindo/particularizando o dispositivo teórico, forjando dessarte seu dispositivo analítico de interpretação. Apenas assim ele poderá compreender os sentidos, compreender/interpretar as interpretações; em outras palavras, perscrutar dispositivos ideológicos para entender como os sentidos se constituem, funcionam e circulam socialmente.

7.1.1 Dispositivos de interpretação – todo dispositivo é ideológico

Fundamentalmente, queremos aqui retomar a orientação de Orlandi, para quem existiriam o “dispositivo ideológico de interpretação” do sujeito falante (2004, p. 141) e o teórico-analítico. Fazemo-lo parcialmente em virtude do próprio estatuto do conceito de “ideologia” em Análise de Discurso, o qual dá conta de um processo indefectível na constituição dos sentidos cujo resultado é a produção de uma leitura, de um gesto de interpretação. Assim, não nos parece que desenvolvemos um dispositivo teórico a partir de uma teoria nos salvasse da ideologia.

Considerando, dessarte, como ideológicos todos os dispositivos de interpretação – ideológicos, na acepção de construir e naturalizarem um dado sentido numa dada relação de forças sociais –, dividi-los-emos, para efeito expositivo, em três tipos: o biofísico (ou humano); o técnico-disciplinar, redes de saberes, práticas e mesmo instrumentos que permitem a atribuição de um sentido ao objeto de interpretação; e o teórico-analítico. Por certo, nosso objeto aqui é este último, mas cabem ainda algumas considerações.

O ponto crucial da diferença entre o segundo e o terceiro tipos é o de que esse último é um metadispositivo, visto que realiza uma metainterpretação. O que diferencia, a nosso ver, a interpretação de um texto técnico por uma *expertise* (e.g. um gráfico por um estatístico) da de um texto por um analista de discurso (ou por um semiótico ou por um teórico da enunciação ou por um teórico de outra plaga) é justamente o caráter da teoria pressuposta no dispositivo: enquanto no primeiro caso, o objetivo são os resultados obtidos a partir do método (não raro o método é tido por “natural” e inquestionável⁶⁹); no segundo, o objeto da teoria é como o método produz seus resultados⁷⁰. Como se vê, nem sempre é uma fronteira facilmente discernível ou mesmo produtiva: a semiologia médica é talvez o caso mais exemplar dos limites dessa distinção.

⁶⁹ Ao menos, nunca vimos, e.g., um estatístico perguntar-se: “será mesmo que o movimento para cima deveria significar algo positivo?” ou um matemático questionar se o eixo das abscissas deveria se cruzar com o eixo das ordenadas *justamente* no ponto (0,0)...

⁷⁰ Conjecturaríamos muito se víssemos aqui a analogia entre “método das disciplinas de interpretação X método das outras disciplinas” e “língua natural X código”?

7.1.2 Procedimentos de análise e constituição do corpus discursivo

Os procedimentos interpretativos adotados pela Análise de Discurso caracterizam-se como, ao mesmo tempo, linguísticos e históricos: relacionam, no discurso, os aspectos da história, da ideologia e da subjetividade, valendo-se do sistema semio(linguístico) para aceder ao processo de constituição dos sentidos. Para tanto, sua análise busca, conforme nos ensina Pêcheux, num mesmo batimento, a descrição e a interpretação, relacionando as pistas discursivas e as marcas enunciativas às condições de produção.

Operacionalmente, Pêcheux e Fuchs (1997, p.180-181) indicam que esse trabalho de análise parte da superfície linguística⁷¹, passa pelo objeto discursivo e objetiva alcançar o processo discursivo, através de operações de de-superficialização linguística e de de-superficialização discursiva. Dessarte, temos o quadro sinóptico abaixo:

Superfície linguística: “discurso concreto, isto é, objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2”.



Objeto discursivo: “resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma análise linguística que visa a anular a ilusão nº 2”.



Processo discursivo: é o resultado da relação regulada de objetos discursivos e é acedido pela de-sintagmatização da superfície.

7.1.2.1 Nossa superfície

Retomando de forma sucinta o que foi discutido anteriormente, temos como superfície formulações precipuamente visuais (embora devamos analisar as

⁷¹ No nosso caso, a superfície visual.

verbais também, por constituírem o sentido do texto). Optamos por não trabalhar com um gênero específico, em virtude de o objetivo geral deste trabalho ser o de aplicar os princípios e pressupostos da Análise de Discurso a textos visuais, quer sejam eles fotos, charges, logos, postulando haver regularidades e a partir delas desenvolvendo a aplicação da *epistéme*. Pensamos justificar-se em virtude de não considerarmos os conceitos da AD restritos a um ou a outro gênero, mas igualmente aplicáveis a todos (a exemplo do que ocorre com os textos verbais).

Como não ousamos esperar obter respostas satisfatórias a todos os conceitos do quadro teórico da AD, a preterição de um caminho supostamente mais seguro nos parece permitir uma confiabilidade maior das respostas obtidas. Nesse sentido, a decisão pela inespecificidade de gênero parece-nos salutar, uma vez que projetamos nos trazer ela mais problemas que soluções, principalmente pelas questões que cada novo gênero provocará. Cada novo texto e gênero provocar-nos-á um novo ponto de discussão.

Como nossa atenção se voltará à formulação visual, decidimos também não nos restringirmos neste trabalho a textos exclusivamente visuais. Nossa opção dá-se em virtude de buscarmos textos que comportem exemplos que supomos assaz representativos dos conceitos estudados, logo uma restrição desse jaez nos parece ser uma dificuldade improdutiva. Exploraremos ou não a formulação verbal em paralelo à visual consoante ela nos pareça significativa, não meramente redundante ao que foi observado mediante a formulação visual. Dessa relação entre as formulações, projetamos colher respostas úteis à questão de como são administrados os sentidos.

Todavia, não trabalharemos com textos em que haja imagem em movimento (como análise de filmes, e.g.), por envolver o conceito de temporalidade e por nos lançar muitas outras questões que, ao contrário da variedade de gêneros, exigir-nos-ão mais do que responder à aplicação dos conceitos à textualização visual.

7.1.2.2 Nosso objeto

Retomando o que já foi desenvolvido, trabalharemos com um conceito de “imagem” como a produção de um imaginário instaurado por um gesto de

interpretação realizado sobre uma formulação visual. Assim, entendemos a “imagem” como a produção de uma leitura, sobredeterminada sócio-historicamente e, por isso, inevitavelmente ideológica e contraditória que situa o sujeito, enquanto assujeitado, na função-autor.

Tomando de empréstimo o conceito lacaniano de “significante” (aquilo que representa o sujeito para outro significante), buscaremos nessa “imagem” não somente a materialização do ideológico no simbólico, mas também seu estatuto de ambiência do processo de subjetivação, sem o qual ela é/seria “forma pura”. Nesse processo de subjetivação, instaura-se a interpelação ideológica, atravessada pela falta, pelo inconsciente, que produzem no ritual ideológico a falha.

A imagem, enquanto ordem, será considerada, pois, textualização do discurso e na decalagem dessa superposição nunca perfeitamente coincidente gera-se a interpretação na deriva do sentido. No jogo entre a ordem e a organização da imagem, nos situaremos para buscar pistas para aceder ao processo discursivo, aplicando operações soeiras à Análise de Discurso. Na situação de enunciação, buscaremos as marcas que nos deem conta de como a ele chegar.

7.1.2.3 Nosso processo

Nesse estágio, o texto já não mais importa senão como portal de acesso, malgrado ainda consideremos a sensibilidade da forma material ao sentido. A questão que norteia nossa análise, aqui, é como aplicar os conceitos da AD para o discurso textualizado em imagem, reconhecendo o sujeito clivado, produzido na/pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Para tanto, investimos

no dispositivo teórico já "individualizado" pelo analista em uma análise específica. Daí dizemos que o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. (ORLANDI, 1999, p.19)

A finalidade da análise é aceder ao processo discursivo e aqui já suspeitamos que, malgrado os efeitos de sentido sejam suscetíveis à forma material (visto que os sentidos a constituíram), a questão da especificidade da materialização

textual é uma questão relevante, mas não a principal. As relações de força, a produção de reais e evidências materialmente contraditórias antecede a roupagem com que se nos apresentam. No entanto, somente quando virmos a nós mesmos vendo – ou quando olharmos a nós mesmos olhando –, atenderemos ao apelo de Saramago para repararmos.

Para tanto, recorrermos ao postulado da objetividade material contraditória do sentido, advindo das relações de força em dada conjuntura, é-nos basilar. Situar a imagem *qua* um *continuum* de cesuras que vai do Real ao Simbólico e a formulação visual *qua* um simulacro material do discurso, parece-nos fundamental no procedimento de leitura. Entendendo a leitura como um trabalho na percepção desenvolvida neste estudo como materialista, procuramos pistas que forneçam os vestígios da gestão de (in)visibilidades.

Esse trabalho é o que suporta o gesto de interpretação do olhar. Como já vimos em Orlandi (1999), a interpretação sempre se dá a partir de um dispositivo, seja ele ideológico e/ou teórico. O que postulamos aqui neste trabalho (e já o referimos oportunamente) é que o dispositivo teórico não prescinde do ideológico (nem poderia, sob pena de dinamitarmos a base de nosso edifício teórico), apenas não nele estaciona: interpreta a interpretação. Assim, se a interpretação do ver produz o olhar, a interpretação do olhar produz o reparar.

Disso tudo, retiramos um aspecto que nos parece essencial no tratamento da imagem: o que vemos é sempre-já uma interpretação. Se isso fere menos o senso comum quando pensamos em uma foto por exemplo (produzida por um indivíduo/sujeito que “escolheu” um enquadramento, um plano, um *zoom* etc.), quando nós mesmos indivíduos dirigimos os olhos a algo, pode parecer ter contornos surreais.

Postulamos que, quando vemos, entendemos o que vemos – ou seja, “olhamos” – porque há toda uma estabilização de sentidos que é anterior e cujo trabalho de leitura é agenciado na atualização da produção enunciativa de um olhar. Não existe ver sem interpretar, por conseguinte ver é reconhecer conceitos. Isso lembra a passagem, verídica ou romanceada, em que os índios perguntam ao português como ele aqui chegou e este lhes aponta o navio. Sem entender, os índios refazem a pergunta.

Faz-se necessário destacar que não defendemos aqui que seríamos incapazes de ver algo “novo”, entendendo por “novo” um veículo diferente, uma

planta que não conhecíamos ou animal jamais visto por pessoa alguma. Até porque mesmo antes de nomeá-los, sabemos categorizá-los: é um carro/animal/planta que desconhecemos. Não é algo que simplesmente não sabemos o que é, como os índios da passagem que contamos acima.

Também o ver/olhar encontra-se submetido às relações de paráfrase e de polissemia, assim como produz repetição mnemônica, formal ou histórica ou acontecimento. Mas, para além disso, olhares diferentes veem coisas diferentes. Um médico e um paciente leem e olham coisas diferentes vendo a mesma radiografia. Também o paciente vê a radiografia, por certo, mas é um ver que não atribui sentido além do reconhecimento de que é uma radiografia.

Evadindo-nos do prosaísmo do quotidiano, podemos pensar em situações em que se reconhece mais fortemente o funcionamento ideológico dos sentidos no que vemos/olhamos. O símbolo de uma famosa rede de *fast food*, por exemplo o Mac Donald's, é lido de forma muito diversa por diferentes olhares. Pode ser lido/olhado/visto como um *case* de sucesso (olhar do discurso empresarial), como um símbolo da globalização (olhar do discurso capitalista), uma alternativa gastronômica (olhar de um indivíduo empírico), uma prova da deterioração da nossa alimentação (olhar de um nutricionista) ou um símbolo da opressão capitalista (olhar de um discurso de esquerda?).

Se o ver é o ato físico, como a fala, nível da enunciação, o olhar é cultural (SICARD, 2006), discursivo, ideológico, histórico, subjetivo (no sentido dos modos de subjetivação). E como tal é produzido sob efeito de evidência, ilusão referencial, imagem-imaginário. É produzido sob a égide do esquecimento. Algo que postulamos como “eu sou a fonte do sentido que vejo no que vejo” (esq. 1) e “eu sei o que vejo” (esq. 2). Mais tarde, abordaremos os efeitos de textualidade e a gestão de (in)visibilidades, pela necessária remissão da imagem a uma rede de sentidos, alicerçada na contradição, plena de disputas de referentes, de disciplinamentos de sentidos: o interdiscurso. Antes, todavia, julgamos necessário enveredarmos por um argumento que, apesar de ter ares de certa tergiversação, nos parece sustentar radicalmente a imagem como interpretação.

7.1.3 Contra a literalidade – *ultima ratio*

Afirmar, em análise de discurso, que ver é sempre interpretar não nos parece poder causar qualquer espécie. Ainda mais se se admitir concordância com o conceito de imagem aqui desenvolvido, que a situa *qua* estrutura superposta à formulação visual (esta, sim, o que autor e leitor “compartilham”). No entanto, antes de retomarmos a produção da imagem como a produção de uma leitura de uma formulação visual, na qual incidem as condições sócio-históricas, apelaremos inicialmente a uma espécie de *ultima ratio*⁷², recurso a partir do qual pretendemos situar a imagem no Real e, assim, precavermo-nos da tentação neopositivista de ver nela qualquer nível de literalidade.

Dito isso, postularemos que ver é um gesto de interpretação já no que tange ao dispositivo humano do olhar: suas dimensões física, química e biológica. Isso não abarca apenas o fato de que “dirigir os olhos para X” implica “não dirigir para Y ou Z”, mas também que o X que vejo, não é o X pleno ou a totalidade das possibilidades de X: sempre depende da parte de X a que mais atento. O próprio X que vejo, o X que é produzido em minhas retinas é, ademais, diferente do X produzido em retinas outras, no que concerne a detalhes como a cor, por exemplo. Em vista disso, comecemos por algumas considerações de ordem física.

Embora as categorias de tempo e de movimento não sejam objeto de nossa análise, cabe considerar que, fisicamente, quando vemos X, vemos como ele era, não como ele é, dado o tempo que a luz percorre dos meus olhos até X e dele até meus olhos. Nunca vemos a coisa-em-si, para usar uma terminologia kantiana. Mesmo que cedêssemos à tentação da literalidade, o que vemos de um objeto empírico é, no máximo, o seu passado.

Se, em situações quotidianas, tal hiato temporal é irrelevante, pensemos nas grandes distâncias siderais. A cada vez que miramos o céu, vemos diferentes recortes do passado, constituídos pelo tempo que a luz dispende para ir de nós a cada astro e voltar. Tal fenômeno pode produzir fatos interessantes: uma estrela situada a oito anos-luz da Terra que por ventura tenha se extinguido há cinco anos ainda se fará presente em nosso céu no ano que vem. Em termos que obviamente

⁷² Se couber licença poética nesta prática discursiva, ousamos o oximoro de começar pelo que consideramos o último dos nossos argumentos.

não serão desenvolvidos aqui, o que temos é: é possível ver-se algo que não existe mais ou a existência de algo é dada pela posição em que o observador se encontra? Qualquer que seja a resposta, retoma-se a ideia de que é um passado de X que sempre vemos.

Esse X também não nos é dado à percepção senão sob condições físicas que condicionam nossa interpretação, e a velocidade é uma delas. É o caso do exemplo ginasiano de um observador externo que vê o amigo em um ônibus em movimento. Esse amigo está em movimento? Em relação ao observador, sim. Em relação ao banco do ônibus, não. Estarmos na mesma velocidade (a da luz) de um objeto configura como o vemos, como percebemos sua forma, sua cor. Em outras palavras, produz, sob o seu efeito de evidência, sua configuração.

Entendendo nosso sentido da visão como um dispositivo humano, o que vemos obedece aos limites desse dispositivo⁷³. Tornando ao caso da velocidade, embora tenhamos a sensação de que o chão sob nossos pés se encontre imóvel, sabemos que isso não ocorre. Estamos sobre uma placa tectônica que se desloca 1 ou 2 centímetros por ano e que estremece a índices felizmente abaixo de 1⁷⁴ na escala Richter. Não sentimos, muito menos vemos, tais movimentos, mesmo que nosso organismo possa vir a ser/estar sendo afetado por eles.

Nossa experiência com o mundo sensível é sensível aos limites dos nossos dispositivos sensoriais, a cujos alcances respondem nossos gestos de interpretação. Isso nos coloca outra questão interessante. Dentre o conjunto de sensações que experimentamos em dado momento, há sons que não ouvimos (infrassons), odores que não percebemos, faixas de ondas que não vemos, variações de temperatura que não sentimos. Se recorrermos ao conceito físico de gradiente, haverá sempre um ponto a partir do qual tais dados integrarão o que nos é perceptível.

No entanto, relacionado ao que não percebemos dados os limites do nosso dispositivo humano, há o que (não) percebemos dada a nossa posição de observação. Os sons que paulatinamente começam a fazer sentido para nós à medida que nos aproximamos do emissor; os cheiros que primeiro passam a perceptíveis depois a reconhecíveis à medida que nos dirigimos ao ponto de onde emanam; a imagem que passamos a perceber conforme chegamos dela mais perto.

⁷³ Isso não se restringe ao sentido da visão, por óbvio.

⁷⁴ Cá no Brasil, obviamente.

Desenvolvamos esse último exemplo, o da imagem como um gradiente que vai do ponto onde sequer a percebemos (distante demais do nosso campo de visão) à proximidade que nos permite reconhecê-la e interpretá-la. Tomar a imagem como *de per se*, independentemente de nossa posição de observação, implica um problema teórico-analítico incontornável: a suposição de vê-la, lê-la como a coisa-em-si, plena de um sentido “literal”. Assim, como dar conta desse objeto, se não temos como definir o exato ponto em que passamos a reconhecê-lo? Como tratar cientificamente, se não temos um dispositivo que nos permita conhecê-lo senão em nossa condição de observador e se observá-lo implica sempre a decisão de um ângulo, de uma perspectiva, de uma distância dos quais o observamos?

Mais que isso, chegamos à questão fulcral: a partir do momento em que vislumbramos algo e, injungidos a interpretar, lançamos hipóteses acerca do que ou de como seria, temos a mesma imagem ou diferentes imagens, conforme o gesto de interpretação que nos pareça mais coerente? Na linha contrária do raciocínio, se pressupomos que a imagem seja indiferente ao observador, como nos podemos assegurar de que nossa posição de observação seja o ponto exato de onde podemos mirar a “verdade” do que vemos/olhamos?

Na esteira desse exercício teórico sobre o dispositivo humano de interpretação, podemos pensar nos seus alcances individuais. Tomemos o caso da visão. Sabe-se que a percepção das cores é variável de pessoa para pessoa. Expostas à cor vermelha, duas pessoas podem perceber dois tons em alguma medida (mínima) distintos. Malgrado postulamos um trabalho de leitura, no domínio da memória, realizado sob efeito de relativa univocidade, há no domínio da atualização um outro trabalho que o ratifica, subverte, escolhe um dos muitos sentidos no feixe heteróclito da memória. Até que ponto o domínio da atualização (não) é afetado pelo dispositivo humano de interpretação?

Tornando ao exemplo do céu estrelado, o que vemos quando vemos uma estrela que, a rigor, não existe mais? Vemos a própria estrela (e aí precisamos admitir que vemos o que não existe), vemos o acontecimento simbólico (que pode ser retroativo: vemos o acontecimento anterior ao acontecimento da ausência), vemos a construção simbólica de um ponto qualquer intermediário (definido também pelo ponto de onde observamos) ou vemos um efeito de presença-ausência? Qual é, ou bem melhor: qual *seria* afinal “a” imagem dessa estrela?

A situação parece-nos implicar uma incontornável dificuldade teórica se, para além dessa pontual atenção de nossos olhos, passarmos ora a pensar na imagem de um céu estrelado. Que imagem será essa, se considerarmos que é composta por uma gama extensa de outras imagens (ou componentes da imagem) que elevam a expoentes intratáveis as questões exaradas acima? Certo é que nosso olhar atualiza a imagem do céu a partir de uma “costura” de imagens de estrelas situadas a diferentes distâncias de nós e que, *ipso facto*, podem estar ali ou não. Isso acarreta, inclusive, a disparidade de duas situações possíveis: tanto o efeito de presença-ausência das estrelas que vemos, mas não estão mais ali, quanto o efeito de ausência-presença das estrelas que não vemos, mas estão ali: as supernovas, cujo brilho pontificará em nossos céus daqui a um certo número de anos, conforme a distância com que se reservam de nós.

Considerar que o céu estrelado que vemos é composto por um conjunto heteróclito de imagens, com diferentes recortes temporais inclusive, aponta-nos para o argumento que consideramos mais forte. Chegando aos termos finais desse introito, parece-nos que, no âmbito da Análise de Discurso, considerar a imagem *de per se* implica a pressuposição (e a presunção) de tratar o próprio Real, supostamente domesticado pelo efeito de evidência sob o qual se nos apresenta, desprezados os limites que nossa posição de observação e nosso dispositivo humano nos impõem.

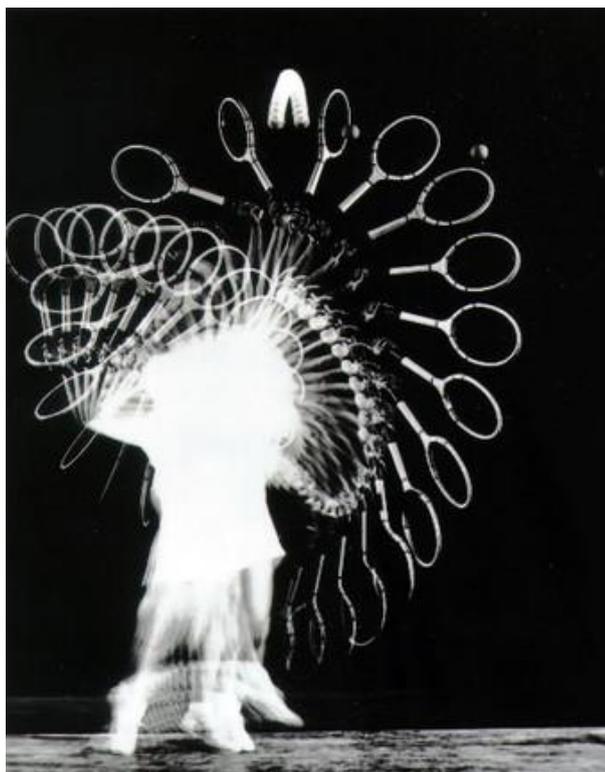
Nesse sentido, e também pelo exposto, defendemos aqui um outro conceito de imagem, a partir do qual prescindamos das sub-reptícias recidivas da hipótese de literalidade do sentido. E isso só nos parece possível deslocando o tratamento analítico da imagem do objeto empírico para o sujeito: tratando-a como a produção de uma leitura. Em outras palavras, a imagem sempre será por nós aqui tratada como a produção de uma leitura a partir de dada posição (de leitura/observação), não raro sob um princípio concertador do olhar.

7.2 PROLEGÔMENOS CONCEITUAIS – IMAGEM QUA SIGNIFICANTE E METODOLOGIA DE DESCRIÇÃO DA FORMULAÇÃO VISUAL

Já manifestamos, anteriormente, a perspectiva da qual tomaremos o termo “imagem” e pensamos haver suficientemente explicado no que essa

perspectiva atende aos princípios da Análise de Discurso. Assim, consideramos que seja pertinente diferenciar “imagem” de “formulação visual” (aqui entendida como um intradiscurso visual) e “signo” (aqui tomado por forma pura). Analisemos esta foto estroboscópica, de Harold Edgerton.

Figura 8



O saque diante do olhar estroboscópico. Fonte: Disponível em: <<http://www.beembee.com/2011/30-motion-photography-by-harold-edgerton>> Acesso em: 13 jan. 2012.

A foto estroboscópica é um recurso visual muito utilizado no discurso de divulgação científica e no discurso didático, uma vez que permite, a partir da composição de várias fotos, a formulação visual do movimento. Esse recurso, possível graças ao avanço tecnológico, cremos pôr questões a teorias que partem do pressuposto de que a imagem não permitiria a formulação do movimento, não narra e não tem outro tempo que não o hoje (ainda que retrate o passado). Questões que não são nossas, porque o conceito de “imagem” tomado neste trabalho nos absolve de responder. E mais: absolve-nos de responder a uma questão ainda mais espinhosa: afinal, a foto acima é uma imagem ou são várias⁷⁵?

⁷⁵ Pergunta que valeria também para a imagem do céu estrelado.

Interessa-nos aqui é essa foto como um significante, que representaria, em termos lacanianos, o sujeito para um outro significante. Nessa imagem, retirada originalmente de um livro didático de física, temos o sujeito de um discurso pedagógico específico. Uma posição-sujeito professor de física da qual se enuncia a partir de movimentos de antecipação, que se dão no âmbito das Formações Imaginárias e se configuram como principalmente: $la(B)$ e $la[lb(R)]$, mas por que não também $la(R)$ e $la[lb(A)]$?

Nesse jogo de sentidos, o sujeito enunciador antecipa que o movimento de um saque no tênis, tal como foi enunciado, seja um “estranho familiar” ao leitor: é um movimento conhecido (por isso, “escolheu” um saque do tênis e não o movimento de um outro esporte totalmente desconhecido no país), mas desconhecido em uma perspectiva diferente da fornecida pelo olho nu. Pressupõe também que a posição-sujeito aluno possa recorrer a/precise desse exemplo para entender o conceito explicado no capítulo. O discurso é modalizado pela situação de enunciação, sendo que a textualidade foto estroboscópica foi “eleita” para produzir o efeito de sentido. Efeito esse que não fica à deriva, dado que há textos verbais que acompanham a foto no original de onde foram extraídos e que injungem a leitura do aluno à leitura proposta pelo professor.

Tratar um objeto visual pelo que supostamente ele significaria (previamente à enunciação) ao invés de considerá-lo pelo **como** significa parecer-nos um problema resolvido mediante a consideração conceitual adotada. Por ela, o sentido do verbal e do visual está sempre na iminência de (poder) ser outro, mas não qualquer um. No exemplo que trazemos a seguir, a foto estroboscópica significa de modo bastante diverso.

Figura 9



Propaganda “Álcool e direção. Diga Não”

Aqui temos o cartaz de uma campanha de conscientização do governo federal contra a conjugação de consumo alcoólico e direção. Materializa-se na formulação verbal e visual um discurso de conscientização, cujo sujeito se constitui ao buscar convencer o leitor a “dar preferência à vida”, enunciado que obviamente evoca instruções de placas de trânsito.

Na formulação visual, a formulação do ato de segurar as chaves do carro mobiliza a memória da prática social de dirigir um veículo (o que parece óbvio, se não lembramos que, em uma propaganda de carros novos, a formulação do ato poderia simbolizar aquisição de um bem ou conquista de status). Nessa peça textual, também há o recurso da estroboscopia, entretanto ela significa de forma diversa: simula tanto o olhar desfocado do indivíduo alcoolizado – lembrando ao leitor os perigos de dirigir nessa condição – quanto produz um efeito de concerto com o “não” do texto verbal que o acompanha.

Uma outra questão, legado conceitual, a que não nos precisamos referir quando partimos do conceito de imagem *qua* significante é a imagem como mimese ou como referencialidade. Assim encontramos maior liberdade para focarmos a discussão e a aplicação da epistemologia da AD às imagens, sem necessitar antes precisar-lhes funções sociais, graus de “representação da verdade”, graus de iconicidade etc. Vejamos a foto⁷⁶ a seguir.

Figura 10



Perspectiva “forçada”

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.chutandoobalde.org/imagens/fotos-com-perspectiva-forcada/>> Acesso em: 20 jan. 2012.

A foto acima não sofreu qualquer espécie de alteração tecnológica, não foi submetida a *softwares* como o conhecido Photoshop. É basicamente uma brincadeira, bastante comum, de tirar a foto focando dois objetos que se encontram em posições diferentes, mas que, compostos por uma dada perspectiva, produzam uma distorção da percepção de distância, do que resultam efeitos como o da foto⁷⁷.

Em sites de brincadeiras e efeitos com imagens-OE, esse recurso é por vezes referido como “perspectiva forçada”. Esse efeito de sentido é produzido na textualização fotográfica de um discurso do campo quotidiano, do tipo lúdico. O olhar do sujeito produtor da foto recortou da cena elementos a partir dos quais pôde ser concertada a montagem. Isso nos aponta dois aspectos férteis à discussão: o primeiro alude à circulação dos discursos (essa textualização afetaria o efeito de credibilidade se o discurso fosse do tipo autoritário ou de campo documental, e.g.); o segundo, à ideia de “realidade” (o velho pressuposto de que a imagem permitiria um acesso a uma unânime e indefectível “verdade”, a um fato que precederia e prescindiria à interpretação).

Neste trabalho, partiremos da postulação de que uma formulação visual (mesmo uma foto⁷⁸) não seja um registro da verdade. Para nós, aqui ela será sempre um gesto de interpretação que produzirá uma imagem que, embora possa instaurar um “efeito de realidade”, nenhuma relação além dessa guarda com o conceito de “realidade” do senso comum.

Fugir ao entendimento da imagem como signo permite-nos aplicar de modo mais visceral o procedimento analítico da AD ao visual, rechaçando a ideia de literalidade e levando às últimas consequências a postulação de que nossa visão é já um recorte, um gesto de interpretação no qual opera o sócio-histórico, mas também o biofísico, a partir das limitações do olho humano. Observemos a foto a seguir.

⁷⁷ Um outro exemplo muito comum é o das fotos de turistas apoiando a Torre de Pisa.

⁷⁸ Concessiva desnecessária na área em que este trabalho se inscreve.

Figura 11



Primeiros átimos de liberdade da água.

A foto⁷⁹ é de um dos quadros de um vídeo produzido com a câmera mais avançada do momento⁸⁰, que consegue reproduzir o movimento em velocidade até mil vezes mais lenta que a perceptível ao olho humano (a título de comparação, 1 segundo de nossa percepção equivaleria a 15 minutos de vídeo). Nessa foto, um balão cheio de água é furado por um objeto pontiagudo. No instante desse quadro, percebemos que a água recém liberta ainda mantém no ar a forma de seu ergástulo original.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.piculous.com/11-amazing-slow-motion-pictures/>> Acesso em: 13 jan. 2012.

⁸⁰ Segundo informações colhidas no site.

Avanços tecnológicos como o propiciado pelas novas câmeras *ultraslow motion*, pelos telescópios/microscópios cada vez mais potentes, pelos softwares de tratamento da imagem (e.g. *photoshop*), põem de diferentes ângulos questões sobre a atribuição de “verdade” ou mesmo de “veracidade” à imagem. O que a imagem constrói senão somente aquilo que nosso dispositivo de interpretação nos permite divisar? E, por dispositivo, estamos nos referindo ao ideológico, ao teórico e também ao biofísico, no que tange à textualidade visual.

Tal consideração parece-nos de basilar importância uma vez que aponta para a incontornável consideração de que o ato físico de leitura ganha assaz diferentes proporções entre estar diante de uma textualidade verbal e de uma visual. Se à primeira pouco difere (podemos conjecturar alguma situação especial, em que um borrado indicaria hesitação, incúria, despreço ao leitor, mas nada além de contingencial), à segunda é constitutivo.

Ao contra-argumento de que os exemplos até então citados requerem (in)capacidades comuns a todos os olhos humanos, podemos listar outras, como a percepção da cor. E essa sim varia razoavelmente de pessoa para pessoa. Obviamente, não se quer aqui desprezar os estudos de simbologia das cores ou de cromatografia, mas sim reiterar que a produção de sua leitura é uma prática de subjetivação na sua instância simbólica, para além do que apontam regularidades discursivas que associam a cor preta ao luto, e.g. A percepção subjetivada da cor pode evocar outras memórias, corroboradoras ou discordantes da leitura injungida.

Fundamentalmente, o que queremos defender aqui é que a noção da imagem *qua* signo não dá conta dessas questões e pressupõe uma espécie de literalidade da formulação visual, pressuposto radicalmente contrário ao da AD. Mais que isso: alija a subjetivação do simbólico, respondendo, cremos, de forma enviesada à questão da deriva do sentido – como se ela não fora nem constitutiva nem decorrência da inscrição ideológica do sujeito.

Nesse sentido, “ver” e “olhar” aproximar-se-iam dos conceitos de decodificar e interpretar, ainda que com ressalvas: mesmo que “ver” seja o ato físico, “dirigir os olhos para” é sempre um gesto de interpretação (o primeiro), que implica um “não olhar para” e este pode significar quando o sentido é construído pela sua ausência-presença necessária. “Olhar” seria a atribuição de sentido, a percepção de efeitos de sentido, o gesto de leitura/interpretação, a produção de uma imagem.

Entendendo imagem como o processo sócio-histórico, discursivo/enunciativo, e biofísico de produção de leitura, parece-nos haver um conceito que dê conta dos princípios mais caros à AD: a impossibilidade do Real, a subjetivação no Simbólico, o primado do outro/Outro, a clivagem do sujeito, a objetividade material contraditória, o funcionamento metafórico, a superposição nunca coincidente da Ordem à organização. Recupera-se inclusive com esse conceito de “imagem” a duplicidade etimológica da própria palavra: a imagem como materialidade é também uma imagem mental, uma produção imaginária do referente.

7.2.1 Aplicação da noção de SD e de enunciado visual

No entanto, para descrevermos a imagem e dela aceder ao processo discursivo, precisamos reconhecer a organização de nosso mirante: a formulação visual. Dessarte, sentimos a necessidade de um procedimento que nos proporcione descrever/interpretar constituintes e relações entre eles. Observemos a seguinte peça publicitária de uma operadora de telefonia celular.

Figura 12



“Natal do Bem”, propaganda⁸¹.

Temos, na formulação verbal, o seguinte enunciado verbal: “Natal do bem da Tim. Receber ligação é bom. Mas com a Tim é duas vezes melhor”. E, na visual, a formulação das representações de um budista, do Papai Noel, de um escoteiro e

⁸¹ Disponível em: <http://www.revistapronews.com.br/edicoes/52/ficha_tecnica.html> Acesso em: 28 mai. 2012.

de uma freira. As personagens budista e católica estão de pé e com gestual identificável à sua práxis de fé, o Papai Noel está sentado em sua cadeira com um celular à mão, o qual apresenta ao interlocutor da propaganda, e o escoteiro está sentado ao lado do *Bom Velhinho*.

Em Pêcheux, temos que as relações de classes (luta de classes) se dão de forma conflituosa no interior dos chamados aparelhos ideológicos do estado, em cujas práticas discursivas se verifica haver posições ideológicas, políticas, “que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (PÊCHEUX ; FUCHS, 1997, p. 166). Courtine (2009) retomará essas relações ao reconfigurar o conceito de FD. Tanto entre as FDs no interior de uma FI quanto entre os próprios elementos de uma FD, observam-se as mesmas relações.

Convictos do poder operacional dessas categorias descritivas, pretendemos utilizá-las para interpretar as relações entre os elementos de uma formulação visual. Acrescentaremos ainda uma quarta, também de Courtine, a de aparente neutralidade, pois *a priori* nos pareceriam elencadas as grandes relações entre dois quaisquer elementos: ou os dois se aliam, ou se confrontam, ou se abstém um do outro, ou ainda um subordina o outro. Não nos parece que haja alguma outra relação relevante, para os propósitos deste trabalho, que não seja decorrência de uma dessas quatro.

No texto em tela, nosso procedimento de análise escolhe⁸² dividir a formulação visual em quatro elementos. A cada um deles, denominaremos como SD, por óbvia remissão à noção de “sequência discursiva”. No entanto, interpretaremos aqui SD como “secção discursiva”, visto que (i) não cabe a noção de linearidade de leitura implicada pelo termo “sequência” e (ii) a discriminação de elementos constituintes da imagem é uma operação de recorte do analista, que secciona a imagem em partes que julga relevantes destacar.

Na figura em tela, temos SD1 “budista”, SD2 “Papai Noel”, SD3 “escoteiro” e SD4 “irmã católica”. A determinação de 1 a 4 foi dada meramente pela ordem de aparição em nossa direção de leitura. Entre as quatro SDs há diferentes relações: há uma relação de oposição, uma vez que cada imagem refere um lugar social diferente (entendemos que “oposição” não necessariamente se refira a

⁸² No sentido de “interpretar por factível, produtor e suficiente para os objetivos visados”.

conflito); há uma relação de subordinação, uma vez que a SD “Papai Noel” nos parece ser a principal – utilizamos como argumento o cartaz ser uma promoção publicitária de Natal e a personagem ocupar a posição central; e há uma relação de aliança.

Essa última parece-nos aqui a principal, uma vez que a expressão “Natal do bem” referida duas vezes na formulação verbal é o mote da peça textual como um todo e estabelece a inter-relação entre as quatro SDs *a priori* nem visível nem necessariamente ligadas umas às outras. É através da remissão à exterioridade que o gesto de interpretação interliga as figuras. O budista, o Papai Noel, o escoteiro e a irmã evocam diferentes memórias discursivas que os associam à prática altruísta, instituindo uma relação de aliança entre eles que a posição leitor reconstrói a partir da interpretação da formulação visual à luz do enunciado “natal do bem”.

7.2.2 Paráfrase e polissemia – tensão dos sentidos e deslocamento

Uma das dificuldades que temos encontrado ao longo deste trabalho é estabilizar a interpretação de alguns conceitos, que, embora muito operacionais, são recortados não de forma unânime. Para chegarmos até eles, vamos partir da noção de matriz discursiva. Escolhemos uma campanha portuguesa de conscientização contra a homofobia nas escolas. Eis duas peças publicitárias.

Figura 13

Propaganda contra o bullying homofóbico⁸³

Percebemos entre ambas a reiteração de alguns elementos, notadamente o número de participantes de cada cena, sendo que um(a) (“ele”/“ela”) é definido(a) como homossexual e aos outros dois (referidos pelo impreciso “nós” – são somente os dois ou são todos os alunos da escola? Retomaremos essa imagem quando tratarmos dos pré-construídos) é atribuído o enunciado verbal “estamos bem com isso”.

Se pensarmos que a campanha publicitária significa pela materialização de um discurso de conscientização escolar, a partir de uma FDX (x por “homossexual”, “anti-homofóbica” ou algo próximo), podemos postular que haja saberes de um sujeito x que se repetem em ambas as peças textuais. Podemos postular que as posições que esse sujeito ocupa são diferentes em uma e em outra, visto que, na primeira, ocupa a posição-sujeito homossexual masculino e, na segunda, a homossexual feminina.

Malgrado as diferenças não sejam significativas, uma vez que o discurso afirmado é de luta contra o preconceito, percebemos nuances entre as duas

⁸³ Disponível em: <<http://www.ladog.com.br/?p=4561>> Acesso em: 28 de maio de 2012.

posições-sujeito. Isso se dá tanto na formulação verbal (o homossexual masculino é designado por “gay” – expressão designativa inespecífica de gênero; a homossexual feminina, por “lésbica” – em que há marca de gênero e teor semântico mais negativo) quanto na visual (as amigas da homossexual estão bem mais fisicamente próximas a ela, em comparação à distância entre os rapazes na outra peça textual).

Tais nuances creditamos às diferentes posições ocupadas pelo sujeito no âmbito de uma mesma FD, visto que, ao evocar traços de sua exterioridade específica – no caso, as diferenças no tratamento dado aos gêneros masculino e feminino –, reproduz tal dessimetria em seu próprio discurso, constituindo o discurso sobre o homossexual de cada gênero.

Embora tal fato, o sujeito não se descaracteriza como um sujeito defensor dos direitos dos homossexuais; apenas há deslizamentos de sentidos entre um cartaz e outro. Entre os textos, atualizações do dizível naquela FD, interpretamos uma relação parafrástica, em que há uma repetição formal da memória (ORLANDI, 1999). Não é repetição mnemônica, porque é um dizer com outras imagens; tampouco repetição histórica, porque não estabelece ponto de ruptura com uma “matriz”.

Observemos, então, outro texto em que a formulação visual se valha do deslocamento de um de seus elementos constituintes. Trata-se de uma capa da revista *Época* que ganhou o prêmio de melhor capa de 2010⁸⁴.

⁸⁴ Revista *Época*, edição nº630, de 14 jun. 2010.

Figura 14



Capa da revista Época

Antes propriamente de tratar o deslocamento de sentidos, queremos ajustar nosso procedimento de análise. Já referimos anteriormente que consideramos no texto as formulações visual e verbal e delas retiramos SDs, sejam elas “secções discursivas” (visuais) e “sequências discursivas” (verbais). Considerando o todo da capa como o texto, teríamos, por exemplo, no nível da formulação visual, SDs como o rosto da moça livre das drogas (SD1), o rosto da moça acometida pelo vício (SD2), o traço divisor (SD3), além de outras que, para o caso em análise, não é relevante citar.

A opção metodológica por preservar a sigla SD revela sua utilidade especialmente quando consideramos construções como a manchete de capa (SD4). Temos ali uma SD na qual concorrem para o efeito de sentido tanto a materialidade verbal quanto a visual, de forma muito mais “evidente” do que no *lead* ao lado (SD5).

Especifiquemos como a SD4 nos parece funcionar a partir do hibridismo de sua materialidade, a partir do enunciado verbal “como afastar os jovens das drogas”. O advérbio “como” com duplo valor (modal e interrogativo) permite-nos

perceber como se antecipa uma posição-sujeito leitor especialmente preocupada com o tema e (auto)julgada incapaz de com ele lidar. Por sua vez, o verbo “afastar”, quando tratado por alterações contextuais como “manter afastados”, permitem reparar a construção de uma estratégia discursiva que acentua a proximidade das drogas aos jovens ao mesmo tempo em que implica a desproteção desse grupo (uma consideração provavelmente antecipada como angustiante para a posição-sujeito leitor).

Há ainda outros elementos linguísticos ali a considerar. O sintagma “os jovens” especifica um grupo de “risco”, de vulnerabilidade à ação do tráfico, estratégia que corrobora a antecipação da posição-sujeito leitor (pais, responsáveis por adolescentes) e se baseia na presunção de que o mal não afete aos mais velhos (por oposição a uma hipotética construção “como manter-se”) – ou ao menos que seja esse um dado de menor importância. Por sua vez, o complemento nominal “das drogas” evoca, ao ser flexionado no plural, a diversidade de opiáceos que nos oferece o menu de nossas ruas hodiernas e que, por oposição a uma construção hipotética “do vício”, administra uma dada leitura, personificando o mal (afinal, o problema são as drogas; não as pessoas) e congelando uma deriva indesejada: um trabalho de leitura que evoque a memória do tema alcoolismo, mal aliás não raro entre os jovens. Como a bebida é não raro e não casualmente excluída do feixe semântico de “drogas”, preserva-se assim o interesse de um dos maiores anunciantes das revistas hoje.

No entanto, o complemento “das drogas” está longe de nos interessar somente pela porta verbal que nos concede ao processo discursivo. Há ali paralelamente um aspecto visual, que decerto significa: a cor vermelha. A cor associada ao matiz que interpretamos como forte evoca perigo, risco, nada mais apropriado para o sujeito desse discurso e o efeito de sentido que ali é produzido. A antítese visual entre “como afastar os jovens” e “das drogas” gere a visibilidade de uma relação de oposição entre os sintagmas, a partir do que corrobora a estratégia de personificação do mal, ao fixar em vermelho “das drogas” (uma alteração contextual visual como fixar a palavra “jovens” em vermelho permite-nos pensar no quão os sentidos seriam outros).

Há um elemento visual (SD3) que opera pelo desvio de sentido que advém do seu deslocamento para ali. O traço, amiúde vertical, é muito comum na textualidade visual do discurso publicitário, indicando um “antes” e um “depois”

radicalmente diferentes devido ao uso de algum produto “espetacular”. Esse divisor normalmente reserva a direita à evolução, ao melhor, aproveitando-se da ordem de leitura da forma-sujeito ocidental (esquerda pra direita). Deslocado para uma capa de revista, significa de forma diferente, no entanto.

Isso porque o que vemos à direita é um rosto deformado pelo uso contínuo das “drogas” e aqui suspeitamos que o sujeito enunciator se refira às mais fortes, visto que as ditas “leves” são mais aceitas socialmente e não produzem tantos estragos (ao menos, crê-se). O traço simula o “antes” e o “depois”, demarcando ou insinuando o poder devastador a partir de um demarcador temporal.

Se considerarmos a metade à direita da formulação visual da moça como uma secção discursiva (SD2), teremos vários elementos (que chamaremos “enunciados visuais”) a partir de cujo concerto entre si, somado à oposição aos enunciados visuais de SD1, é produzida uma leitura do efeito deletério das drogas. Tais enunciados visuais de SD2 (cabelo mal cuidado e emplastado, o olho vermelho e o rosto com olheiras, a pele manchada, o rosto inchado e o lábio com leve hematoma), se formulam *de per si* indícios grandes de descuido de si, produzem um efeito de memória sobre as drogas pela relação de oposição com os enunciados de SD1, administrando uma leitura de forte carga injuntiva.

Para aclarar acerca do que concebemos aqui como “enunciado visual”, é mister que recorramos a Foucault (2002), para quem um enunciado não é “nem sintagma, nem regras de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem” (p.100), estabelecendo o que o autor chama de “jogo enunciativo”, produzindo “efeitos de séries e sucessões”, distribuindo “papéis” e “funções” (p.114). Parece-nos que o enunciado a que alude Pêcheux corresponderia ao que Foucault trata por “formulação enunciativa”.

Courtine (2009) revisitará a noção de enunciado, constituindo uma produtora divisão. A noção foucaultiana será trazida à AD como “elemento de saber de uma FD” e será representada por [E]. Esse Enunciado [E] aludirá à dimensão vertical do discurso (interdiscurso) e constituirá uma “forma [ou] esquema geral, que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações” (1982 *apud* MOREIRA, 2010 p. 250). Tal forma, ou Enunciado [E], regerá a atualização no nível da formulação (intradiscurso), constituindo uma rede de formulações possíveis para uma dada FD: ou R[e].

Baseados, pois, nessa leitura de Courtine, estamos entendendo aqui por enunciado visual em dupla acepção, mas com diferentes notações. Tratamos um elemento, uma constituinte da SD – aquilo que chamamos de “parte significativa” – como enunciado [e]. Em SD1, *e.g.*, teríamos como enunciados: o cabelo liso, a tez clara, a sobrancelha delineada. Na mesma SD, teríamos como Enunciado [E], por exemplo, a beleza. Parece-nos que uma das fronteiras entre [e] e [E] é esse último depender de uma maior intervenção do analista, visto que o primeiro nos **parece** aludir a uma leitura relativamente estabilizada ou consensual do visual. No entanto, restringimo-nos a fazer distinção entre [e] e [E] quando produtor⁸⁵.

Tornando ao traço divisor, tomado em nosso gesto de leitura por SD3, a sua importação do discurso publicitário para o jornalístico é um deslocamento, por vir de um campo discursivo diferente, e significa produzindo novos sentidos cujo porta-voz é uma outra posição. Como analistas, esse deslocamento interessa-nos pelo como significa e a que processo discursivo ele nos dá acesso. Em outros termos, qual o não ver interior a nosso ver aqui?

Para isso, precisaremos, conforme Orlandi (1999), promover substituições nas diversas SDs da formulação visual e ver que presença-ausência ali significa. Já que o traço é o mote dessa discussão, comecemos por ele: no lugar de que ele está?

Hoje, com os avanços tecnológicos dos *softwares* de tratamento visual, tal traço é uma “escolha”, uma vez que as transformações para pior no sentido⁸⁶ da esquerda para a direita poderiam ser apresentadas ou formuladas de forma gradual, o que, aliás, teria maior correspondência com o efeito das drogas: afinal, não se chega àquele rosto da direita em um determinado momento, mas ao longo de um processo que pode não ser demorado, mas ainda assim é gradual.

Conforme vimos em capítulo anterior, postulamos que uma das estratégias de gestão da (in)visibilidade seja a aposição. No caso em tela, a aposição dos rostos produz uma relação de oposição entre ambos, construindo o efeito de evidência do poder devastador das drogas. Nesse ínterim, revelam-se particularmente significativas duas “escolhas” da posição-sujeito autor: (i) a aposição de imagens do mesmo rosto constrói a visibilidade da devastação da droga à

⁸⁵ O enunciado [jovem] em relação ao Enunciado [Juventude] parece-nos indicar o acerto de aplacar possíveis *fúrias distintas*.

⁸⁶ Na acepção da física.

medida que congela outras leituras (que explicariam alternativamente por que duas moças chegaram a “resultados” tão diferentes) e (ii) a “escolha” do traço (SD3), em lugar de uma transformação gradual, ao mesmo tempo em que gere o seu funcionamento metafórico (o traço deriva de “antes versus depois” para “poder das drogas”), produz um efeito impactante, corroborando a estratégia postulada acima.

Nesse sentido, cumpre importante papel o fato de a moça ser bonita. Mais do que um recorte do imaginário de beleza feminina, funciona como a antecipação do imaginário de filha adolescente da posição-sujeito leitor. Vê-la abruptamente devastada em sua beleza é antecipado como particularmente aterrador, o que é sintomático dos valores da nossa formação social, se pensarmos que um rosto considerado “feio” não provocaria tal interpretação.

Há ainda mais o que considerar acerca da apresentação fenotípica da moça. Por certo não nos passa despercebido que a “escolha” de uma jovem negra pudesse servir para a produção de uma leitura de racismo na capa. Entretanto, os enunciados “mulher branca”, “mulher bonita”, “cabelo liso” associado a “juventude” não são ideologicamente neutros. Basta lembrarmos que postulamos que a posição-sujeito autor antecipa uma posição leitor como pai/mãe/responsável por adolescentes assim como pertencente às faixas sociais A e B. Evidentemente, se nos é permitido o termo, a formação imaginária da (autor)representação dessas classes é atendido pela moça em questão, que atualiza um recorte desse imaginário: o de como os sujeitos dessas classes veem/veriam a si e aos filhos.

Se há a necessidade de um rosto que personifique os jovens da classe média, de que modo significa ser então *uma* jovem e não *um* jovem? Aqui pensamos ter estabelecido o liame com o deslocamento do traço tão comum ao discurso do campo publicitário, notadamente os de produtos de beleza. Postula-se uma outra antecipação por parte do enunciador: o de que a “perda” da beleza seja algo que impacte mais, e seja mais bem simbolizado por, uma mulher. Há, em nossa sociedade, todo um trabalho discursivo que preside a construção dos gêneros e que antecipa uma posição-sujeito masculina como menos afetada à representação de si como maltratado pelo tempo, pelo sol e, quiçá, pelo estilo de vida. É bem verdade que a indústria da moda vem investindo fortemente em um contradiscurso, visto o potencial financeiro desse filão.

Paralelamente, há um trabalho de leitura que opera em nível discursivo naquela capa, evocando uma memória discursiva (re)produtora de recortes no

imaginário sobre a mulher. Um dos temas desse discurso sobre a mulher é a construção de sua “fragilidade”. Evidentemente, não se defende aqui preconceito de gênero por parte do indivíduo autor daquela premiada capa: fala-se da posição-sujeito. Postula-se, isso sim, a irrupção de um pré-construído: em um discurso que visa a orientar os pais sobre o combate ao possível consumo de drogas pelos filhos (filhos homens e filhas mulheres), é justamente a fragilidade (ou, vá lá, preocupação estética) da mulher que é evocada da exterioridade, em relação de oposição ao que está construído. Por ela, passa a sustentação da estratégia da posição-sujeito autor.

7.2.3 Intertextualidade e memória

Seguramente, o traço que promove a leitura de um cotejo entre os dois rostos no tempo agencia um trabalho de leitura que mobiliza uma memória discursiva que remete a determinados textos, mormente os que estão ligados ao discurso publicitário de beleza. Esse traço é um elemento que, deslocado daqueles textos, significa de forma diferente, embora simule uma estratégia de produção de significação do texto original: a comparação entre dois estágios. Nesse sentido, a capa mantém com uma foto 3x4 também uma relação de intericonicidade, uma vez que ambas são textualizações de um rosto. Para que freemos a deriva de sentidos, vamos cercear mais o que entendemos por “intertextualidade”, relacionando esse conceito ao que entendemos pelos tipos de repetição (Orlandi). Escolhemos propositadamente imagens empíricas de classificações⁸⁷ diversas, em atendimento a nossa proposta de buscarmos as regularidades da forma material.

Começemos então por uma formulação visual que a nosso ver instituiu um acontecimento textual interessante⁸⁸. O fotógrafo Goran Tomasevic, graças à sua perspicácia e também à sua coragem, logrou tirar esta significativa foto⁸⁹ de um dos combates em solo líbio na revolta contra o presidente Muamar Gaddafi.

⁸⁷ Termo que nos parece aqui mais confortável por salvaguardar-nos da discussão do que seria gênero ou tipo, mas que nos pode expor à leitura de que estamos sendo acertadamente precavidos, inexplicavelmente omissos ou mesmo reprochavelmente simplistas.

⁸⁸ Interessante o acontecimento textual (por ser elemento a partir do qual se estabelece uma relação de intertextualidade); nunca o fato, obviamente.

⁸⁹ Disponível em:

<<http://noticias.r7.com/brasil/fotos/veja-as-principais-imagens-da-semana-20110320-18.html>> Acesso em: 21 abr. 2012.

Figura 15

O momento “preciso”, para Reuters

No dia seguinte, esse “momento preciso” como designou a Agência Reuters foi reproduzido em uma série de páginas do jornalismo impresso em todo o mundo. A seguir, apresentamos uma montagem⁹⁰ feita com estas capas de jornal e revista.

⁹⁰ Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/photo/2011/03/23/libya-goran-and-the-photo-that-went-around-the-world/>> Acesso em: 26 out. 2011.

Embora seja a mesma foto – com nuances como recorte ou intensidade da cor em algumas repetições –, não é a mesma imagem, o mesmo texto, de acordo com a perspectiva que adotamos aqui. Nesse sentido, argumentamos que basta pensarmos que essa mesma foto significará, *de per si*, diferentemente em um jornal americano, europeu ou líbio para concluirmos que nunca é o mesmo texto. No entanto, a relação intertextual ali estabelecida pouco vai além da cópia; temos, assim, a repetição mnemônica.

Observemos os textos a seguir: à esquerda O jovem Baco, quadro de Caravaggio, e à direita um trabalho da fotógrafa americana Cindy Sherman (aos exemplos dificilmente seguirá a acusação de sermos originais).

Figura 17



O jovem Baco⁹¹

A repetição visivelmente provoca poucas diferenças em relação ao original, sendo quase pura e simplesmente uma transposição de uma textualidade (quadro) para outra (um gênero híbrido entre quadro e foto). Repete com outras “palavras”, outros elementos (operadores imagéticos, como luz, sombra, cor, enquadramento) o texto original. Pensamos ter aqui uma relação intertextual na repetição formal, pois já na própria superfície textual há um deslizamento de sentidos.

Observemos agora a comparação entre estas duas formulações. A primeira é uma foto de Nic Ut⁹². A segunda, uma charge de Rey Babin⁹³.

⁹¹ Disponível em: <<http://letrarcomgraca.blogspot.com.br/2009/09/intertextualidade-e-o-ensino-de-lingua.html>> Acesso em: 28 mai. 2012.

⁹² Disponível em: <<http://www.ruinelson.net/2007/09/17/fotos-que-fizeram-historia-a-menina-do-vietna/>> Acesso em: 28 mai. 2012

Figura 18



O horror em dois atos

Percebemos, entre as duas formulações, a reiteração de determinados sentidos. Na charge, temos a formulação da menina vietnamita correndo nua, ao lado de outras crianças, após o ataque norte-americano com bombas de napalm. Entretanto há uma inversão que produz o efeito de sentido da charge: a cena é deslocada de uma estrada no Vietnã para uma rua no centro de Nova York; os

⁹³ Disponível em:

<http://3.bp.blogspot.com/_8K0nUhvVsZQ/SmkHRpahvnl/AAAAAAAAAdU/oU9JeOyVDMY/s400/charge+REX+BABIN+onze+de+setembro.jpg> Acesso em: 28 mai. 2012.

soldados e a explosão são substituídos pela nuvem de poeira e pela queda das Torres Gêmeas. Mantém-se o horror das crianças; mudam-se o fato causador, a época e o local.

No plano da descrição da formulação, para o nosso propósito, podemos discriminar no texto original (foto) a presença de várias SDs: a menina nua (SD1), as quatro crianças da cena (respectivamente SDs de 2 a 5), a estrada (SD6), os soldados (respectivamente SDs de 7 a 9) e a explosão ao fundo (SD10). No segundo texto (charge), encontramos a preservação das 5 primeiras SDs (o que estabelece/sustenta a relação de intertextualidade) e a alteração das demais (justamente o que, ao lado da preservação das primeiras, direciona o gesto de leitura da charge). Mais do que isso, preserva um dos efeitos de sentido mais pungentes daquela fotografia: a nudez da “protagonista” da cena (presente em SD1), em relação de aliança com a direção da corrida das crianças (SDs 2 a 5) ao espectador, produz a leitura tanto do horror/humilhação aos inocentes quanto do apelo ao indivíduo empírico que ocupe a posição-sujeito leitor da foto. Clamor esse que nos convida a refletir sobre nossa parcela de responsabilidade nesses fatos como opinião pública mundial.

A charge estabelece uma intertextualidade que subverte o sentido do texto original, que produz um outro efeito de sentido, de outra filiação. Aqui temos a repetição histórica, que, baseada no mesmo, produz o diferente: há um trabalho de leitura que, evocando a memória discursiva do horror do ataque químico norte-americano no Vietnã, autoriza duas possíveis leituras: (i) o horror dos cidadãos nova-iorquinos é comparável ao dos meninos vietnamitas e/ou (ii) a tragédia imposta aos americanos é uma resposta às muitas ações violentas americanas em terras estrangeiras. A intertextualidade, se não é constitutiva do sentido como o é o interdiscurso, é estruturante, porque a charge pode produzir efeitos de sentido sem que se evoque o texto original, mas é a evocação que estrutura o efeito de crítica aos Estados Unidos.

A menina é ali o elemento de intericonicidade com o texto original; é ela o elemento da formulação visual que evoca nossa memória discursiva e insere o texto em uma genealogia visual (conforme o termo de Courtine) e que produz a leitura da crítica. Não fora ela, a charge significaria de forma diversa, seria uma imagem diferente em nossos termos; provavelmente, uma crítica ao ataque terrorista, pelo sofrimento que infligiu às crianças nascidas e/ou residentes na *Big Apple*.

A intericonicidade produz um efeito de sentido parafrástico ou polissêmico, de acordo com o modo como esse efeito é concertado na superfície textual. Em peças textuais nas quais haja formulação verbal e visual, amiúde isso se dá através de legendas ou títulos, como podemos perceber nesta capa de Veja.

Figura 19



Robinho e a “infantilidade”

O título de capa “por que eles nunca crescem?”, que intitula a matéria principal (sobre a suposta “síndrome de Peter Pan” que acometeria jogadores brasileiros milionários), administra uma determinada direção de leitura para a formulação visual (Robinho com o dedo na boca, imitando uma chupeta): a suposta infantilidade dos jogadores. No entanto, houve aqui uma resignificação desse ícone (chupeta), que alude a um hábito infantil. Observemos a notícia a seguir.

Figura 20

GLOBOESPORTE.COM
Madri

ALTERAR O TAMANHO DA LETRA **A-** **A+**



Robinho não cansa de homenagear o filho Júnior em suas comemorações

O Real Madrid aproveitou o tropeço do Barcelona para ampliar a vantagem na liderança do Campeonato Espanhol. Embalado pelas comemorações de Robinho com o dedo na boca, em homenagem ao filho, o time venceu por 3 a 2 o Villarreal neste domingo, pela 21ª rodada. Autor de dois gols, o ex-santista deixou o gramado aplaudido de pé pela torcida.

Sneijder fez o terceiro gol do Real. Para o Villarreal marcaram Rossi e Capdevilla. O time de Madri lidera com 53 pontos,

Robinho e a homenagem ao filho⁹⁴

Na legenda da foto da notícia [grifo nosso], há a razão do gesto de Robinho: as seguidas homenagens ao filho, nascido à época. Na capa da revista, porém, temos o deslocamento do gesto habitual do jogador, ressignificado à luz do título proposto pela posição-sujeito editor. O ícone gestual de imitação de um hábito infantil é administrado em sua deriva de sentido: passa de suportar a homenagem ao filho a suportar a demonstração da própria infantilidade.

Cremos, com isso, termos voltado a dois pontos basilares do que desenvolvemos aqui. O primeiro alude a que, em nossa perspectiva, não é o ícone que é lido: o ícone como símbolo (e um símbolo tem relativa injunção referencial) suporta o gesto de interpretação, que produz a imagem: essa sim é desde-já lida e legível. Lida, porque é produzida por um sujeito, sócio-historicamente, sob dadas condições de produção. Legível, porque será (re)lida tanto pelo próprio sujeito produtor quanto pelo sujeito leitor (que, obviamente, o fará de outro lugar).

O segundo ponto é que há uma fronteira, tênue e ainda não plenamente demarcável para nós, entre intericonicidade e intertextualidade. Enquanto esta é a efetiva citação de outro texto (texto como produto empírico), aquela o é restrita ao

⁹⁴Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL276485-1305,00.html>> Acesso em: 12 mai. 2012.

visual mas também aludindo a elementos visuais, a ícones, que não remetem diretamente a outro texto, mas cuja estabilidade referencial suporta a nova produção de sentido. O traço à moda “antes e depois” na capa de *Época* e o gesto de imitar uma chupeta na capa de *Veja* não retomam textos específicos, não configurando aqui o que chamamos de intertextualidade. Todavia, é no “programa” ou “trabalho” de leitura que agenciam que se suporta o gesto de leitura proposto pelo sujeito produtor do texto.

7.2.4 Gestão de leitura e de sentidos – algumas estratégias discursivas de (in)visibilidade

Já perpassamos algumas das estratégias para a gestão da leitura de um texto (imagético). Tanto a estratégia de produzir a (in)visibilidade do intertexto/intericônico – produzindo o efeito de identificação/originalidade-não relação – quanto a estratégia de deslocar uma (parte da) imagem, ressignificando-a (como o caso do gesto de imitar um bebê, realizado pelo jogador Robinho), trabalham a gestão dos sentidos e, conseqüentemente, do que ganha a visibilidade na imagem, a partir de um trabalho de leitura que, na enunciação, mobiliza um e não outro recorte da memória discursiva.

Por isso, trabalhamos a partir da concepção de trabalho de leitura como um trabalho que se realiza nos níveis discursivo e enunciativo (“evidentemente” este determinado por aquele). Na tomada da palavra/imagem, determinadas estratégias “sinalizarão” à posição leitor como deve ler a imagem. Em outras palavras, tais estratégias produzem um trabalho de leitura que mobiliza uma determinada memória e não outra, um determinado recorte dessa memória e não outro. Com base nisso, pretendemos chamar à atenção sucintamente dois casos: a aposição de imagens (que opera apenas com a materialidade imagética) e a legenda (que trabalha com a formulação verbal determinando como olhamos a visual).

Na estratégia de aposição, parece-nos haver duas situações: em uma primeira, consistiria em transformar as duas (ou mais) imagens em uma, produzindo um efeito-texto, a partir de cujos efeitos (unidade, completude, coerência, não contradição) resulta um gesto de interpretação que não prescindia do amálgama das

imagens originais. Parece-nos ser o caso da capa da revista *Época*, assim como o da foto a seguir:

Figura 21



Dilma trespassada.

Nessa premiada foto⁹⁵ – publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 21 de agosto de 2011 –, a imagem fotográfica significa pelo enquadramento que apõe as imagens “naturais” da presidenta Dilma fazendo uma reverência e do gesto de honra militar realizado por um soldado. O efeito-texto gerado por essa estratégia foi polêmico em virtude de haver sido “recebido” ou lido por três posições-sujeito, dando mostras da heterogeneidade de espaços pelos quais circulam os discursos: uma posição identificada à presidenta, que viu na foto um ato de desrespeito à figura presidencial; uma identificada à oposição, que leu a

⁹⁵ Com ela, Wilton de Souza Júnior obteve o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha. Segundo a declaração do fotógrafo à Agência Efe, a “presidente passava por um momento muito difícil. Eu buscava uma foto que pudesse sintetizar esse momento”. Disponível em: <<http://merececomentario.com/2012/01/13/fotografia-de-dilma-vence-premio/>> Acesso em: 28 mai. 2012

foto como um escárnio merecido à presidenta por sua atuação; e uma terceira que não leu como escárnio ou desrespeito, mas sim se identificou ao discurso lúdico da foto, reconhecendo o mérito do fotógrafo de conseguir pelo enquadramento “traduzir” o difícil momento enfrentado por Dilma Rouseff.

A aposição que preserva as imagens originais pode provocar uma espécie de “efeito kuleshov”, cuja criação é atribuída a uma experiência de um cineasta russo que

utilizou algumas tomadas em *close* do ator Ivan Mozzhukhin (1889–1939), de um filme *já existente*. Nessas tomadas, supostamente, Mozzhukhin não exprimia emoções, que seriam tomadas de um rosto “neutro”. A essas tomadas, Kuleshov justapôs três outras: um prato de sopa, um caixão em que repousava uma mulher e uma garotinha brincando. Os três pequenos filmes foram exibidos a uma plateia que não estava ciente de como eles haviam sido feitos. A plateia, então, teria dito que, em cada um desses trechos, o ator transmitia uma expressão diferente: fome, tristeza, ternura. Segundo Antonio Costa (1989), Pudovkin, que também teria colaborado com a experiência, estipulava o sentido de “montagem construtiva”, produzindo significados que não estariam nos planos em si, mas nas relações entre eles estabelecidas pelo diretor-montador. (MOURA, 2011, p. 27)

A simples tomada de palavra/imagem, ao apor determinadas formulações, retroage sobre elas, produzindo determinada direção de leitura. Na capa a seguir, temos um exemplo de aposição entre formulações verbais que administra uma leitura de crítica (velada) à gestão do governo Lula no campo da saúde. Isso decorre da aposição de duas notícias que giram em torno do tema “câncer”: uma dá conta da recuperação do ex-presidente; outra aborda a falta de medicamentos contra a doença em um determinado hospital.

Figura 22



Aposição “casual”. Fonte: Jornal Agora SP, de novembro de 2012

No caso a seguir, temos uma dupla administração de sentidos da polêmica gerada tanto pela propaganda da marca de roupa íntima feminina Hope quanto pela representação da Secretária de Políticas Especiais para Mulheres (capitaneada pela ministra Iriny Lopes) junto ao CONAR, para que a propaganda fosse retirada do ar.

Figura 23



A “guerra” das “mulheres”⁹⁶

Na formulação verbal, temos o caso nominalizado como “A guerra das mulheres”. Por essa estratégia discursiva, a posição-sujeito editor do jornal

⁹⁶ Fonte: jornal O Globo, 29 de setembro de 2011.

administra a leitura de que a questão se reduz a uma *querela* entre dois sujeitos empíricos, mais especificamente “duas mulheres” (em vista de se repetirem os vocábulos “ministra” e “Gisele”). Ao mesmo tempo em que, via o genitivo “das mulheres”, o fato é interpretado como se fosse atinente apenas às mulheres (e não algo que aluda à sociedade como um todo), temos o artigo “a” a produzir um efeito de importância da “guerra” (como se “a” guerra das mulheres, se é que há “ ‘a’ guerra das mulheres”, fosse esta) e que provoca um efeito de sustentação ou “evocação lateral do pensamento” ao simular uma memória que sustente o litígio como de conhecimento geral.

Na formulação visual, temos elementos que corroboram tal administração de sentidos, mobilizando recortes de memória do discurso sobre as mulheres. Primeiramente, ao apor as fotos da ministra e da modelo com um X (*versus*) entre elas, corrobora-se a ideia de conflito entre os indivíduos (e não como poderia ser lido a partir de outra posição-sujeito leitor: um conflito entre duas instituições ou entre o governo e uma empresa).

Ademais, a representação dessimétrica de ambas provoca um outro efeito de sentido, demonstrando a direção de leitura preconizada pela posição-sujeito editor. Ao opor a foto da ministra, uma mulher de idade, e a foto de Gisele, modelo reconhecida pela beleza, com pose sensual e em roupas íntimas, produz-se um efeito de escárnio à imagem da ministra. Isso porque a formulação visual de Gisele funciona pela oposição em relação à de Iriny (Gisele não é retratada apenas de rosto como a ministra).

Ao situarem-se em diferentes zonas de visibilidade seus atributos físicos, o efeito de sentido ali gerado corrobora essa leitura de conflito entre uma mulher (cujo trabalho de leitura é produzido no recorte da memória que associa velhice à perda do encanto feminino e a uma suposta “inveja das mais novas”) e outra (produzida em outro recorte da memória: o da mulher jovem moderna que tem beleza, sucesso e não teria preocupação com “questões menores”). No entanto, há uma estratégia⁹⁷ de produção de sentidos que contribuiu para o efeito derrisório, conforme podemos observar na próxima imagem.

⁹⁷ Nunca, nunca é demais reiterar que não se trata aqui neste trabalho de creditar um dado efeito a estratégias intencionais (ou até mesmo conscientes) de um sujeito empírico.

Figura 24



Iriny Lopes – Laerte Coutinho

A foto de Iriny remete em vários de seus enunciados (ou em várias de suas SDs, consoante o como montamos nosso dispositivo analítico) a uma foto em que o cartunista Laerte está vestido com roupas e acessórios femininos⁹⁸. Esse efeito de intertextualidade, casual ou não, mobiliza uma dada memória que sustenta dado efeito de sentido: é de esperar-se que administre um ponto de leitura bastante derrisório para um leitor identificado com uma posição-sujeito à qual o *cross-dressing*, mesmo em outrem, seja “ofensivo”.

A esse concerto de efeitos no visual, concorre a formulação verbo-visual “certo” ao lado da modelo (como há na propaganda o “certo” e o “errado”, a “escolha” por um dos dois adjetivos marca ainda mais a posição que ali enuncia). Verbo-visual, porque o traço estilizado como se fosse uma escolha ou um julgamento simboliza uma determinada posição que, dissimulado o responsável por ela, a simula evidente, natural, universal.

Como vimos no caso anterior, a formulação verbal funcionando como interpretação da formulação visual situa, em uma dada posição de leitura, o que vemos. Ao dizer que determinada imagem é X, gerem-se os pontos de (in)visibilidade da imagem-OE, administrando a leitura, a produção da imagem pela posição leitor. Com base nisso, analisemos a seguinte foto:

⁹⁸ Laerte é cross-dresser, conforme suas declarações. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml>> Acesso em: 23 mai. 2012.

Figura 25

A construção do olhar de Obama⁹⁹

A foto de Jason Reed, da Agência Reuters, *de per se* já instaura o acontecimento¹⁰⁰ e a interpretação. Uma vez que “organiza o flagrante”¹⁰¹ de um suposto olhar indiscreto do presidente norte-americano Barack Obama, acompanhado do presidente francês Sarkozy, para o calipígio contorno de uma moça, a textualização se originou justamente dessa posição de leitura do sujeito produtor da foto (do contrário, não a teria tirado, muito menos teria feito a foto circular).

Essa foto teve grande circulação dada a importância dos dois protagonistas (e, no caso do Brasil, pela nacionalidade brasileira da moça), acompanhada de legendas que demarcam diferentes posições de leitura, como (as palavras não são literais): (i) Obama confere de perto o que que a brasileira tem; (ii) A indiscreta quebra de protocolo de Obama desviou a atenção da mídia; (iii) Derrière¹⁰² de brasileira atrai a atenção do homem mais poderoso do mundo; e (iv) Obama cuida para moça não cair, mas descuida da economia americana.

⁹⁹ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/07/10/ult1859u1192.jhtm>> Acesso em: 28 mai. 2012.

¹⁰⁰ Acontecimento, na acepção do senso comum: fato.

¹⁰¹ Para usar uma expressão de Mariani (1999).

¹⁰² Até por homenagem a Sarkozy, preterimos aqui o termo mais corrente.

Nessas legendas, temos dois importantes funcionamentos: ao mesmo tempo em que partem de uma dada posição para julgar o fato (neutralidade ou crítica), os protagonistas ou a própria mídia, todas as legendas pressupõem o acontecimento, produzindo o tecido de sua “evidência” (acontecimento que, segundo comprovam algumas fontes¹⁰³, não teria de fato ocorrido: teria sido um *sugestionamento* criado pela foto).

Tomemos um outro exemplo de legenda que interpreta e ajuda a “organizar o flagrante”.

Figura 26



Pássaros

Essa foto¹⁰⁴, recebida em comunicação pessoal por e-mail, vinha com uma legenda que a enunciava de uma dada posição-sujeito: “Quando um ‘macho’ não aguenta mais. Foto impagável!”. Pesquisada quanto à fonte original, encontramos tratar-se de uma foto que supostamente atestaria a briga de macho e fêmea por alimentos.

Deslocada, no entanto, para uma posição-sujeito como a enunciada pela legenda, a foto textualiza, por uma condição de enunciabilidade prevista no discurso de tipo lúdico (a personificação), o tema do conflito e os lugares de “homem” e

¹⁰³ Disponível em: <<http://abcnews.go.com/video/playerIndex?id=8049121>> Acesso em: 23 mai. 2012.

¹⁰⁴ Disponível em:

<<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI158108-17770,00-CARTEIRO+FLAGRA+PARDAL+MACHO+CALANDO+O+BICO+DE+FEMEA.html>> Acesso em: 23 mai. 2012.

“mulher” construídos no e pelo discurso sobre o casamento. A foto parece o ato de “calar a boca” apenas pela memória que o trabalho discursivo engendrado pela legenda mobiliza; sua evidência é prevista em suas condições de produção. Se a deslocarmos de posição-sujeito, a partir de legendas como “Pássaros aproveitam a tarde para brincar” ou “População de pássaros vem diminuindo, alertam ornitólogos” constituir-se-iam outras imagens a partir da original.

Se provocássemos uma distensão maior ainda no paradigma e enunciássemos a legenda “Cala a boca! Vocês homens só entendem de futebol!”, teríamos uma posição-sujeito que enuncia da posição antípoda à da FD machista da legenda original. Nessa hipótese, elementos outros da imagem original como o tamanho do pássaro cujo bico foi “fechado” ou o arco do “pé” do passarinho “mandante” forneceriam outras evidências à leitura: respectivamente, o tamanho maior representaria o macho e o arco do pé o salto alto das mulheres. Administrando, sob a condição de evidência, a leitura da imagem-OE a partir de uma dada posição, a legenda acaba por produzir a imagem. Tal gestão dos sentidos é tanto mais eficiente quanto mais dissimulada essa “incumbência” administrativa.

7.2.5 Efeito de pré-construído e de sustentação

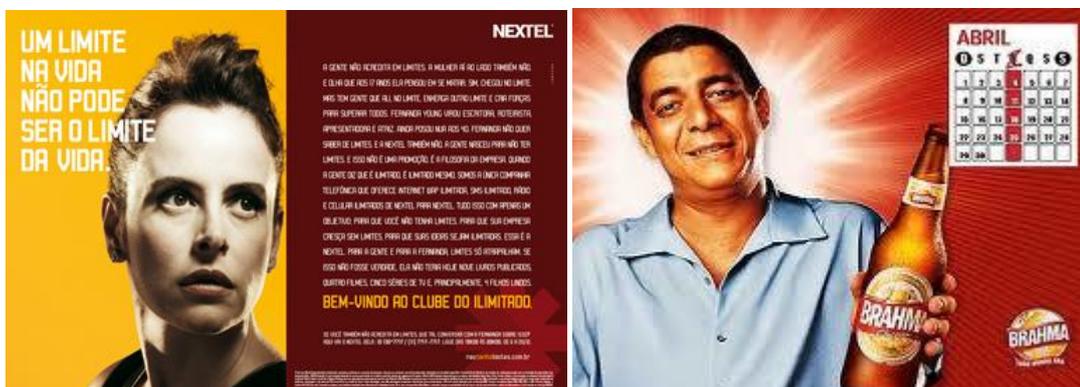
No funcionamento do interdiscurso, concorrem o efeito de sustentação (construído no intradiscurso) e o de pré-construído (que é a irrupção de um saber vindo do interdiscurso: exterioridade específica de uma FD, e que produz um efeito de sempre-já-lá). Para observar tal funcionamento, vamos *en passant* analisar como significa a remissão a determinadas celebridades na textualização do discurso publicitário. Observemos estas peças.

Figura 27



Peça publicitária com a modelo Gisele Bündchen¹⁰⁵

Figura 28



Peça publicitária com Fernanda Young e Zeca Pagodinho¹⁰⁶

Via de regra (e como toda regra, há exceções, buscaremos mostrar), uma determinada celebridade é contratada para estrear determinada campanha publicitária, conforme sua imagem junto ao público corrobore a que o anunciante quer construir ou manter. Assim, temos um sujeito do discurso publicitário que, antecipando o sujeito leitor, busca um efeito de credibilidade à marca, credibilidade traduzida por “aceitação”. Assim, considerando A como o sujeito do discurso publicitário; B, o sujeito leitor do anúncio; e R, como a celebridade contratada, temos essa antecipação dada por um jogo de formações imaginárias para o sujeito anunciante: Ia[Ib(R)].

A presunção de [Ib(R)] é, muitas vezes, o resultado de dispositivos disciplinares de interpretação (pesquisas de opinião, leitura de gráficos de vendas, medição de citações na internet etc.), constituindo-se, mais ou menos organizadamente, em um trabalho de arquivo. O imaginário de quem seja a modelo Gisele Bündchen, a jornalista Fernanda Young e o cantor Zeca Pagodinho, antes mesmo de sua formulação visual, mobiliza significantes que evocam uma memória discursiva. Essa memória discursiva fornece dados ao discurso publicitário, com os quais se estabelece uma relação de aliança, antagonismo, subordinação ou aparente neutralidade.

¹⁰⁵ Disponível em: <www.modamodamoda.com.br> Acesso em: 23 de maio de 2012.

¹⁰⁶ Aproveito o ensejo para agradecer à banca arguidora, que observou a ausência de algumas fontes. Fontes: <<http://www3.propmark.com.br/publique/media/14Nextel.jpg>> e <expressopublicitario.zip.net> Acesso em: 25 mai. 2012.

Em um discurso publicitário de moda, a modelo Gisele Bündchen evoca uma memória discursiva que não é exterior àquele campo ou a uma FD que proclame a importância do consumo de moda: Gisele é reconhecida como familiar a esse tema. Assim, a citação de seu nome ou a sua formulação visual¹⁰⁷ em uma campanha de venda de produtos ligados à moda, à estética, pelo pré-construído que evoca do interdiscurso, provoca no intradiscurso um efeito de sustentação do dizer. O mesmo não ocorreria se Zeca Pagodinho estrelasse a campanha da C&A, pois evocaria a exterioridade da FD, provocando um estranhamento a partir de um efeito de pré-construído “adverso”, produzindo uma outra significação (uma aparente concessão nos valores da FD, uma brincadeira ou uma derrisão, por exemplo).

Em outro nicho do discurso publicitário, a campanha da Nextel procura firmar uma imagem de opção inteligente, moderna, *cult*. Fernanda Young não é requisitada para estrelar tal propaganda porque é pessoalmente aferida sua inteligência, modernidade, estilo, mas porque o imaginário de quem ela seja o confirma. Assim como na AD não se está a falar de sujeitos empíricos, no discurso publicitário importa mais o discurso sobre determinada celebridade do que as características ou qualidade “realmente” apresentadas por ela como sujeito empírico¹⁰⁸.

Para exemplificar a exceção à que aludimos anteriormente, trazemos uma sucinta comparação entre dois recortes temporais da ação publicitária de grande sucesso para vender a marca da cerveja Devassa. Vejamos uma peça textual da campanha de 2010.

¹⁰⁷ Uma foto, um quadro ou uma bem menos provável caricatura.

¹⁰⁸ Não por outra razão que determinadas “celebridades” provavelmente não evoquem uma memória discursiva considerada favorável a propagandas de universidades, planos de saúde, bancos ou empreendimentos imobiliários.

Figura 29

Peça publicitária com Paris Hilton¹⁰⁹

Para estrelar a campanha, frise-se **no Brasil**, foi convidada a *socialite* americana Paris Hilton, mundialmente conhecida menos por ser filha do dono da cadeia de hotéis Hilton e mais por haver protagonizado escândalos os mais diversos, de vídeo erótico com o namorado a uma prisão por posse de drogas. A marca apostou na associação entre Paris, loira e polêmica, e uma cerveja, bebida conhecida no Brasil por “loura”, de nome “devassa” (em claro estímulo a uma atmosfera de lascívia, como se observa comumente nas propagandas de cerveja).

Temos na peça textual acima o efeito de sustentação dado pela formulação visual de Paris Hilton (SD1). Tal estratégia agencia um trabalho de leitura que evoca uma memória discursiva, (re)produtora de um imaginário de quem seja Paris Hilton e que gere o gesto de leitura a partir das relações tecidas entre a convocação desse imaginário e outras SDs.

Há uma nítida relação de aliança, na gestão da leitura de uma atmosfera de lascívia, entre a SD1 e as demais, como por exemplo o vestido preto e curto usado por ela, a pose sensual (ereta de forma a evidenciar-lhe o busto e o contorno calpígio) e ao mesmo tempo subserviente (ela está na posição de servir a cerveja ao leitor). Reparar essa “subserviência” permite-nos perceber a produção de leitura de um fetiche que a posição-sujeito publicitário/anunciante antecipa no sujeito leitor, o que é corroborado por outras SDs, como a cortina vermelha ao fundo e o

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://ts1.mm.bing.net/th?id=I5039990067036180&pid=1.1>> Acesso em: 28 mai. 2012.

enquadramento que simula estarmos divisando a moça a partir de um buraco na fechadura (elemento que aponta para o gesto de interpretação da construção de um fetiche, de uma posição *voyeurista*).

Em 2011, o anunciante apostou em uma campanha baseada na produção de um efeito de pré-construído que mobiliza uma memória discursiva antecipada como antípoda tanto à prática social de consumir álcool quanto à de manifestar sensualidade¹¹⁰. Para tanto, contratou pelo valor declarado de 1 milhão de dólares a cantora Sandy, celebridade cuja representação no imaginário do público consumidor da cerveja jamais fora associado à bebida, ainda mais de nome “Devassa” e – sejamos sinceros – a qualquer atitude vista como liberal ou transgressora, haja vista as brincadeiras no passado com a suposta virgindade da cantora.

O impacto nas redes sociais na internet foi imediato e em tom muito menos de indignação e mais de brincadeira, gerando uma visibilidade à marca inalcançada mesmo com a bombástica propaganda estrelada por Paris Hilton no ano anterior. A seguir a peça publicitária com Sandy:

Figura 30



Peça publicitária com Sandy¹¹¹

Desta feita, o slogan da campanha passou a ser “todo mundo tem um lado devassa”, o que provoca um fenômeno interessante a nosso ver. A memória discursiva que evoca esse imaginário de puritanismo sobre a cantora é contraposta pelas formulações visual (mais) e verbal (menos) no texto publicitário, produzindo conjuntamente o efeito de pré-construído. A expressão “todo mundo tem um lado

¹¹⁰ Pré-construído está aqui um determinado recorte do que seja “sensualidade”.

¹¹¹ Disponível em: <<http://ocquo.com/home/?p=1959>> Acesso em: 28 mai. 2012.

devassa” parece-nos perfeitamente legível como a simulada negação desse imaginário; a imagem de Sandy com o copo de cerveja à mão e parcimoniosamente explorada em sua sensualidade também.

Do contraponto entre as campanhas de 2010 e 2011 da cerveja Devassa, retiramos como conclusão que, a partir de constituinte(s) da imagem-OE, são produzidos efeitos de pré-construído e de sustentação, no processo de realização do inter- no intradiscursivo. A manipulação de tais efeitos sugere uma fina estratégia discursiva do sujeito histórico, baseada no concerto entre a antecipação da posição leitor e a gestão de um trabalho de leitura a partir da mobilização de uma memória discursiva que “resgata” um ponto preciso do imaginário sobre determinado referente (no caso, uma celebridade).

A seguir, retomaremos um caso em que se dá, pensamos, à revelia, refletindo a falha ideológica. Para tanto, e na mesma linha do que desenvolvemos sobre a preconizada fragilidade feminina ou preocupação estética da mulher na textualização da capa da revista *Época*, vamos retomar a campanha publicitária portuguesa contra o *bullying*. Antes, porém, vamos seguir a orientação de Ernst-Pereira (2009), para quem a falta, o excesso e o estranhamento são importantes pistas para a constituição/interpretação do corpus discursivo.

7.2.6 Do estranhamento ao pré-construído – pista da falha ideológica?

Observemos, pois, o que a autora tem a nos dizer sobre o “estranhamento”:

o estranhamento – estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significativa, marcando uma desordem no enunciado. Aqui se dá o efeito de pré-construído através do qual “um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente”, rompendo (ou não) a estrutura linear do enunciado. Possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado. (ERNST-PEREIRA, 2009, p.5)

Com base nesse conceito, analisemos o seguinte cartaz, que fazia, nos anos 90, a propaganda de um curso de mecânica básica para mulheres “e outros públicos”¹¹².

Figura 31



**Curso de Mecânica
Básica DPaschoal**

Noções básicas de
mecânica para mulheres
e outros públicos

GOODYEAR **DPASCHOAL**
A gente cuida do seu carro

Propaganda para mulheres e inefáveis “outros públicos”

¹¹² Se há necessidade de especificar que o curso básico é para mulheres, não deixa de suscitar certa curiosidade quem faria parte desses “outros públicos”.

Na cena apresentada no *folder*, temos a formulação visual de uma aula, dada “evidentemente” por um homem a uma mulher; atualização em nítida relação parafrástica com um imaginário acerca do conhecimento do homem e da mulher sobre mecânica. Para empreendermos nossa análise, tomemos como SDs visuais: SD1 – a mulher, SD2 – o homem e SD3 – o cenário (o pouco que podemos divisar tanto do carro quanto da oficina).

Se há uma notória assimetria entre as SDs – a 2 estabelece uma relação de hierarquia em relação à 1 –, há um aspecto que, em uma primeira leitura, pode até parecer-nos obnubilado, mas que, à luz do conceito evocado por Ernst-Pereira (2009), salta-nos aos olhos: o estranhamento provocado pela assimetria na formulação visual dos trajes nas SDs 1 e 2.

Enquanto em SD2 há toda uma construção enunciativa de profissionalismo, isto é: há uma série de enunciados visuais que indicam que o homem está devidamente paramentado – usa óculos de proteção, protetores de ouvido e luvas, além da roupa apropriada a quem está em uma oficina –, a mulher apresenta-se-nos com nítida coragem, prescindindo de tudo isso¹¹³. Ela está sem óculos, sem protetores auriculares, de cabelo solto, vestindo roupa de tecido fino e segurando com mãos indefesas o filtro de ar e a tampa; há um outro enunciado de vestuário em SD1. O contraste entre ambas as formulações se nos torna ainda mais evidente porque professor e aluna seguram o mesmo objeto, ou seja: ela não apenas assiste à cena, participa dela.

Aliás, o fato de segurarem o mesmo objeto, no caso um filtro de ar, serve à simulação de uma aula ao estilo de “aprender fazendo”, o qual especulamos seja o intuito do curso. Ambos os personagens estão sorrindo, o que direciona a uma leitura de prazer de aprender; aqui pensamos haver uma outra assimetria: a formulação do sorriso em SD1 e SD2. Enquanto, a mulher tem o sorriso mais “aberto”, o homem tem o sorriso mais comedido – enunciado pelo qual passa a construção uma espécie de *seriedade não sisuda* do professor.

Parece-nos haver, na formulação visual, o efeito da contradição na objetividade material dos sentidos, no caso, sobre a mulher. De um lado, temos a representação da mulher como interessada em saber sobre mecânica e disposta a estar em uma oficina (não fazer apenas o curso teórico, e.g.). Nessa SD1, temos a

¹¹³ Lembra-nos Barbarella, a célebre heroína dos anos 60 que vasculhava os confins do universo, sempre com seu umbigo de fora, exposto à maldade dos asteroides.

formulação da mulher com vistas a atender a um imaginário da mulher moderna: com cabelos curtos (ainda que soltos), sem brinco, de calça jeans.

No entanto, essa formulação de uma representação de “mulher moderna” não deixa de ser uma estratégia retórica de concessão da posição-sujeito autor do anúncio. Ao mesmo tempo em que essa posição antecipa que seja com esse recorte do imaginário sobre a mulher que possíveis interessadas no curso se reconheçam, há uma gestão dos sentidos acerca do imaginário sobre a mulher, materializada tanto na oferta de um curso de noções básicas *a mulheres* (a necessidade desse dativo é bastante sintomal) quanto na formulação de SD2: um homem representa a figura do professor. Se a relação de aliança entre [mulher] e [oficina] produz um dado recorte da representação da mulher, a relação de subordinação [mulher] e [homem] aposta à formulação verbal [curso de mecânica básica para mulheres] produz outro recorte, retroagindo sobre o primeiro e definindo o viés dominante de leitura do texto.

Em SD2, a própria formulação como homem daquele que detém o conhecimento de mecânica encontra-se respaldada pela formulação verbal “noções básicas de mecânica para mulheres e outros públicos”. Essa última, aliás, parece já excluir *de per se* dois outros possíveis sentidos: o de haver noções avançadas de mecânica para mulheres (provavelmente seja apenas “noções básicas de mecânica”) e o de o sintagma “outros públicos” excluir o masculino, por exemplo¹¹⁴.

Na não dissimulação do contraditório constitutivo do sentido, ou melhor: na leitura do contraditório mediante o “estranhamento” (ERNST-PEREIRA, 2009), percebemos um *flash* de falha no ritual ideológico. A concessão, no sentido retórico, intradiscursiva à reconfiguração do imaginário sobre a mulher, ocorre justamente para continuar domesticando os sentidos, produzindo seus efeitos na direção antípoda. Para tanto, a saturação do argumento visual de SD1 por uma mulher considerada bonita, quiçá modelo publicitária profissional, é fundamental.

Como o público estimado de uma propaganda de um curso de mecânica para mulheres concentra-se em uma faixa de poder aquisitivo entre as classes A e C¹¹⁵ (há várias condições aí pressupostas, como ter um carro, ter dinheiro e tempo disponíveis para fazer o curso), o efeito-leitor (a antecipação da posição-sujeito

¹¹⁴ Aliás, por que mesmo diferenciar por gênero as turmas e não por nível de conhecimento? Que (efeitos de) sentidos estão obliterados nessa construção?

¹¹⁵ À época, A e B tão somente.

leitor) materializa-se em um modelo branca, pele clara, traços delicados; enunciados, saberes que parecem constituir um recorte do imaginário sobre as mulheres de maior poder aquisitivo.

Talvez não por outro motivo que, em SD3, temos o motor e a oficina limpos (até onde podemos divisar). Nesse ínterim, pensamos haver uma relação¹¹⁶ de aliança com SD1. Esse cenário da “aula”, em sua homeopática formulação da oficina e na asséptica formulação do motor, fornece ao analista ou leitor atento rastros materiais de falha, conforme pretendemos expor logo a seguir.

A relação de assimetria entre as SDs 1 e 2 com relação aos enunciados que tangem os EPIs (equipamentos de proteção individual), dos quais a mulher prescinde, permite-nos, pelo efeito de estranhamento, reparar que o efeito de sua ausência preserva um recorte do imaginário sobre a mulher o qual é especialmente útil ao sujeito do discurso publicitário. Afinal, uma mulher bonita “escondida” por um cabelo preso, por luvas e por óculos de proteção, convenhamos, perderia parte de seu efeito de *sex appeal* e comprometeria a estratégia da posição de enunciação (para nós, masculina), que antecipa nesses termos uma “identificação” do público consumidor do serviço a essa formulação visual de mulher¹¹⁷.

Quanto a esse efeito de sensualidade comedida, há ainda um outro aspecto que nos parece interessante como demonstração da administração de sentidos. Enquanto a mulher é formulada de forma parcimoniosamente sensual (não há brincos, nem outras joias, embora haja uma generosa abertura da camisa), temos a apresentação de um senhor em SD2. Se por um lado essa formulação evoca sentidos discursivos como “experiência”, “conhecimento”, por outro reduz a possibilidade de um indesejável sentido de *affair* entre ambos, o que é corroborado por ambos os personagens não olharem um ao outro. Não há a construção visual de uma “cumplicidade”, que poderia advir da aposição de duas SDs saturadas por homem e mulher que comunguem o valor de jovem beleza¹¹⁸.

¹¹⁶ Agradecemos – já o fizéramos alhures, mas o reiteramos aqui pontualmente – à professora Solange Mittmann, entre cujas sempre bem-vindas observações esteve a de desenvolvermos mais a relação do cenário (SD3) com as “personagens” (SDs 1 e 2).

¹¹⁷ Temos ciência de que eram anos 90, tanto que trazemos o link de uma peça publicitária atual da mesma empresa, em que se textualiza uma perspectiva enunciativa, digamos, menos masculina: <<http://www.monalisadepijamas.com.br/wp-content/uploads/2012/03/DPaschoal2012.jpg>> Acesso em: 23 mai. 2012.

¹¹⁸ Talvez mais uma vez incida uma antecipação (tacanha, admitamos) da posição leitor mulher e da posição leitor homem (na condição de “financiador” do curso para a mulher). Afinal, que marido zeloso entregaria sua bela esposa aos conhecimentos ou ao elã de um mecânico mais jovem ou mais bonito que ele?

Cabe ainda uma última consideração, dessa feita acerca do fato de a mulher simplesmente não olhar o filtro de ar. Tal fato não apenas corrobora a falha no processo ideológico de constituição de sentidos que modula o gesto de leitura de uma representação, como também produz um efeito de sentido absurdo a partir da má construção do *mise-en-scène*: a aula foi tão eficiente que a moça pode se dar ao luxo de não olhar para o que está fazendo¹¹⁹.

7.2.7 O pré-construído e o *echapéé* do sentido

Para analisarmos a irrupção do pré-construído no enunciado de forma à revelia do sujeito, trazemos uma propaganda lusitana do carro Smart.

¹¹⁹ Retiramos essa consideração caso haja nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) da educação brasileira alguma habilidade como “aprender sem precisar olhar para o que está fazendo”.

Figura 32





 open your mind.

**>> Caso não saiba,
 anda a gastar energia sem sair do mesmo sítio.
 think smart: smart fortwo mhd com sistema start/stop.**

Provavelmente nunca pensou na quantidade de energia que um automóvel desperdiça desnecessariamente nos semáforos e nas filas de trânsito. Nós pensamos. É por isso que o novo smart fortwo mhd vem equipado, de série, com o sistema start/stop, que desliga e liga o carro para uma condução mais ecológica e eficiente.
 Consumo (combinado l/100 km): 4,3. Emissões CO₂ (g/km): 103.



www.smart.pt

smart - uma Marca da Daimler

Peça publicitária do carro Smart¹²⁰

Para analisar a peça publicitária, adotamos a seguinte montagem discursiva: SD1 – o hamster na gaiola giratória, SD2 – o carro Smart, SD3 – a formulação verbal, e SD4, a formulação verbo-visual slogan. Antes disso, porém,

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.mestrinhadacomunicacao.blogspot.com>> Acesso em: 15 jul. 2011.

cumprir retomarmos os conceitos de metáfora e metonímia, discutidos em capítulo anterior: respectivamente, uma relação de condensação/transferência e uma relação de contiguidade entre dois termos.

Com base nesses dois conceitos, vejamos o que nos parece ocorrer nessa peça textual. Primeiramente, temos um enunciado que se constitui o slogan do veículo (abra sua mente) e que já aponta a um interlocutor, instando-o a mudar de hábito. Logo abaixo, temos a formulação de um hamster, cujo efeito de sentido lemos a partir de uma relação de contiguidade com outra formulação visual da SD: a gaiola giratória. Sem ela, o hamster poderia significar simplesmente como um pet, no entanto, a aposição desse enunciado com o da gaiola giratória constitui uma formulação visual que pede um outro gesto de interpretação, injungido pelo enunciado a seguir, retirado de SD3: “Caso não saiba, anda a gastar energia sem sair do mesmo sítio”.

A esse momento, temos a leitura de SD1 (hamster “preso” à gaiola giratória) corroborada pela SD verbal, assim como temos um trabalho de leitura realizado em nível enunciativo que atualiza a posição-sujeito leitor. O caráter conativo da propaganda, que já começara com o slogan da marca “abra sua mente”, alicerça-se agora na antecipação do interlocutor como alguém preso, sem saída.

Todavia, há um processo de significação ocorrendo à margem do sentido pretendido, senão vejamos. A antecipação da posição-sujeito leitor como alguém cujo carro desperdiça combustível (“provavelmente nunca pensou na quantidade de energia [...]”) materializou a ele, como motorista, e ao carro (por uma relação de contiguidade, metonímia) como um hamster (lembramos aqui o enunciado verbal “anda a gastar energia sem sair do mesmo sítio”). Na formulação visual, o hamster está aprisionado em uma estrutura giratória, de espaço exíguo, agindo contra a vontade, evocando lateralmente a memória ou de cobaia científica ou de vítima de brincadeira de criança.

Assim, embora se nos faça à luz da evidência que a imagem do hamster evoca intradiscursivamente a imagem do carro, instaurando um efeito de sentido que apregoa o diferencial do produto: suas dimensões urbanas e seu potencial de economia, esse pré-construído inscrito na/pela imagem do felino depõe contra o que está sendo construído na formulação visual. O pré-construído de uma cobaia (que mobiliza uma memória sobre como ou por que alguém faz algo contra a vontade) materializa-se na relação metonímica com o enunciado “gaiola” e na relação de

aliança com outra SD: a do próprio carro – SD2. Nesse sentido, é sintomático o fato de as SDs 1 e 2 se apresentarem de forma lateral à posição de observação do leitor.

O efeito de sentido instaurado no entrecruzamento das SDs vem de encontro ao enunciado “proposto” pelo enunciador. Na FD publicitária, que apregoa as benesses do carro, intervém uma FD outra, anticonsumista; ou ao menos crítica à falta de liberdade formulada pelo diminuto espaço do carro e, em uma leitura mais macro, pelo trânsito ergastulador dos centros urbanos (que, afinal, suscita a necessidade de um carro tão pequeno). Parece-nos que esse efeito de sentido imprevisto, esse *echapéé*, opera instaurado pela metáfora do enunciado “hamster”, que postulamos seja a seguinte:

carro /pequeno → hamster / pequeno → hamster (pequeno) + gaiola (prisão) → carro = prisão

A SD verbal, por sua vez, além de corroborar essa leitura, aponta-nos outros aspectos, a começar pela não identificação mais precisa do interlocutor: a quem de fato ela se dirige, pois? A um possível consumidor ou a algum outro? As modalizações dadas pela condicional “caso não saiba” e pelo advérbio “provavelmente” instauram um pressuposto, na ordenação da língua, de que esse interlocutor ou possa saber ou lhe possa ser exigido que saiba. Será de fato o motorista que teria essa responsabilidade de saber; seria ele o interlocutor da propaganda?

Paralelamente, a designação do carro como “smart” aponta para uma interessante direção de leitura: afinal, se este carro é “smart”, subjaz uma crítica velada aos demais e, por consequência, aos outros da própria empresa: afinal, a Daimler também produz carros que gastam energia “sem sair do mesmo sítio”: em outras palavras, carros “stupid”. Um sentido imprevisto, parece-nos.

O enunciado “sem sair do mesmo sítio” oferece-nos um mirante interessante para analisarmos que processo de significação está de fato ocorrendo ali. Afinal, a que sítio se refere o enunciador? Se pensarmos que o interlocutor seja o motorista, o carro convencional, embora “gastador de energia”, leva-o a outros sítios: leva o motorista de sua casa a outros lugares, em atendimento aos compromissos quotidianos ou aos momentos de descanso laboral. Um sentido estranho parece-nos constituir-se ali.

Se, no entanto, pensarmos que o interlocutor seja a indústria automobilística, a leitura parece menos estranha, pois se corrobora então a crítica

aos avanços tecnológicos pífios apesar do “gasto de energia”. Nesse raciocínio, o advérbio “desnecessariamente” ligado ao verbo “desperdiçar” não nos parece mais excesso de dizer: os carros da concorrência “necessitam” desperdiçar energia para realizar as mesmas tarefas que o carro “smart” economicamente faz. Do ponto de vista do consumidor, um carro necessariamente desperdiça energia (é condição para que o carro funcione); do ponto de vista da indústria, não, pois ela detém os recursos tecnológicos para pensar em soluções menos gastadoras.

Se o interlocutor não está precisamente identificado, o locutor encontra-se por sua vez bem marcado, projetando no texto um enunciador em situação de vantagem, pois faz o que outros não fizeram. E aqui a flexão “pensámos” vale-se de um duplo funcionamento: primeiro, o verbo “pensar” (tradicionalmente associado à inteligência) designa qualitativamente o enunciador em relação a esse outro, interlocutor, velado: “**nós** pensámos” (grifo nosso); segundo, a possibilidade em português europeu (PE) de se marcar o tempo pret. perf. do indicativo na 1ª pessoa do plural de verbos de 1ª conjugação reforça a vantagem do enunciador, desta feita em uma dimensão temporal: o sujeito marcado por “nós” **já** pensou o problema, ao passo que o interlocutor é provável que nem tenha prestado a devida atenção ao desperdício, tal a defasagem tecnológica de seus carros não “smarts”.

O sintagma de função adjetiva “de série” vem devidamente entre vírgulas para enfatizar tal diferencial do veículo, assim como para oferecer-se ao leitor enquanto expressão adjetiva de caráter explicativo, propondo-se como atributo inseparável do objeto. Cumpre também função adjetiva a oração que acompanha a designação do sistema “*start/stop*”, alicerçada na antecipação de que a posição-sujeito leitor não saiba o que é o sistema, até porque esse se pretende inovador, inaudito.

Há ao final informações que corroboram o discurso técnico que atravessa o publicitário, promovendo-lhe o efeito de sustentação, visto que o objeto de pensamento é um carro “inteligente”. O curioso é a relação L/100 km, que não excede 4,3. Em nossas brasileiras notações de consumo, equivaleria a 23,25 km/L. Um valor substancialmente maior que o rendimento de outros carros no uso urbano (há aqueles como o Uno, que se dele aproximam na estrada), mas nada que se aproxime da oferta de dirigir sem reabastecer, *per omnia saecula saeculorum*.

Como fechamento dessa discussão, parece-nos restar a observação de que, se há complementaridade entre as formulações verbal e visual, há também

fissuras de sentido. Isso nos leva a postular que, tal como ocorre entre as FDs, se estabeleçam relações de aliança, de subordinação, de antagonismo, de aparente neutralidade entre as formulações visual e verbal e entre diferentes SDs de uma mesma formulação. E nisso, cumpre importante papel o efeito de pré-construído, pelo rastro que deixa na materialidade da contradição incontornável dos sentidos.

Esse rastro, postulamos materializar-se por vezes em ambas as formulações. Vejamos a seguinte comunicação de uma empresa¹²¹, considerando a formulação verbal como SD1 e a visual, SD2.

Figura 33



8 de março, a efeméride

Esse texto parece-nos constituir-se rastro da objetividade material contraditória do sentido. Em SD1, observamos a evocação de um trabalho de leitura que agencia uma memória discursiva a partir de um recorte do imaginário sobre a

¹²¹ Se couber o oxímoro, valemo-nos de um “apagamento visível”: apagamos as referências da instituição, mas fizemos questão de deixar o rastro dessa manipulação.

“mulher” pontuado por sua história de lutas e conquistas; memória que aliás sustenta a efeméride¹²².

Surpreendentemente, a SD2 segue em linha antípoda, evocando uma memória totalmente outra em relação à evocada pela SD1, muito mais anterior e, em termos políticos, menos enaltecida da condição da mulher na sociedade. A formulação visual de uma “flor” evoca valores outros que não “lutas e conquistas”, mas sim temas como “fragilidade”, “sensibilidade” e “beleza” (em um sentido que convém à FD machista/dominante, obviamente).

O imaginário sobre a mulher, se acaso perscrutarmos, provavelmente abarque em sua contradição constitutiva as posições-sujeito exaradas em SD1 e SD2, no entanto cremos não poder estabelecer entre elas relação de aliança ou aparente neutralidade, mas sim de antagonismo ou, mais propriamente, de subordinação. Senão vejamos.

Se seguirmos o nosso ocidental sentido linear de leitura (da esquerda para a direita), temos como última “palavra” da peça textual a SD2, que administra a leitura de SD1, tomando-a como uma concessão (no sentido retórico do termo): a mulher hodierna lutou, conquistou, mas não deixou de ser “feminina” (e obviamente “feminina” aqui tem um recorte ideológico muito preciso).

A concessão é um mecanismo ideológico de manutenção do poder bastante eficiente, porque simula o avanço, a mudança, na dissimulação da tensão contraditória dos sentidos. Se SD1 concede o argumento da luta e da conquista na constituição do discurso sobre a mulher, SD2 atualiza o conceito de “mulher” retroagindo historicamente, evocando uma memória discursiva muito anterior à evocada por SD1. Congela-se assim o efeito de sentido histórico proposto pela formulação verbal, demarcando-se pelo visual o lugar discursivo da mulher: o seu dever de ser frágil, pura e bela.

Claro é, ou pensamos ser, que não se está aqui a postular o machismo (consciente) do sujeito empírico que criou tal cartão de felicitações. Até porque, em AD, pouco nos interessa quem seja o sujeito empírico (quicá possa ser inclusive uma mulher), mas sim o lugar de onde enuncia. Apenas trazemos tal peça textual como exemplo da arena de sentidos que é afinal um discurso (textualizado). Importa-nos aqui o texto como dispersão de sujeitos, e aqui pensamos que haja

¹²² Afinal, o dia 8 de março não foi consagrado às mulheres por obra de românticos incorrigíveis...

dois, porta-vozes de discursos antípodos: feminista e machista. Importa-nos aqui o rastro material que os liga.

Nesse raciocínio, a cor da flor parece-nos esse elo perdido, instância do funcionamento metafórico dos sentidos. Em SD1, o sintagma “em branco” (em concerto com “não pode passar”) evoca duas possibilidades de leitura em sua ambiguidade constitutiva: do tedioso registro protocolar da efeméride à imperiosa necessidade de expressar admiração pelas mulheres. Mas esse sintagma se atualiza na formulação visual, materializando justamente o discurso contrário, produzindo a metáfora de si mesmo, deslocando sentidos. “Não passar em branco” retomado por uma flor... branca. Quase um chiste do inconsciente.

7.2.8 Da falta, do excesso e do estranhamento ao calado da imagem

Retomando o trabalho de Ernst-Pereira (2009, p.3), observemos o que a autora tem a nos ensinar sobre uma outra pista à qual o analista deve estar atento.

a) a *falta* – estratégia discursiva que consiste: 1) na omissão de palavras, expressões e/ou orações, consentida inclusive pela gramática, que podem (ou não) ser resgatadas pelo sujeito-interlocutor; 2) na omissão de elementos interdiscursivos que são esperados, mas não ocorrem e podem (ou não) ser percebidos pelo sujeito-interlocutor. No primeiro caso, ela se constitui num lugar em que são criadas zonas de obscuridade e incompletude na cadeia significante com fins ideológicos determinados; no segundo, cria um vazio que visa, na maioria das vezes, encobrir pressupostos ideológicos ameaçadores.

Com a autora, vemos que a falta é um conceito que fundamenta a observação tanto do intra quanto do interdiscurso. Em nosso objeto específico, o texto visual, tal conceito se encaixa sobremaneira, pois se constitui em uma ferramenta para tratar “o não ver interior ao próprio ver”¹²³, acedendo ao processo discursivo que naturaliza a falta, através do mecanismo ideológico que, conforme Orlandi (1999), é um saturador de objetos, um excesso de sentidos. É com vistas a atingir essa contradição material entre o que falta na materialidade como produto do excesso ideológico que tentaremos aplicar a orientação de Ernst-Pereira à formulação visual, buscando o que ali significa por não estar.

¹²³ Palavras althusserianas.

Relembramos, pois, as peças textuais.

Figura 34¹²⁴



Propaganda portuguesa contra o *bullying* homofóbico

À descrição básica, já feita em seção anterior, acrescentaremos elementos que nos parecem depor contra a mensagem de conscientização urdida pelas formulações verbal e visual da propaganda. Começemos pelas SDs verbais. Tomemos como SD verbal 1 o enunciado “Ele é gay e estamos bem com isso”.

A posição-sujeito que ali enuncia não é o homossexual; este tem sua voz silenciada e é construído no e pelo imaginário do heterossexual, o que instaura a dúvida: “ele” afirmou ser *gay* ou é a posição-sujeito autor do cartaz que assim o identifica? Essa posição-sujeito é supostamente heterossexual e enuncia sobre esse outro, identificando-o *gay*, velando ou mesmo interditando o discurso identitário do próprio homossexual: não é o *gay* que se afirma como tal, mas sim um outro, hétero, que o caracteriza.

¹²⁴ Retomamos a mesma imagem sob outro número, apenas por facilidade de indexação na lista de figuras. Disponível em: <<http://www.ladog.com.br/?p=4561>> Acesso em: 28 mai. 2012.

Tal enunciado permite-nos reparar uma estratégia discursiva do sujeito publicitário. A partir da antecipação da posição-sujeito leitor (o anúncio é dirigido precipuamente a héteros que possam (vir a) manifestar ojeriza a colegas *gays*), a “escolha” de uma posição enunciativa que não a seja a do *gay* produz um efeito de credibilidade à campanha: afinal, não é o *gay* que afirma “sou *gay*, e todos estão bem com isso”, o que poderia ser lido como simples “imaginação”, a necessidade do indivíduo oprimido de aceitação ou mesmo como apelo pungente. Preservando-se o lugar discursivo do heterossexual (pressupõe-se que o seja, por mera oposição) que afirma estar “bem” com a presença do diferente, o efeito de sentido produzido é o de tolerância.

Há dois aspectos já aqui que nos chamam à atenção. O primeiro, já referido, é o silenciamento da posição-sujeito *gay*; não há o diálogo na cena: por exemplo, uma posição que diga “sou *gay*” e outra que afirme “estamos bem com isso”. Inclusive, a própria ausência da vírgula no enunciado “ele é *gay* e estamos bem com isso” (requerida gramaticalmente quando temos sujeitos gramaticais diferentes ligados pela conjunção “e”) parece-nos apontar para um preenchimento da primeira oração “[nós sabemos/identificamos/afirmamos que] ele é *gay* e estamos bem com isso”. O lugar discursivo do homossexual na peça é obliterado, visto que ocupado pelo sujeito heterossexual.

O segundo aspecto alude à discussão que traçamos sobre o enunciado positivo, assim como o negativo, pressupor o seu contrário enunciável. A posição-sujeito que sustenta o enunciado “estamos bem com isso” só toma a palavra e produz efeito de sentido à medida que responda a, por sua ligação material contraditória, uma outra posição que sustente justamente o contrário, o discurso de que não “se está bem” com a presença do homossexual na escola. Tal base contraditória sustenta a própria campanha: não fosse o comportamento homofóbico um problema existente e sério, ela não teria razão de existir.

O próprio fato de ser uma campanha específica (e não contra o preconceito de forma geral) é uma pista do quão se possa estar (o governo ou os movimentos ligados à causa) preocupado com o tema. Essa louvável iniciativa, no entanto, esbarra em alguns problemas. O discurso da conscientização anti-homofóbica materializado na formulação “estamos bem com isso” apaga, silencia sentidos exteriores (advindos de outro discurso) como o respeito à diversidade ser um direito dos *gays* e um dever de cidadania do hétero, quando aponta para uma

solução que nada mais do que prevê uma espécie de “guia de convivência” (ou “incentivo à tolerância”) alicerçado na injunção de um “estar bem”.

Tal administração de sentidos oblitera duas questões importantes: X estar bem com Y é condição *sine qua non* para que X respeite Y? É uma demanda do movimento homossexual, faz parte da rede de saberes evocada por seu discurso, que os outros estejam “bem com isso”, se a tradução **disso** for “somos amigos de um *gay*”? O efeito de sentido ali gerado, embora politicamente correto, acaba por fim se autoinvalidando. Nesse ínterim, cremos caber um dos primados da luta de classes trazido por Pêcheux (1995): o de que ninguém deveria pensar a partir do lugar de quem quer que seja.

Complementarmente, a segunda SD verbal “O *bullying* homofóbico não é aceitável na nossa escola” é um exemplo de que analisar um enunciado apenas pelo que ele diz explicitamente recobre (muito) pouco do seu sentido. Não analisando o funcionamento discursivo do “não” (ou a que discurso ou FD ele responde), o enunciado produz uma obviedade nos tempos politicamente corretos de hoje. No entanto, ele significa para bem além da sua superfície textual.

A SD2 pressupõe, pelo uso do advérbio negativo, que haja a aceitação por alguém/alguns de práticas discriminatórias contra os homossexuais: esse enunciado funciona diferentemente de outros possíveis como “esta luta/escola combate o *bullying* homofóbico”. Considerá-lo ou não “aceitável” convoca uma exterioridade discursiva bastante menos belicosa (afinal, tudo seria uma questão de “saber conviver”) do que a aludida por termos como “combate”/“luta” ou mesmo termos indicadores de repressão como “punir”. Ao mesmo tempo, gere sentidos que não os presentes em uma memória discursiva que evoque a luta dos homossexuais.

Produz-se assim um saber ou uma evidência de integração do homossexual, a partir da produção de uma conscientização; daí a posição-sujeito assumida apresentar-se como um “nós”, produzindo um efeito de identidade de coletivo, sem precisar deslocar da sua posição heterossexual. Afinal, nesse arranjo discursivo, o discurso da conscientização diz respeito à posição-sujeito “nós” (o “nós” dos heterossexuais tolerantes), enquanto o obliterado discurso de identidade ou de luta do homossexual alude a “ele”, o *gay*, e é convenientemente silenciado.

Essa coletividade consensual construída na propaganda é corroborada pelo possessivo “nossa” em “não é aceitável na nossa escola”, que por sua vez autoriza uma leitura interessante: em outras escolas o é (sê-lo-ia). Assim, a escola

em tela seria diferente de outra(s), diferença marcada positivamente pelo respeito aos homossexuais. Entretanto, há sempre um resto de sentido, produzido pela falha ideológica: ao dizer que o “*bullying* homofóbico não é aceitável”, o uso do adjetivo restritivo provoca uma deriva de sentido: o de outros tipos de *bullying* serem-no; sentido esse que deriva à revelia da identidade construída no enunciado, que não é assumido ou assumptível, no entanto fulgura nas intermitências da visibilidade.

Na esteira desse raciocínio, chegamos à formulação visual, para cuja análise já convocamos o conceito de “falta” como o vimos em ERNST-PEREIRA (2009). Se o ambiente da cena é uma sala de aula, e uma sala de aula “semanticamente normal” tem ao mínimo duas dezenas de alunos, onde estariam os outros? Aparece o “gay” amistosamente apoiado por dois colegas, o que nos faz perguntar pelo resto da turma, pelas outras turmas ou pelos outros agentes da cena escolar como o diretor, os professores e os funcionários. Enquanto a formulação verbal sustenta um discurso em que pontificam saberes como “integração”, “conscientização” e “tolerância”, na formulação visual a falta permite-nos aceder a um processo discursivo radicalmente contraditório.

Creemos irromper aqui, à revelia do sujeito, um pré-construído, esse “impensado do pensamento” (PÊCHEUX, 1995): o *gay* pode ser apoiado por “alguns” poucos, mas em uma perspectiva mais ampla ainda é excluído. O “nós” da formulação verbal, que cria um efeito de comunidade escolar, é, na visual, um grupo restrito. Seriam muito poucos os que estão “bem com isso”. A materialidade dessa falta (a falta de mais agentes propostos pelo “nós”) está inscrita na impossibilidade da gestão completa dos sentidos e do gesto de leitura.

Um outro aspecto que nos parece digno de observação quanto à formulação visual é a construção da proximidade física entre os amigos e entre as amigas; uma assimetria que materializa, por parte da posição-sujeito autor, a superposição do imaginário de gênero masculino e feminino ao do de homossexual masculino e feminino. Enquanto no grupo dos rapazes há um disciplinamento da manifestação de afeto, seja pela distância maior entre eles, seja pelo fato de as seis mãos estarem devidamente observáveis, o mesmo não se observa entre as meninas.

Elas estão todas abraçadas e nem todas as mãos dão conta ao leitor de onde encontram repouso. Aparentemente, as moças estão em postura mais relaxada, menos posada e menos tesa do que a dos rapazes. Isso se observa pela

formulação da vestimenta (há uma exposição maior do corpo feminino) e inclusive pela (não) preservação da intimidade: convém observarmos que a menina de minissaia se apresenta, à perspectiva de visão frontal do leitor empírico, mais protegida pelo jogo de sombras do que propriamente pela posição inútil do caderno.

Concluindo essa seção, parece-nos que a peça publicitária, embora textualize um discurso de conscientização – frise-se: uma louvável iniciativa –, não o faz senão silenciando outros discursos. Silenciar outros discursos é inevitável (do contrário, jamais se poderia postular silenciamento como constitutivo), entretanto o funcionamento discursivo das formulações verbal e visual silenciou a gravidade do problema e calou o discurso de que a convivência de orientações de gênero nas escolas é muito mais do que a injunção de um sentimento de “estar bem”, provavelmente por moda: é um dever e um direito. O combate ao *bullying* homofóbico não se faz (ou fará) mediante a súbita e a-histórica “conscientização”, mas resulta(rá) de uma luta, histórica e política, tanto mais eficiente quanto menos desigual for a relação de forças.

Na confluência das materialidades verbal e visual, a construção dessa “aceitação” assim como da “tolerância” revelou-se uma manifestação última, e superior, da própria desigualdade, da manutenção da assimetria, visto que se apresenta com uma concessão. Tal como nos programas de TV – para os quais os *gays* são convidados a ocupar um lugar específico de dizer: falar de moda, de festas, de fofocas ou da própria sexualidade –, a constituição de um lugar discursivo a ser ocupado por uma posição-sujeito de perspectiva “heterossexual” no texto reproduziu, por oposição à bem intencionada mensagem, um discurso discriminatório sobre a orientação sexual, materializado na falta e na ausência, e reproduziu também o de preconceito de gênero, na textualização visual dos corpos masculino e feminino, talvez por uma estratégia de antecipação do que iria chocar menos a posição-sujeito leitor.

Dentre as três pistas elencadas por Ernst-Pereira (2009) para se aceder ao processo discursivo a partir da superfície textual, não trabalhamos ainda com a do excesso. Pretendemos fazê-lo, resgatando conjuntamente a de falta e a de estranhamento, com base nesta foto de um monumento húngaro.

Figura 35

Foto do monumento “Shoes on the Danube Promenade”¹²⁵

Inicialmente, o monumento provoca estranheza, visto que é incomum sapatos serem obras de arte escultural ao ar livre, exceção feita, claro, a quando os sapatos identificam um povo, como os tamancos holandeses. Não é o caso. O que está sendo dito visualmente ali, na superfície da sua formulação visual, “sapatos à beira do rio”, não é suficiente para o sujeito interpretar o que é dito, pois, como diz a autora, os elementos intradiscursivos e os interdiscursivos são da ordem do ex-cêntrico: uma escultura de sapato na margem do rio foge à previsibilidade, e o sujeito, instado à interpretação, busca constituir sentido a partir de hipóteses que sustentam gestos interpretativos.

Aliado à estranheza, há a falta. Os sapatos à beira do rio funcionam discursivamente por aquilo que eles não significam senão em relação ao presente-ausente, àquilo que relacionamos por contiguidade. Resta sem-sentido a leitura de que a formulação visual “sapatos” textualiza o objeto “sapatos”¹²⁶. Os sapatos sozinhos apontam, dessarte, para uma ausência, aludindo aos homens, às mulheres, às crianças que não estão lá esculpidos. Exigidos metonimicamente na

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.fotopedia.com/items/flickr-3341470807>> Acesso em 13 jan. 2012.

¹²⁶ Um exemplo de suposta tautologia visual?

contiguidade apagada, os seres humanos são atualizados na enunciação mediante a materialidade de sua falta, que exige para sua leitura uma memória discursiva.

Nesse gesto de leitura, uma outra pista que certamente nos causa espécie nessa foto é a do excesso. Não é uma escultura; são várias. No caso, uma profusão, um excesso de sapatos; são vários, centenas: masculinos, femininos, infantis, ricos, pobres. Tal diversidade, por um lado, aponta-nos para a diversidade de pessoas a que aludem; por outro provocam um efeito de sentido de ênfase, de repetição, um retorno incessante do dizer, na manutenção de uma determinada formação discursiva. Para a autora (2009, p.3), o excesso é:

1)“acréscimo necessário” ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem; 2) na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscorso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao seu estabelecimento.

Aqui, aprendemos com a autora que o excesso é mais do que simplesmente aquilo que está para além do necessário. O próprio acréscimo é “necessário”, visto constituir-se uma estratégia discursiva do sujeito para administrar a deriva do sentido, as possibilidades de outros gestos de leitura. Um único par de sapatos autorizaria outras leituras como a de simbolizar a escultura uma perda de um ente querido, como se fora a textualização de um discurso pessoal ou familiar de perda.

No entanto, a quantidade de sapatos aponta para a tragédia que excede o âmbito particular: atenta à tragédia de um povo. O sujeito desse discurso textualizado na escultura, marca sua presença justamente no excesso, desautorizando a leitura de uma tragédia particular, dado o sem-sentido de uma hipotética leitura de que justamente ali teria sido palco de tantas tragédias pessoais não relacionadas.

No imbricamento do que falta, do que excede e do que é estranho à ordenação textual (no caso, do texto visual), do que ali aponta para a memória discursiva materializa-se-nos um discurso histórico. A aposição dos sapatos à margem do rio Danúbio, que corta Budapeste, capital da Hungria, país sob comando dos nazistas na Segunda Guerra, evoca o interdiscorso. Os sapatos lembram dessarte os judeus mortos por nazistas alemães ou por colaboracionistas húngaros.

O enunciado do bico dos sapatos virados todos ao Danúbio mobiliza a memória do horror do *modus operandi* daquele episódio genocida, daquelas mortes: os judeus sendo atirados ainda em vida às águas do rio. Se os sapatos remetem metonimicamente às vítimas judias, metaforicamente significam toda sorte de horrores a que esse povo foi submetido.

Na textualidade da foto desse monumento – o memorial **Shoes on the Danube Promenade**, criado por Gyula Pauer e Can Togay – que recorta a textualidade da escultura, vemos, pois, um discurso que significa pelo que não está presente, na materialidade do vazio, que a nós parece o correlato do silêncio. Enunciativamente, o que falta é dito com ainda maior intensidade; o que excede é a repetição de uma memória, de um sentido, que exige o excesso, pois de outra forma se calaria; e o que é estranho, infelizmente, muitas vezes só o é, porque dito de outra forma, porque ex-cêntrico.

Aproveitamo-nos da ambiguidade produtiva do termo “calado” em português para referir esta dupla concepção: a de “calado” enquanto dizer silenciado, mas que constitui o dito; e a de “calado” enquanto aquilo que não está na superfície textual – por estar imerso à forma material –, mas apenas por ela pode ser acedido. No calado da escultura, da foto, há um dizer dos horrores cometidos contra os judeus, o qual é emerso e ao qual é dado voz, no gesto de leitura do que falta, do que excede e do que é estranho em sua mórbida superfície.

Souza (1998) aponta que o texto visual tem operadores discursivos próprios como o enquadramento, as sombras, as cores, dentre outros. Através deles e em observância aos conceitos discutidos por Ernst-Pereira (2009), podemos reparar o processo discursivo. Pensamos poder exemplificar através desta foto, que acompanha/ilustra a matéria intitulada “[grupo X] fala sobre [y] no [lugar Z]”.

Figura 36¹²⁷



¹²⁷ Foto de uma palestra (registro em veículo de comunicação institucional)

A matéria compõe uma edição mensal de um jornal de instituição. A foto, como de praxe, é requisitada sob o pretexto de funcionar como “registro” do evento. No entanto, há algo que causa estranheza em sua textualidade: o enquadramento, que apaga quase totalmente o público presente.

Na esquina do estranhamento (comumente, fotos de eventos enquadram protagonistas e público) e da falta (na foto da palestra aos alunos da instituição, prescindiu-se de registrá-los), temos o enquadramento que opera discursivamente. Partindo de nossa perspectiva, importa ali é o sujeito deste discurso: o discurso de comunicação institucional (doravante DCI), acompanhado das regras de sua circulação.

Como sabemos, esse discurso revela forte carga de injunção e interdição no seu dizer, facilmente tipificável como autoritário, conforme tipologia de Orlandi (1999). Em geral, fazem parte do seu universo do dizível saberes, temas, recortes de memória que enalteçam as virtudes ou vantagens da instituição¹²⁸. Na circulação do DCI, há inclusive um espaço bem demarcado ao sujeito-leitor. No caso em tela, enquanto temos o enquadramento construindo a invisibilidade da pouca adesão da plateia (ao menos, é o que se pode supor), é a categoria do estranhamento que nos permite aceder a essa regularidade do DCI e deslocar os pontos cegos da imagem.

Sejamos claros: não há qualquer indício aqui de crítica ao indivíduo empírico que produziu a peça, uma vez que esse, ao constituir-se em uma posição da forma-sujeito do DCI, submete-se às condições de produção desse discurso. Em outras palavras, enuncia a partir de uma rede do dizível/visível. Nesse raciocínio, o enquadramento é tão somente um operador discursivo que serve à administração de uma direção de leitura (“o evento de fato aconteceu; está registrado”), ao mesmo em que congela outras e indesejáveis possibilidades de leitura. Dentre essas últimas, poderíamos citar eventuais críticas aos alunos (que não teriam prestigiado o evento por serem pouco interessados em conhecimento), aos palestrantes (cuja importância ou notoriedade seria posta em dúvida) ou mesmo à decisão da instituição de promover o evento (supostamente pouco interessante).

¹²⁸ Um bom exemplo é o site de uma companhia aérea, em cuja página “histórico” não constam até este momento referências aos graves acidentes de 2005 e 2006, bem como ao moroso processo judicial de indenização às vítimas. Uma distração obviamente, dado que há fatos posteriores relatados. Disponível em: <<http://www.tam.com.br/b2c/vgn/v/index.jsp?vgnextoid=b4ad09f1157f2210VgnVCM1000000b61990aRCRD>> Acesso em: 13 jan. 2012.

Como dissemos na revisão teórica, partimos do postulado de que toda foto é sempre-já um gesto de interpretação do olhar, que *de per si* é também sempre-já um gesto primeiro de interpretação. Necessário é, em uma leitura crítica, produzir a partir da formulação visual uma imagem em que ressoe a materialidade do seu calado. Materialidade esta que advém do dito visualmente, mas também do ex-dito: o que opera discursivamente fora do dito, constituindo-o; os silêncios, os vazios. Para tanto, as categorias de Ernst-Pereira (2009) parecem-nos de fundamental produtividade interpretativa.

7.2.9 A discussão teórico-procedimental sob efeito de fechamento – fixação¹²⁹ da discussão

Na obra “Discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (2002) aponta três “exigências” de uma análise da materialidade discursiva. Começamos esse exercício teórico pela primeira delas, que alude ao primado do gesto de descrição, isto é: contrariamente à “apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar” (p.50). No entanto, o próprio autor afirma que descrição e interpretação devem ocorrer em “um mesmo batimento”: não podemos ter um gesto de interpretação independente do de descrição, mas sim discernível. Há uma relação de mão dupla e de retroalimentação entre ambos.

O ponto que trazemos à discussão reside no que entendemos por discernir um gesto do outro. Supondo a anterioridade da descrição, como mantê-la a salvo da interpretação? A partir de que ponto é interpretação? Pêcheux oferece-nos uma pista: a descrição deveria reconhecer o “real da língua” (expressão de Milner¹³⁰), o equívoco como fato linguístico estrutural implicado pela ordem do simbólico (PÊCHEUX, 1995). Pêcheux reitera ainda que é da língua, e não da linguagem, que está a falar.

Embora postulemos que haja um real da imagem e que esse real esteja também implicado pela ordem do Simbólico e também se assente no, ou produza, o

¹²⁹ Obviamente, o termo tem um propósito ao mesmo tempo sério (porque pretendemos algumas não peremptórias conclusões) e chistoso (o em que menos cremos aqui é no nosso poder de “fixar” uma interpretação).

¹³⁰ MILNER, J. C. (1978). O amor da língua. Porto Alegre. Artes Médicas Editora.1987.

equivoco como fato estrutural, restringir-nos-emos por ora a esse último item: o equivoco. Retomemos o ponto que havíamos desenvolvido até o início desta seção.

Partimos da construção teórica de que a imagem seja uma superposição entre duas estruturas: a imagem como a coisa-em-si kantiana, como objeto concreto, empírico (imagem-OE); e a imagem como a resultante de um gesto de leitura a partir de uma dada posição-sujeito. Como a imagem objeto empírico suporta a produção de uma imagem em um gesto de leitura, assim como no discurso, há uma tendência a uma relação parafrástica entre as imagens produzidas por diferentes sujeitos; fenômeno este que corrobora o efeito de evidência que a imagem nos traz. Na contramão desse efeito, observemos o que Mariani afirma sobre um tipo particular de imagem-OE:

a fotografia organiza o flagrante, produzindo a ilusão de que algo que se vê nela é de fato correspondente ao real fotografado (...). Longe de ser objetiva, uma fotografia representa um ponto de vista, isto é, quem fotografa uma cena o faz de acordo com seu ângulo de visão. Um fotógrafo não capta o real (...) há uma reconfiguração do que foi visto. E os limites de tal reconfiguração são dados pela história. (1999, p.103-104)

Na mesma linha de raciocínio, a imagem como leitura, em nossa concepção, organiza a imagem objeto empírico; ou em outras e melhores palavras: a partir dessa organização, produz a imagem como efeito-texto. Obviamente, jamais poderíamos postular, em Análise de Discurso, que isso se dê de forma casual. O gesto de leitura produz a imagem, administrando-lhe os sentidos, a partir de um arranjo discursivo de pontos de (in)visibilidade. Esse arranjo configura-se na superposição das duas estruturas.

Como a imagem-OE é um sítio pré-discursivo, forma pura, *non-sens* porque plena de todo sentido (o Real), entendemos ser a imagem *qua* leitura o nível simbólico que tenta recobrir esse Real, feito impossível do qual resulta que a superposição nunca é totalmente coincidente, gerando um resto e instaurando a deriva do sentido (e a injunção à interpretação) no espaço mesmo da decalagem entre uma e outra estrutura.

Observe-se que, da assunção da dupla estrutura da imagem nos termos aqui propostos, decorre a subsunção de que a imagem guarda íntima relação com o

Real laciano. Se a imagem-OE nos oferta o Real do sentido, a imagem leitura, sendo fruto do sujeito do Inconsciente e da História, nos oferta o Real do Sujeito e o Real da Língua (e da Imagem, como postularemos a seguir). Adiríamos mais: à semelhança do nó borromeano, encontram-se imbricados na imagem o Real, o Simbólico e o Imaginário.

Enquanto peça de significação, a imagem funciona como texto, submetendo-se aos mesmos efeitos mormente considerados quanto ao texto escrito, como efeito de evidência, de literalidade, de completude, de não contradição, dentre outros. Isso significa que a imagem nos importa não apenas em sua ordem (na qual o registro do Simbólico, em sua forma material, instaura o equívoco, a falha, a incompletude), mas também em sua organização (em cuja formulação, para além do superficial concerto, os efeitos suprarreferidos nos fornecem pistas para aceder ao processo discursivo).

Postulamos ainda que, assim como o texto escrito pode ter uma materialidade (formulação) visual – como os documentos “grilados”, cujo envelhecimento simulado produz um efeito de veracidade –, o texto visual pode estar acompanhado de outras materialidades (formulações): verbal escrita, verbal sonora, gestual, cinética etc. Nesse sentido, assim como nos preocupamos em categorizar um discurso quanto ao campo, tipo ou suporte, preferimos evitar o uso de sintagmas como o “discurso visual”, o “discurso imagético” ou o “discurso da imagem”. Entendemos que a imagem não tem ou não é *de per se* um discurso; é-lhe uma materialidade.

Postulamos também que o exame da imagem, no nível da formulação visual, possa exigir, em clara referência ao processo de de-sintagmatização (Orlandi, 1995), a decomposição em SDs (secções discursivas) e estas ainda em enunciados visuais. O discernimento entre SD e enunciado dar-se-á conforme nos exija nosso objeto de interpretação.

Seja pelo texto imagético em seu efeito de unidade/completude, seja por uma de suas SDs, seja por um dos enunciados, postulamos que haja a evocação de uma memória discursiva que forneça o que Davallon chamou de “programa de leitura”, postulação com a qual pensamos haver concordado Pêcheux e a cujos

desdobramentos ele relacionou os “*famosos implícitos*”¹³¹ [grifo nosso] (PÊCHEUX, 1999).

Mariani (2008 *apud* FONSECA, 2008) preferiu “programa” por “trabalho de leitura”, valendo-se da acepção marxista de “trabalho” como ação transformadora. Tal escolha parece-nos sobremaneira acertada, visto que a palavra “programa” evoca algo fixo, determinado, em contrapartida à historicidade do gesto de leitura implicada pela palavra “trabalho”.

O conceito de “trabalho de leitura” dá conta tanto do trajeto de leitura que estabiliza determinados sentidos, direções de interpretação, em preterimento a outros (gerando efeitos de unanimidade, literalidade, evidência) quanto da possibilidade da irrupção do acontecimento discursivo, o qual, por sua vez, se incorporará a essa memória discursiva. Atende, dessarte, à orientação no nível discursivo de como a imagem deveria ser lida e ao equívoco constitutivo da língua-linguagem.

No capítulo anterior, postulamos que esse trabalho de leitura da imagem se dê em dois domínios. No domínio da memória, perpassando diversas posições-sujeito, evoca-se um feixe heteróclito e vasto de vieses de leitura. No domínio da atualidade, a posição-sujeito que ali enuncia “assume” uma dessas possibilidades de leitura, congelando as demais, obliteradas na enunciação. Assim, embora as possibilidades todas de leitura estejam ligadas entre si pela divisão material do sentido, por objetividade contraditória, “naturalizam”-se a unidade e a evidência do sentido a partir da incisão desse “dizer” no regime de enunciabilidade de uma FD. O texto responde assim às suas condições sócio-históricas e enunciativas de produção.

Nessa linha de raciocínio, uma importante diferença cumpre reiterar. O trabalho de leitura, no âmbito exclusivamente discursivo, realizado no domínio da memória, não satura a imagem. Isso porque, embora opere um corte que veta atribuir todo e qualquer sentido a ela, evoca uma memória discursiva heteróclita o bastante para ser perpassada por várias posições-sujeito.

¹³¹ O termo grifado, complementado pela indagação “estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?” (PÊCHEUX, 1999), terá sido uma das impagáveis ironias pècheuxtianas?

Já o trabalho de leitura, discursivo e enunciativo, que se dá no nível da atualização, ao contrário opera sob o efeito¹³² de saturação da imagem – isso não invalida a postulação de que o sujeito produtor da imagem-OE e o leitor a “saturem” de forma diversa (mesmo porque ambos compartilham uma mesma imagem-OE, mas produzem imagens diferentes). Analogamente, a tomada da palavra ou da imagem implica sempre uma incisão na memória. Incisão esta que é, “em um só batimento”, gesto e gestão de leitura.

Entre o trabalho de leitura realizado na/pela memória e o realizado na atualização, percebemos uma relação de corroboração ou mesmo de subversão. Embora sejamos levados inicialmente a pensar na preponderância do trabalho no nível da memória, a relevância de caber à atualização ratificá-lo ou retificá-lo enseja uma importante discussão: onde reside a direção de leitura?

Exemplifiquemos tal reflexão com tipos antípodas de discurso: o autoritário e o lúdico. O trabalho de leitura, no domínio da memória, da palavra “direito” (direito à educação, direito à saúde, direito à moradia digna) e.g., perpassa o discurso de tipo autoritário (que e.g. diz o que é um “direito” e a quem ele diz respeito), o de tipo polêmico (que e.g. discute o que é e a quem ele alude/deveria aludir) e o de tipo lúdico (que e.g. ironiza se nossos direitos são mesmos direitos assegurados). O sintagma “direito do trabalhador” evoca uma memória discursiva heteróclita, embora haja nessa mesma memória um trabalho de estabilização de sentidos. Lembremos que, conforme Pêcheux diz, a divisão social do trabalho implica a divisão do trabalho de leitura, sendo que ambos refletem a dessimetria de classes em nossa sociedade.

Imaginemos um enunciado como o que segue, extraído de uma crônica de Verissimo: “Todo trabalhador brasileiro tem direito a um salário mínimo que assegure para si e sua família casa, comida e etc. contanto que não leve isso muito a sério”¹³³. É na atualização que o sujeito leitor opera a inscrição discursiva da fórmula “O trabalhador tem direito a X”, procedendo ao trabalho de leitura que a significa. Esse como ela significa é que nos diz o tipo de discurso que ali temos, no caso o lúdico.

¹³² Originalmente, escrevêramos “opera saturando”, ao que argutamente a professora Solange Mittmann atentou.

¹³³ Crônica intitulada “Realismo” constante do livro “Comédias da vida pública” (VERISSIMO, 1995). O texto representa um diálogo entre dois personagens acerca de hipotéticas alterações na redação da Constituição Brasileira de modo a torná-la mais “realista”.

Assim, o trabalho de leitura no âmbito da memória depende do trabalho de leitura no âmbito da atualização, parecendo-nos que neste reside afinal o núcleo precípua da direção de leitura, ainda que sob regime já previsto nas condições sócio-históricas de produção (já é prevista na constituição de um discurso de tipo lúdico a subversão de temas considerados sérios). É pela atualização que o leitor ou analista “restaura” o processo discursivo, constituindo uma posição de leitura.

Retomando o que afirmamos acerca da “imagem”: para nós, a resultante da produção de uma leitura suportada por um objeto empírico visual. Postulamos, assim, que dois sujeitos expostos à mesma imagem-OE formem imagens, ao menos em alguma medida, diferentes entre si, ainda que determinadas condições de produção da leitura possam injungir a uma mesma posição de interpretação. Um símbolo ou uma logomarca é submetido pelo sujeito leitor a um trabalho de leitura que mobiliza uma memória discursiva X para os sujeitos colocados em A e B (dada a FDx em que ambos se situam), mas implica trabalhos de leitura X' e X'' dadas as condições enunciativas de produção distintas Y e Z. Pressupor o contrário (que o trabalho em nível discursivo garantiria sem falhas uma dada leitura, independentemente da enunciação) seria congelar a deriva do sentido e a interpretação – o que até pode ser coerente com os pressupostos de outras teorias, mas não aqui.

O conceito de imagem aqui desenvolvido parece-nos resolver dois problemas teóricos: **primeiramente**, desloca o sentido dela mesma para o sujeito, reforçando que não é no suporte material que está o sentido. Evita-se assim o retorno do idealismo presente na concepção de que poderíamos ler a imagem em si mesma, objetivamente. A impossibilidade radical desse gesto de leitura que supostamente pudesse encontrar o cerne duro da imagem (o que ela não poderia deixar de ser; em outras palavras: o seu Real) começa pelo próprio dispositivo biofísico de interpretação, que produz o primeiro recorte a partir do qual o sujeito histórico mobilizaria o trabalho discursivo de leitura.

A fim de que não pareça haveremos incorrido em contradição, convém aclararmos a relação estabelecida entre os dispositivos biofísico (ou humano) e ideológico. Entendemos o sujeito (histórico) como um constructo teórico que representa uma dada posição ideológica assumida pelo indivíduo no jogo de forças sociais. O sujeito empírico é a instância onde se realiza(m) o(s) sujeito(s) histórico(s). É esse refinamento que Pêcheux promove no conceito de sujeito que

permite tratar das perspectivas sócio-históricas e não dos indivíduos empíricos. No entanto, tais perspectivas se realizam em seres humanos que naturalizam ou organizam “evidências” a partir do que os dispositivos sensoriais lhes permitem.

Ao deslocar-se a imagem dela mesma para o sujeito, pensamos estar resolvida (ou apresentada sob efeito de resolução) a questão de “a partir de qual ponto veríamos a verdadeira imagem ou teríamos o melhor ângulo para ver a imagem?”. No introito da discussão do dispositivo, recorreremos ao exemplo do céu estrelado, como forma de, ao exacerbar a relação espaço-tempo na percepção individual, defender a ideia da posição do sujeito como sítio do princípio organizador da imagem. A título meramente ilustrativo, haveria uma espécie de “real” da própria faculdade humana da visão, traduzida na impossibilidade de ver algo de todas as distâncias, de todos os ângulos e todas e quaisquer posições de observação concomitantemente.

Em segundo lugar, o conceito de imagem por nós evocado explica, de forma que pensamos mais atinente, a indefectibilidade da deriva de sentido (situando fora do objeto empírico o fato de haver leituras estabilizadas, autorizadas, prestigiadas, descartando-se dessarte a sua evidência/literalidade). Retomando a analogia da impossibilidade de vermos (no sentido físico) de todas as distâncias ou ângulos (muito menos “imunes” aos efeitos da velocidade da luz ou qualquer força/grandeza física), pressupor um sentido imanente à imagem parece-nos incorrer em um erro baseado na desconsideração teórica de sempre haver um outro ponto (físico ou ideológico) de observação.

No entanto, considerar a imagem como produção de um sujeito coloca-nos questões outras a serem resolvidas. O primeiro aspecto é o de que, se a imagem resulta de uma produção de leitura, então ela e o objeto empírico são estruturas superpostas; entretanto, se admitimos um Real, devemos admitir um Simbólico que dele não dê conta, provocando o desdobramento teórico de que as estruturas são superpostas (gerando a evidência), mas não totalmente coincidentes. A decalagem aí implicada, que sustentamos ser a mesma discurso/texto aludida por Orlandi (2001), enseja a possibilidade e a necessidade indefectíveis da interpretação: há uma borda impossível à simbolização.

O segundo aspecto parece-nos inspirar cuidados maiores, mas também ser mais produtivo. Se a imagem é produção do sujeito, intervêm nela de forma muito forte a ideologia (que e.g. oblitera, na gestão da visibilidade, os pontos cegos

da própria imagem) e o inconsciente (que instala o funcionamento metafórico dos elementos da imagem produzida). Parece-nos que a umbilical ligação material no sujeito que estabelecem entre si a ideologia e o inconsciente responde a duas perguntas hipotéticas: como podem dois sujeitos colocados em A e B produzir imagens tão diversas a partir de uma mesma imagem-OE e como nós mesmos podemos fazer o mesmo em dois tempos distintos¹³⁴?

Se nos é permitida breve digressão, a linha de raciocínio que aqui desenvolvemos implica um entendimento diverso ao de teorias que recorrem às categorias de simbologia ou iconicidade para explicar o sentido (de uma imagem). Não porque cremos “errarem” no sentido que detectam/leem/reconhecem na imagem-OE (ao contrário, muitas análises nos parecem não só ser coerentes com seus pressupostos mas também produzir leituras interessantes), mas porque cremos verem o sentido como próprio da imagem-OE e, amiúde, em relação de necessária exclusão com outros: o que vemos como um efeito de sentido estabilizado por um trabalho de leitura corresponderia a “o” sentido em outras plagas.

Parece-nos que esse viés analítico outro responde muito bem às questões dos códigos e das línguas artificiais (damos o exemplo do código de trânsito¹³⁵), mas não às línguas naturais. Nessas, paralelamente ao efeito de evidência gerado por um trabalho de leitura que estabiliza sentidos, há a intervenção da ordem da língua/imagem, constitutiva da deriva, da falha, do equívoco, da metáfora. Essa característica, entendemos aqui como uma das regularidades da (ordem da) língua, ao contrário do legado fregeano que vê nisso a “imperfeição” de uma língua natural.

Em uma língua natural, ao contrário de em um código, uma proposição de proibição ou de interdição pode significar justamente como a possibilidade de (ou mesmo a incitação a) desobedecê-la. É assim nos jogos de linguagem dos poetas ou dos amantes (nos quais o “não” *pode* funcionar como o mais efusivo “sim”), assim como na linguagem cotidiana¹³⁶. Dessa possibilidade, sentidos estabelecidos a priori jamais dariam conta, demonstrando o abismo irreduzível que há entre uma língua e um código. Como característica de seu sistema, a língua, através do

¹³⁴ Desenvolvemos alhures a proposição de se realizarem em nós, como indivíduos empíricos, sujeitos históricos diferentes ou de o sujeito ocupar posição diferente em cada recorte.

¹³⁵ Um sinal vermelho jamais poderá significar algo que não proibição ou interdição de passagem. Aliás, seria desastroso (“literalmente”) se não fosse assim...

¹³⁶ Do contrário, não haveria decalagem entre enunciado e enunciação. Quiçá não houvesse mesmo necessidade de um dos dois...

processo metafórico que está em sua base material, ressignifica, a cada atualização, o próprio código cuja estabilidade forja para poder derrocar.

O conceito de imagem que desenvolvemos aqui implica o sujeito como seu (re)produtor, mas não no sentido de outras teorias: aliado de sua produção de linguagem. Aqui, desenvolvemos o conceito de imagem na esteira do conceito lacaniano de significante, que representaria o sujeito para um outro significante. Esse fato, aliado às duas ordens de esquecimento/ilusão (a subjetiva e a referencial), exige-nos a postulação de um “real da imagem”. Em outras palavras, plena de todo sentido; uma zona inacessível ao sujeito, porque instaurada no inconsciente.

Assim, na perspectiva aqui assumida, a imagem, em última análise, diria muito mais do sujeito do que da própria formulação visual, ainda que não possa ser qualquer interpretação desta. Se a ideologia nos apresenta a imagem como uma gestão do visível (e o gesto de reparar é que no-lo evidencia), o inconsciente representa a imagem-OE, colocando a imagem em seu lugar e, dessarte, instaurando a falta e o desejo.

7.2.10 Fixação do procedimento heurístico

Após termos repassado o que discutíramos e tornando ao desafio teórico-analítico proposto por Pêcheux, importa para o estabelecimento de nosso procedimento interpretativo a resposta deste trabalho (obviamente, sem a pretensão de que seja universal) sobre o ponto em que diferem os gestos de descrição e de interpretação. Ademais, as considerações a seguir servirão como preparação à análise final.

Em nosso procedimento, postulamos que haja dois exames a fazer: um **exame da superfície material**, em que, a partir do gesto de ver/olhar, procedemos a um procedimento de de-sintagmatização (ORLANDI, 1999); e um **exame da superposição**, em que, a partir do gesto de reparar, acedemos ao processo discursivo, visando à, nos termos de Žižek (1996), “(des)apreensão do acontecimento¹³⁷”, ou seja à gestão da (in)visibilidade.

¹³⁷ Ressignificado aqui em um sentido próximo ao de “acontecimento textual” ou acontecimento histórico, sem a magnitude das “formulações fundadoras”, das “primeiras cifras”...

Embora nos tenhamos referido aqui a esses dois exames separadamente, temos clareza de que tal distinção é mero recurso para uma maior clareza da exposição. Assim como descrição e interpretação andam “em um mesmo batimento” para Pêcheux (1995), não concebemos um e outro exame senão em igual compasso; mais: um retroalimentando o outro à medida que avança na aplicação de seu procedimento heurístico.

No primeiro exame, parecem-nos produtivas: a análise da **tomada da imagem** – semelhante à tomada da palavra: por que o sujeito produziu a imagem, em lugar de que a colocou e como a produziu no entrelaçamento dos domínios da memória, da atualização e da antecipação; a descrição da **organização textual** (da formulação visual) – em que se consideram a montagem de SDs e a observação de suas relações (as quais reduzimos a quatro: relações de aliança, oposição, subordinação e aparente neutralidade); **a articulação de SDs a partir dos efeitos de sustentação e de pré-construído**; e a observação da **relação função-argumento** (como os enunciados visuais saturam as funções na tessitura da imagem).

Com relação a esse último ponto, parece-nos importante comentar que estamos utilizando tais termos na acepção da lógica (com que Pêcheux tão habilmente rebateu Frege na obra “Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio”), postulando que a forma material do discurso se textualize a partir de fórmulas materiais. Evidentemente¹³⁸, tais fórmulas são um constructo teórico-metodológico do analista a fim de aceder ao processo discursivo. Não estamos pressupondo que o discurso se textualize por leis universais tal como ocorre às grandezas físicas (gravidade, tempo etc.) que afetam nossa vida¹³⁹.

Para tal, partimos da consideração de que a imagem (seja ela o todo, seja cada parte, seja uma montagem de partes) se constitua de binômios lógicos compostos por função (formular a representação de X) e argumento (o que formula a representação de X). A interpretação de tais binômios dá-nos os enunciados

¹³⁸ Se é que é que seja de bom tom usar esse termo aqui...

¹³⁹ Na verdade, estaríamos mais próximos de postular, isso sim, que as grandezas físicas sejam constructos teórico-metodológicos da ciência (e não leis universais) para construir um gesto de interpretação acerca do funcionamento do seu objeto.

(visuais¹⁴⁰), em um sentido próximo ao de Enunciado (por oposição a “enunciado”) em Courtine (2009).

Postulando a recursividade da imagem *qua* sistema discursivo, consideramos que, à semelhança de uma cadeia hierárquica, o argumento do nível superior possa apresentar-se-nos como função do nível imediatamente abaixo. Pensemos, à guisa de exemplificação, em uma peça publicitária sobre praias brasileiras em que se enuncie a partir de uma FD machista e que se textualize, procedendo às seguintes “escolhas”: função [formular a representação de banhista] – argumento [mulher]; função [formular a representação de mulher] – argumento [mulher bonita]; função [formular a representação de mulher bonita] – argumentos [faixa etária x, fenótipo x, etnia x].

Desse exercício teórico, três conclusões parecem-nos apropriadas: (i) a extensão, percepção e atribuição das categorias de função e argumento têm múltiplas possibilidades e variam de acordo com a posição-sujeito – em uma dada FD, o argumento “bonita” jamais saturaria a função “formular a representação de mulher” ou duas FDs saturariam de forma diversa a função “...bonita”; (ii) um terreno um pouco menos instável para a distinção entre descrição e interpretação, caso produtiva, talvez seja a “função” (descrever seria reconhecer “funções” e interpretar, construir “enunciados”); e (iii) gestos de leitura que atribuem evidência, literalidade à imagem, é de postular-se que suponham uma relação unívoca ou casual entre função e argumento, isto é: que haja um argumento “naturalmente” implicado pela função. Ao contrário, partimos aqui do pressuposto de que essa relação seja recursiva, plurívoca e sobredeterminada.

No exame da superposição, buscamos as condições de produção que determina(ra)m a superfície. Para tanto, procedemos a uma análise do **calado da imagem** (seu silêncio e seu arquivo), a uma análise das **bordas ou margens da imagem** (a decalagem decorrente da impossibilidade de a imagem recobrir o Real) e a uma análise de **deslocamento da superposição**. Sobre essa última cabem algumas considerações.

O seu escopo é produzir rearranjos discursivos dos pontos cegos e visíveis da imagem, a partir de alterações contextuais¹⁴¹. Logramos fazê-lo a partir

¹⁴⁰ Postulamos que a relação entre argumento e enunciado se dê consoante se relacionem enunciado e texto. Em outras palavras, que o argumento esteja para a função assim como o enunciado (visual) esteja para o texto. Em notação, argumento:função::enunciado:texto.

de mudanças pontuais – na posição-sujeito, formação discursiva, formações imaginárias, campo, tipo ou mesmo formação social – e da análise de suas repercussões nos efeitos de sentido. Tais rearranjos têm, por sua vez, dois objetivos convergentes para o gesto de reparar: a restauração e observação da gestão do gesto de leitura – a partir da determinação dos pontos de (in)visibilidade – e a reflexão do analista acerca do seu mirante de observação – a partir do qual sentidos são evidenciados ou obliterados. Em outras palavras¹⁴², “[ver] o não ver interior ao [próprio] ver”.

No caso em tela, postulamos a necessidade de o sujeito deslocar-se para, ao se constituir em um outro lugar discursivo, ver o que não via da posição-sujeito anterior, ainda que esse deslocamento produza um novo não ver, e assim sucessivamente, decorrência indefectível da impossibilidade de dizer/ver tudo.

É o que pretendemos demonstrar a seguir, ao analisarmos um cartaz publicitário.

¹⁴¹ Baseamo-nos nas alterações contextuais, como o procedimento preconizado e aplicado por Orlandi ao enunciado “vote sem medo” (Orlandi, 1999).

¹⁴² Feitas nossas a partir de ALTHUSSER (1979, p.20)

8 A PRODUÇÃO DE UMA ANÁLISE

Como forma de concertar os aspectos desenvolvidos, bem como precisar alguns conceitos e pontos metodológicos que em nossa visão ainda devem ser aclarados neste trabalho, procederemos a uma análise mais abrangente que as anteriores. Escolhemos, para tanto, a seguinte peça publicitária.

Figura 37

EXAME AMRIGS!
2010

ESPECIAL PARA UNIVERSITÁRIOS

Teste agora os seus conhecimentos, você poderá ganhar até **70% DE DESCONTO** quando for fazer Exame AMRIGS para residência médica.

O Exame AMRIGS 2010 conta com mais uma novidade. Agora universitários, ainda em curso, poderão fazer a mais famosa prova da medicina gaúcha para testar sua qualificação, como num simulado, para seus exames de residência e, se forem nossos associados, receberão até 70% de desconto no Exame AMRIGS do ano de sua formatura. O valor de inscrição para estudantes é bastante reduzido e o de associação mais ainda.

Não perca essa chance, inscreva-se e associe-se.

TESTE SEUS CONHECIMENTOS!

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 06/09/10 à 13/10/10

DATA DA PROVA: 28 de Novembro de 2010

Mais Informações: Fone: (51) 3014.2016 | exame@amrighs.org.br

DEPARTAMENTO UNIVERSITÁRIO DU-AMRIGS

UniAMRIGS Universidade Corporativa

ISO 9001 AMRIGS Medicina que qualifica a vida

Cartaz de propaganda do Exame Amrighs 2010

8.1 EXAME DA SUPERFÍCIE MATERIAL

A peça textual é um cartaz publicitário, no qual se divulga uma prova simulada de exame de residência, organizada pela Amrigs (Associação Médica do Estado do Rio Grande do Sul), para alunos universitários da área, um público majoritariamente jovem e de bom padrão aquisitivo. Descrevamos brevemente o cartaz quanto a sua organização textual, antes propriamente de definirmos as SDs com as quais trabalharemos.

Para os fins aqui pretendidos, é possível percebermos quatro blocos distintos: dois superiores (um à esquerda, outro à direita) e dois inferiores (um sobre fundo roxo escuro, outro sobre fundo roxo claro). No primeiro, temos a formulação de uma representação de dois profissionais da área de saúde; no segundo, a chamada ao exame e explicações sobre ele; no terceiro (imediatamente inferior aos dois anteriores), informações capitais a possíveis interessados no exame – como a data da prova, *exempli gratia* –; e, no quarto e último (na base do cartaz), o logo das três instituições que cancelam a mensagem. Ao fundo, o elemento de coesão é um fundo de cor lilás/roxa/violeta apresentado em leve degradê na porção medial (assumindo tons diáfanos na base dos corpos dele e dela).

Consideremos as formulações presentes na peça. É possível considerar que há nela três tipos de formulação: visual, verbal e verbo-visual. Na visual, temos a formulação de uma representação de um médico e de uma médica, às quais nos referiremos como SD1 e SD2, respectivamente, e o fundo da cena: SD3. Na formulação verbal, consideraremos as seguintes SDs: SD4 (que está no box branco), SD5 (os dois parágrafos abaixo do box branco) e SD6 (o corpo de 3 linhas de informações sobre a prova). Na verbo-visual, temos a SD7 (“teste seus conhecimentos”) SD8 (“Exame Amrigs 2010!”) e SD9 (o frame inferior da peça, que refere as instituições que cancelam o exame), assim classificadas pelo entrelaçamento do verbal e do visual na produção do efeito de sentido.

Passemos, então, a analisar as SDs 1 e 2 e as relações que estabelecem entre si. Há, em sua formulação, a materialidade de uma representação que pouco foge ao estereótipo social, resultando “naturalizada”, de profissional da área de saúde (lembramos que, se a contradição é condição de partida, a naturalização/evidência de um sentido é o produto do processo/funcionamento

ideológico). A função “formular a representação de profissional da área médica” é saturada por dois argumentos visuais: um homem e uma mulher. É postulável que o segundo argumento seja o rastro material do atravessamento de um discurso de igualdade de gênero (ainda que sobrescrito, conforme veremos adiante), em virtude de responder, em certa medida, às lutas contra o preconceito de gênero. Afinal, poderíamos ter apenas um homem ou dois homens no cartaz (e nesse ínterim, é particularmente saudável a formulação da representação da mulher *qua* profissional).

A saturação da primeira função pelo concerto dos dois argumentos agencia um trabalho discursivo bastante sedimentado em nossa formação social: a heteronormatividade. Se SD2 evoca a memória das conquistas femininas no mercado de trabalho, tanto essa secção quanto a 1 ocupam, no lugar da representação de gênero dos profissionais, o lugar virtualmente ocupado pelo não heterossexual. Assim, restringe-se ao calado da imagem o discurso da presença do profissional homossexual ou mesmo de transgênero.

SD1 e SD2 re-presentam, respectivamente, o masculino e o feminino. Nesse sentido, a gestão de visibilidades elide qualquer dúvida acerca de serem homem e mulher e não transgênero. Os pescoços nus de ambos “evidenciam” o pomo de Adão – por efeito de presença nele e de ausência nela –, desautorizando uma leitura andrógina dos corpos. Construções incorporadas e hoje já naturalizadas na representação do gênero (como o uso do brinco para o homem e o corte de cabelo curto para a mulher) encontram-se em ponto cego na imagem. Na superfície material, a identidade de gênero está prototipicamente marcada.

Ainda sobre que argumentos saturam a função supraexarada, convém observar a formulação de uma representação étnica ali presente. Se há um atravessamento (que postularíamos como uma concessão retórica) do discurso de gênero, o mesmo não há em relação ao discurso da promoção da igualdade racial, obliterado. Tanto o homem quanto a mulher são inequivocamente considerados brancos¹⁴³. Se entendermos que o calado da imagem (ou seja: tudo que não está na superfície, mas a determina materialmente por sua ausência) estabelece com a superfície uma relação (predominantemente) paradigmática, seu exame é imprescindível ao gesto de reparar o processo discursivo.

¹⁴³ Mais precisamente, “brancos caucasianos”, como nos ensinou o Orkut...

Intencional ou casual – em nossa perspectiva, pouco importa –, não há ali formulação de uma representação do negro, do índio, do oriental, do árabe ou mesmo do branco não caucasiano. Não há aqui nessa descrição qualquer esboço de um gesto de leitura de (deliberado) preconceito. Concebemos mais como uma estratégia da posição-sujeito ocupada pelo/realizada no ser empírico produtor da propaganda de não identificar a imagem de médico com qualquer grupo, recorrendo para isso a um estereótipo ou a uma formulação de uma representação étnica que lhe pareça mais “natural”.

No entanto é sintomal (e, por óbvio, ideológico) que justamente a figura do branco formule a representação do cidadão/médico médio. É de perguntar-se que trabalho discursivo subjaz ao configurá-la como a construção “natural” que se faz de um profissional da saúde e ao não permitir uma outra construção (do negro, *e.g.*) senão sob o atravessamento do discurso da inclusão. Se as SDs 1 e 2 divergem quanto ao gênero, quanto à etnia atualizam a mesma regionalização do imaginário sobre o médico.

Para além da formulação de uma representação étnica, temos que ambos são altos (ou parecem sê-lo em virtude da disposição no frame superior à esquerda e acima do centro óptico do cartaz), mas é nítido que o homem tem substantiva superioridade nesse quesito. Quanto à compleição física, os dois apresentam padrão corporal prestigiado em nossa sociedade. No caso dele, aparência forte, mas sem sinais de vigorexia (notem-se o trapézio pouco saliente, não avantajado, e o ombro não anabolizado); no caso da mulher, o corpo magro, mas igualmente sem sinais nem de anorexia (os flexores braquiais não estão demarcados) nem de vigorexia (os braços sem definição muscular e as veias não saltadas mostram-nos a pouca afeição da “personagem” por exercícios de hipertrofia).

Quanto à faixa etária, em ambas as SDs o mesmo argumento [jovem] satura a função “formular a representação de profissional médico”. Assim, temos que ambos são jovens e, supõem-se, recém-formados, dada a duração extensa do curso e a ausência de aliança na mão da mulher. Na tomada da imagem, é sintomático como a posição-sujeito autor antecipa a do leitor, visto que a imagem de médico que lhe propõe passa pela suposição de que agradaria ao leitor “reconhecer-se” na cena do cartaz (em contraposição a nele ver representado um profissional mais velho, mais experiente, isto é: uma outra região do imaginário sobre o profissional doutor). É de postular-se que tal estratégia discursiva seja um efeito-leitor.

Ainda sobre a formulação de uma representação de homem e mulher nas SDs, ousamos dizer que ambos podem ser considerados pessoas muito bonitas. Têm ainda o homem e a mulher cabelos lisos (o que, particularmente, no discurso sobre as mulheres é um elemento de valorização), dentição digna de elogios dos seus colegas dentistas (devidamente não escondida pelos sorrisos de satisfação¹⁴⁴), ausência de hirsutez (barba feita e ausência de pelos entre as sobrancelhas nele; braços sem pelos nela) e um brilho saliente nos olhos (cuidadosamente realçado nos quatro, aliás).

Em suma, brancos, pele clara, altos, esbeltos, bonitos, sem aparente incapacidade física, sem cicatrizes, sem marcas corporais (como um hemangioma discreto ou sinal), sem sequer a transgressão de uma tatuagem¹⁴⁵ ou de um *piercing* visíveis. O concerto de todos esses enunciados visuais ao mesmo tempo em que agencia a memória discursiva da “boa aparência” e da imagem do profissional bem sucedido, respondendo a um recorte muito preciso e “naturalizado” do imaginário sobre o profissional médico, também gere acontecimentos discursivos como a inclusão, a heterogeneidade do perfil hodierno de médico, relegando-os aos pontos cegos da imagem. É essa imagem de sucesso que a posição-sujeito autor antecipa querer ver o leitor na peça textual.

Para não produzir um efeito de homem/mulher perfeito(a), percebemos a gestão da imagem dos corpos até mesmo em detalhes, cuidadosamente “descuidados”, se nos é permitido assim dizer. Essa estratégia de criar um efeito de identidade entre a cena retratada no cartaz e o leitor materializa-se na tentativa de aproximar SD 1 e SD2 a “pessoas reais”, como na coincidência de uma mecha rebelde tanto na franja dele quanto na dela.

Há ainda, no caso dele, a dentição não totalmente reta (dentes retos demais poderiam parecer “de ator”); no caso dela, o dedo anular esquerdo, comprimido entre tantos afazeres; e as leves olheiras/rugas sob os olhos de ambos (indícios, que veremos mais adiante, de esforço). Enunciados que evidentemente não foram produzidos despercebidamente no texto publicitário, não resultam de má produção, mas da antecipação da imagem do leitor em relação ao médico e, por que

¹⁴⁴ Formulação que evoca a mesma representação de “profissional feliz”, tão cara (na acepção conotativa, infelizmente) ao discurso do capital.

¹⁴⁵ Ela ainda produz(iria) esse efeito de sentido?

não, ao discurso e texto publicitários (cuja circulação comumente¹⁴⁶ se processa a partir de uma relação parafrástica com os valores e representações sociais).

Temos ainda que tanto em SD1 quanto em SD2 há uma posição-sujeito que enuncia o discurso sobre o médico, operando com recortes do imaginário sobre esse profissional, a partir de atributos valorizados pela sociedade, como beleza, juventude, heterossexualidade, perfeição física, alegria manifesta. Entre as duas SDs, há uma relação de aliança, quanto a esse quesito.

No entanto, entre as mesmas duas SDs, estabelece-se uma outra relação, quando analisamos um discurso outro que as atravessa: o da representação de gênero. Enquanto em SD1, temos a saturação pelo argumento [homem], agenciando uma memória por muito tempo estabilizada sobre o trabalhador e sobre o médico, a SD2 agencia uma outra memória advinda da recente emancipação feminina, permitindo o atravessamento do discurso de igualdade de gênero. SD1 e SD2, portanto, estabelecem entre si uma relação de oposição nesse quesito.

Um cotejo mais detido, porém, revela-nos outras relações entre SD1 e SD2, que vão, como dissemos, sobrescrever o gesto de leitura da emancipação da mulher.

Primeiramente, o que nos chama à atenção é a posição central e à frente da mulher: não estão eles lado a lado, nem ocupam ambos a posição que acreditamos ser o foco de quem olha para o cartaz. Ela, aliás, dada sua altura mais baixa, é bem visualizada justamente por estar à frente dele. Entretanto, o modo como ela está à frente dele (não o recobrando senão parcialmente aos olhos do leitor da peça), a gestão desse enunciado congela a possibilidade de leituras indesejadas, como ele a estar seguindo (possivelmente legível como estar subordinado a ela ou tê-la como modelo) ou ele a estar assediando.

Em ambas as SDs, os corpos, como já referimos, “pairam” devido à gestão de (in)visibilidades que lhes obliterou as pernas. O homem é visto de uma perspectiva quase totalmente frontal (cremos que a leve elevação do ombro esquerdo nos assegure o bom uso do advérbio “quase”) e sequer cabe no quinhão que lhe cabe (o braço direito está situado fora da peça textual – o esquerdo apenas

¹⁴⁶ Claro que há sempre as Benetton's...

velado pela moça). Já a mulher, pela posição que ocupa, se nos apresenta em toda a sua largura, embora em parte obliterada pelo box branco.

O enunciado da postura corporal com que se nos apresentam também é diversa. Enquanto em SD1 temos uma postura mais “reta”, em SD2 a sinuosidade da postura é-nos evidenciada: a mulher está mais enviesada aos olhos do sujeito leitor e inclusive com um leve meneio de cabeça. Seus braços desnudados “abraçam” uma prancheta ao peito e ventre, produzindo um efeito de sentido de acolhimento, dedicação quase maternal. Esse enunciado pode agenciar a memória tanto do trabalho dedicado (“abraçar a causa”) quanto da maternidade (ela segura a prancheta à semelhança do acolhimento com que se segura um bebê).

Já em SD1, o enunciado revela uma postura mais parcimoniosa: os braços, que se encontram ou atrás de SD2 ou fora da peça, estão pendidos frontalmente; as mãos, também elididas, presume-se estarem entrelaçadas, pois no encontro delas encontra sustentação uma pasta classificadora. Em SD1, o enunciado da postura corporal apresenta maior “profissionalismo” ou menor emotividade que o enunciado de dedicação e afetividade presente em SD2.

A gestão de (in)visibilidades no tocante ao corpo semidesnudo e às mãos cumpre papel sintomal nesse quesito, apresentando os personagens masculino e feminino de forma diversa. Dele, temos poucas informações, além do status que ocupa naquela simulada situação de trabalho. Sua “identidade” restringe-se ao seu rosto e à sua roupa, à semelhança de um crachá profissional. Já dela, temos uma formulação corporal menos lacônica. Além dos aspectos já mencionados, temos os braços e as mãos perceptíveis aos olhos (ainda que não totalmente), o dedo anular ainda não coroadado pela instituição do casamento (pode-se divisar que sequer é noiva, a menos que se prefira imaginá-la adentrar a sala de cirurgia sem aliança, mas de cabelo solto).

O trabalho da mulher é representado pelo semidesnudamento do seu corpo em comparação com o do homem. Nesse exercício analítico, opera discursivamente de forma incisiva a formulação de uma representação das mãos em SD2 e sua obliteração em SD1. Se retomarmos o conceito de intericonicidade (COURTINE *apud* MILANEZ, 2006), as mãos significam por um trabalho que agencia a memória discursiva do trabalho, de um tipo específico de trabalho (braçal). Reverbera, no enunciado das mãos, a memória esquecida de um tempo em que operar (no sentido de curar) com as mãos não era tido como ofício médico. Esta era

reservada ao sacerdote médico, que trabalhava com o conhecimento; não com as mãos.

Os diferentes enunciados que aludem a objetos da cena representada também estabelecem predominantemente uma relação de subordinação. Os enunciados “estetoscópio azul” e “estetoscópio amarelo” apresentam-se de forma diferente, sugerindo leve disjunção de pessoa, mas funcionam discursivamente de forma análoga, pois, em concerto com o jaleco/traje de cirurgião, evocam a memória da vestimenta do profissional médico. A posição de ambos, pendurados ao pescoço, parece-nos produzir um efeito de evidência do flagrante, como se os indivíduos empíricos ali fotografados fossem de fato médicos e fizessem uma “pausa” em pleno trabalho para posar para o cartaz.

A maior assimetria, porém, parece-nos residir nos objetos que o homem e a mulher têm em mãos. Ela abraça-se a uma prancheta, com uma única folha na qual há um furo no canto inferior à esquerda (o superior está supostamente escondido pelo polegar da moça). Sugere-se, dessarte, que a folha fora retirada de uma pasta classificadora: exatamente o objeto que o homem tem em suas escondidas mãos. Nesse ínterim, convém observar que a pasta tem outras tantas folhas, o que confirma a assimetria entre as SDs: o homem não passou todas as informações à mulher, seja porque há informações que não lhe dizem respeito (há outros funcionários aos quais cabem as outras folhas), seja porque ele rege as informações, decidindo em que momento e até onde ela deve ser informada.

Em SD1, percebemos a relação de aliança entre o enunciado “prancheta” (que agencia dada memória sobre o trabalho – geralmente são subalternos que trabalham com prancheta) e o enunciado “relógio” (cujo trabalho de leitura agencia uma memória discursiva de prazos a cumprir, tarefas, rotina etc.). Esse concerto gere um sentido de hierarquia muito forte entre as personagens, ainda mais se evocarmos a relação de subordinação entre o enunciado “pasta classificadora” (ele) e o enunciado “prancheta” (ela), administrando a visibilidade de uma delegação de tarefas dele em relação a ela.

Essa relação de subordinação é corroborada pela assimetria dos trajes. Enquanto o homem porta um jaleco, sob o qual veste camisa e gravata, a mulher apresenta-se-nos com traje de cirurgiã. A formulação visual do homem é construída por elementos que evocam autoridade, superioridade hierárquica, delegação de funções, enquanto a da mulher sugere a execução dessas ações. Paralelamente, a

altura superior do homem e a sua posição mais atrás sugere ainda um efeito de sentido de supervisão, no que é ratificado pelos elementos citados, como o traje, a postura e os objetos.

Se considerarmos ainda a posição física do sujeito empírico que lê o cartaz, a posição ocupada pelo homem (pelo chefe) representa o grau maior da ascensão profissional, sendo a da cirurgiã/subordinada mero degrau intermediário. Os personagens da cena olham o interlocutor de cima para baixo, situando-se em posição de superioridade em relação a quem os lê (KRESS, 2000). Considerando que alguns dos enunciados funcionem de forma ainda mais profícua, analisemo-los mais proximamente.

Antes de propriamente começarmos, convém ressaltar algo importante. O termo “cirurgia” hoje refere-se a uma das tantas especialidades da medicina, sendo-lhe um hipônimo. No entanto, por muito tempo “cirurgião” e “médico” foram profissionais de prestígio, formação e status muito diferenciados. Enquanto este detinha o conhecimento, o primeiro fazia um serviço rude, com as mãos: daí o nome, conforme nos explica Moreno (2011):

Pelos elementos que a compõem — *kheir* (“mão”) e *ourgós* (de *érgon*, “trabalho”) —, o vocábulo **cirurgia** significava, literalmente, “trabalho feito com as mãos”, e se aplicava tanto ao artesão quanto ao **cirurgião**, o qual, na concepção antiga, não era necessariamente um médico. Este (chamado de *iatros* - daí o **pediatra**, o **psiquiatra**, entre outros) era o que detinha o saber teórico, enquanto o cirurgião, profissional de posição inferior, trabalhava manualmente, curando feridas e fraturas. Como resumiu um autor espanhol, o médico vendia seu **saber**; o cirurgião, o seu **trabalho**.¹⁴⁷

Se, passado tanto tempo, os médicos que usam trajes de cirurgião não são exatamente pobres sem-teto subempregados (dentre as funções médicas de maior remuneração hodierna se encontra a de anestesista; os nomes mais reconhecidos de médicos talvez sejam o de cirurgiões), na história da medicina essa valorização do trabalho manual é relativamente recente. Tocar o corpo e usar instrumentos perfuro-cortantes era ofício pouco nobre, a ponto de ser delegado a profissionais desprestigiados socialmente como barbeiros e tosqueadores. A medicina era uma arte nobre, e Hipócrates registrou, no juramento até hoje

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/10/11/etimologia-medica-2/>> Acesso em: 23 set. 2011.

professado por aqueles que desejam atender ao chamado desse ofício, os limites de atuação médica.

Juro por Apolo Médico, por Esculápio, por Higeia, por Panaceia e por todos os deuses e deusas, tomando-os como testemunhas, obedecer, de acordo com meus conhecimentos e meu critério, este juramento: Considerar meu mestre nesta arte igual aos meus pais, fazê-lo participar dos meios de subsistência que dispuser, e, quando necessitado com ele dividir os meus recursos; considerar seus descendentes iguais aos meus irmãos; ensinar-lhes esta arte se desejarem aprender, sem honorários nem contratos; transmitir preceitos, instruções orais e todos outros ensinamentos aos meus filhos, aos filhos do meu mestre e aos discípulos que se comprometerem e jurarem obedecer a Lei dos Médicos, porém, a mais ninguém. Aplicar os tratamentos para ajudar os doentes conforme minha habilidade e minha capacidade, e jamais usá-los para causar dano ou malefício. Não dar veneno a ninguém, embora solicitado a assim fazer, nem aconselhar tal procedimento. Da mesma maneira não aplicar pessário em mulher para provocar aborto. Em pureza e santidade guardar minha vida e minha arte. **Não usar da faca nos doentes com cálculos, mas ceder o lugar aos nisso habilitados.** Nas casas em que ingressar apenas socorrer o doente, resguardando-me de fazer qualquer mal intencional, especialmente ato sexual com mulher ou homem, escravo ou livre. Não relatar o que no exercício do meu mister ou fora dele no convívio social eu veja ou ouça e que não deva ser divulgado, mas considerar tais coisas como segredos sagrados. Então, se eu mantiver este juramento e não o quebrar, possa desfrutar honrarias na minha vida e na minha arte, entre todos os homens e por todo o tempo; porém, se transigir e cair em perjúrio, aconteça-me o contrário.[grifo nosso]

Evidentemente, não havia à época trajés específicos à cirurgia¹⁴⁸, todavia o fato de as SDs 1 e 2 apresentarem enunciados visuais assimétricos quanto ao traje evoca uma memória discursiva, mesmo que inconsciente. E, mais uma vez, reiteramos que não se defende aqui a imputação de preconceito (deliberado) ao sujeito empírico produtor da foto.

Embora o traje de cirurgião, para muitos, seja significado por um trabalho de leitura que se restringe à parte mais recente da memória discursiva – e assim ele não funcione discursivamente como indício de subordinação; ao contrário –, a nossa posição de leitura, assim como visa a aceder ao calado de sua memória lacunar, demanda um trabalho que corrobora a relação de subordinação que esse enunciado estabelece com o jaleco e, conseqüentemente, a relação de subordinação entre as SDs 1 e 2.

¹⁴⁸ O prosaico ato de lavar as mãos só foi preconizado em meados dos séculos XIX por alguns “visionários” como o médico húngaro Ignaz Semellweiss e a enfermeira inglesa Florence Nightingale (ANDRADE, 2012).

Lembramos que, solitariamente, os trajes azul e branco evocam memórias discursivas bastante heteróclitas: enquanto o primeiro pode agenciar, para além da medicina, outras áreas profissionais (laboratorista, pesquisador) e mesmo de outras práticas sociais (religiões afro-brasileiras), o segundo pode ser associado não só à prática da medicina cirúrgica, mas a profissões afins como enfermeiro cirúrgico. Um ou outro, sozinho, não satura a função “formular a representação de profissional médico”, e é do seu concerto (e do concerto com outros enunciados, como o estetoscópio) que começa a emergir o trabalho discursivo de leitura que descarta as leituras alternativas exaradas acima, assim como tomados isoladamente não autorizam a produção de um gesto de leitura que perceba relação de hierarquia.

Nesse sentido, tem preponderante papel a aposição dos enunciados visuais aos verbais. A finalidade “assumida” do cartaz e as SDs verbais administram, na atualização da tomada da imagem, na enunciação, os sentidos, refinando o trabalho de leitura: dirigindo o gesto de leitura para uma dada leitura X e congelando as demais. Embora não haja legendas ou nominalizações nessa imagem, a aposição visual, a aposição verbal-visual e a “assinatura” do cartaz (sujeito ou instituição empírica que se “responsabiliza” por sua produção) sustentam a evidência da imagem.

O “fundo” do cartaz e o jogo de cores e sombras constituem, para Souza (1998), “operadores imagéticos”. Em nossa proposta, tomamo-lo por uma SD específica à medida que postulamos dadas relações com outras SDs, a partir de cujo concerto possamos reparar o processo discursivo. No caso em tela, para a análise de SD3, recorreremos mais uma vez ao conceito de “estranhamento”, trazido por Ernst-Pereira (2009).

Se, em SD1 e em SD2, há enunciados (visuais) que concertadamente atualizam a imagem de médico, o mesmo não ocorre em SD3, que em nada remete à cena médica. O fundo é tão somente um degradê que vai do roxo a um tom de branco, inclusive conferindo um aspecto diáfano aos personagens, uma vez que esses parecem “pairar” no ar¹⁴⁹.

Enquanto nas SDs 1 e 2, temos um discurso sobre o médico (ainda que o recorte do imaginário de médico revele atravessamento do discurso de campo publicitário), é em SD3 que temos a materialidade de um discurso publicitário, que

¹⁴⁹ Se recorrêssemos a plagas teóricas outras, poderíamos postular que tal escolha de cor evoque valores como inteligência, religiosidade, mistério *et coetera*.

aparentemente não é atravessado pelo discurso médico. A posição-sujeito que nessa SD enuncia parece prescindir da produção e gestão de efeitos de evidência ou registro. Dessarte, há a falta de imagens de hospital, ambulância, sala cirúrgica ou outros temas atinentes a esse campo discursivo.

A cena médica, por sua vez, fica restrita às imagens de médico e de médica produzidas a partir de dado recorte do imaginário; imagens essas que prescindem do enunciado de seus corpos em toda a extensão. O efeito de registro da presença dos médicos é administrado pelo enunciado de uma base diáfana que introduz um jogo de luzes *a priori* estranho ao texto¹⁵⁰. Tal enunciado autoriza a leitura de um efeito-leitor: a antecipação de um leitor que aprecie o tratamento visual na publicidade que recebe. Em relação de aliança com o fundo lilás/roxo/violeta, autoriza mesmo o gesto de leitura de uma metáfora visual do processo de mi(s)tificação do profissional médico.

Nas SDs 8 e 9, temos já uma formulação verbo-visual. Em nossa perspectiva, adotamos tal categorização quando a materialidade visual do verbal o afeta, produzindo sentido localmente. No enunciado “Exame Amrigrs 2010!” (SD8), as cores e os formatos das letras funcionam discursivamente. Senão vejamos. O branco retoma o saber e a cena médicos: não raro o jaleco e o uniforme do médico são dessa cor, bem como ambulâncias e antigamente quase a totalidade dos hospitais. Ao lado, há um sinal de exclamação estilizado (e poderíamos conjecturar, inclusive, que sua forma lembra o chapéu de uma toga). No entanto, o que nos interessa mais aqui é a cor amarela.

Na organização textual do cartaz, a cor amarela aparece em cinco elementos: no “x” estilizado do sintagma “exame”, no sintagma “2010”, na formulação visual do “estetoscópio da médica”, na palavra “conhecimentos” e no sinal de alerta em SD9. A cor amarela comumente é associada¹⁵¹ a “alerta” (em SD9, inclusive configura a estilização de uma placa de trânsito, de cujo código agencia a memória discursiva). É, ao menos, sintomático, que a cor amarela interligue a mulher (pelo elemento visual “estetoscópio”) ao alerta para a necessidade de o aluno testar os seus conhecimentos; alerta, aliás, que está situado na base SD... “mulher”¹⁵².

¹⁵⁰ Aliás, talvez até mais típico de textos religiosos.

¹⁵¹ Que, conforme postulamos, resulta de um trabalho discursivo que estabiliza uma dada leitura.

¹⁵² Coincidência, claro.

Esse alerta, materializado na cor amarela, aparece também materializado na estilização da letra “x” da palavra “exame” (embricamento em virtude do qual reiteramos nosso entendimento de que o verbo-visual não é a simples soma ou oposição do verbal e do visual). A letra “x” evoca uma memória discursiva atinente aos discursos sobre avaliação: o “x” remete à “cruzinha” com que se assinalam respostas nas provas ditas objetivas. Universo esse que a posição-sujeito assumida na peça publicitária antecipa como não sendo estranho ao leitor, uma vez que via de regra alunos de medicina foram submetidos a concorrido(s) teste(s).

Assim como a cor roxa/lilás/violeta evoca um trabalho discursivo de leitura que perpassa do místico à inteligência, a cor amarela também evoca uma memória heteróclita, indo de desconforto com alguma situação a alerta, passando por riqueza. No entanto, a partir do dispositivo teórico-analítico que escolhemos, lemos a cor do fundo como uma estratégia de evidenciação do amarelo (cor antípoda ao roxo na palheta de cores). Do amarelo presente tanto no “x” que destaca “exame” e no ano “2010”, duas informações fundamentais dessa peça publicitária. E bem sabemos que a concisão da informação é tema do discurso desse campo.

Na gramática visual de Kress (2000), temos que o lado esquerdo de um cartaz se refere ao “dado” e o direito, ao “novo”. Tal afirmação entendemos como uma prática consuetudinária ao ato da leitura; prática essa que, embora nos pareça natural, deriva fundamentalmente da nossa formação social ocidental e das práticas de leitura nesse contexto.

Assim, SD8 (a chamada “Exame Amrigrs 2010!”) apõe ao dado – a representação de médico materializada nas SDs 1 e 2 – o novo: a propaganda de um exame. Aqui, cabe situar algumas distinções em relação à proposta de Kress. Em nossa posição teórica, não podemos considerar como “dado” o que está à esquerda, mesmo em nosso modo ocidental de ler, uma vez que a oposição do dito “novo” ressignifica o “dado”. No caso em tela, é a chamada do exame da Amrigrs que congela outras possibilidades de ler os enunciados visuais à esquerda. Sendo assim, temos o gesto de leitura como um movimento retroativo.

Paralelamente, mesmo que desprezemos a relação de paráfrase que um dito estabeleça com a memória da qual emerja (e o suponhamos como ponto de ruptura, relação polissêmica), este “novo” seria, em nossa concepção, a própria tomada da imagem, que põe X em um lugar enunciativo vazio. E essa tomada da imagem começa, no modo ocidental de ler, no sítio do... “dado”.

Não obstante o percurso vicinal¹⁵³, o que nos importa em SD8 é a sua importância em virtude de produzir um efeito de síntese da peça publicitária, não casualmente situando-se em posição de “título” ou “manchete” do cartaz a fim de iniciar por ela a tomada da palavra. Valendo-nos da categoria de operador imagético (SOUZA, 1998), a cor, o tamanho e o formato das letras (já abordadas) participam da estratégia da posição-sujeito produtor da peça, que antecipa um leitor que precisa ser chamado à atenção para o cartaz, cumprindo uma “função fática” (se cabe a remissão ao quadro comunicativo de Jakobson).

A seguir, trataremos das formulações verbais, em que procuraremos pistas que nos levem a ratificar ou retificar as observações feitas quanto ao visual.

Na SD4, há um box branco (que destaca a informação, tendo um cariz conativo) em que se apresenta em letras garrafais o seguinte enunciado: “ESPECIAL PARA UNIVERSITÁRIOS”. Esse enunciado, que provoca um efeito vocativo, cumpre importante função, uma vez que geralmente o exame de residência não se dirige a alunos iniciantes ou intermediários. Constitui-se, assim, de uma estratégia discursiva que busca instaurar um outro trabalho de leitura acerca do referente “exame de residência”, com vistas à ampliação de seu mercado consumidor. Esse efeito de sentido visado pela posição-sujeito autor do texto baseia-se na antecipação da imagem que o leitor tem do referente, Ia[Ib(R)], para reconfigurá-la.

Para tanto, logo a seguir, o uso do advérbio “agora” é importante, pois ao atualizar, no fio do discurso, a informação “este ano”, revigora a função conativa e produz, para o interlocutor, um efeito de sentido que associa a urgência ao ato de preparar-se para a carreira médica. O descompasso entre o enunciado do título do box, dirigido aos universitários de modo geral, e o enunciado a seguir, que se dirige ao aluno de medicina em particular dá-nos as primeiras (?) mostras das diferentes posições-sujeito que vão se atravessar na formulação verbal: uma primeira, que recorre a fórmulas prontas do discurso publicitário (“[OFERTA] ESPECIAL PARA X”), e outra, mais atinente ao serviço de fato oferecido. Nessa segunda, percebemos inclusive o uso do pronome de tratamento “você”, escolha lexical menos identificada/identificável ao tratamento típico do RS, indicando as lídimas pretensões da Amrigs de atingir alunos de todo o país.

¹⁵³ Necessário, à medida que buscamos nos valer da contribuição de Kress.

A má pontuação entre as frases que compõem a SD4 produz um efeito de certo açodamento na transmissão de informações, como se se quisesse emular a velocidade de informações que há na fala, entretanto essa inofensiva inadequação à modalidade padrão parece muito mais denotar as condições imediatas de produção do discurso publicitário: prazos exíguos muitas vezes aliados a redatores iniciantes.

O excerto “70% DE DESCONTO”, destacado em letras garrafais, alude a uma regularidade do discurso publicitário: aumentar a fonte da letra com a qual se apresenta uma informação que se antecipa como a mais sugestiva à posição-sujeito leitor. Há aqui a manutenção da estratégia discursiva de antecipar o discurso do outro – a partir da imagem de estudante universitário amiúde com pouca disponibilidade financeira –, contrapondo-se ao argumento previsto para muitos alunos não fazerem a prova: os altos gastos com os sistemas de avaliação já imprescindíveis, o que reservaria pouco dinheiro para exames adicionais. Para esses, o operador argumentativo “até” ganha ares senão de promessa, ao menos de alívio.

A “naturalidade” e “indefectibilidade” com que é construída a realização do programa de residência pelo aluno de medicina cala a possibilidade de discursos outros, que não o do sucesso profissional: o da não identificação com a carreira ou o do fracasso escolar, *e.g.* A pista linguística que nos permite aceder a esse processo reside no uso da oração subordinada adverbial temporal (quando [você] for fazer) em lugar da condicional (se [você] for fazer). Irrrompe aqui um efeito de sustentação, mobilizando no discurso sobre o médico saberes como “vocação” ou “superioridade intelectual”, traduzidos na seguinte expectativa: todos os alunos de medicina **farão** o exame.

Na SD5, logo abaixo, marcam presença enunciados que simulam construções linguísticas de tipo informativo acerca do exame: modulação necessária para reduzir a carga conativa do texto publicitário. A pista de que nos valem para restaurar tal mudança de estratégia é a mudança do modo verbal, que passa do imperativo para o indicativo, através do qual a posição autor visa a produzir um efeito de evidência (*ei, veja o que está acontecendo*) e de credibilidade – ele busca “informar” o sujeito leitor. Procedamos, pois, à dessuperficialização dessa estratégia.

Já no primeiro enunciado verbal da SD (“O Exame AMRIGS 2010 conta com mais uma novidade”), o uso do advérbio “mais” produz um trabalho discursivo que recupera ou simula um saber da memória sobre o referido teste (se o exame

conta com “mais” uma novidade, implícita-se que ele tenha já apresentado outras). Como, obviamente, se antecipa que o leitor não procederá à confirmação da veracidade dessa informação, a gestão desse gesto de leitura dirige o recorte do imaginário sobre o Exame Amrigs: um exame que está sempre inovando.

Resulta dessa estratégia o encadeamento deste texto em um processo discursivo que dá ao leitor as coisas como um sempre-já-aí, a partir de uma direção de leitura administrada pela posição-sujeito. Afinal, admitido o gesto de interpretação de que o exame está sempre contando com “novidades” (interessante também que uma leitura negativa do termo “novidades” é ideologicamente construída como antinatural), admitido é também o recorte do imaginário sobre a Amrigs como uma instituição que visa ao contínuo aprimoramento e busca sempre adequar-se ao mercado.

Entretanto, se tal construção administra sentidos favoráveis ao referente, um detalhe provoca um efeito de sentido imprevisto. Se se afirma que “o exame 2010 conta com mais uma novidade”, afirma-se igualmente que a edição 2010 mudou em relação a si mesma e não, como o mais provável, que o exame 2010 conte com novidades em relação à edição anterior. A falta (e mais uma vez nos valem aqui de Ernst-Pereira) do sintagma restritivo “em relação aos anteriores” permite-nos recuperar parte do processo discursivo que rege o recorte no/do imaginário sobre o exame, em vista da contradição que ela evoca: um exame que muda tão constantemente, a ponto de mudar em relação à edição atual, é confiável?

Logo após, um outro enunciado causa-nos espécie: “Agora universitários, ainda em curso, poderão (...)”. O efeito de sentido que gera, caso partamos do pressuposto de que a modalidade padrão foi devidamente empregada, é estranho: os alunos seriam designados como “agora universitários” (em contraposição a “posteriores médicos”), trecho que viria seguido da tautológica explicação “ainda em curso” (a menos que se quisesse excluir a possibilidade de inscrição para universitários com matrícula cancelada, mas... esses ainda não estão em curso? Se fossem desistentes, seriam ainda universitários?).

Quanto a esse excerto, a direção argumentativa do texto parece remeter a uma construção do tipo “Agora, universitários ainda em curso poderão (...)”. Independentemente de eventuais problemas no domínio da variante padrão, o advérbio “agora” é atualizado de forma diversa em relação a como fora na SD4. Lá, ele produzia um efeito fático de urgência; aqui, mobiliza uma memória discursiva que

compara o hoje e a época em que os estudantes em curso não poderiam fazer a prova. O funcionamento discursivo desse cotejo corrobora o recorte positivo do imaginário sobre o exame, em virtude de que produz uma ineditismo a partir de uma ruptura da nova proposta da Amrigs com a tradição que vigorava. Na gestão dos sentidos, evidencia o avanço e oblitera o anacronismo/ineficiência da proposta anterior.

O sintagma de função adjetiva “ainda em curso” também nos parece dar uma pista do processo de administração de sentidos que ali se instaura. Se entendido como uma mera glosa para “universitários”, instaura uma tautologia que nos autoriza a ler a antecipação de uma posição leitor que teria dificuldades de, ou resistência a, entender que o exame agora se aplica a ele. No entanto, se entendido como uma estratégia para congelar a possibilidade de interpretação de que universitários desistentes ou com matrícula cancelada também possam fazer a prova, o resultado é ainda pior. Examinemos as duas possibilidades.

Consideremos que a expressão devesse ser restritiva, com a seguinte construção:

"Agora, universitários ainda em curso poderão (...)."

Nessa leitura, possível, a expressão estaria em oposição paradigmática a “desistentes” e “com matrícula cancelada”, o que cria uma instabilidade referencial quanto ao termo “universitários”. Afinal, um aluno universitário desistente ainda é um aluno universitário? Um aluno universitário com matrícula cancelada é ainda um aluno universitário?

Exposta entre vírgulas, a necessária restrição transforma-se em (tautológica) explicação, no entanto pode ser pista não das dificuldades com a modalidade padrão da língua portuguesa: pode ser uma estratégia argumentativa. Na gestão do excesso (ERNST-PEREIRA, 2009), reside parte do cariz fático do texto, conclamando aos alunos para que façam o exame.

O uso do verbo “poder” na continuação do excerto funciona de forma interessante: se efeitos de sentido que faltem à verdade não instaura, mobiliza uma memória discursiva de conquista, que produz o efeito de simular uma reivindicação a que supostamente a instituição estaria atendendo, indo ao encontro da construção de um imaginário positivo à Amrigs. Afinal, é facilmente dedutível que a fórmula “não poder fazer X” amiúde produz um imaginário negativo.

Assim, ao afirmar que os estudantes **poderão fazer** a prova, produz-se, de forma prevista ou não, um efeito de sentido na memória, produzindo um atestado de que os alunos antes não podiam e de que uma dada posição a isso se contrapunha. No momento em que a instituição Amrigrs satura esse lugar, corrobora-se o recorte do imaginário já habilmente produzido. No entanto, na gestão desse gesto de leitura, a responsabilidade da dedução é imputada à posição leitor. Finalmente, se produzíssemos uma substituição contextual, alterando o excerto para “Passa a ser facultativo aos estudantes (...)”, manter-se-ia a dedução, mas seus efeitos no imaginário sobre a instituição seriam menos profícuos.

Assim como o advérbio “agora” é atualizado de forma diversa nessa SD, também o é o “mais”, na continuação do enunciado “(...) poderão fazer a mais famosa prova da medicina gaúcha”. Nesse enunciado, instaura-se pelo uso do advérbio somado ao adjetivo “famosa” a informação de que há outras provas de residência no RS. Mais uma vez, parece-nos que um efeito de sentido se produz à revelia da posição-sujeito. A partir da atualização de “mais famosa” em paradigma com outras possíveis como “melhor”, cabem duas inevitáveis observações.

Primeiro, a que interlocutores se procura cativar com o termo? Ou, em outras e mais precisas palavras: qual a Ia(B)? Antecipa-se que os interessados em se preparar para o exame de residência querem, realmente, é a visibilidade e o status social de que desfruta o profissional médico? Segundo, que efeito de sentido geraria à instituição propor-se como a **melhor** prova de residência (em vez desse adjetivo superlativo hollywoodiano “mais famosa”)? O descompasso da atualização “escolhida” com o saber “excelência da preparação” do discurso médico produz o efeito de uma admissão inconsciente de que o nível de algumas universidades é reconhecidamente melhor? Ou devemos creditar esse *echapéé* a um atravessamento de posições-sujeito? Por certo, retornaremos a isso mais tarde.

Ainda na mesma frase, logo em seguida, temos o excerto “(...) prova da medicina gaúcha, para testar sua qualificação (...)”. Aqui, mais do que deplorar o erro ginasiano na ambiguidade do pronome possessivo “sua”, interessam-nos justamente as leituras por ele autorizadas. Uma, a mais provável de ser a prevista, aludindo à qualificação do interlocutor; outra, tão mais imprevista quanto interessante, a do “sua” remeter à qualificação da própria prova da Amrigrs, leitura enviesada anteriormente pelo uso de “mais famosa”, nos jogos de sentido dessa posição-sujeito autor imprevista e indeliberadamente chistosa ou mesmo

autoderrisória. O discurso outro que emerge aqui é duro e depõe contra a medicina gaúcha, que não seria tão boa como se faz parecer crer.

A sequência da frase apresenta o excerto “como num simulado”, no qual o valor comparativo de uma palavra cria um estranhamento: por que “**como** num simulado” se o exame “**é**” um simulado? Temos aqui um jogo discursivo no qual o que se diz duas vezes cala na segunda o que se silencia na primeira, pela programada simulação do que de fato é. É como se, em termos deleuzeanos, o simulacro do simulacro tornasse o primeiro simulacro a própria e primeira imagem. Nessa estratégia que *sobe o morro da malandragem retórica*, gere-se o apagamento de que o teste é meramente uma simulação, cuja relevância está longe de ser nula ou perniciosa, mas se restringe a treinar os estudantes para a prova que realmente vale e a garantir desconto na prova do ano seguinte.

Ainda na mesma longa e deficitariamente pontuada frase, temos uma informação que contradiz ou reconfigura uma informação da SD anterior (a do box acima): o desconto de 70% aparece condicionado a o aluno ser associado da Amrigs, e mais: a preposição “até” permite uma outra possibilidade de efeito de sentido. Afinal, prometer desconto de 70% é mais preciso e pontual do que oferecer desconto de **até** 70%. O funcionamento discursivo desse operador vale-se do próprio sistema linguístico (que preveria uma faixa de descontos que fosse do ponto inicial – mais do que zero – ao final: 70%) para obliterar o sentido de que o limite máximo é reservado a situações muito especiais.¹⁵⁴

Enfim, ainda na mesma SD, após o tão aguardado ponto final, temos um outro enunciado:

“O valor de inscrição para estudantes é bastante reduzido e o da associação mais ainda”.

Percebemos aqui a reiteração da mesma antecipação de que tais valores sejam uma preocupação dos jovens estudantes, o que geriu – e gerou – a visibilidade do desconto em SD4: o pouco dinheiro para se gastar com um exame adicional e, no caso, associação à Amrigs. No entanto, resta a dúvida acerca de qual a leitura autorizada do sintagma “bastante reduzido”, já que a antecipação de um leitor com pouco dinheiro dispõe nos polos as posições de leitura do sintagma. Em outras palavras, seria “bastante reduzido” em relação a quê?

¹⁵⁴ Do coma da modalidade padrão nas construções anteriores, eis que se nos surge a língua em sua vivacidade!

No mesmo raciocínio, é de perguntarmos também se o valor (note-se que se pretere o termo “preço” ou “custo”) de associação é [bastante reduzido] + [mais ainda] em relação ao valor da prova ou ao de outras associações. O entrecruzamento das duas informações autoriza a leitura de que, se o preço da associação a uma instituição de qualidade é mais reduzido que o da prova, a prova não deve ter valores tão reduzidos assim. No excesso de informações que se retrocircunscrevem em termos de “valores”, resulta um efeito de sentido que depõe contra o justo peso das informações.

No último enunciado da SD5, temos a recidiva do caráter conativo, e mais uma vez o enunciador é surpreendido pelas peças que “prega” a si mesmo. Senão vejamos:

“Não perca essa chance, inscreva-se e associe-se”.

O modo como foi pontuado, separando-se como três elementos diferentes “não perder essa chance”, “inscrever-se” e “associar-se”, atualiza “não perder essa chance” como se fosse algo diferente dos demais itens, produzindo um efeito gramatical de paralelismo que gera uma leitura indesejada: “Não perca essa chance, [não] inscreva-se e [não] associe-se”. A inobservância da pontuação mais adequada (e.g. dois pontos após “chance”) provoca a deriva do sentido. Definitivamente, o sentido nunca perde a chance de ser outro, embora não possa qualquer um.

O que nos fica da análise da formulação verbal é que a posição-sujeito autor, por mais que tente concertar efeitos de evidência do sentido, é em alguma medida incipiente ou insipiente na tarefa de regular-lhe a deriva indômita. Por ora, passaremos a tratar das SDs 6 e 7, para ao final tentarmos reparar o processo discursivo que pensamos ali funcionar.

Cabe notar, inicialmente, que, entre a SD 7 e a 1, há um elemento visual que parece compor uma transição visual: são cinco quadriláteros de cores frias, próximas à cor do box onde há informação sobre o período de inscrições (1º enunciado de SD7). O que nos chama à atenção aqui é o uso do sistema linguístico em franca desobediência ao preconizado pela modalidade padrão: o uso de acento grave indicativo de crase antes de numeral e o uso de maiúscula em palavra que se refira a mês. Rastros da condição de produção daquele discurso, que depõe contra os temas de “eficiência”, “profissionalismo” e até o propalado “respeito à língua

portuguesa¹⁵⁵; temas estes que se situam na base de um discurso institucional que ali emerge como discurso-outro, distanciando o sujeito vendedor de publicidade do sujeito consumidor preconizado.

Em SD8 (na base da peça), temos como se fosse uma faixa lilás clara sobre o fundo lilás escuro de toda a tela. Nessa faixa, que ganha os ares de etiqueta, temos a “assinatura” de três instituições que chancelam o cartaz. São três selos que trazem o nome da instituição “Amrigrs” (que, ao todo, é visualizada oito vezes em toda a peça) e dois deles remetem diretamente à universidade da instituição. Analisemo-los.

O primeiro (à esquerda) apresenta as palavras “departamento UNIVERSITÁRIO” e logo abaixo a sigla correspondente “DU-AMRIGS”. Parece-nos haver aí um excesso do dizer. E, como vimos em Ernst-Pereira (2009), o excesso é uma estratégia discursiva do sujeito com vistas à reverberação de um sentido, de uma memória.

Ao lado, temos o selo “UniAMRIGS” ladeado à esquerda pelo logo da universidade (ícone, que se assemelha a um alvo, aludindo intericonicamente a metas, conquistas, foco – saberes caros ao saber “qualificação laboral” do discurso de campo administrativo). Subscrita ao selo, temos a talvez desnecessária tradução: “Universidade corporativa”. Tal presença pode ser interpretada como uma remissão a um sentimento de grupo, de organização consolidada, à qual o estudante é instado a participar e gozar-lhe os privilégios.

O terceiro, o nome propriamente da Amrigrs (postado exatamente na posição de assinatura: canto inferior à direita) é o mais interessante a nosso ver. Ao nome “Amrigrs”, vem sobrescrita uma chancela: a marca ISO 9001 (cujo trabalho de leitura o discursiviza como um reconhecimento de qualidade). Acima e à direita do nome (na posição que evoca a memória da operação de potenciação – no discurso da matemática – ou a da marca registrada – no discurso comercial), temos o logo a partir do qual foi feito o logo da universidade da Amrigrs, em uma relação de intertextualidade pela qual passa o discurso identitário da instituição. Esse logo – que evoca, como dissemos, alvo, meta – corrobora a construção de um recorte do imaginário sobre a instituição: como uma instituição “focada” em atingir os seus objetivos.

¹⁵⁵ Expressão que virou sinônimo do (mau) consumo que se faz do que dizem na mídia certos professores, os quais estão para a língua tanto quanto o *fast-food* para a gastronomia.

Abaixo, temos um enunciado deveras interessante que, por sua vez, também contribui para reger a construção desse imaginário sobre a instituição, (re)produzindo-o: “medicina que qualifica a vida”. A ausência no sintagma tanto da vírgula (que tornaria a oração adjetiva “que qualifica a vida” uma expressão qualificativa e não restritiva) quanto do artigo (indicando que há mais de uma medicina – e não “a” medicina) reveste-se de muitos significados.

Essa expressão designativa, constituída por uma oração adjetiva restritiva, permite-nos inferir que, se há “medicina que qualifica a vida”, sem vírgula, há também a(s) que não qualifica(m), o que é estranho ao discurso médico, pois esse classifica as demais práticas curatórias como não médicas. O sintagma, por seu caráter restritivo, parece dialogar com o exterior específico desse discurso de identidade da área médica, no qual convivem outras concepções legitimadas ou não do ato de curar.

O efeito gerado localmente vale-se do recurso retórico da concessão (admite que sejam “medicinas”), para restringir-lhes a legitimidade, o valor, a eficácia. Dessarte, as “medicinas” que constituem o objeto referencial dos discursos religiosos, místicos, exotéricos ou das credices populares não seriam medicinas “que qualifica[m] a vida”. Reconhecendo-lhes a existência, o discurso médico demarca-lhes o lugar social e se autoenaltece por oposição a ele.

Nesse viés, operam discursivamente com bastante força o selo da ISO (pretextando reconhecimento social e, principalmente, “mensurabilidade”) e o logo. O logo cumpre dupla função, pois remete ao jargão administrativo-empresarial no interdiscurso e sua decorrente ideia de organização, assim como remete à própria universidade da instituição, a partir da comunhão de traços visuais do logo. A produção desse recorte do imaginário sobre a Amrigs apoia-se no efeito de sustentação construído no nível das formulações visual, verbal e verbo-visual. O excesso do dizer (as oito ocorrências do nome institucional), no caso, é uma estratégia da posição-autor para isso.

Nessa SD8, temos a saturação da função-autor pela instituição Amrigs, que responderia pela peça. No entanto, percebemos ao longo do cartaz o embate de posições-sujeito. No caso em tela, temos uma situação que foge a algo comum no texto publicitário, em que há duas funções-autor: a do anunciante e a da empresa de publicidade. A não saturação da função-autor por uma empresa de publicidade causa-nos espécie não por sua marcada ausência (a materialidade do discurso

publicitário é inconfundível), mas pelo efeito de sentido que nega o intrincado jogo que se estabelece entre duas posições que enunciam do lugar do publicitário e do lugar do médico. Voltaremos a isso mais tarde.

Aqui, importa-nos ressaltar que a assinatura da Amrigs configura-se como a textualização de uma estratégia discursiva que visa a (re)produzir um recorte do imaginário a partir do qual a instituição tenta se reservar (ou conservar) um lugar social no espaço discursivo da transmissão de conhecimentos e da prática de medicina. Essa autoidentificação traz o simulacro de outros espaços de circulação social dos saberes “médicos”, na forma de um pré-construído com cuja memória busca confrontar-se para autovalidar-se socialmente.

8.2 EXAME DE SUPERPOSIÇÃO – CONSIDERAÇÕES

Em um primeiro gesto descritivo, temos o reconhecimento de um homem, de uma mulher, de ambos como médicos, dos trajes que vestem, das suas características fenotípicas. Em outras palavras, vimos quais objetos visuais saturam o lugar do argumento nas funções ali identificadas, vimos como se dão as relações entre esses objetos, SDs (relação de aliança, subordinação, oposição, aparente neutralidade). Entretanto, essa descrição da organização do efeito-texto dá conta apenas da preparação ao gesto de reparar (à análise do processo discursivo). Se entendemos que um dado argumento para dada função é produzido sob a forma de evidência para uma dada posição-sujeito, importa verificarmos que outros argumentos estabelecem com o atualizado uma relação de paráfrase e que outros não pertencem a essa condição de enunciabilidade. Aplicando alterações pontuais, podemos aceder a um ponto de insaturação: isto é, a substituição opera um deslocamento discursivo, instaurando a polissemia.

Pensemos no objeto ou SD mulher da peça textual: substituições sucessivas no argumento de [morena] por [loira] e por [ruiva] situam-se ainda em relação parafrástica; nesse eixo de saturação, ocorrem deslizamentos do significante quase imperceptíveis. Mesmo que cogitemos que a substituição de [morena] por [loira] implique um deslizamento maior, em virtude do discurso preconceituoso contra as loiras (que emergiria ali na forma de um pré-construído), ainda assim prevalece o eixo parafrástico, visto que não há um trabalho de leitura que aponte para esse

efeito de sentido de derrisão: o viés de leitura que sustenta o estereótipo “loira burra” não seria mobilizado porque não estabeleceria efeito de sustentação com outros objetos, restando congelado pela sua não atualização. A [loira] assim como a [morena] estão ali por serem fenótipos considerados de prestígio social/estético em nossa sociedade.

Exercitemos agora uma distensão maior do paradigma: a substituição de [morena] por [índia] provoca um ponto de insaturação. Em um ponto de insaturação, já não temos somente um deslizamento do significante; temos algo mais ruidoso, um deslocamento, porque a memória discursiva, o trabalho de leitura que o sustenta é outro. Provavelmente, tal substituição instaure um efeito de estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2009), seja um estranhamento positivo (“finalmente, uma índia está sendo representada como médica”), seja negativo, preconceituoso (“Uma índia de médica! A que ponto chegamos...”).

Ainda na análise da substituição por [índia], cabe observarmos o que segue. Caso o foco da campanha publicitária fosse o da inclusão, e.g., haveria um trabalho de leitura no domínio da atualidade incidindo na memória discursiva sobre o médico: “hoje uma índia pode ser médica”. No entanto, a configuração desse trabalho de leitura ali presente (a oposição de valores como [beleza], [juventude], [cor clara], [sucesso], [prestígio]) aponta justamente para a manutenção do viés dominante da memória discursiva, para a conservação de um dado recorte do imaginário sobre “médico”; no caso em tela, para o estereótipo.

O que consideramos produtivo nesse procedimento de distender o eixo parafrástico até onde ele não puder dar conta, à busca de pontos de insaturação, é que esses pontos nos revelarão os pontos cegos, na construção e gestão da (in)visibilidade da imagem, dos quais falamos antes. Esses pontos cegos estão ali, à frente dos olhos, na superfície textual. Por isso, quando falamos em opacidade dos sentidos e em buscar o sentido (partindo dos efeitos de), não nos propomos a defender sentidos ocultos¹⁵⁶, ao mesmo tempo imersos nas profundezas do significante e devassáveis por um olhar supostamente mais douto.

Paralelamente, o “calado da imagem” a que nos referimos não alude a qualquer tipo de mensurabilidade, tampouco pretere a superfície; do contrário, adotariamos um postulado idealista de verdade do sentido, correspondendo ela ao

¹⁵⁶ Recusemos esse fetiche exógeno por surpreender as palavras em seus trajes mais íntimos...

sentido mais “profundo”, restando o analista condenado como Sísifo a outra e mais outra dragagem hermenêutica. O calado determina a superfície, no sentido de que afeta o sentido ali (materializado através de efeitos de) e é pela superfície que é acedido. Sua profundidade é meramente o tempo do arquivo; o sentido vai se reconfigurando de atualização em atualização, de dito em dito, de não dito em não dito.

O calado, dessarte, abrange o que não foi atualizado (simbolizado), mas se encontra materializado no efeito de sua ausência-presença. Os argumentos “escolhidos” pelo indivíduo empírico não fogem às condições de enunciabilidade impostas à(pela) posição-sujeito que ali enuncia. Assim, um duplo perceber (tanto dos argumentos que nunca poderiam ter sido atualizados, quanto dos que poderiam mas não foram) é condição de acesso ao calado, uma primeira estratégia para o deslocamento da superposição.

Aqui pensamos entrar fortemente a noção de equívoco, visto que o constructo teórico de um “real específico da imagem” aludiria a gestos de interpretação impensados, não atualizados, mas que determinam materialmente o gesto empreendido. Assim, o próprio efeito de sentido a partir da formulação visual, a imagem produzida pelo sujeito, submete-se ao efeito metafórico, produzindo um sentido outro, sempre à deriva e às vezes à revelia.

Realizado no sujeito empírico que se responsabiliza pela formulação visual, o sujeito histórico produz a imagem a partir da sua posição discursiva, mas em atenção às antecipações do sujeito leitor, às formações imaginárias que presidem a tomada da palavra/do dizer. Dessa forma, a imagem é atravessada pelo discurso-outro, pelo Outro e pelo outro que antecipa.

O termo “imagem” como produção de leitura, submetida às ilusões subjetiva e referencial, cumpre, dessa forma, produtiva ambiguidade com uma outra noção de “imagem”: uma dada representação, uma produção do imaginário, razão pela qual temos mantido certa reserva em usar o termo “representação” na descrição da fórmula material; optamos por “formular a representação de x”.

A imagem, enquanto materialização de um discurso (e não “um” discurso em si), interliga o real da História (materialidade), o imaginário (ideologia) e a ordem do simbólico (significante). Nesse entrecruzamento, estabelece com a língua uma relação contraditória. Enquanto formulações (visual e verbal), apresentam organizações distintas (no tocante à linearidade, e.g.). Enquanto ordens, se a ordem

da língua está em um sítio pré-discursivo, a ordem da imagem situa-se na tensão entre o discurso que nela se materializa e a sua volta ao imaginário do sujeito, como retroalimentação. Em outras palavras, a discussão que ensejamos aqui é: o real da língua a que Pêcheux se referia (em exclusão ao real da linguagem) não comportaria também o real da imagem, nos termos aqui desenvolvidos?

Retomando o procedimento heurístico, vamos seguir desenvolvendo um procedimento de distensão, desta feita com vistas ao deslocamento da superposição. Agora não mais distenderemos o eixo parafrástico (intervalo de saturação) do intradiscorso, mas o intervalo da FD e o do seu interdiscurso. No caso em tela, tomemos da forma-sujeito publicitária a posição-sujeito machista (que se vale da mulher como objeto de consumo). Deslocando-a, e.g., à posição antípoda, temos a posição-sujeito feminista. Desse deslocamento, algo resultaria diferente na materialidade da imagem: produzir-se-iam estranhamentos (ERNST-PEREIRA, 2009) até então inexistentes; desfar-se-ia a evidência dos efeitos de sentido.

Não teríamos, a partir desse deslocamento máximo, a relação de submissão da mulher ao homem (construída, conforme vimos, pela relação entre as SDs 1 e 2): ou teríamos a relação inversa (superioridade feminina) ou uma representação de igualdade ou mesmo resultaria elidida a formulação do masculino. Essa relação de gênero é particularmente sintomal do calado, pois a tomada da imagem se deu a partir da duplicação do argumento para a fórmula [formular a representação de profissional médico]. Se considerarmos que a posição-sujeito que ali enuncia é “machista” e que a atualização de um recorte do imaginário sobre o médico não se deu a partir de um único argumento [homem], o argumento [mulher] funciona significativamente de forma dupla: pela evidência ou visibilidade de sua presença (materializando a concessão machista às conquistas da mulher) e pela dissimulação ou invisibilidade da representação (no imaginário) do homem como superior.

Nesse exercício analítico, percebemos alterações na forma como significam discursivamente enunciados visuais como a prancheta, a altura da mulher, o traje de cirurgiã, visto que ou não se sustentariam mais no novo processo discursivo, na “nova” textualidade (a altura menor da mulher, à semelhança do *valor* saussureano, deixaria de existir se ela estivesse sozinha) ou seriam lidos a partir de outro trabalho de leitura (a prancheta com folha indica subordinação em concerto com a pasta classificadora; não havendo esta, aquela significa de forma diversa).

Quanto à relação de SDs ou enunciados, adotamos as mesmas relações categorizadas entre FDs, mormente quatro: aliança, oposição, subordinação e aparente neutralidade. Tais relações podem fazer parte do gesto de descrição, mas elas passam a importar ao analista à medida que mudam em resposta à distensão do eixo parafrástico ou das posições/formas-sujeito. Considerando que as relações entre duas SDs (ou entre mais de duas) se restrinjam a quatro categorias (A está em aliança com B; A é superior a B; A é o oposto de B; e A é neutro a B), observamos sua resposta à distensão, para confirmarmos a análise feita. No caso em tela, o da relação entre as SDs 1 e 2, uma outra relação (de “subordinação” para “aliança”) implicaria a desconstrução da dessimetria entre vários argumentos visuais, por exemplo: a altura deveria ser igual, os instrumentos de trabalho igualmente.

Seguindo o exercício de deslocamento antípoda da posição-sujeito, teríamos uma posição-sujeito machista que passaria a uma posição-sujeito feminista. Admitamos que esse deslocamento produzisse a formulação visual de duas mulheres (em vez da de um casal) com os mesmos trajes da FV original. Teríamos ainda a conservação da relação de subordinação, mas o trabalho de leitura não ensejaria a produção da proposição/enunciado “o homem é superior à mulher”. Por sua vez, admitamos agora que, na FV dessa mulher que substituiu o homem, se substituísse o jaleco pelo traje de cirurgião: teríamos agora uma relação de aliança. O deslocamento antípoda, portanto, não somente altera uma dada relação entre SDs, mas também pode conservar uma outra.

Assim como o ponto de insaturação acarreta um gesto de interpretação, a alteração de uma dada relação provoca um novo gesto de interpretação. É o caso, por exemplo, da cor do estetoscópio que, na formulação visual original, corrobora a disjunção de gênero, mas que, na formulação visual hipotética em que haja duas mulheres, provocaria disjunção tão somente de pessoa.

O mesmo exercício conjecturador pode ser feito em distensão máxima no campo discursivo: a partir do deslocamento da peça textual/efeito-texto/imagem para um campo antípoda ou não relacionado e mesmo para uma Formação Social. Conjecturemos que elementos causariam estranheza nessas condições tão extremas, a partir da seguinte hipótese: que elementos feririam/impossibilitariam a enunciabilidade, se deslocássemos o texto do campo publicitário para o religioso ou a FD publicitária para uma FD religiosa e distante dos nossos padrões ocidentais?

Além da inevitável mudança de espaço discursivo (do publicitário mercadológico para o institucional – ou propagandístico religioso ortodoxo), teríamos fortes repercussões na formulação visual da mulher, pois, a partir dessa nova posição de olhar, ela é o elemento a causar maior estranheza. Nessa linha de raciocínio, a própria fórmula [formular a representação de profissional médico] inadmitiria [mulher] como argumento ou, considerando uma formação social que o fizesse, os argumentos que saturariam a fórmula [formular a representação de profissional médica], se não mudassem as relações de aliança da SD com outras, provavelmente seriam outros, como: o parcial desnudamento do corpo, o descobrimento do rosto, a beleza.

O resultado potencialmente produtivo desse exercício é permitir não somente reparar a estrutura, mas precipuamente reparar que, nesse caso, o acontecimento discursivo está em ponto cego. Ou seja, o gesto de reparar a invisibilidade do acontecimento discursivo restaura o funcionamento ideológico de uma evidência (a condição da mulher como trabalhadora em nossa sociedade) e produz uma leitura na contraposição com o acontecimento discursivo em ponto cego: a sensível melhor condição da mulher no ocidente (de acordo com nossa posição discursiva, é claro). Em outras palavras, é por meio do reparo que se acede à objetividade material contraditória do imaginário sobre a mulher em nossa sociedade, que, de um lado, “naturaliza” ou produz a evidência das suas conquistas, mas, de outro, conserva a relação de dissimetria e subordinação às condições do homem.

Deslocando a posição do olhar do analista de um lugar discursivo X para outro (Y) e provocando distensão máxima a ponto de produzir a visibilidade do acontecimento discursivo que em X reside no ponto cego, cremos atender-se ao primado pêcheuxtiano de trabalhar a tensão entre estrutura e acontecimento. Seja o acontecimento novo, seja o absorvido na memória (PÊCHEUX, 1999); seja o acontecimento visível, seja o já não mais visível. Esse exercício provoca o deslocamento da superposição entre discurso e imagem (movendo a decalagem em que se gera a interpretação) e o estranhamento (um dos sintomas da materialidade que orientam o acesso ao calado).

8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA ANÁLISE – EFEITO DE FECHAMENTO

Nos capítulos anteriores, discutimos de que perspectiva entendemos a imagem (e o que nos significa tal conceito), como ela se constitui *qua* forma material, como ela textualiza o discurso. Esse processo de textualização, por sua vez, determina uma dupla condição: tanto gera a deriva da interpretação (pela superposição nunca coincidente entre discurso e texto) quanto se sustenta nos efeitos de sentido que produz, *a fortiori* os que correspondem à exógena denominação “critérios de textualidade”.

O processo de produção da imagem e da naturalização ou evidência do seu sentido dissimula, em sua textualidade, o fato de ela ser sempre-já um gesto de interpretação calcado em outro gesto de interpretação que é nosso sentido humano da visão. A imagem, que surge em nosso processo de produção da leitura do visual, não foge a esse *continuum* de simulacros, a esse jogo sucessivo de decalagens. O processo discursivo que ali se dissimula e os efeitos de sentido que ali se simulam tornam obliterado no calado da imagem o que recuperamos no gesto de reparar.

No texto visual analisado, referimo-nos à possível condição de que os personagens do cartaz provavelmente não sejam médicos, estejam representando o profissional médico. Isso seria irrelevante em um texto assinado por uma instituição médica, se não fosse o rastro material de um outro discurso, o da publicidade, que passa a modular a formulação de uma representação dos corpos. Se a foto *de per si* produz o efeito de captura do instante (congelando o observável anterior no tempo, no espaço, no enquadramento), se ela, como diz Mariani (1999), “organiza o flagrante”, fá-lo a partir de operações paradigmáticas, em sua formulação, que obedecem à gestão de sentidos dizíveis e visíveis do campo ou da FD da qual é porta-voz. Esse processo produz e dissimula seus efeitos de sustentação, dentre eles o apagamento de que os atores/indivíduos empíricos não são médicos, nem foram “surpreendidos” em um átimo da sua rotina de trabalho.

A impressão de realidade da cena, tão cuidadosamente arquitetada nos aspectos analisados anteriormente quanto às SDs 1 e 2, se esvaece em outros detalhes, que surgem, cremos, imprevistos. A cena do cartaz remete a um momento de trabalho, no entanto a folha recebida pela mulher está nitidamente em branco (sem contar a caneta, ausente ou no mínimo obnubilada na cena). Evidentemente,

também não é costumeiro médicos irem fazer a anamnese de pacientes com uma mera folha em branco para preencher a bel prazer (o mais comum é um questionário ou modelo a ser preenchido com as respostas do paciente).

A mulher apresenta-se-nos com roupa de bloco cirúrgico, ao mesmo tempo em que lhe é delegada a folha em branco; os enunciados visuais parecem desconcertados, remetendo a diferentes atribuições do médico. Na esteira da estranheza da reunião desses elementos visuais, vemos um traje de cirurgião sem complementos: sem luvas ou máscaras, mas devidamente acompanhados do cabelo solto e do relógio.

Isso enseja a pergunta óbvia para quem quer que tenha entrado ao menos uma vez em ambiente hospitalar: por que usar uma roupa de sala de cirurgia para fazer “ronda” de pacientes? Não é recomendado ao médico despir-se da roupa do bloco para o primeiro exame pós-operatório? Ou, ao contrário, temos ali uma médica surpreendida antes de adentrar a sala de cirurgia, apostando na total assepsia de sua estimada prancheta?

Tais falhas, que em outros lugares teóricos seriam reunidas sob a designação de “incoerência externa”¹⁵⁷ são, para nós, rastros do processo de constituição de sentidos, que se dá *sine qua non* por uma base material contraditória, dissimulada pelo funcionamento ideológico. Nesse sentido, a formulação de mulher no cartaz ganha especial relevo, visto que aqui situamos sítio preferencial da análise da contradição constitutiva dos sentidos.

O trabalho discursivo de “mulher” mobiliza uma memória discursiva na qual se entrecruzam discursos vários; daí o *patchwork* que responde na superfície daquela formulação visual. Ali, temos a mulher como médica, mas mais “humana”, “emotiva” que seu colega; temos a mulher trabalhadora, mas ainda subordinada ao homem; temos a mulher que vende publicidade. No gesto de reparo, buscamos recuperar a memória de elementos concertados sob efeito de estranhamento. Não fora isso, como explicar o traje de cirurgia concertado ao cabelo solto; a mulher que conquistou o trabalho remunerado, mas não a superioridade hierárquica; a mulher que é subordinada, mas que está no centro da peça textual? Seriam apenas pequenos descuidos de um sujeito cujo dizer “é intencional”? Quiçá “ruídos” no asséptico quadro comunicativo?

¹⁵⁷ Como se o texto fosse uma espécie de buraco negro seletivo, do qual algumas coisas simplesmente não conseguissem sair; a tal “incoerência interna” é uma delas.

A formulação visual do profissional médico, nos dois gêneros, a partir dos enunciados visuais que a compõem (em especial, a base diáfana e o fundo lilás) materializam-no com certo estranhamento ao discurso médico, porque a posição-sujeito autor enuncia na verdade do lugar discursivo do sujeito publicitário. Sequer os corpos se nos mostram por inteiro. São antes espectros, convocados na exata (ou mínima) proporção do necessário para produzir uma “evidência”¹⁵⁸.

A imagem de homem e a de mulher são produzidas em atendimento à antecipação da formação imaginária da posição leitor sobre o homem e a mulher médicos. Essa base material permite-nos reparar que se espera que o público-alvo da peça se identifique com os indivíduos ali retratados menos pelo profissional que simbolizam e mais por valores que perpassam a autorrepresentação do jovem.

Afirmamos isso, com base em dois argumentos: (i) não são médicos, ao menos médicos reconhecidos (como Dráuzio Varella, Ivo Pitangy e outros); e (ii) representam, dentre as opções de um paradigma, a mais prototípica no que tange aos valores socialmente cultuados: beleza, juventude, etc. Tudo indica, pois, que são modelos. Assim, que gesto de leitura/interpretação esse fato suporta?

Entendemos que, suportada pela imagem-OE, a imagem propriamente é a produção de uma leitura a partir de uma dada posição em um dado lugar discursivo. Lugares de dizer que se encontram constituídos e que são produzidos sob determinadas condições: sócio-históricas e enunciativas. Assim, tal como a palavra, a imagem é palco do funcionamento metafórico da ordem da língua/imagem, deriva incessante do sentido, a ser sempre-já regida em sua filiação ideológica, da e na qual é (re)produzida e (re)lida. Parece-nos coerente concluir que, assim sendo, uma imagem possa produzir um efeito em relação a um discurso, e outro a um discurso diverso.

Enquanto imagem de um referente no discurso publicitário (tomando por R = a mulher, que vende x), a mulher gera efeito de sustentação. Não por acaso, ela ocupa a posição central do cartaz, dirigido a acadêmicos e acadêmicas de medicina. Tal como em outras propagandas dirigidas a homens e mulheres, a mulher é o foco da peça publicitária, consumida como objeto de consumo estético (sensualidade) ou de modelo/identificação (antecipação do recorte do imaginário da posição leitor que produz sua autoimagem). Em alguma medida (maior ou menor), isso se reproduz na

¹⁵⁸ E aqui nos perguntamos se não haveria uma espécie de “princípio de convocação mínima” na fotografia publicitária...

formulação do masculino também. Ambos os personagens têm atributos que se supõem desejados pelo leitor.

Nesse arranjo discursivo da antecipação de autorrepresentações, o interessante no cartaz é a antecipação da posição leitor como mais interessado em ver-se como é hoje (jovem) e não ver-se daqui a algum tempo (médico maduro e reconhecido). A atualização enunciativa do lugar do médico gere os valores, elidindo saberes como “experiência” e “carreira longa” e mobilizando outros, advindos de sua exterioridade. Intervém aqui o sujeito publicitário vendendo saberes como “beleza”, “fenótipo x” ou “juventude”.

As pistas desse processo encontram-se rastreáveis inclusive no jogo parcimonioso presente no efeito de sentido de sensualidade construído na formulação de uma representação da mulher. Se nos seria sem sentido uma médica de biquíni no cartaz (por estar fora do dizível no discurso sobre uma médica), o desnudamento comedido da médica é uma concessão ao discurso publicitário, no exato limite de uma convocação mínima a uma memória sobre o traje médico e na relação de oposição com a formulação de uma representação do médico.

Nesse jogo de concessões do discurso médico ao publicitário, percebemos que é esse último que fornece os saberes a constituírem os argumentos a saturar as funções “formular a representação de $X_1, X_2 \dots X_n$ ”. Enunciados como o a posição central no cartaz, o cabelo liso, o sorriso branco perfeito, a etnia X, a perfeição física, a satisfação/alegria, se são contingentes (ainda que bem-vindos) ao discurso sobre o médico, são necessários e determinados pelo discurso de campo publicitário. O efeito de sustentação desse discurso (retro)alimenta o imaginário da posição leitor sobre si mesma e sobre os valores anelados¹⁵⁹.

A partir de um cuidadoso (ainda que inconsciente) jogo de concessões na formulação visual, observamos a relação parafrástica (a repetição formal) da representação atualizada da mulher com um trabalho discursivo que administra recortes no imaginário sobre a mulher. Se a representação da mulher *qua* profissional está no terreno do dizível (é um elemento de saber já não mais marginal no discurso sobre a mulher), ainda há um resto, um espectro não

¹⁵⁹ Em um país onde até Machado de Assis fica branco em propaganda de banco, sói ao discurso publicitário situar-se em uma relação parafrástica com os valores sociais (assumidos ou não, diga-se de passagem). Tanto mais evidente se nos torna isso quanto mais disposto em ponto cego na formulação visual, quanto mais imprevisto ou ingovernável for seu efeito de sentido.

assumido/assumível da superioridade masculina – dito/visto pelo efeito material de sua ausência na gestão de como se evidencia a mulher profissional.

Na imagem da mulher como médica, há um objeto de pensamento anterior que irrompe ali, em oposição, vindo de outro lugar (PÊCHEUX, 1995). Articula-se pelo efeito de pré-construído, simulando estivesse sempre-já aí e se nos apresenta “natural” pelo funcionamento ideológico dos sentidos. Reparando (na acepção de restaurar) esse processo, reparamos (na acepção de ver o como vemos) a violência simbólica que gere as regiões dominantes do imaginário sobre a mulher, em um processo de domesticação dos sentidos que não permite que se a interprete (lendo/vendo) senão de uma perspectiva andrôlatra.

Confessamos já ter algum tipo de restrição a certas interpretações das cores, portanto referiremos de forma assaz sucinta nossas observações sobre elas, no que tange à posição autor (algumas já feitas ao longo do trabalho). Também nas cores, percebemos o “duelo” de sujeitos. Se o discurso médico toma a imagem com os operadores “azul”, “branco” e “verde” – cuja memória evoca a rede de seus saberes –, o publicitário o faz a partir dos operadores “lilás” (e variações) e “amarelo”, com cuja oposição cromática produz determinados efeitos discursivos de sentido, dentre eles o fático¹⁶⁰.

A posição-sujeito que ganha nesse “jogo de forças” entre os discursos médico e publicitário administra não só as cores, mas também as representações de gênero, de profissional, deixando rastros materiais na formulação verbal, pela modalidade padrão que mal agencia, pelas imprecisões do dizer, pelo léxico que atualiza, pela construção linguística (deliberadamente?) obtusa. Vários vestígios desse discurso pretendemos tê-los apresentado na análise durante a análise das SDs, mas há outros que ainda podemos assinalar.

São exemplos: a dubiedade etimológica da palavra “especial” (trazida da base linguística com duas acepções – específico e bom –, mas atualizada com mais ênfase no efeito de sentido mais conveniente à agência); a incitação, derivada do modo imperativo, ao aluno para que teste seus conhecimentos (calando a dúvida se ele estaria apto a fazer essa prova, mesmo em simulado); o desconto de 70% que não se frisa se é do custo total ou de parte do custo, adicionado a sucessivas restrições de possibilidade (“poderá ganhar” – a locução verbal a relativizar o acesso

¹⁶⁰ Lembramos aqui que são o roxo e o amarelo cores “opostas”, logo se espera de seu concerto chamar o leitor à atenção.

direto ao desconto mediante inscrição; “até” – a preposição que instaura sub-repticiamente a leitura de que 70% é o limite máximo do desconto e não a sua caracterização).

Há ainda o coloquialismo do sintagma “num”, cujo efeito de sentido é simular uma situação conversacional que alude a um bate-papo com os amigos (dando mostras de uma antecipação da posição leitor como sendo usuária de um nível coloquial de linguagem). A falha (ERNST-PEREIRA, 2009) é justamente não ser esse coloquialismo uma estratégia usada ao longo do texto; ao contrário, no texto percebe-se uma predileção por frases mais complexas, o que, tendo sido mal feito, gera uma impressão muito ruim. Não obstante essa inconstância, há outra: ora o interlocutor é chamado diretamente por “você”; ora é evocado em expressões mais genéricas como “agora universitários (...) poderão”.

Em suma, tais problemas de modalidade padrão, deliberados ou não, depõem contra a estratégia de autoenaltecimento institucional que perpassa todo o texto, contra a direção de leitura que associa “qualificação” ao sucesso profissional.

Por fim, é lícito mais uma vez reiterar que não tratamos dos seres empíricos que produziram o cartaz, mas sim do sujeito que ali enuncia, de um ponto de entrecruzamento de discursos (*a fortiori*, dois principais, de acordo com as conclusões a que chegamos). Pensamos haver defendido que a imagem, tal como a palavra, funciona metaforicamente e estabelece, de acordo com cada discurso que a atravessa, diferentes efeitos, seja sustentando o dizer local, seja o refutando por evocar do seu exterior específico.

Malgrado suas especificidades, a imagem é, tanto quanto a palavra, arena dos discursos. Pensamos ter deixado clara essa concepção na análise feita, em que duelaram duas posições-sujeito, em relação que tendeu mais ao antagonismo e ainda mais à subordinação. Sobre esse último ponto, pensamos ainda poder/dever fazer duas outras considerações a partir das quais encaminharemos a conclusão.

Vamos à primeira, pensando na mulher *qua* efeito de sustentação. Parece-nos ao fim e ao cabo que o sujeito publicitário revelou-se a perspectiva por demais dominante na peça textual. Em “por demais” estamos a referir-nos ao preterimento do discurso médico, seja na representação do corpo do profissional, seja na representação de sua vestimenta, seja nas estratégias discursivas (principalmente as antecipações do sujeito-leitor).

Resta flagrante, ao menos pensamos, que há ali um discurso sobre o médico que, bebendo avidamente dos valores pós-modernos da formação social capitalista ocidental, parece ser enunciado de um outro lugar que não o do médico. A formulação visual apenas sustenta efeitos de evidência e de naturalidade pela aceitação muda e mútua desses valores. Apenas se sustenta na antecipação de uma posição leitor que busca ser seduzida ou ver não o que busca ser ou os modelos pessoais/profissionais, mas sim uma presentificação em outro do recorte do imaginário sobre si mesma: alguém que já desfruta dos louros da sua privilegiada condição.

Passemos enfim à segunda, pensando na mulher *qua* efeito de pré-construído. Não somente o profissional médico teve o imaginário sobre ele redesenhado pelo mercado; também o imaginário sobre a mulher foi afetado, bem como sobre toda e qualquer minoria. Por certo, houve avanços, e a representação laboral da mulher no-lo enuncia, em notória vantagem em relação a outras minorias. No entanto, cabe pensarmos sob que condições de produção tal imaginário é reconfigurado.

Citamos que a concessão (em acepção retórica) é uma estratégia discursiva eficiente de manutenção do poder, pois ao mesmo em que simula dar um novo lugar social à minoria, dissimula demarcá-lo. E é justamente isso que reparamos no cartaz, a partir de uma domesticação dos sentidos sobre a mulher trabalhadora, através da convocação de uma memória plena (antes a mulher não trabalhava) e de uma memória lacunar (afetada pelo esquecimento de que o cirurgião, o que trabalha com as mãos tem menor prestígio em nossa sociedade), convocadas uma e outra memória consoante convém.

Nessa linha de raciocínio, cabe pensarmos que relação essa imagem da mulher trabalhadora estabelece com o discurso sobre a (e da) mulher. Ou melhor: em que ponto reside a cesura entre a paráfrase e a polissemia com essa memória. Será que o que parece o novo, a ruptura, não é tão somente uma agitação nas redes de saberes que, situando localmente o sentido polissêmico e lhe circunscrevendo a força, embora alimente o imaginário com a repetição histórica, reproduz a relação de forças e de sentidos original?

Se é plenamente plausível admitir que a mulher hodierna tenha já dado largos passos para adiante de sua condição pregressa, admissível é também que se abate sobre esse processo de luta e de conquista um trabalho de memória lacunar,

que produz a evidência de que sempre fora assim (des-historicizando essa luta) e, dessarte, empreende o gesto de leitura do seu futuro, da sua (des)continuidade.

Essa gestão, ao mesmo tempo em que (re)lê os avanços femininos, oblitera sentidos. O alçamento hodierno da mulher à condição de mulher trabalhadora pode ser lido como resultante muito mais de uma conjuntura mercadológica – da qual o discurso publicitário é mero sintoma, sítio de materialização –, do que propriamente de uma equalização das relações de poder no mundo. A mulher média de nossa sociedade continua vendida em nossa publicidade à guisa de um pássaro canoro.

A um tempo, essa ideologia do mercado (re)produz as condições sócio-históricas de seu tempo, de seu pós-moderno sujeito: a-histórico, desengajado, superficial. O discurso do mercado replica a si mesmo, seja no discurso político, no jurídico, no econômico, no religioso, no publicitário, no escolar, no cotidiano. O discurso do mercado, instituindo-se denominador de todas as coisas, onipresentifica-se, negando efeito de evidência a qualquer coisa que não seja dita ou dizível por ele.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente, o texto imagético, embora não faça parte dos objetos fundadores da Análise de Discurso, não é ausente dos trabalhos de interpretação na disciplina. Acompanhados geralmente do texto escrito, o imagético sobrevém em diferentes formas ou suportes: charges, charges eletrônicas, tiras de quadrinhos, cartazes, fotos, capas de revista, pinturas artísticas etc. Isso já nos poria um outro viés de análise, pois, baseando-nos em Orlandi (1999) – para quem os sentidos não são insensíveis aos meios –, a imagem significa de forma diversa em cada materialidade. Todavia, nosso objetivo aqui não é resgatar a historicidade de cada suporte e gênero e analisar como a imagem funciona em respeito a isso, bem como não é também analisar a imagem *de per sí*, como signo dotado de sentido anterior ao discurso, fazendo extenso relatório da sua organização¹⁶¹.

O que objetivamos e acreditamos como plenamente possível de ser feito e potente de dar boa resposta teórica, é analisar a imagem em uma instância discursiva sob a perspectiva da AD de filiação pècheuxiana: a imagem como materialização do discurso. Em outras palavras, como inscrição simbólica do discurso, a partir da consideração rigorosa de que o sujeito desse discurso é interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente; de que a imagem é, como a língua, não toda e lugar da falha do ritual ideológico; de que é sujeita ao equívoco e instância da falta, pois não dá conta do Real.

O objetivo geral deste trabalho implicava um percurso vicinal, de dificuldade talvez um tanto subestimada¹⁶² aqui: a revisão do quadro epistemológico da Análise de Discurso. Malgrado exista um caldo de cultura comum, notório é que há também alguns nuances no entendimento de determinados conceitos, sobretudo em sua categorização. Em alguns momentos, foi possível passar ao largo dessas questões; em outros, foi preciso fazer escolhas.

Quanto ao primeiro tipo, o da questões não tratadas, citamos uma ideia inicial, não elencada entre os objetivos, mas anterior a eles no desenvolvimento do trabalho: pesquisar a hierarquia dos saberes da AD, situando-os entre princípios,

¹⁶¹ Tomamos aqui, de Orlandi (1999), “organização” em contraponto a “ordem”. A primeira alude ao texto, ao sistema linguístico; a segunda, ao discurso, à língua. Parafraseando a professora da Unicamp, cremos caber dizer que discurso:texto::ordem:organização.

¹⁶² Subestimada pela projeção de um caminho de curvas consensuais.

postulados, conceitos, noções, conforme regularidades nos trabalhos lidos. Muito pouco foi encontrado quanto a isso; o que é mais grave: o entendimento muito diverso de determinados “termos”, como postulado. Como o objetivo do trabalho não era situar a hierarquia dos saberes, julgamos não haver azo, tempo e espaço para uma reflexão mais apurada. Por esse motivo, tal ideia foi descartada.

Em virtude de comumente a AD se valer de teorias outras para tratar a imagem, e fazê-lo a nosso ver sob a condição de concessões teóricas, deparamo-nos com algumas dificuldades iniciais: como conceituar imagem na perspectiva da AD, de modo a tentar fechar todas as portas à recidiva do fantasma idealista? Como operar com um conceito cujos referentes são tantos (seja a preconizada “polissemia” de “imagem”, seja o fato de referir-se ao todo de uma imagem ou a uma parte)? Paralelamente, surgiram outras dificuldades, não tão surpreendentes mas de fato imprevistas: como transpor determinados conceitos para o texto visual: enunciado, pré-construído, sequência discursiva?

Essas dificuldades encontradas, para o que esperamos ter formulado resposta a contento das nossas necessidades, apontam para a necessidade de procedimentos analíticos, em um mesmo batimento, comuns a todas as materialidades (por aludirem aos princípios da teoria) e específicos à materialidade visual. Nesse sentido, inscrevemos nosso trabalho nessa ainda incipiente discussão, sem pretensão de termos encontrado as melhores respostas.

O que visamos aqui foi, e é, a discussão de procedimentos que deem conta de um processo particular de textualização (como a imagem organiza o efeito-texto), sem no entanto ofender os pressupostos teóricos da AD, mormente os conceitos de sujeito e sentido. Reside exatamente nesse ponto o nosso posicionamento contrário a importações teóricas e metodológicas de áreas que não comungam postulados com a AD.

Nesse íterim, referimo-nos mais exatamente a trabalhos que, partindo da AD, buscam ferramentas de outras teorias, das quais importam saberes estranhos a ela, mormente um conceito de sujeito que pretere os esquecimentos números 1 e 2, e um conceito de sentido carrega em si ideia de evidência, literalidade ou imanência. Reiteramos que nosso objetivo nunca foi fazer um cotejo de teorias¹⁶³ – e reiteramos nosso respeito às outras áreas, que têm corpos teóricos coerentes e que produzem

¹⁶³ Mesmo porque sempre corremos o sério e desagradável risco de confrontar uma teoria X e o conveniente simulacro de uma teoria Y.

resultados elogiáveis¹⁶⁴ –, mas reafirmamos que um casamento entre teorias não deve se dar a partir de concessões epistemológicas descaracterizadoras de uma parte ou de ambas.

Nesse sentido, parece-nos muito mais coerente com nosso lugar teórico que a AD lance seu olhar para a psicanálise e para o materialismo histórico a fim de (re)construir um dispositivo para a análise de materialidades específicas. Nessa linha de discussão que nos situamos, porque cremos na coerência teórica de seus princípios e porque confiamos na produtividade de seus procedimentos.

Como análise final do que propusemos, parece-nos ter surtido bom resultado a concepção de imagem, tanto em termos teóricos (situando o amálgama entre o objeto empírico, a produção da leitura e o Imaginário), quanto em termos metodológicos – embora postulamos poder produzir respostas melhores, a opção de descrever a imagem e seus elementos constituintes a partir de funções, argumentos e enunciados produziu, a nosso ver, um ponto de partida, uma base para a análise.

Nesse ínterim, a aplicação das relações entre FDs, preconizadas por Courtine (2009), às SDs e enunciados pareceu-nos igualmente produtiva, indiciando uma característica de um sistema: a recursividade. A partir de tal exercício, pareceu-nos mais sistematizado o processo interpretativo de identificação de posições-sujeito e interpretação de suas relações.

A diferenciação entre imagem como produção de uma leitura (situando-a no plano discursivo, no nível do interdiscurso) e imagem como efeito-texto (situando-a no plano textual, no nível do intradiscurso) proporcionou-nos o liame para analisar os elementos constituintes da imagem, sem preterir o processo maior que o envolve e, precipuamente, o determina.

Por temer sempre a volta do fantasma idealista pela janela, logo após expulso pela porta, essa foi sempre uma nossa preocupação. Encontrar um ponto de equilíbrio em nosso procedimento foi o antídoto para essa recidiva, sempre à espreita, na carona do entendimento de que há uma simbologia na imagem, que a imagem tem iconicidade, que a imagem queira “dizer” alguma coisa ou que a imagem seja um discurso.

Entender a imagem como um processo de leitura que realiza a textualização, e esta como condição para o discurso circular, permitiu-nos analisar a

¹⁶⁴ Gostaríamos de fazer saltar aos olhos que usamos uma oração subordinada adjetiva... explicativa.

imagem como peça de um processo discursivo, não *de per si*, tampouco alijada de um conceito de sujeito, de sentido e de discurso na configuração *sui generis* da AD.

Parecia-nos de capital importância intrincar, a ponto de formar algo novo indiscernível, o conceito de imagem e de sujeito, sob pena de negar ao primeiro o legado do materialismo, correndo o risco inclusive de precipitarmo-nos pelos desvãos da literalidade do signo, algo que rechaçamos para o texto verbal, logo não aplicável ao não verbal. Precisávamos fazer intervir na imagem o sujeito, mas não também na condição de aposto. O sujeito deveria constituir e ser constituído pela imagem.

Nesse sentido, cumpriu basilar papel o postulado lacaniano de que o significante representaria o sujeito para um outro significante. Ao partirmos disso, cremos ter fechado¹⁶⁵ a porta para várias concepções estranhas à vertente da Análise de Discurso que ainda se baseia em Pêcheux. De posse do conceito, pudemos resguardados negar, para a análise da imagem, o sujeito do *cogito* cartesiano (intencional e dono do seu dizer), a literalidade do signo, o sentido não ideológico.

Outra noção que julgamos particularmente produtiva foi a de gestão dos sentidos de uma forma mais específica à materialidade do nosso objeto de pesquisa. Interpretar a imagem a partir de dois exames – o da superfície material e o da superposição – pareceu-nos um bom método para revelar pontos de (in)visibilidade e a gestão do gesto de leitura que nesse jogo se sustenta.

Tanto o primeiro exame – que vê na forma a materialidade do processo – quanto o segundo – que busca desnudar a gestão a partir do deslocamento da superposição – se nos revelaram produtivos, uma vez que indicaram um método que, *para os casos analisados*, desobliterou a dissimulação de sentidos. Não temos a pretensão de termos encontrado um procedimento modelar (já o dissemos) – são necessários mais estudos que o testem em outras práticas discursivas, em outros campos ou tipologias do discurso –, mas a forte impressão que nos ficou foi a de uma sistematicidade.

Por outro lado, este trabalho deixou a desejar em vários pontos, exigindo uma reflexão posterior mais apurada no que tange a principalmente dois aspectos.

¹⁶⁵ Melhor dizendo, cremos tê-la deixado menos entreaberta...

O primeiro deles foi a relação das condições sócio-históricas de produção com as enunciativas. Se quanto às primeiras, pensamos ter sido menos lacônicos na exposição e no desenvolvimento teórico, as segundas, não desenvolvemos senão *en passant*, tanto por escolha teórica (situamos nosso foco na relação inter-intradiscurso), quanto por insuficiência de elementos encontrados que sustentassem algumas hipóteses originalmente previstas.

Nesse ponto, referimo-nos mais precisamente à aplicação do desenvolvimento teórico de Authier-Revuz (1990 e 1998), no que não avançamos muito. O percurso previsto, nas sondagens iniciais do trabalho, versava sobre a aplicação das modalizações autonímicas e das não coincidências do dizer à análise da imagem. Proposta à primeira vista interessante, mas que não sobreviveu ao franco terror das respostas ginasianas que obtivemos.

Como outro ponto que nos gerou insatisfação, temos o pouco aporte da psicanálise que fizemos à análise de imagens em AD, privilegiando o componente ideológico. Reconhecendo termos pouco desenvolvido nesse sentido, reconhecemos também o potencial de contribuição de uma teoria que tão bem desenvolve a questão do sujeito para uma linha que parte do pressuposto de que a imagem é a produção de leitura de um sujeito. Resta como desafio trabalhar no conceito de sujeito da AD a inter-relação entre o sujeito da História e o sujeito do inconsciente.

Por fim, cabe-nos elencar alguns autores, cujos trabalhos se nos revelaram assaz profícuos para o desenvolvimento do tema proposto. Em primeiro lugar, situamos Souza, de quem pontualmente discordamos ao longo do trabalho, mas de cujas observações partimos para interpretar a relação entre AD e imagem, entre o processo discursivo e o objeto imagem.

Em Ernst-Pereira, encontramos referências de acesso à organização textual desse objeto imagem, quando a autora aponta para indícios na superfície do jogo discursivo que ali se textualiza. As noções de falta, excesso e estranhamento aponta(va)m-nos as primeiras direções do nosso olhar e permitiram uma gama substancial de relações com as reflexões de Pêcheux e Orlandi.

Dessa última, valemo-nos do percuciente senso didático que seus textos apresentam e das atiladas aplicações da teoria. Um conceito, *a fortiori*, pareceu-nos especialmente produtivo: o silêncio. A materialidade do silêncio deu-nos fôlego

teórico para trabalharmos com a materialidade da ausência e do vazio, essenciais para o ponto que constituiu a pedra de toque de nossa análise.

Na perspectiva que defendemos, a superfície é já o ponto inicial do calado, pois é a partir do reconhecimento da forma material que buscamos o processo que constitui seu sentido, o que não está dito ali (está calado), mas a constitui. É a partir do nível da organização (do sistema linguístico ou do que o valha em termos visuais) que buscamos o que excede, o que falta, o que é estranho (ERNST-PEREIRA,2009).

O nosso “calado” da imagem importa-nos por sua densidade e opacidade, não por sua “mensurável” profundidade. Importa-nos pelo como significa, o que faz de sua superfície algo relevante. Desfazer o jogo discursivo que produz efeitos de (in)visibilidade a determinados sentidos, situando-os na superfície ou no calado parece-nos basilar ao trabalho do analista.

Embora partamos do postulado de que a forma material que se nos apresenta aos olhos evoca uma memória, evoca sentidos produzidos muito antes (e aqui talvez pudéssemos pensar na profundidade do calado como um trabalho histórico muito longo da memória), não compartilhamos da ideia de que o significado reside lá (no discurso) ou ali (no texto). Entendemos que significa lá e ali, determinado antes e alhures, mas sensível à forma material.

Do contrário, adentraríamos em outras searas teóricas, incorrendo em seus erros e valendo-nos de seus acertos, ambos menos ou mais estranhos aos nossos pressupostos. Não nos entendemos como expedicionários do sentido, buscando nas estalactites da palavra ou da imagem o que ela significa (como se a “materialidade” fosse forma pura, em cujo cerne fôssemos enfim encontrar uma qualquer verdade).

Nesse sentido, por último, reiteramos o autor principal em quem se baseia este trabalho: Pêcheux. Embora os estudos discursivos muito tenham avançado desde o passamento do filósofo francês – e a AD desenvolvida no Brasil tem um papel preponderante nisso –, filiamo-nos a essa AD que, dicionário à parte, ainda se desenvolve com base em seu tripartite legado, em seus princípios, não nos de outras áreas; e que não se verga a, nem tenta absorver, teorias em voga (honestas em seus princípios, mas muitas notoriamente seduzidas pelo “fantasma da totalidade”).

A Análise de Discurso a que nos filiamos¹⁶⁶, porém, não se julga imune às imperfeições de si e de seu tempo, tampouco se pensa como uma ciência régia, que oferta ao analista o fio de Ariadne que o conduzirá para uma espécie de verdade ou para o Real (esse constructo teórico, princípio que dá conta do inacessível).

Dessarte, estar em AD é não fugir à concepção de que se está dentro da platônica caverna da linguagem, de que é impossível sair dela, ainda que viceje nos extramuros dos estudos de linguagem uma concepção instrumental de língua, como se fossem ela e o pensamento meros vizinhos no condomínio da experiência humana com os sentidos. Resta-nos ainda mais preciso que convivamos com a antinarcísica ideia de que os sentidos não vêm de nós nem mesmo em nós estão: apenas se realizam na nossa fala.

Entretanto, se, como os homens de Platão, estamos presos às nossas condições (e saber disso é a primeira condição de “ousar se rebelar”), é do exame delas que podemos produzir, (res)significar nossa existência, o que, se não é confortador ao espírito cartesiano, ao menos dá conta de nossa condição de seres de linguagem. Como seres de linguagem, tornamo-nos efeitos dela. Em sua cadeia significante, in- ou ex-sistimos.

Em outra(?) linha de raciocínio, as palavras finais deste trabalho não poderiam não aludir a uma dúvida que amiúde nos frequenta(va) na revisão teórica, no desenvolvimento das análises, no pensar sobre as especificidades da materialidade visual de um discurso. Desconsiderando-se o aspecto óbvio, “evidente”, da diferença entre a **imagem** e a **palavra**, até que ponto o que foi discutido nesta dissertação, desde o que tange à materialidade ao que respeita ao processo de textualização, vale (se é que vale) apenas para a primeira?

¹⁶⁶ Embora possa parecer crítica esconsa a outras vertentes, reiteramos que falamos apenas dessa em que nos situamos. Não abdicaríamos logo ao final do nosso escopo de evitar cotejos...

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Ler o capital**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Graal Editora, 2001.
- ANDRADE, Glória Maria. **Controle das Infecções Hospitalares - Avanços Tecnológicos: velhos hábitos X novas atitudes**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/divulga/artigos/controlle.htm>> Acesso em: 20 jan. 2012.
- AULETE DICIONÁRIO. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital> Acesso em: 13 de janeiro de 2012.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidades enunciativas**. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, nº 19, p. 25-27. Campinas: Unicamp, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas – As não coincidências do dizer**. Campinas: Unicamp, 1998.
- BECK, Maurício ; SCHERER, Amanda. **As modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista**. Letras, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 169–183, jul./dez. 2008.
- CAZARIN, Ercília Ana; LASSEN, Dulce Beatriz Mendes. **O processo de leitura – gesto de interpretação**. Nonada Letras em Revista. Porto Alegre, n. 11, p. 61-72, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CORACINI, Maria José. **Identidade & Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Ed. UNICAMP/ Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.
- CORREIA. Thais Machado Moraes. **Real, simbólico e imaginário, em Lacan**. Ciências Humanas em Revista. São Luís, v. 3, número especial, p. 97-106, junho 2005.
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours? In: **Materialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophiques**, 9 (2):239-64, oct. 1982.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. (1982) In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques; MILANEZ, Nilton. **Intericonicidade**. Registro audiovisual, 2005. Disponível em: <<http://vimeo.com/4986725>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político** - Derivas da fala pública. Org. e trad. por Carlos Piovesani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. (1981). **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

DAVALLON, Jean. **A imagem, uma arte de memória?** In: ACHARD, Pierre [et al.] **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

DOR, Joel. **Introducción a la lectura de Lacan**. El inconsciente estruturado como lenguaje. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000.

DORNELES, Elizabeth. **Interdiscurso: Espaço de Encontro do Factual e do Teórico Discursivo**. 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interdiscurso/elizabethdorneles.pdf>> Acesso em: 13 de janeiro de 2012.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987

ERNST-PEREIRA, Aracy ; FUNCK, Susana Bornéo. **Leitura e Escrita como práticas discursivas**. Pelotas: EDUCAT, 2001, p.27-42.

ERNST-PEREIRA, Aracy. **A falta, o excesso e o estranhamento. Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>> Acesso em: 12 de junho de 2011.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, UFSM, vol. 27_3, julho/dezembro 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r27/revista27_3.pdf>

FONSECA, Rodrigo. **Imagens do compromisso e da realização**: que discurso é esse. Anais Celsul, 2008. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/08/imagens_do_compromisso.pdf>

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GADET, Françoise.; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Mariani, B. [et al.]. 3.ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

GALLO, Solange. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

GRANTHAM, Marilei. **Leitura, reescrita e pontuação**. Anais do 5º Encontro do Celsul, Curitiba-PR, 2003 (1022-1028).

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Análise do Discurso: os sentidos e suas movências**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise, CRUVINEL, Maria de Fátima e KHALIL, Marisa Gama (Orgs.). **Análise do Discurso: entornos do sentido**. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001a. p. 9-34.

GREGOLIN, Mária do Rosário. **Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?** In: GREGOLIN, M. R. V. ; BARONAS, R. (orgs.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos (SP): Claraluz. 2001b. p.60-80

GRIGOLETTO, Marisa. **Reflexões sobre a análise do discurso e o encontro com o real: a questão da língua**. SEAD, 2009. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead4/prog/s8_Marisa.pdf> Acesso em: 23 jan. 2012.

HAROCHE, Claudine ; HENRY, Paul ; PÊCHEUX, Michel. **La sémantique et la coupure saussurienne** : langue, langage, discours. *Langages*. Paris, número 24, p. 93-106, 1971

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

HENRY, Paul. A história não existe? In: Orlandi, Eni Pulcinelli. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda. **A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem**. In: Cadernos do Instituto de Letras/UFRGS, 20, dez. de 1998.

INDURSKY, Freda. **Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura**. In: ERNST-PEREIRA, Aracy ; FUNCK, Susana Bornéo. **Leitura e Escrita como práticas discursivas**. Pelotas: EDUCAT, 2001, p.27-42.

INDURSKY, Freda. **A noção de sujeito em análise do discurso: do desdobramento à fragmentação**. XV Encontro da ANPOLL. Niterói, 2000 –CD-Rom Síntese 2, Seção de AD, POA, 2002.

INDURSKY, Freda. **O texto nos estudos da linguagem:** especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p. 33 - 80.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images:** The grammar of visual design. London: Routledge, 2000. In: FERNANDES, J.D.C.; ALMEIDA, D.B.L. **Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra.** In: ALMEIDA, D. B. L. *Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008. p. 13-31.

LACAN. Disponível em:

<<http://lacan.orgfree.com/lacan/textos/simbolicoimaginarioreal.htm>> Acesso em: 13 de janeiro de 2012.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso** (1987). Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1997.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)Ler Michel Pêcheux hoje. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. 110 p.

MARIANI, Bethânia. **Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito**. Gragoatá, Niterói, n. 5, 2º sem., p. 87-96, 1998.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Ed. Revan; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998b.

MARIANI, Bethânia. **Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico:** a Revolução de 30. in INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina L. (org.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p 102-121.

MARIANI, Bethânia. **Colonização lingüística:** línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, Bethânia. **Sobre o sujeito e a língua em alguns textos e conceitos fundadores de M. Pêcheux:** uma retomada em Althusser e Lacan. *Linguagem*, 3ª edição, outubro/novembro, 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/artigos_mariani.php> Acesso em: 13 jan. 2012.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do discurso.** História e práticas. Trad. Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MILANEZ, Nilton. **As aventuras do corpo:** dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa. 2006. 210 f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MOREIRA, Raquel. Os conceitos de enunciado e formação discursiva nas perspectivas foucaultianas e pêchetianas. **II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem: Diversidade, Ensino e Linguagem. 2010.** UNIOESTE. Disponível em: <http://cac-hp.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2014/OS%20CONCEITOS%20DE%20ENUNCIADO%20E%20FORMACAO%20DISCURSIVA%20NAS%20PERSPECTIVAS%20FOUCAULTIANAS%20E%20PECHETIANAS.pdf>

Acesso em: 23 mai. 2012.

MORENO, Cláudio. **A etimologia médica 2.** Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/10/11/etimologia-medica-2/>> Acesso em: 23 set. 2011.

MOURA, Maíra Bueno. **O PAPEL DA CÂMERA NA INVESTIGAÇÃO DO MUNDO VIVO:** Uma análise da Trilogia *Qatsi*, de Godfrey Reggio. Dissertação (Mestrado em Artes). Programa de Pós-graduação em Artes, UFMG, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista! Discurso do confronto:** velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** Rev. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Leitura e discurso científico.** In: Almeida, M. J. P. M. de; Britto, L. P. L. (orgs.). Caderno CEDES - Ensino da Ciência, Leitura e Literatura. N° 41. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade. 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e argumentação:** um observatório do político. Fórum Linguístico, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Maio de 68: **Os silêncios da memória.** In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999b.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Língua e conhecimento linguístico.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e texto:** Formulação e circulação dos sentidos. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio – no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A noção da materialidade**. 2007b. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab> 2007> Acesso em: 4 jul. 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Silêncios: presença e ausência** (2008). Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=38&id=456>> Acesso em: 10 jan. 2012.

ORNELLAS, Maria de Lourdes S. **O real, o simbólico e o imaginário da docência na contemporaneidade**. Revista da FAEEBA–Educação e Contemporaneidade. Salvador, v.17, n°. 30, p. 81-88, jul./dez. 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. Gestos de Leitura: da história no discurso. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1982.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli; GERALDI, J.W. (orgs.). **Cadernos de estudos linguísticos** (19) Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Unicamp, 1990. p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)". In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. "A análise Automática do Discurso: três época (1983)". In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. "Análise Automática do Discurso (AAD-69)". In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. [et. al.] (1982b) Apresentação da análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Mariani, B. [et al.]. 3.ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al.). **Papel da memória**. Trad. de José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

RAMOS, Menandro. **Um breve ensaio sobre a fotografia e a leitura crítica do discurso fotográfico.** Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/23/03.html>> Acesso em: 22 jan. 2012.

SERRANI, Silvana. **A linguagem na pesquisa sociocultural:** um estudo da repetição na discursividade. Campinas, SP: ed. da Unicamp, 1997.

SICARD, Monique. **Os paradoxos da imagem.** In: Revista Rua, nº6. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

SICARD, Monique. **A fábrica do olhar – imagens de ciência e aparelhos de visão (século XV-XX).** Lisboa: Ed.70, 2006.

SOUZA, Tânia. **Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não verbal(1).** Ciberlegenda, nº1, 1998. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/tania1.htm>> Acesso em: 20 ago. 2011.

SOUZA, Tânia. **Discurso e imagem:** perspectivas de análise do não verbal, Conferência no 2º Colóquio de Analistas del Discurso, Universidad del Plata, Instituto de Linguística da Universidad de Buenos Aires, La Plata e Buenos Aires, 1997b (Publicado em Ciberlegenda 1, Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói, UFF, 1998b).

SOUZA, Tânia. **Discurso e Cinema: uma análise de LIMITE.** Ciberlegenda, nº4, 2001a. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/tania2.htm>> Acesso em: 20 mar. 2011.

SOUZA, Tânia. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação.** Ciberlegenda, nº6, 2001b. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/tania3.htm>> Acesso em: 20 jul. 2011.

TFOUNI, Leda Verdiani. 2001. **A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento.** In: SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando a relação oral/escrito.* Campinas, SP: Mercado de Letras.

VERISSIMO, Luis Fernando. **Comédias da vida pública.** Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1995.

VINHAS, Luciana. **Estruturar a subjetividade e subjetivar a estrutura:** análise de discurso e neurociência na compreensão do processo de constituição do sujeito e do sentido. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras, UCPel, 2009.

ZIZEK, Slavoj. **Como Marx Inventou o Sintoma.** In: *Um Mapa da Ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010